

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
NÍVEL MESTRADO**

EDUARDO ABRANCHES SILVA LOPES

**Para além da técnica: a formação integral e seus impactos na vida dos
egressos de cursos técnicos**

São Leopoldo

2021

EDUARDO ABRANCHES SILVA LOPES

Para além da técnica: a formação integral e seus impactos na vida dos egressos de cursos técnicos

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof^ª.Dra. Ana Cristina Ghisleni

São Leopoldo

2021

L864p Lopes, Eduardo Abranches Silva.
 Para além da técnica: a formação integral e seus impactos na
 vida dos egressos de cursos técnicos / Eduardo Abranches Silva
 Lopes – 2021.
 204 f. : il. color. ; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
 Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, São
 Leopoldo, 2021.
 Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Cristina Ghisleni.

 1. Ensino técnico – Aspectos sociais. 2. Ensino médio. 3.
 Mudança social. I. Título.

CDU 377

EDUARDO ABRANCHES SILVA LOPES

Para além da técnica: a formação integral e seus impactos na vida dos egressos de cursos técnicos

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 30 de julho de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Cristina Ghisleni – Orientadora – UNISINOS

Prof^a Dr^a Isabel Aparecida Bilhão – Avaliadora UNISINOS

Prof Dr José Geraldo de Souza – Avaliador externo – INATEL

Dedico este trabalho a minha amada mãe, que sempre esteve e sempre estará presente em meus pensamentos e em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar esse projeto, não poderia imaginar que durante sua realização, seríamos surpreendidos por uma pandemia que impactaria diretamente em nossas vidas. Isolamento social, altas demandas no trabalho e aulas online, passaram a fazer parte do meu dia a dia. Durante essa caminhada, enfrentei outro golpe: a perda de minha querida mãe. O caminho foi muito difícil, mas Deus, em sua infinita bondade e misericórdia me sustentou, fortaleceu e permitiu concluir com êxito essa jornada. Agradeço imensamente a Ele por seu amor e cuidado para comigo.

Aos meus pais, esposa, irmã e demais familiares por estarem sempre ao meu lado, acreditando e incentivando meus sonhos.

À Rede Jesuíta de Educação, por me conceder a oportunidade de realizar essa experiência que transformou minha vida para além da dimensão profissional.

À equipe diretiva da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa pela confiança em mim depositada e por oferecer todo suporte necessário para conclusão desse trabalho.

Aos meus colegas de trabalho que sempre me apoiaram com sugestões, críticas, informações, estímulo ou ainda, auxiliando na realização de minhas atribuições para que eu pudesse me dedicar a esse estudo.

Aos colegas da turma, pelo companheirismo nos trabalhos desenvolvidos, pelo carinho e pelo bom humor.

Aos meus alunos e ex-alunos que foram fonte de inspiração para essa dissertação e que são o objetivo principal de nossa ação.

Aos docentes pelos conhecimentos, palavras e exemplos compartilhados.

À minha orientadora, Professora Dra. Ana Cristina Ghislene, pelo compartilhamento de seu conhecimento e experiência nas orientações, pela dedicação de tempo nas leituras e escutas e pelas palavras de carinho e estímulo.

“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra. ”

(BÍBLIA, 2 Timóteo, 3-16,17)

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a formação integral proposta pela Companhia de Jesus e seu impacto social na vida dos estudantes matriculados nos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. A questão problematizadora foi: “Em que medida a formação integral proposta pela Companhia de Jesus impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa? ”. O objetivo geral da pesquisa tratou de avaliar em que medida a proposta de formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da ETE FMC. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o uso de entrevistas com egressos e com a utilização de dados secundários levantados a partir de pesquisa contratada. O delineamento adotado foi o estudo de caso. Além da utilização de dados secundários, a coleta de dados se deu por entrevistas semiestruturadas e por análise documental, na busca pela compreensão dos impactos planejados pela instituição percebidos pelos estudantes e alcançados pelos egressos. Para alcance dos objetivos foram retomadas a proposta de formação integral da Companhia de Jesus e os elementos presentes na proposta formativa da ETE FMC. Além disso, foi feito um histórico da organização dos ensinos médio e técnico no Brasil e foram estudados conceitos relacionados à educação, ao trabalho, à educação vocacional, à juventude e, finalmente, à avaliação. O referencial teórico fundamentou-se documentos da Companhia de Jesus e nos autores Manacorda, Marx e Engels, Barbosa e Deluiz, Schwartzman, Kuenzer, Afonso, Souza, Scriven, entre outros. Os resultados da pesquisa confirmam que a instituição impacta positivamente na vida dos egressos; no entanto, a partir da análise dos documentos, dos dados secundários e das entrevistas realizadas, são indicados pontos de fragilidade. Como intervenção, o estudo propôs um plano com multiplicidade de ações, visando robustecimento dos pontos identificados como frágeis.

Palavras-chave: Formação Integral. Impacto Social. Ensino médio técnico e tecnológico.

ABSTRACT

The theme of this research is the integral education proposed by the Companhia de Jesus and its social impact on the lives of students enrolled in technical courses at the Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. The problematizing question was: "To what extent does the integral education, proposed by the Companhia de Jesus, impact socially on the lives of the graduates of the technical courses of the Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa? ". The general objective of this research was to evaluate to what extent the proposal of comprehensive Jesuit formation socially impacts the lives of graduates of technical courses at ETE FMC. This is a qualitative research, using interviews with the graduates and secondary data collected from the contracted survey. The research design adopted was the studied case. In addition to the use of secondary data, data collection took place through semi-structured interviews and document analysis, seeking to understand the impacts planned by the institution, perceived by the students and achieved by the graduates. In order to reach the objectives, it was taken up the proposal of integral formation of the Companhia de Jesus and elements present in the formation proposal of ETE FMC. In addition, a historic data from educational institutions of high school and technical formation in Brazil was made and concepts related to education, work, vocational education, youth and, finally, evaluation were studied. The theoretical reference was based on documents from the Companhia de Jesus and the authors Manacorda, Marx and Engels, Barbosa and Deluiz, Schwartzman, Kuenzer, Afonso, Souza, Scriven, among others. The research results confirm that the institution has a positive impact on the graduates' lives; however, from the analysis of documents, secondary data and the interviews, points of fragility are indicated. As a mediation, the study proposed a plan with a multiples actions, aimed at strengthening the points identified as fragile.

Key-words: Integral Training. Social Impact. Technical and Technological High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia de valores de impacto.....	57
Figura 2 – Estrutura da Teoria da Mudança.....	89
Figura 3 – Teoria da Mudança da ETE FMC – 1ª versão.....	89
Figura 4 – Teoria da Mudança da ETE FMC – 2ª versão.....	90
Figura 5 – Impacto nos alunos	92
Figura 6 – Indicadores aplicados aos alunos e ex-alunos da ETE FMC	95
Figura 7 – Escala de intensidade	96
Figura 8 – Humanização das relações com o outro	96
Figura 9 – Maior protagonismo na construção da sua trajetória de vida	96
Figura 10 – Desenvolvimento do potencial para conquista de suas escolhas profissionais	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pergunta 1	134
Gráfico 2 – Pergunta 2	134
Gráfico 3 – Pergunta 3	135
Gráfico 4 – Pergunta 4	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Títulos eliminados no BDTD	62
Quadro 2 – Títulos selecionados no BDTD	63
Quadro 3 – Títulos eliminados no portal de periódicos da CAPES	64
Quadro 4 – Títulos selecionados no portal de periódicos da CAPES.....	65

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APL	Arranjo Produtivo Local
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBAS	Certificação de Entidades de Assistência Social
CFE	Conselho Federal de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETE FMC	Escola Técnica de Eletrônica “Francisco Moreira da Costa”
FLACSI	Federação Latino Americana de Colégios Jesuítas
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
INEP	Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos
JESEDU	Congresso Internacional de Delegados de Educación de La Compania de Jesús
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MPGE	Mestrado Profissional em Gestão Escolar
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEC	Projeto Educativo Comum
PNE	Plano Nacional de Educação
PROJETE	Feria de Projetos Tecnológicos da ETE FMC
RCT	<i>Randomized Control Trials</i>
RJE	Rede Jesuíta de Educação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIPEI	Seminário Internacional de Pedagogia e Espiritualidade Inaciana

SQGE	Sistema de Qualidade na Gestão Escolar
SROI	<i>Social Return on Investment</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Tema	17
1.2 Delimitação do Tema	17
1.3 Problema	20
1.4 Objetivos	20
1.4.1 Objetivo Geral	20
1.4.2 Objetivos Específicos	21
1.5 Justificativa.....	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1. A formação integral à luz da Companhia de Jesus	25
2.2 Educação, trabalho e educação vocacional	27
2.3 Os ensinos médio e técnico no Brasil.....	30
2.3.1 Anos 1950: equiparação dos ensinos médio e técnico	32
2.3.2 A LDB de 1961: equiparação definitiva	34
2.3.3 A LDB de 1971: ensino técnico compulsório	35
2.3.4 A LDB de 1996: ensino técnico em adição ao ensino geral	36
2.4 Juventude e educação	39
2.5 A natureza da avaliação.....	44
2.5.1 As gerações da avaliação	46
2.5.2 Avaliação de impacto	54
3 ESTADO DA ARTE	61
3.1 Análise dos textos selecionados	65
4 METODOLOGIA	69
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
5.1 A análise documental.....	77
5.1.1 Planos de curso.....	77
5.1.2 Projeto Político Pedagógico	79
5.1.3 Regimento escolar	81
5.2 As entrevistas	82
5.3 A pesquisa contratada	87
5.4 Avaliação dos impactos.....	97
5.4.1 Princípios da educação integral	98

5.4.2 Participação e envolvimento da família	111
5.4.3 O papel da avaliação.....	113
6 COMPREENDENDO O CASO ESTUDADO E ESTABELECEENDO PONTOS PARA UMA INTERVENÇÃO	116
6.1 Princípio da consciência: Dimensão Socioemocional.....	119
6.2 Princípios do compromisso e compassividade: Dimensão Espiritual Religiosa	120
6.3 Participação de pais e responsáveis	121
6.4 Processo avaliativo	122
7 CONCLUSÃO	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA	131
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ESTUDANTES	132
APÊNDICE C – PERGUNTAS INSERIDAS NO QUESTIONÁRIO PELO PESQUISADOR.....	134
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	136
ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2016	138
ANEXO B – REGIMENTO ESCOLAR - 2016.....	155
ANEXO C – PESQUISA CONTRATADA – EXTRATOS DO RELATÓRIO IDIS....	186

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no Mestrado Profissional em Gestão Educacional (MPGE), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) na linha de atuação Gestão Escolar e Universitária. Sua proposta foi de avaliar em que medida a formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC, considerando as dimensões atinentes ao desempenho profissional e a preocupação com as dimensões humanas presentes no ambiente e nas relações de trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola privada de nível médio da educação básica pertencente à Rede Jesuíta de Educação (RJE) situada no município de Santa Rita do Sapucaí, no estado de Minas Gerais (MG). Essa instituição foi a primeira escola da América Latina e a 7ª do mundo a ofertar o curso técnico em eletrônica e completou 60 anos em 2019. Hoje, oferece ensino médio regular, ensino médio concomitante com os cursos técnicos e cursos técnicos subsequentes.

Após a criação da escola, sua condução foi entregue aos Jesuítas, por sua dedicação à educação. Desde então, a instituição forma profissionais que contribuem para o desenvolvimento humano e tecnológico de nosso país. O pioneirismo não está presente apenas no momento de sua implantação, mas segue se evidenciando durante toda a trajetória da ETE FMC.

Hoje, o município de Santa Rita do Sapucaí é reconhecido como um importante polo de tecnologia no país. A cidade possui uma estrutura produtiva peculiar graças à união da academia, do poder público e da indústria em prol da geração de conhecimento, da interação e da criatividade. Devido ao seu pioneirismo, a escola atraiu, desde sua fundação, alunos de vários estados do Brasil, o que propiciou a criação do INATEL (Instituto Nacional de Telecomunicações), da FAI (Faculdade de Administração e Informática) e a instalação de empresas na cidade de Santa Rita do Sapucaí. Com isso, a cidade se destacou no campo da Eletroeletrônica e Telecomunicações, e passou a ser reconhecida como Vale da Eletrônica. Verificou-se, então, um fenômeno pouco comum de inversão: a escola não foi fundada para atender à demanda de profissionais e o inverso ocorreu, pois foram as indústrias que se instalaram em Santa Rita devido à existência da escola. Hoje, a ETE FMC busca atender as exigências do mercado na formação de recursos humanos em tecnologias necessárias à Região, ao Estado e ao Brasil.

Dessa forma tal conjunto foi e continua sendo fundamental para o desenvolvimento do Vale. O polo de tecnologia, que teve como origem a fundação ETE FMC, conta com 153 indústrias de base tecnológica; 14.7000 postos de trabalho no setor (diretos e indiretos); 14.500 produtos no segmento; 31 *start-ups* em fase de incubação; 03 Incubadoras e 01 Condomínio Municipal de Empresas.

Considerando o contexto no qual a instituição está inserida e as questões específicas tratadas na investigação, serão destacados pontos necessários para elucidação da questão investigada. O tópico referente à proposta de formação integral da Companhia de Jesus, bem como à proposta de formação a que se propõe a ETE FMC é resgatado no intuito de trazer melhor entendimento sobre o trabalho realizado na instituição. Na sequência, os tópicos: educação, trabalho e educação vocacional e os ensinos médio e técnico no Brasil, esclarecem o que é entendido e como se estruturou o ensino técnico profissionalizante em nosso país. O tópico seguinte, intitulado Juventude e educação, refere-se ao sujeito aprendente: o jovem – que é apresentado por meio de suas características e do contexto em que está inserido. Por fim, o último tópico da fundamentação teórica aborda a questão da avaliação, seus principais conceitos, suas principais características, sua evolução ao longo do tempo e sua importância.

O tópico “avaliação” é de suma importância ao trabalho, já que uma das fases que compuseram o percurso metodológico desta pesquisa foi a análise de dados levantados por uma empresa contratada pela instituição mantenedora da escola. Tais dados referiam-se ao levantamento do Retorno Social sobre o Investimento (SROI), com foco na percepção do impacto pelo usuário, por meio da integração de informações qualitativas e quantitativas. Esse levantamento, que ocorreu no ano de 2019, além de avaliar o impacto social, permitiu à instituição se apropriar de ferramentas de avaliação que podem ser aplicadas como forma de gestão de suas iniciativas. Foram envolvidos no processo alunos e ex-alunos, familiares, professores e empresas contratantes de egressos. Desse modo, pode-se dizer que, quanto a sua abordagem, esta pesquisa caracterizou-se como quantitativa pela utilização de dados secundários e qualitativa, pois além da utilização desses dados, foram realizadas entrevistas com egressos. A pesquisa classificou-se, também, como exploratória, por objetivar proporcionar maior proximidade com a questão a ser investigada. Como foram realizadas análises de dados produzidos, adotou-se como delineamento o estudo de caso, pois, nesse mesmo instrumento aplicado pela empresa contratada,

foram inseridas questões específicas elaboradas pelo pesquisador, cujo resultado está apresentado no apêndice C.

Para aprofundamento dos resultados obtidos na pesquisa, foi aplicada uma entrevista semiestruturada a egressos da ETE FMC, conforme descrito no tópico Metodologia, com o intuito de validar os resultados obtidos na pesquisa e esclarecer dúvidas residuais.

Parte dos dados advindos da pesquisa contratada foram utilizados como dados secundários que, juntamente com os dados levantados a partir das questões propostas pelo pesquisador e de elementos da entrevista, serviram para a análise aqui proposta à luz dos conceitos explicitados na base teórica e orientada pelo desenho metodológico aqui proposto.

1.1 Tema

A formação integral proposta pela Companhia de Jesus e seu impacto social na vida dos estudantes matriculados nos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa.

1.2 Delimitação do Tema

Normalmente, as discussões sobre o ensino técnico não são muito frequentes nas pautas sobre educação. No entanto, elas deveriam ser consideradas prioritárias por representarem um caminho mais direto entre o Ensino Médio e o mercado de trabalho.

Embora cumpra também essa função, o curso técnico não deve ser reduzido e encarado simplesmente como um programa social destinado aos menos favorecidos, e tampouco visto como uma alternativa para diminuição da disputa pelo ensino superior. Durante muito tempo, ele foi tratado como uma alternativa àqueles que não conseguiam conquistar uma vaga no curso superior ou para os que não acreditavam ter capacidade para tal. Atualmente defende-se que esse pensamento não corresponde à realidade, pois o curso profissionalizante tem o seu devido espaço e importância e, inclusive, a procura do mercado por profissionais técnicos faz com que, eventualmente, eles sejam melhor remunerados e tenham melhores oportunidades do que os profissionais com curso superior.

Assim, Schwartzman (2016) reforça que

A má qualidade da educação fundamental afeta fortemente o ensino médio, que, além de problemas próprios, ainda precisa lidar com uma população que, em sua ampla maioria, não aprendeu o mínimo que se esperaria nos anos anteriores. Apesar disso, pela legislação vigente, todos os alunos devem cumprir o mesmo programa de educação geral, com 13 ou mais disciplinas obrigatórias, e um mínimo de 2.400 horas de estudo ao longo de três anos – um currículo pautado, em grande parte, pela preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essa legislação, diferentemente da maior parte dos países, não permite a existência de outras trajetórias de estudo no ensino médio e só admite a formação profissional como atividade complementar e adicional à educação geral. (SCHWARTZMAN, 2016, p. 72)

Sendo assim, o ensino técnico deve ocupar seu espaço, e, dada sua importância, deve ser ofertado com qualidade, pois o mercado demanda mão de obra técnica atualizada com padrão de qualidade em todas as áreas de possíveis atuações. Essa necessidade acentua-se ao considerarmos a realidade de mão de obra pouco qualificada e com pouco estudo que temos em nosso país.

O curso técnico, ao contrário do superior, é voltado para o mercado de trabalho, capacitando para o exercício de uma função específica e requerida por ele. Devido a essa especificidade, ele dura menos tempo que o curso superior e tem um menor custo. Trata-se, portanto, de uma boa alternativa para quem quer ou precisa ingressar rapidamente no mercado, além de ser opção, também, para quem não se decidiu profissionalmente, já que possibilita o aprendizado de um novo ofício e/ou a descoberta profissional durante o curso e ao começar a trabalhar.

Vários setores demandam mão de obra técnica, muitas vezes mais do que a região pode suprir. Um exemplo desse aumento de demanda foi a procura por profissionais técnicos das áreas de construção civil, serviços e turismo, que aconteceu antes da Copa do Mundo de futebol do Brasil em 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, por exemplo. Profissionais técnicos de outros setores também são procurados, como eletrônica, refrigeração, gastronomia, informática, entre outros. Conforme Schwartzman (2016),

[...] Nos anos seguintes, o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Trabalho, avançou no desenvolvimento de uma classificação brasileira de ocupações, definida por sucessivos pareceres e resoluções do CNE. Um parecer de 2006, de autoria de Luiz Beviláqua, propôs uma organização da educação profissional e tecnológica de graduação ao redor de dez eixos, agrupados em três categorias: tecnologias simbólicas, tecnologias físicas e tecnologias organizacionais. Essa abordagem serviu de base para o desenvolvimento de uma classificação semelhante desenvolvida para o ensino técnico de nível médio. A versão mais recente, adotada pelo

Censo Escolar de 2014, lista 195 cursos, agrupados em 13 “eixos tecnológicos”. O Ministério da Educação elaborou também um Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que, colocado e posteriormente retirado da internet, descrevia cada um dos eixos e detalhava as características de cada um dos cursos que dele faziam parte. (SCHWARTZMAN, 2016, p. 152)

Diante desse cenário, a ETE FMC, sendo uma instituição de ensino técnico pertencente à Rede Jesuíta de Educação (RJE), busca promover, além da qualificação para o mercado, o desenvolvimento integral do sujeito, conforme aponta o Projeto Educativo Comum (PEC), documento norteador das instituições da RJE.

Nas escolas da Companhia de Jesus, toda a ação educativa converge para a formação da pessoa, enfatizando a necessidade de reconhecer as potencialidades do indivíduo e garantindo o desenvolvimento das dimensões afetiva, espiritual, ética, estética, cognitiva, comunicativa, corporal e sociopolítica. (RJE, 2016, p. 48-49)

Para que seja possível uma educação de qualidade, é necessário propiciar aos estudantes a extrapolação de seu cotidiano para que esses possam promover transformações e serem ativos em seu contexto. Para tal, faz-se necessário um currículo que favoreça a visão meticulosa da realidade a qual se insere para que se possa desenvolver uma perspectiva de ampliação de seu universo cultural, formando sujeitos autônomos, críticos e criativos que sejam mais para os demais.

A avaliação de impacto social, instrumento utilizado para investigar o impacto que a formação integral promove na vida dos estudantes da ETE FMC monetiza, ou seja, atribui um valor financeiro ao resultado do trabalho realizado. O intuito de monetização é validar e demonstrar que a obra realizada pela RJE está adequada aos seus propósitos.

Entretanto, avaliar é uma condição indispensável para o gerenciamento de projetos e negócios sociais, pois fornece dados para a verificação da efetividade das estratégias escolhidas, do impacto gerado, e permite o aprimoramento contínuo, além de reforçar a legitimidade das intervenções. (DIS, s/ data)

Além das demandas empresariais, socioeconômicas e culturais dos jovens que a instituição se propõe a formar, o PEC, como norteador das práticas nos colégios, visa não apenas à ressignificação curricular, mas à promoção de ações nas áreas sociais, econômicas e culturais a fim de promover formação integral.

Sosa (2017), em seu discurso no Congresso Internacional de los Delegados de Educación de la Compañía de Jesús (JESSEDU), aponta qual o caminho que a educação deve seguir, em especial nos colégios da Companhia de Jesus.

A renovação é uma tarefa permanente no trabalho educativo. Temos que dar um passo à frente do que hoje sabemos e imaginamos. Nossos modelos educacionais devem preparar os jovens para o futuro. Não podemos permanecer em modelos educativos nos quais os adultos nos sentimos confortáveis. Por isso, é preciso dar um passo à frente. Temos que estar alertas contra o perigo da inércia institucional que impede o discernimento e a necessária renovação. (SOSA, 2017, pg. 8)

Tendo em vista os desafios da educação frente ao sujeito da contemporaneidade, a adequação aos documentos da RJE, que focalizam a formação do sujeito em sua integralidade, propus-me a investigar em que medida a formação integral proposta pela Companhia de Jesus impacta socialmente a vida dos estudantes matriculados nos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa.

Desta forma, o Mestrado Profissional em Gestão Educacional mostrou-se uma oportunidade de qualificar e sistematizar o trabalho de gestão que já é feito, buscando promover a formação integral proposta pela Companhia de Jesus frente aos estudantes da contemporaneidade.

1.3 Problema

Em que medida a formação integral proposta pela Companhia de Jesus impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Avaliar em que medida a proposta de formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da ETE FMC, utilizando como base de análise dados advindos de pesquisa contratada pela instituição realizada com alunos e egressos e entrevista específica realizada diretamente com egressos.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar a proposta formativa da ETE FMC;
- b) Identificar elementos dos projetos desenvolvidos na ETE FMC, verificando em que medida eles se vinculam à proposta de formação integral;
- c) Avaliar o impacto social da formação integral na vida dos estudantes dos cursos técnicos da ETEFMC a partir de pesquisa realizada pela empresa contratada pela escola e de realização de entrevista semiestruturada com um grupo de egressos.
- d) Construir proposições, com base na análise dos dados e resultados obtidos, para avanços curriculares e de formação.

1.5 Justificativa

A escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC foi a 1ª escola da América Latina e a 7ª do mundo a ofertar o curso técnico em eletrônica, completando 60 anos em 2019.

A instituição foi idealizada por Sinhá Moreira, moça de uma tradicional família de cafeicultores e políticos do sul do estado de Minas Gerais, que se casou com um embaixador brasileiro, o que lhe proporcionou conhecer diversos países ao redor do mundo. Essa experiência também a inspirou e, em 1958, ela criou a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, que seria a mantenedora da ETE FMC, fundada no ano seguinte.

Como dito anteriormente, após sua fundação, a condução da escola foi confiada aos Jesuítas, ordem que tem como carisma a educação. Desde então, a instituição forma profissionais visando contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país.

Até 1998, a escola ofertou o curso técnico em eletrônica de forma integral e, em 1999, passou a ofertar concomitantemente os ensinos técnico e médio. A partir de 2001, além da oferta do curso de eletrônica, a ETE FMC passou, também, a ofertar cursos nas ênfases: Técnico em Telecomunicações, Técnico em Informática e por último Técnico em Equipamentos Biomédicos. Atualmente, no curso diurno, em que os ensinos técnico e médio são concomitantes, os dois primeiros anos são comuns as três ênfases e o terceiro ano é específico.

Santa Rita do Sapucaí é um APL (Arranjo Produtivo Local de Eletroeletrônica), o que faz com que, na cidade, haja uma grande concentração de empresas de base tecnológica. No entanto, não havia, localmente, mão de obra especializada para atender toda essa demanda. Daí a existência de muitos profissionais que, por falta de oportunidade, não haviam concluído seus estudos, mas que já estavam inseridos no mercado de trabalho em busca de qualificação. Esse foi o público-alvo dos cursos oferecidos no período noturno, que iniciaram em 2001 na modalidade subsequente. Hoje, o acesso é aberto aos alunos que já concluíram ou que estejam cursando o segundo ano do ensino médio, nesta ou em qualquer instituição legal de ensino, sendo o 1º ano de disciplinas comuns e o segundo ano, específicas, conforme a ênfase escolhida.

A duração dos cursos técnicos tem o mínimo de 3 e o máximo de 6 anos nos cursos diurnos e o mínimo de 2 anos e o máximo de 4, para os cursos noturnos. Após aprovação em todos os módulos, os alunos têm que cumprir uma carga horária mínima de 400h de estágio supervisionado para serem certificados como técnicos. Em 2019 iniciaram a oferta de 2 novas ênfases: Técnico em desenvolvimentos de sistemas (Desenvolvimento de games), no período diurno e Técnico em Sistemas de Energia Renovável, no período Noturno.

O ensino médio regular foi criado em 1999 para atender os jovens que não se identificavam com a proposta dos cursos técnicos, mas que reconheciam o trabalho desenvolvido pela instituição e pretendiam receber a formação oferecida pela ETE FMC, já que, por ser uma escola pertencente à Rede Jesuíta, preza por uma educação que não se restrinja ao aspecto cognitivo, trabalhando, também, com o humanístico, e isso a destaca em relação as demais instituições de ensino da região.

A gestão da instituição, desde sua fundação, sempre contou com, pelo menos, um membro jesuíta na direção geral e/ou na direção da formação cristã, departamento responsável pela formação da dimensão espiritual religiosa dos colégios da Companhia de Jesus.

Hoje, a ETE FMC conta com um diretor geral leigo, um diretor de formação cristã jesuíta e com duas coordenações, dos ensinos técnico e médio. Devido à dinâmica da escola, dos cursos que oferta e da carga horária deles, a ETE FMC tem uma rotina/dinâmica mais semelhante à rotina de uma instituição de nível superior do que das instituições de educação básica.

As aulas na ETE FMC acontecem em salas temáticas e/ou em laboratórios das disciplinas, que oferecem diferentes recursos de acordo com cada necessidade, favorecendo a aprendizagem. Diferentemente da maioria das instituições de educação básica de nossa região, as salas não são das turmas. Realizamos, ainda, uma feira de ciências e tecnologia - ProjETE, na qual os alunos desenvolvem, com o acompanhamento de professores orientadores ao longo do ano letivo, pesquisa e prototipagem de projetos tecnológicos, nas áreas de telecomunicações, automação, saúde, segurança, domótica¹, games, *wearables*² e sustentabilidade. Esse evento é reconhecido e acompanhado pelas famílias e comunidade em geral e recebe, em média, anualmente, 5.000 visitantes.

O ensino médio regular, assim como nas demais instituições de educação básica, tem foco no ENEM - a avaliação externa considerada como uma das mais importantes para o ingresso em grandes universidades que aderiram ao exame. No entanto, assim com as demais instituições geridas pelos jesuítas, a ETE FMC não preza apenas pela competência, mas também pela formação integral de seus estudantes, de modo que as atividades e os projetos desenvolvidos na instituição são concebidos considerando-se as três dimensões: cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa, visando à formação de homens e mulheres competentes, compassivos, comprometidos e conscientes.

Em um cenário no qual a oferta de mão de obra qualificada é escassa, os alunos formados em cursos técnicos encontram, com maior facilidade, colocação no mercado de trabalho e elevação de renda. A ETE FMC promove formação integral por meio da pedagogia inaciana para que os estudantes, que em uma expressiva parcela são de baixa renda, possam se desenvolver nos âmbitos cognitivo, socioemocional e espiritual-religioso, desenvolvendo competência, comprometimento, compassividade e compaixão. A maioria dos alunos que ingressam na ETE FMC são oriundos de escolas públicas do próprio município e de cidades circunvizinhas. Ali, buscam educação de qualidade, bolsas de estudos e ascensão social e econômica com a formação profissional. Parte do público que temos procura a escola devido às

¹ Tecnologia recente responsável pela gestão de todos os recursos habitacionais. Este termo nasceu da fusão da palavra “Domus”, que significa casa, com a palavra “Robótica”, que está ligada ao ato de automatizar, isto é, realizar ações de forma automática.

² Palavra que resume o conceito das chamadas “tecnologias vestíveis”, que consistem em dispositivos tecnológicos que podem ser utilizados pelos usuários como peças do vestuário.

experiências de pais e familiares que, por serem ex-alunos, reconhecem a formação técnica com foco humanístico que receberam e a recomendam.

A heterogeneidade dos alunos ingressantes é um fator que requer análise e acompanhamento diferenciado a cada ano letivo, pois a atualização da educação com adequação aos novos tempos e espaços escolares se faz necessária, dadas as especificidades do sujeito da contemporaneidade com sua fluidez e interconexão social inseridos no contexto digital, nesses tempos de modernidade líquida, caracterizada por Zygmunt Bauman (2003).

O Projeto Educativo Comum (PEC) da Rede Jesuíta de Educação (RJE), propõe às unidades da Rede, uma revitalização da educação para esse sujeito que aí está, considerando

O desafio de articular fé e justiça nos leva a considerar, no espaço escolar, os temas referentes a gênero, diversidade sexual e religiosa, novos modelos de família, questões étnico-raciais, elementos referentes às culturas indígena, africana e afro-brasileira no Brasil e todos os temas similares relacionados a categorias ou grupos sociais que sofrem discriminação, violência e injustiça. São realidades que, iluminadas pela fé e em comunhão com a Igreja, precisam fazer parte, de forma transversal, de um “currículo evangelizador” (VE 30), voltado para uma aprendizagem integral. (RJE, 2016, pg. 36)

O ensino técnico possui a maior concentração de estudantes matriculados e egressos, além de mais beneficiários de bolsa CEBAS³ (Certificação de Entidades de Assistência Social). Desta forma, analisar o impacto que a formação integral proporciona na vida dos estudantes dos cursos técnicos é importante para a instituição, bem como para a RJE, a fim de melhorar e/ou ajustar o trabalho desenvolvido no que se propõe a Pedagogia Inaciana: formar homens e mulheres comprometidos, compassivos, conscientes e competentes.

³ Certificação concedida às organizações e organizações da assistência social, é um instrumento que possibilita a organização usufruir da isenção das contribuições sociais, tais como a parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP, permite ainda a priorização na celebração de contratualização/convênios com o poder público, entre outros benefícios. (BRASIL, 2017)

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A formação integral à luz da Companhia de Jesus

Nos últimos 30 anos, houve significativo avanço em relação ao acesso à educação no Brasil, embora a qualidade ainda seja um elemento a ser perseguido. Nesse quadro, destaca-se o avanço em relação à paridade de gêneros. Sabemos que a falta de equidade na educação tem aumentado, prejudicando ainda mais os pobres e desfavorecidos.

A expansão e universalização no uso das tecnologias causam enormes mudanças na rotina escolar. Por um lado, elas favorecem a aprendizagem ao permitir que os estudantes pensem criticamente as informações, façam pesquisas mais fácil e rapidamente do que com materiais impressos e se sintam mais interessados por assumirem maior protagonismo nesse processo. A mediação por tecnologias favorece a transmissão de instruções diretas e individualizadas, permitindo que cada estudante aprenda no seu próprio ritmo.

No entanto, os avanços tecnológicos também trazem consigo desafios a serem superados. A tendência é que eles agravem a falta de equidade ao favorecer os mais ricos, além de promover a superficialidade, pois “quando se pode acessar tanta informação de maneira tão rápida e sem esforço o trabalho custoso e árduo do pensamento sério e crítico geralmente fica anulado.” (NICOLÁS, 2010, p. 3). Ainda de acordo com Pe. Nicolás, a mesma situação acontece

quando podemos estabelecer amizades tão rapidamente e sem esforço com meros conhecidos, ou totalmente desconhecidos no mundo social – e quando podemos facilmente rompê-las sem o mínimo esforço e sem passar pelo confronto e a reconciliação - então os relacionamentos podem se tornar meramente superficiais. (NICOLÁS, 2010, p. 3)

Essas transformações em relação aos costumes e ao modo de viver trazem à tona diversas questões que as reforçam, além de apontar para a necessidade de uma educação que dê conta de diferentes dimensões envolvidas nessas questões.

A significativa e crescente desigualdade na distribuição de recursos que favorece sempre as classes econômicas mais altas agrava ainda mais a situação dos desfavorecidos. O surgimento de conflitos globais originados pelo choque de civilizações resulta em violências, muitas vezes motivadas e/ou direcionadas a grupos

étnicos, religiosos ou comunidades civis e que se manifestam com diferentes formas e intensidades, de acordo a cultura local.

Outra questão que tem mobilizado o mundo é o desenvolvimento de uma consciência ecológica e de uma utilização sustentável dos recursos naturais. Muitos desses recursos têm sido perdidos devido a uma visão individualizada centrada unicamente na questão financeira e sem nenhum planejamento estratégico, de modo que muitas espécies animais e vegetais correm risco de serem extintas. Embora todos sofram os efeitos da poluição, os pobres são os mais afetados por ambientes tóxicos e por suas consequências.

Outra questão relevante são as transformações na estrutura familiar. Diferentes configurações familiares são cada vez mais comuns: famílias monoparentais, mistas ou ainda famílias em que pai e mãe são do mesmo sexo. Muitos estudantes encontram-se inseridos em contextos adversos que podem impactar sua formação escolar. Assim, a concepção de formação integral proposta pela Companhia de Jesus considera a realidade e, a partir daí, a pessoa que deseja formar:

Nos colégios da Rede Jesuíta de Educação, os currículos são concebidos, considerando a legislação educacional em vigor e os documentos da educação da Companhia de Jesus. A construção do currículo considera a concepção de mundo, de sociedade, de homem e de pessoa que se deseja formar, assim como contempla aspectos da formação integral que tenham fundamentação de natureza epistemológica, indagando sobre limites e possibilidades do conhecimento e as relações que se estabelecem entre conhecimento, sujeitos e meio; pedagógica, buscando os melhores caminhos e percursos para que a aprendizagem integral aconteça; e psicológica, considerando os diferentes estágios de desenvolvimento do educando e sua capacidade de pôr-se em atividade, em consonância com os desafios inerentes a cada etapa. (RJE, 2016, p. 43-44)

O Seminário Internacional de Pedagogia e Espiritualidade Inaciana – SIPEI, ocorrido em 2015 na cidade de Manresa - Espanha tem suas discussões registradas no documento “Homens e mulheres conscientes, competentes, compassivos e comprometidos”. Nele, os 4 C’s (consciência, competência, compaixão e compromisso) identificam os princípios fundamentais da educação integral.

As unidades da RJE têm como objetivo a formação integral do sujeito, o que perpassa pelas dimensões cognitiva, sócio emocional e espiritual religiosa. Com isso, todas as ações pedagógicas propostas contemplam a formação dos estudantes em um ou mais desses eixos. Isso pode ser facilmente observado nas práticas educativas das diversas unidades.

2.2 Educação, trabalho e educação vocacional

Com a Revolução Industrial, surge a necessidade de se estruturar a escola, de cuja organização depende toda sociedade. Enquanto, na França, essa estruturação se dá a partir do Estado, na Inglaterra acontece o contrário, de acordo com Manacorda (2007)

O fato de que, na França, o caminho tenha sido o da intervenção do Estado e que, na Inglaterra, pelo contrário, tenha sido o desaparecimento, de fato, da velha prática e obra da expansão objetiva da fábrica; que, em resumo, os caminhos percorridos nos dois países industriais tenham sido diversos, dependeu exclusivamente de suas diferentes configurações históricas e sociais, mas nada muda nessa relação, em que a destruição do aprendizado e a criação de instituições para a formação do trabalhador *sub specie* de escola são o novo processo em curso. (MANACORDA, 2007, p. 124)

Quanto mais a ciência se desenvolve e se torna prática, mais ela se expande e interfere no processo produtivo. Esse processo de desenvolvimento também afetou a estrutura escolar tradicional, promovendo nesta não apenas os conteúdos científicos de caráter cognitivo, mas também de caráter operativo, ainda que utilizasse, para esse, a metodologia própria do ensino tradicional.

O desenvolvimento da sociedade e a industrialização não foram suficientes para promoção do crescimento da educação vocacional. Antes, promoveram o desenvolvimento de novas modalidades de educação destinado a diferentes públicos, ao passo que a educação para as elites continuou existindo. A questão das relações entre educação e trabalho é tratada desde o século XIX com a expansão do industrialismo. A partir desse ponto de vista, os autores Marx e Engels (2011) analisam a institucionalização e expansão do sistema escolar.

A divisão do trabalho só surge, efetivamente, a partir do momento em que se opera uma separação entre o trabalho material e intelectual. A partir desse momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa, de fato, qualquer coisa sem representar algo de real. E, igualmente, a partir deste instante, ela se encontra em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria "pura", da teologia, da filosofia, da moral etc. (MARX; ENGELS, 2011, p. 26)

Para os autores, o processo de desenvolvimento do sistema escolar está ligado ao capital, ou seja, o trabalho tem mais valor quanto mais for capaz de atender as demandas de produção que, cada vez mais, agregam ciência e técnica a seus

processos. Esse aperfeiçoamento do processo produtivo requer dos trabalhadores maior capacidade intelectual, que só pode ser alcançada a partir de uma boa formação ofertada por um sistema escolar eficiente. A institucionalização escolar não aconteceu tão facilmente, ela se deu em função das necessidades do setor produtivo. Segundo os autores,

O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava frequentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essa obrigatoriedade e nas suas manhas e trapaças para se furtarem a ela. (MARX; ENGELS, 2011, p. 86)

As constantes transformações dos modelos produtivos impulsionadas pelos avanços tecnológicos, o excesso de mão de obra e os progressos da legislação em relação à escolarização deram origem às primeiras escolas técnicas. A presença do ensino das tecnologias na formação dos trabalhadores evidencia o movimento de sua luta contra a exploração.

O industrialismo, além de questionar o modelo da escola tradicional clássica, desencadeou o surgimento de diversos tipos de escolas profissionais. A partir da exigência de conhecimentos teóricos e práticos, surgiu “a necessidade de uma escola que seja também ela de cultura como o era a escola clássica, mas de uma cultura nova e diferente, ligada à vida produtiva” (MANACORDA, 1990, p.153). A escola precisaria se renovar para dar conta das novas demandas do setor produtivo e, para isso, deveria tratar de cultura e de trabalho, ou seja, desenvolver as capacidades de pensar e de saber o porquê e como fazer, de modo a fazer com que o indivíduo se sinta como parte integrante do contexto no qual está inserido. À medida que a lógica do mercado se sobrepõe aos processos educativos e à produção de pensamento, o contexto da educação profissional torna-se mais complexo.

A relação entre educação e trabalho sempre foi motivo de discussão que revela diferentes posicionamentos políticos e teóricos, gerando, ao longo dos anos, disputas na estruturação da educação básica e profissional.

Entre outros aspectos, essa estruturação implica diferentes modalidades de educação. O desenvolvimento da educação vocacional, separadamente da educação geral, serviu como resposta às necessidades de qualificação profissional da economia, como resposta das sociedades às demandas por educação e participação

social dos pobres e ajudou a criar uma classe trabalhadora ciente do sistema capitalista e industrial.

O relacionamento entre as modalidades geral e vocacional variou de um país para outro. Em alguns, eram conduzidos separadamente, em outros, ambos conduzidos pelo Estado e, em outros, conduzidos pelos setores educacional e produtivo conjuntamente, no chamado “sistema dual”.

Com a redução das diferenças entre as classes, a separação entre a educação geral e profissional passou a ser questionada, sobretudo nos aspectos em relação à separação entre educação geral e vocacional, por meio de prova de conhecimento aplicada a alunos no início da adolescência que, praticamente confirma, origem social do aluno, impossibilitando seu crescimento. Como as universidades selecionam por desempenho acadêmico, os jovens destinados à educação vocacional não terão acesso a ela. A educação vocacional é vista como de segunda qualidade para pobres.

Embora esses questionamentos não fizessem com que a educação vocacional deixasse de existir, contribuíram para a ampliação da educação comum - até os 15 ou 16 anos de idade e para a criação de escolas abrangentes que tratam educação geral e vocacional. Essas escolas, no entanto, não conseguiram cumprir seu propósito.

Em todo o mundo, foram buscadas soluções para a educação secundária e vocacional, considerando as condições sociais, necessidades de educação e formação profissional. Trata-se, portanto, de uma questão bastante complexa, pois cada pessoa tem suas aptidões, interesses, limitações e, por isso, não se pode esperar que todos tenham a mesma formação. O abismo social, que se contrapõe ao ideal de igualdade, é motivado, também, por questões econômicas, sociais e políticas.

Em países que adotam sistema unificado, entre eles o Brasil, muitos estudantes não conseguem concluir a educação secundária com condições mínimas para as carreiras de nível superior nem para as profissões de nível médio demandadas pelo mercado. Segundo um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, um em cada quatro estudantes, aos 15 anos, não consegue atingir o mínimo de desempenho esperado em leitura, matemática ou ciências (OCDE, 2016b).

Enquanto, por um lado, bons cursos vocacionais favorecem o ingresso no mercado de trabalho, diminuem a possibilidade de desemprego e melhor renda do que cursos universitários tradicionais, por outro, carreiras universitárias favorecem mobilidade ocupacional e salarial e reduzem a possibilidade de obsolescência.

Estudos feitos no Brasil mostram que cursos profissionais têm impacto positivo nas oportunidades no mercado de trabalho (Almeida et al., 2015; Silva et AL., 2015).

A solução ideal para a questão seriam cursos vocacionais que preparassem para o mercado de trabalho e para cursos superiores, permitindo a cada um que se aprofundasse em um ou outro de acordo com suas aptidões e respeitando as individualidades. Porém, a dificuldade de acesso à educação de qualidade e a inadequada qualificação profissional estão entre as maiores dificuldades encontradas pelos jovens, segundo Barbosa e Deluiz (2008):

Entre os principais problemas com os quais se deparam hoje estão: o acesso restrito à educação de qualidade, as frágeis condições para a permanência no sistema escolar, a dificuldade de inserirem no mercado de trabalho formal, a luta pelo primeiro emprego e a inadequada qualificação profissional. Tais dificuldades reforçam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade do jovem, a qualificação profissional, a participação social, a garantia do primeiro emprego - a fim de proporcionar-lhe experiência profissional -, além de uma política integrada de proteção social. (BARBOSA; DELUIZ, 2008, p. 1)

2.3 Os ensinos médio e técnico no Brasil

Ao final do século 20, a universalização do acesso ao ensino médio ou secundário tornou-se realidade, somente, nas nações desenvolvidas e uma tendência naquelas em desenvolvimento. Antes disso, o foco estava na educação primária e superior. Com essa expansão da busca pelo ensino médio, os modelos tradicionais tiveram que se adaptar aos novos perfis dos interessados, que tinham histórias, realidades e visões diferentes. Parte dessas adequações residem na relação entre educação tradicional e profissional.

O Brasil avançou muito, nos últimos 30 anos, em dar acesso à educação para a grande maioria de sua população, porém com qualidade extremamente baixa, frustrando milhões de jovens em sua esperança de, por meio da formação escolar, conseguir um lugar digno na sociedade e no mercado de trabalho. Além disso, não forma os recursos humanos com a capacitação necessária para o desenvolvimento do país. (SCHWARTZMAN, 2016, p. 12)

O ensino médio, no Brasil, tem se mostrado, ao longo do tempo, o nível mais complexo em relação à sua estruturação e organização, pois trata-se de um nível intermediário entre a educação fundamental e a educação profissional, além de que pode sofrer as consequências de um ensino fundamental de má qualidade. Além dessas, existem outras questões de naturezas diversas que interferem na formação

da juventude: a ambiguidade entre as necessidades de preparar para a continuidade dos estudos e, ao mesmo tempo, para o ingresso no mercado de trabalho e a desigualdade de oportunidades e conteúdos necessários a essa faixa etária.

As dificuldades enfrentadas pelo ensino médio, são sintetizadas por Kuenzer (1997):

Como resultado, [o ensino médio] continua sem identidade, nem sequer física, uma vez que tem crescido nos espaços ociosos das escolas de 1º grau, o que se agrava com o descaso do Estado, em todos os níveis, com um financiamento que atende precariamente uma demanda (16% dos alunos entre 15 e 19 anos) que cresce significativamente, com uma proposta pedagógica confusa e de qualidade insatisfatória para atender suas finalidades: o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e a preparação básica para o trabalho e para a cidadania por meio da construção da autonomia intelectual e moral. (KUENZER, 1997, p. 9)

No Brasil, mais contemporaneamente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC atualizou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/1996) e passou a orientar os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ela estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se esperam que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Assim, as competências gerais estabelecidas para a Educação Básica orientam tanto as aprendizagens essenciais a ser garantidas no âmbito da BNCC do Ensino Médio, quanto os itinerários formativos a ser ofertados pelos diferentes sistemas, redes e escolas.

Em outros países, os jovens escolhem, de acordo com suas aptidões e realidades, as áreas e temas nos quais se aprofundarão. Outro ponto importante a ser considerado são as limitações e as capacidades de cada indivíduo, que farão com que os resultados alcançados por cada um sejam diferentes.

Embora o modelo único de ensino médio para todos apresente pontos negativos como citado anteriormente, existe um movimento que o defende baseado no argumento de que possibilidades de diferenciação no ensino médio implicariam em

discriminação e esta impactaria, sobretudo, os estudantes oriundos de classes socioeconômicas desfavorecidas, que seriam direcionados à formação para a mão de obra, enquanto os estudantes de melhores condições receberiam formação preparatória para o ensino superior, o que agravaria a questão da desigualdade de oportunidades, já citada anteriormente. No entanto, é sabido que o modelo vigente de ensino médio não resolve essa questão, haja vista a quantidade de jovens que, a cada ano, concluem o ensino médio sem estar preparados para o mercado de trabalho e nem para acessar o ensino superior.

Outro argumento favorável ao modelo único de ensino médio é o de que a diferenciação faria com que os jovens ficassem com conhecimentos fragmentados, de modo que tivessem uma visão distorcida da realidade. Porém, para se especializar em determinada área considerou-se inevitável que outra seja tratada superficialmente ou suprimida, além do fato de que a especialização pode redundar em inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no alcance das condições para viver dignamente.

Diante dessa questão, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) propôs uma alteração na Lei de diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional: a redução do conteúdo obrigatório no currículo do ensino médio e a permissão para que os estudantes optem em diferentes áreas para aprofundamento, incluindo a formação vocacional. Naturalmente, essa reformulação de todo o Ensino Médio não pode se dar de uma hora para outra, exigindo que redes e escolas se adaptem à nova realidade.

Assim, a história do ensino médio, no Brasil, pode ser escrita a partir da dualidade entre educação geral e educação específica e na busca pelo equilíbrio entre as necessidades de educação e trabalho de acordo com o contexto político que caracteriza cada momento, como será descrito a seguir.

2.3.1 Anos 1950: equiparação dos ensinos médio e técnico

Durante o governo Vargas, o então denominado Ministério da Educação e Saúde era responsabilidade de Gustavo Capanema, que conduziu grandes reformas no sistema educacional e a educação secundária foi a área mais afetada pelo ministério Capanema.

Tais reformas promoveram avanços na estruturação do ensino técnico-profissional, embora tenham mantido a separação entre o ensino técnico e geral, permitindo somente a este a possibilidade de acesso ao ensino superior. Os cursos complementares foram substituídos por cursos médios de 2º ciclo ou cursos colegiais, com diferenciação entre científico (com ênfase em ciências exatas e naturais) e clássico (com ênfase em ciências humanas e área de letras), com duração de 3 anos e com objetivo de preparar os estudantes para o ensino superior. Os cursos normal, agro técnico, comercial técnico e industrial técnico foram colocados no mesmo nível, porém, não asseguravam o acesso ao nível superior.

A equiparação entre os ensinos técnico e geral para fins de acesso ao curso superior ocorreu em 12 de março de 1953, por meio da Lei nº 1821, porém, com restrições. Egressos de determinados cursos técnicos passaram a ter acesso a determinadas carreiras. Essa foi uma primeira tentativa de articulação entre as modalidades do ramo secundário (científico e clássico) com os cursos profissionais. Egressos de cursos secundários profissionalizantes passaram a ter uma via de acesso ao ensino superior.

Não obstante à abertura dessa via, o acesso ao nível superior se dava pelo domínio de conteúdos gerais, ciências, letras e humanidades, como acontecia nas organizações escolares anteriores. Sendo assim, os matriculados ou egressos de cursos profissionais tinham a necessidade de cumprir uma etapa de adaptação a um currículo amplo, para cumprimento das finalidades do ensino secundário, conforme apontado por Kuenzer (1997):

formação da personalidade integral dos adolescentes; acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a humanista; preparação intelectual que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (KUENZER, 1997, p. 14)

Nesse período, o Ministério da Educação aprovou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, do Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos - INEP e do Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa.

Discutiu-se, então, sobre a diversificação do ensino médio entre as modalidades acadêmica e técnica, tendo prevalecido a questão do acesso ao ensino superior. Não obstante à relevância da conquista em relação à equidade, as discussões não fortaleceram o ensino técnico e ratificaram a existência de dois

caminhos para os que aprenderão o exercício de sua função na escola: os dirigentes nos níveis superior e médio e o processo produtivo.

2.3.2 A LDB de 1961: equiparação definitiva

As discussões em torno da relação entre os ensinos geral e técnico continuaram por vários anos, até que, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada, no governo de João Goulart, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Lei nº 4024/1961. Ela foi originada a partir de uma solicitação do presidente Dutra ao Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani para elaborar o seu anteprojeto, que foi entregue à Câmara Federal em outubro de 1948 e apenas se transformou em lei 13 anos mais tarde.

O projeto encaminhado ao Congresso definia o que se entende como curso técnico, estabelecendo condições para sua realização e facultando ao egresso matricular-se em colégio universitário de escola superior relacionado ao curso técnico realizado, caso admitido. O colégio universitário teria duração de um ou dois anos antes do início do ensino superior.

Após discussões, a proposição tomou forma e se transformou no Projeto de Lei nº 2222, em 1957, que, entre outras alterações, teve excluído do texto a questão do colégio universitário.

Finalmente, em 1961, tem-se a organização final da Lei nº 4024 que valida a possibilidade de integração de formação geral e profissionalizante, além de reconhecer o potencial dos cursos técnicos em oferecer formação equivalente a geral para fins de acesso ao ensino superior.

Em virtude do desenvolvimento dos diversos setores, proporcionados pelo avanço das tecnologias, houve a necessidade de diferenciação e de reconhecimento de outros ramos profissionais e, conseqüentemente, do reconhecimento e da validação de diferentes saberes. Passa a haver, a partir de então, diferenciação na estrutura curricular que, além do conteúdo humanista clássico (artes e humanidades) necessário para o acesso ao ensino superior, contempla os conteúdos profissionalizantes. Essa diferenciação, porém, não altera a estrutura do sistema educacional tradicional, mantendo dois projetos pedagógicos que se complementam para atendimento das demandas específicas.

2.3.3 A LDB de 1971: ensino técnico compulsório

Em 11 de agosto de 1971 foi publicada a Lei nº 5692/71, em pleno regime militar, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. O Ministério da Educação e Cultura era ocupado por Jarbas Passarinho. A Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, que tramitou rapidamente pelo Congresso, mudou a organização do ensino no país.

Nessa reforma, os cursos primário e ginásial formariam uma única etapa obrigatória com duração de 8 anos, o ensino de 1º grau. O 2º grau, anterior curso colegial, passaria a ter diversos caminhos formativos e a profissionalização como principal objetivo. Para tal, diversas mudanças seriam necessárias: a existência de um núcleo comum e obrigatório para todos e uma parte diversificada. O currículo deveria, também, considerar as formações geral e técnica com uma articulação entre elas.

Em relação à formação especial, foram previstas áreas de habilitação profissional e sugestões de composição curricular para diversas habilitações de nível técnico. De acordo com a proposta, não haveria necessidade de sobrecarregar o estudante com formação geral e isso não resultaria em perdas na preparação para a cidadania.

Essa proposta educacional mostra-se alinhada aos objetivos políticos e econômicos da ditadura, conforme nos mostra Kuenzer (1997), ao apresentar alguns de seus objetivos

a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960; a despolitização do ensino secundário, por meio de um currículo tecnicista; a preparação da força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no “tempo do milagre”, o qual pretensamente anunciava o acesso do Brasil ao bloco do 1º mundo... (KUENZER, 1997, p. 17)

A partir daí, compreende-se a generalização da habilitação profissional e sua natureza fragmentada para atendimento das demandas do processo produtivo. Essa legislação explícita, pela primeira vez, a questão da educação para o trabalho ao passo que, nas anteriores, a vertente secundária prevalecia sobre as demais. A inclusão da qualificação para o trabalho como objetivo geral do ensino reafirma as três

dimensões do processo de educação integral: o desenvolvimento individual, a formação profissional e o exercício da cidadania.

O parecer 45/72 do CFE aborda a qualificação para o trabalho no ensino de 2.º grau e o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. O texto discute a relação entre humanismo e tecnologia, ressaltando que não há antagonismos entre elas, além de estabelecer relações entre técnica e cultura, passado e presente. Com isso, o texto mostra que tanto as disciplinas de cultura geral, quanto as técnicas, servem para o aperfeiçoamento do homem e que é mal entendido julgar que o cristianismo se opõe à educação tecnológica.

Constituem-se como avanços nessa legislação a tratativa da qualificação para o trabalho como parte integrante do desenvolvimento individual e social e o estabelecimento de um único ramo, profissionalizante, para todos.

Logo surgiram dificuldades na implementação da reforma: despreparo das escolas e falta de recursos para sua adequação, falta de mão de obra especializada para oferta de disciplinas técnicas, desconhecimento das necessidades do mercado de trabalho, resistência dos professores diante de possibilidade de redução de carga horária e resistência por parte dos próprios estudantes diante da possível redução de carga horária na formação geral, o que poderia comprometer o acesso ao ensino superior.

Em 1982 foi aprovada a Lei nº 7044 e, a partir de então, a formação profissional no ensino de 2º grau deixa de ser obrigatória e passa a ser uma possibilidade.

2.3.4 A LDB de 1996: ensino técnico em adição ao ensino geral

A Lei nº 9394, aprovada em 20 de dezembro de 1996 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, resultou de longo processo de consultas e discussões que se iniciaram a partir 1988, com o texto original do Deputado Octávio Elísio. Tal texto, posteriormente, sofreu alterações e gerou outras propostas ao longo do tempo.

Uma delas ficou conhecida como Projeto Jorge Hage, uma proposta que foi resultado de consultas à sociedade e, posteriormente, apresentada na Câmara dos Deputados. Essa proposta enfatiza a necessidade de uma educação comum para todos e aponta a dificuldade da oferta de formação técnica de qualidade pelas escolas regulares, levantando a possibilidade dessa oferta ser feita por outras instituições. Essa proposta considera uma educação básica com forte componente de Educação

tecnológica ou politécnica ao lado da Educação geral, com possibilidade de acrescentar-se a essa uma formação específica.

A partir da Lei nº 9394 também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, a educação profissional, no país, passa por diversas transformações. Além da possibilidade de ser planejada com objetivos e metas a serem cumpridas, uma mudança significativa é a explicitação sobre essa modalidade de ensino, conforme se apresenta no Art. 39: “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. No parágrafo único desse mesmo artigo, a Lei 9394 explicita o público-alvo da educação profissional: “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.”

Como consequência do novo enfoque dado à educação profissional, foi emitido o Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997, que teve como objetivo a regulamentação da educação profissional, estabelecendo três níveis para ela: o básico, para qualificação; o técnico, para habilitação profissional e os tecnológicos, correspondentes a cursos superiores.

Em nível médio, a educação técnica teria organização curricular própria e independente do ensino médio, sendo ofertada concomitante ou subsequentemente. Na parte diversificada, o ensino médio ofereceria até 25 % da carga horária total, a serem aproveitados no curso profissionalizante.

A nova organização promoveu separação significativa entre as modalidades de modo que o ensino médio tornou-se requisito para o ensino técnico. A formação geral do ensino médio passou a ser obrigatória para interessados em diploma de técnico em nível médio.

Dessa forma, a nova LDB diversifica as oportunidades de formação profissional em nível médio. O aluno tem maior flexibilidade para definir seu itinerário formativo e as instituições melhores condições de revisão e atualização dos currículos.

O Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004, revogou o Decreto nº 2208 de 1997 e restabeleceu a oferta integrada de ensino técnico nas escolas de ensino médio. Tal fato realizou-se sob o pretexto de que o dualismo na educação com a separação entre os ensinos médio e técnico, proposto por este, reduziu o ideal de um sujeito autônomo para um restrito aos requisitos imediatos do mercado, além de ter gerado constrangimentos pela forma imperativa com que as decisões foram tomadas. A

concepção da educação politécnica não promoveria durante a educação básica a profissionalização específica, o que, para a realidade brasileira, não seria interessante, pois traria dificuldades aos estudantes da classe trabalhadora que logo se inserem no mercado de trabalho.

A solução para essa questão foi a adoção do ensino médio integrado à formação profissional. A integração da ciência, tecnologia, cultura e trabalho, como bases, proporciona uma educação politécnica e, ao mesmo tempo, profissional. Desse modo, a educação profissional passou a ser articulada com o ensino médio, nas possibilidades: integrada, concomitante e subsequente.

O Decreto nº 2208 de 1997, na verdade, não eliminou as relações entre os ensinos médio e técnico. Ele propôs que instituições federais de ensino profissional também oferecessem cursos técnicos de nível básico para possibilitarem ao trabalhador atualizações para o mercado de trabalho. O decreto previa que a educação profissional de nível técnico pudesse ser oferecida concomitante ou subsequentemente a este.

Em 2012, o Conselho Nacional da Educação estabeleceu diretrizes para a educação técnica de nível médio. Assim, foram reafirmadas as possibilidades de oferta articulada, concomitante e subsequente, e foram organizados eixos tecnológicos com itinerários formativos flexíveis e atribuições de caráter normativo ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 estabelece prioridades e objetivos para a educação no Brasil em todos os níveis e modalidades. Dentre as 20 metas propostas para serem alcançadas até 2024, as de número 10 e 11 referem-se à educação profissional:

10. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;

11. Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. (BRASIL, 2014, p.37 e 39)

Para o alcance de cada uma das metas, uma série de estratégias foi definida. Embora a Meta 12 refira-se à educação superior, pode-se considerar que ela trata, indiretamente, da educação profissional, pois o nível tecnológico, que é uma modalidade de ensino superior, é tratado nessa meta.

A Medida Provisória 746, de 2016, apresenta a formação técnica como uma opção formativa as quatro previstas para o ensino médio geral (linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas), possibilitando que a formação técnica seja oferecida a partir de combinações entre conteúdos gerais e específicos, sem prejuízo para a formação dos estudantes.

Considerando que o Brasil alcança níveis consideráveis de universalização e contemplando as diversidades econômica, social e cultural da população, o fortalecimento do ensino técnico, como opção formativa de nível médio, poderia atender significativa parcela de população que encontraria, nessa formação, possibilidades para ingresso no mercado de trabalho e em cursos superiores, além de atender a diversos setores produtivos que requerem profissionais com formação geral e competência técnica.

2.4 Juventude e educação

Tratar sobre juventude é algo bastante complexo. Ainda que ela supostamente caracterize apenas um período de transição que se inicia com o fim da infância, fase marcada pela dependência dos pais, passa pela adolescência e vai até o momento em que o jovem se torna independente, trata-se de um período de grandes transformações e de novos comportamentos tanto individuais quanto coletivos. Essa questão torna-se ainda mais complexa pelo fato dessa fase ser marcada por emoções extremas e pela tendência a buscar novas experiências e assumir riscos. De acordo com Bourdieu (1983), é um momento na vida em que se está mais aberto à apreensão de novos conhecimentos e posturas e à construção de novas relações sociais. O autor apresenta uma distinção entre ser jovem ou adulto, refletindo que esta classificação pode ser variável e baseada nos fatos de que somos sempre o jovem ou o velho de alguém e que os conceitos de juventude e velhice são construídos socialmente. Ele exemplifica essa relativização propondo a comparação das condições de vida, entre “jovens” que já trabalham e adolescentes de mesma idade biológica que ainda são estudantes. Nas palavras do autor:

As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. Se comparássemos os jovens das diferentes frações da classe dominante, por exemplo, todos os alunos que entram na École Normale, na ENA, etc., no mesmo ano, veríamos que estes "jovens" possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos se

encontrarem do polo do poder. Quando passamos dos intelectuais para os diretores executivos, tudo aquilo que aparenta juventude, cabelos longos, jeans, etc., desaparece. (BOURDIEU, 1983, p.113)

No entanto, essa atribuição não é tão simples, pois o conceito de juventude vai depender, ainda, de outros fatores, como tempo e lugar. Ser adolescente, jovem ou adulto pode ser muito diferente para homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros e, pode ainda variar, dependendo do local onde se nasce e vive.

Esse período de transição, no passado, acontecia de forma mais curta ou praticamente não existia. As pessoas começavam a trabalhar bem mais cedo, as mulheres se casavam e se tornavam donas de casa, mães e, a maioria, não tinha oportunidade de obter maiores níveis de educação. No entanto, atualmente, o período da juventude inicia-se mais cedo, o que pode ser observado pela idade de início de puberdade das moças (16 anos ou mais no século 19 e 11 anos ou, até menos, hoje); ao passo que para os rapazes se dá um pouco mais tarde. Não existe, porém, uma explicação clara para tal fenômeno, acredita-se que ele ocorra por influências sociais e biológicas.

Diante da diversidade de possibilidades, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO publicaram, em 2007, o volume *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*, utilizando o termo “juventudes” no plural, abrangendo toda amplitude e diferentes grupos que podem ser considerados e que, embora possuam tantas características distintas, possuem preocupações e necessidades similares, como o emprego, por exemplo.

Quando são desenvolvidas políticas públicas que favorecem a juventude no Brasil, ficar evidenciado quais “juventudes” se beneficiarão com esses programas, garantindo espaços, acesso e condições justamente para os grupos socialmente menos privilegiados. Novaes (2003) afirma que as políticas públicas para a juventude devem atender, principalmente, jovens das classes populares que vivem à margem da sociedade e presenciam um alto nível de exclusão social através da escolaridade, dos altos índices de desemprego e violência e da ausência e/ou ineficácia dos aparatos sociais como creches, postos de saúde, escolas, áreas de estímulo à cultura, etc.

Para que se alcance os resultados esperados, essas políticas, além do acesso a uma educação de qualidade, devem dar conta das necessidades elementares das

famílias dos jovens estudantes, pois, como já preconizava o Relatório Coleman (1966):

As escolas influenciam pouco os resultados obtidos pelas crianças, que dependem sobretudo de suas origens e do contexto social mais amplo, e essa ausência de efeito independente significa que as desigualdades impostas às crianças pelo ambiente de sua casa, vizinhança e grupo de pares permanecem com elas e se transformam nas desigualdades com que vão se confrontar na vida depois da escola. A criação de igualdade de oportunidades educacionais pelas escolas requer que elas tenham um forte efeito que não dependa do ambiente social imediato das crianças, e esse efeito independente não existe nas escolas norte-americanas (Coleman, 1966, p. 325).

Política de educação profissionalizante é uma ferramenta de transformação social, pois possibilita a inserção dos jovens no mercado de trabalho através de sua qualificação profissional, já que a pobreza e a desigualdade social são problemas reais que os colocam à margem da sociedade. Como será visto, posteriormente, a estratégia de associação entre a educação profissional e a juventude menos favorecida como forma de inclusão social é usada, no Brasil, desde o início do século XX, quando foram criadas as Escolas de Aprendizizes e Artífices, através do Decreto nº 7566, de 1909:

[...] se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação. (BRASIL, 1909, s./p.)

Infelizmente, quando se fala em educação, outro termo vem à tona: desigualdade. No Brasil, essa questão é bastante crítica e vem se consolidando ao longo de décadas. Hoje ela criou raízes tão profundas que nem mesmo as políticas educacionais implementadas deram conta de resolver essa questão.

No âmbito da educação, a desigualdade não é resultado apenas de questões financeiras e/ou sociais. Nesse caso, ela também é resultado de construções intelectuais ou de tipos de inteligências. A inteligência também se constitui de um repertório influenciado pelas condições socioeconômicas, culturais e, também, pelo ambiente.

No entanto, cada ser humano é único e tem sua história, sua visão de mundo, suas aptidões, suas dificuldades, seus objetivos e anseios, além de reagirem de forma pessoal e única a cada situação. Na adolescência, essas particularidades já se

encontram bastante acentuadas de modo que não se justifica todos receberem a mesma educação escolar. No entanto, há de se tomar todo cuidado para que essa diferenciação dos estudos não acentue as desigualdades. A incapacidade da escola de combater a desigualdade inspirou diversos movimentos pelo mundo, com o intuito de reformar os sistemas vigentes de ensino. No Brasil, talvez o maior exemplo sejam os estudos e a proposta desenvolvidos por Paulo Freire.

Alguns fatores podem aumentar ou diminuir a influência das escolas nos desempenhos dos alunos: a qualidade do professor, as possibilidades da escola em selecionar professores e das famílias em escolher as escolas e, finalmente, o reconhecimento por parte de diretores, professores, alunos e famílias, dos objetivos a serem alcançados. Habitualmente, a existência desses fatores está diretamente ligada às características socioeconômicas do público da escola, favorecendo a perpetuação da desigualdade. Por mais abrangentes que sejam as propostas educativas, haverá diferenças de aptidão, interesses e capacidades.

A educação causará um impacto mais positivo, tanto quanto os sistemas educacionais consigam oportunizar a todos as melhores condições de aprendizagem, assegurando a cada um a melhor qualidade de educação, visando obter o melhor resultado individualmente.

Enquanto por um lado os sistemas educacionais funcionam como molas propulsoras que possibilitam a ascensão social e a redução da pobreza, por outro podem servir como prisão, impedindo que muitos estudantes alcancem sua liberdade. Em parte, isso acontece porque os sistemas educacionais replicam o modelo de segregação da sociedade em que estão inseridos, reservando, para alguns, as vagas preferenciais com acesso à educação geral que podem oferecer maiores retornos, social e financeiro; enquanto que, para o grupo, o dos menos favorecidos, restam, na maioria das vezes, as vagas de capacitação para o trabalho.

Essa separação foi questionada por filósofos que propunham a dissociação entre a educação geral e a do trabalho, sendo que a primeira seria para cultura e lazer dos ricos, enquanto a segunda para o trabalho prático dos pobres. Esses estudiosos defendiam a união entre a formação intelectual e prática como forma de combater o modelo vigente e oportunizar a todos a mesma qualidade de educação.

Temos então, um claro exemplo do impacto a ser pretendido pela educação: preparar bem os jovens teoricamente para que tenham condições de competir por vagas nos cursos superiores e dar continuidade aos seus estudos nas áreas de

interesse e, também, prepará-los, na prática, para melhor embasamento do conhecimento e para a formação de um ser humano mais completo, capaz de se tornar um agente transformador de nossa sociedade, compreendendo todos os aspectos de sua formação como fundamentais para a sua relação com o mundo e com as pessoas.

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar como ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. (FREIRE, 1996, p. 49, 40)

Como visto anteriormente, o parecer 45/72 do CFE já propunha a 50 anos atrás a discussão sobre a relação entre humanismo e tecnologia. Atualmente, a BNCC se refere a essa questão como tomada de consciência do eu, do outro, do nós, das diferenças, das diversas formas de organização das famílias e da sociedade em contextos diversificados. Ela estabelece que essas relações sejam putadas pelas noções de indivíduo, de sociedade, de cooperação, de conhecimento de si e do próximo para que as ações possam beneficiar a todos. Ela prevê, ainda, que os estudantes explorem conhecimentos próprios das Ciências Humanas: temporalidade, espacialidade e diversidades (gênero, religião, tradições), conhecimentos sobre formas de organizar a sociedade, relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de considerar as individualidades.

Segundo Souza (2013), apesar de os ensinamentos técnico e tecnológico promoverem avanços em termos de educação, eles deixam a desejar em termos de formação integral. Por se estruturar de forma pouco crítica e fragmentada, não resultam em preparação melhor para a vida, pois essa não se restringe às questões profissionais, embora boa parte da vida de muitas pessoas aconteça em ambiente de trabalho.

O papel da educação não deve restringir-se à dimensão cognitiva de aprendizagem, que se refere à ampliação da capacidade de conceituar, refletir e vivenciar o que se aprende, à necessidade de acessar informações e conhecimentos, de apropriar-se das aprendizagens, confrontar ideias (pensamento crítico), reconstruir conceitos e criar novos saberes (pensamento criativo), transformando-os em experiências. A educação deve abranger também as dimensões sócio emocional, que

implica nas relações do indivíduo consigo mesmo e com o outro e a dimensão espiritual religiosa que se refere à articulação entre as dimensões da transcendência e imanência para promoção do crescimento e amadurecimento da pessoa. De acordo com Souza (2013), “o grande objetivo da educação é preparar a pessoa para vida pessoal e social, para a dignidade de vida com qualidade de vida e não educá-la para a submissão e para uma transformação do humano em coisa, em produto.”

2.5 A natureza da avaliação

A avaliação é um processo analítico inerente a todos os empreendimentos intelectuais e práticos disciplinados. Dada sua versatilidade e diversidade de campos nos quais pode ser aplicada, a avaliação pode ser considerada uma transdisciplina. Tratá-la como uma área das ciências sociais aplicadas seria restringi-la excessivamente ou expandir demasiadamente o domínio das ciências sociais.

Scriven (2018) afirma que avaliação é o processo de determinação do mérito, importância e valor das coisas, e as avaliações são os produtos deste processo.

O campo da avaliação inclui muitas subáreas, como avaliação de produtos, de pessoal, de programas e políticas, de propostas e desempenho. Essa última subárea, por exemplo, inclui a avaliação de alunos por meio de provas e exames, de solistas em concertos, de atletas em competições esportivas.

Recentemente, uma das subáreas se tornou foco de intensificação desses esforços e tem se desenvolvido consideravelmente. Trata-se da área de avaliação de programas que, desde a década de 60, tornou-se um campo de pesquisa e investigação reconhecido. Essa projeção, provavelmente, se deu pelo fato de o Congresso dos Estados Unidos decidir financiar programas educacionais robustos, bem como suas avaliações. Resultados semelhantes aconteceram no Canadá, Suécia e Alemanha. No entanto, a avaliação de programas é considerada um campo da avaliação que utiliza técnicas investigativas das ciências sociais, mas que, também, pode se valer de outras disciplinas como direito, lógica, ética e de outras áreas da avaliação aplicada, como avaliação de pessoal ou de produtos e da própria teoria da avaliação.

A avaliação é como uma ciência no sentido que envolve a produção de conhecimento, em vez de arte, anedotas ou artefatos – por exemplo, conhecimento sobre o mérito relativo de diferentes maneiras de ensinar ou

estudar, ou de mudar a prática de assistência à saúde, ou usar catalisadores que aceleram a ação de hormônios de crescimento. Este é um dos tipos mais preciosos de conhecimento, e não se restringe ao conhecimento aplicado. A ciência propriamente dita se distingue da pseudociência apenas por meio da avaliação – pela avaliação da qualidade das evidências, delineamentos de pesquisa, instrumentos, interpretações etc. -, a avaliação dentro da ciência. (SCRIVEN, 2018, p. 32).

A avaliação, no entanto, não implica em mera coleta e síntese de dados. Em todos os contextos, a coleta e análise de dados são importantes para tomada de decisões. Além da coleta, faz-se necessário o estabelecimento de premissas ou padrões avaliativos para que conclusões sobre mérito ou benefícios possam ser tiradas. Eis os dois braços da avaliação: um trabalha com a coleta de dados, enquanto o outro coleta, esclarece e verifica padrões relevantes. Ainda que os dois braços funcionem adequadamente, a avaliação necessita de uma cabeça para coordená-los, tomar decisões e instruí-los - o que constitui o desenho da avaliação. Além disso, essa cabeça deve combinar o trabalho dos braços de forma justificada e sistemática, o que constitui sua síntese.

A avaliação não é apenas um longo passo além da coleta de dados, mas um longo caminho a partir da expressão do gosto ou da produção de “julgamentos de valor” essencialmente subjetivos, como diriam as caricaturas comuns. Na verdade, expressões de gostou ou preferência, embora às vezes representem uma pequena parte dos dados de entrada, são frequentemente contrastadas nitida e corretamente com conclusões avaliativas... Quanto à noção de que a avaliação é essencialmente subjetiva de uma maneira que a ciência não é, pouco se encontra na ciência que seja mais objetivo do que a avaliação do desempenho de alunos em uma prova de matemática bem elaborada, ou do que o reconhecimento da falha de uma tentativa de salto duplo mortal na saída da barra fixa. Uma avaliação comprovadamente válida feita por observadores competentes é bastante comum e semelhante o bastante à observação e classificação científica para que seja imune a zombarias sobre subjetividade. (SCRIVEN, 2018, p. 36).

Muitas pessoas julgam que a avaliação seja um processo de redução de dados, como a representação de um ano de trabalho por uma nota, por exemplo. No entanto, em dadas circunstâncias, existe a necessidade de uma apresentação de resultados rica e completa, na qual tal modelo de avaliação seja, de fato, inapropriada. Porém, dependendo da circunstância e da finalidade, talvez não haja melhor abordagem do que a nota.

Embora a frequência da avaliação seja saudável e recomendada, pois ela pode poupar recursos, salvar vidas, além de possibilitar melhorias em qualquer processo,

vale a pena lembrar que ela não acontece sem custo ou, pelo menos, risco para alguém.

Em processos avaliativos, muitas vezes, são utilizadas declarações de valor secundárias que são inferências de valores reais feitas por um sujeito ou grupo. Essas informações, juntamente com os demais dados colhidos, através de relatos verbais ou observações comportamentais ao conhecimento do contexto e da cultura, serão utilizados para produzir uma declaração verificável sobre o tema em análise. No entanto, uma avaliação precisa ir além dessas declarações de valor secundárias, pois ela deve levar a conclusões sobre o que, de fato, possui verdadeiro mérito, seja em comparação a outras coisas ou a padrões afirmados e verificados.

Naturalmente, qualquer declaração desta natureza está sujeita às qualificações usuais de conhecimento sobre a possibilidade ubíqua de erro, mas este é um tipo bem diferente de qualificação. Estas são asserções de valor primárias, e não secundárias ou relativísticas. Elas são declarações de casos absolutos, em que algo simplesmente é, e não de casos em que tal seria verdadeiro se outra coisa também fosse, ou de alguém que acredita que seja o caso. (SCRIVEN, 2018, p. 63).

A avaliação é independente, possui seu próprio domínio e a sua existência não deve estar reduzida como subtítulo da educação, saúde, direito ou ciências sociais. Podem até argumentar o contrário, sustentando o discurso com a afirmação de que, de igual modo, não há um domínio da estatística, mas sim da estatística agrícola, da bioestatística, dos estudos demográficos e assim por diante. No entanto, a biblioteca do Congresso norte-americano reconheceu a autonomia da avaliação, criando uma seção para trabalhos gerais em avaliação, em paralelo a dos trabalhos especiais em metodologia de pesquisa. Desse modo, a lógica da avaliação e seu próprio vocabulário transitam nos diversos campos, tal como a lógica da probabilidade, da explicação, da estatística e outras. Outro ponto importante a respeito da avaliação é o reconhecimento de seu caráter autorreferente, ou seja, considerar a necessidade de avaliar as avaliações.

2.5.1 As gerações da avaliação

Com o passar do tempo, a construção da avaliação se tornou mais elaborada e ampla, de modo que, atualmente, é possível conceber uma construção de avaliação totalmente nova, chamada de avaliação de quarta geração. Não existem, porém,

consensos a respeito da avaliação de quarta geração, assim como não houve sobre os modelos que a antecederam. No entanto, ela tende a atenuar as imperfeições, lacunas e ingenuidades de suas predecessoras. Antes de apresentá-la, porém, é válido retomar alguns conceitos importantes de avaliação, por meio de uma breve abordagem das gerações anteriores.

A primeira geração da avaliação caracteriza-se pela mensuração. Ela se deu a partir da necessidade de se medir diferentes atributos de crianças e jovens em idade escolar, uma vez que o principal objetivo da escola era ensinar as crianças o que se reconhecia como certo e, para demonstrar que tinham domínio, replicá-lo em testes que, essencialmente, eram de memória. Nessa concepção de avaliação, a função do avaliador era técnica. Ele deveria conhecer as ferramentas disponíveis de modo que conseguisse mensurar a variável que desejasse investigar e, caso não houvesse algum instrumento adequado, ele mesmo deveria providenciá-lo. Essa concepção de avaliação, preconizada na primeira geração, ainda é utilizada. Sua aplicabilidade se dá, por exemplo, na prática de testes em alunos como procedimentos de graduação na escola ou para admissão nos cursos superiores, na aplicação de testes para classificar as escolas e, ainda, na utilização associada dos termos avaliação e mensuração.

No entanto, o objeto da avaliação de primeira geração mostrou-se deficiente e levou ao surgimento da segunda geração da avaliação. Como citado, o modelo de avaliação anterior apenas oferecia dados sobre os alunos e não apresentava nenhuma abordagem sobre pontos fortes e fracos alcançados por eles, relacionando-os a determinados objetivos pré-estabelecidos. Eis a característica da avaliação de segunda geração: a descrição. Nessa perspectiva, o avaliador tem função de descritor e, assim, a mensuração deixou de ser tratada como a avaliação em si e passou a ser um dos vários instrumentos a serem empregados em seu serviço.

A abordagem descritiva centrada no estabelecimento de objetivos também se mostrou falha devido à dificuldade de estabelecimento de objetivos quando não se tem uma visão clara do todo, o que dificulta a elaboração de uma estratégia de avaliação, já que essa pode não produzir resultados esperados. No entanto, outra crítica foi dirigida a esse modelo: a avaliação de segunda geração era essencialmente descritiva e desprezava o juízo de valor. O apelo para inclusão de juízo de valor no procedimento de avaliação foi o marco para o surgimento da avaliação de terceira geração que, inclusive, é caracterizada por esse termo. Nessa perspectiva, tanto os

objetivos quanto o próprio desempenho deveriam ser submetidos à avaliação, pois o juízo de valor depende da existência de critérios para que possa ser bem feito com base neles. O avaliador tem o papel de julgador, mantendo as funções técnicas e descritivas anteriores.

A coleta de dados sistemática só se tornou possível com o desenvolvimento de ferramentas adequadas, conforme caracterizado na primeira geração. A avaliação teria estagnado nesse nível se a segunda geração não tivesse avançado para a avaliação também dos vários objetos de avaliação. A terceira geração incorporou o juízo de valor, tanto sobre o mérito do objeto de avaliação, quanto sobre sua importância. No entanto, as três gerações apresentam algumas imperfeições que sugerem outros aprimoramentos. Dentre essas, citamos: tendência ao gerencialismo, incapacidade de acomodar o pluralismo de valores e comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação.

A tendência ao gerencialismo refere-se ao fato de que, embora o termo gestor/administrador possa incluir uma variedade de indivíduos, na maioria das vezes, representará clientes, patrocinadores ou profissionais de liderança, aos quais os responsáveis pela avaliação se reportam. O avaliador, via de regra, acata as diretrizes e as delimitações impostas por essa figura, que definiremos administrador, a quem ele deve se reportar. Essa relação normalmente é bem aceita, porém, ela gera consequências indesejáveis. A primeira delas, é que o administrador é eximido de responsabilidades por estar fora da avaliação. Com isso, sua atuação e seus métodos não podem ser questionados e ele não poderá ser responsabilizado por qualquer resultado apresentado. A segunda, é que esta relação entre avaliador e administrador é desigual. O administrador tem poder de interferir tanto no processo de avaliação, quanto na divulgação dos seus resultados, restando ao avaliador a opção de recusar-se a conduzir o trabalho em tais situações. Essa situação limita o poder dos grupos de interesse, que talvez queiram respostas a outras perguntas, tenham outras formas de respondê-las ou outras interpretações a respeito, mas não têm suas recomendações acolhidas, enquanto a figura do administrador é elevada à posição de poder. A terceira consequência, é que a relação entre avaliador e administrador é redutora de direitos. Quase sempre o administrador conserva o direito de determinar se os resultados da avaliação devem ser disponibilizados e para quem isso deve ser feito. Não raramente, os avaliadores barganham o poder de divulgação das informações pelo direito de poder produzir qualquer relatório que julguem necessário.

Com isso, os interessados, muitas vezes não informados dos resultados, ficam impedidos de tomar qualquer tipo de medida decorrente desses resultados.

... a relação característica entre administrador e avaliador tem grande propensão para se tornar amistosa. Conceder ao administrador o direito de determinar o formato de uma avaliação significa, na realidade, estar em conluio com ele. Obviamente, estabelecer esse conluio é vantajoso tanto para o administrador quanto para o avaliador. Em relação ao administrador, a avaliação conduzida de uma forma tal que o isenta de responsabilidade, tirando o poder e privando de direitos possíveis antagonistas, é evidentemente preferível à avaliação que o responsabiliza e possibilita que esses antagonistas assumam uma ínfima fração de poder. Quanto ao avaliador, a avaliação realizada de uma maneira tal que ganhe a aprovação do administrador tende a viabilizar novos contratos e garantir uma fonte de renda contínua. (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 59).

A segunda imperfeição trata da incapacidade de acomodar o pluralismo de valores. Embora seja comum a crença de que as sociedades compartilham valores e que esses caracterizam os membros de uma sociedade, ao final da década de 60, o mundo passou a testemunhar lições de pluralismo de valores, pois esse período foi marcado por rivalidades tradicionais entre partidos políticos, conflitos étnicos, de gênero e até de gerações que pareciam não ter solução. Na avaliação, o apelo ao juízo de valor ocorreu quase na mesma época em que houve certo reconhecimento do pluralismo de valores. Em princípio, os valores já estavam implícitos na avaliação desde o início de seu emprego, contudo, era fácil ignorar sua existência em um instrumento objetivo. Linguisticamente, o termo avaliação possui a mesma raiz do termo valor. A dificuldade, portanto, consiste em determinar quais valores devem predominar em uma avaliação, ou ainda, os valores de quem? De que forma as diferenças valorativas podem ser negociadas? O pluralismo de valores do mundo atual é uma questão a ser considerada em uma avaliação, e isso não ocorre em nenhuma das abordagens das gerações anteriores da avaliação.

O comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação é a terceira das imperfeições apontadas anteriormente. Os cientistas sociais utilizaram-se dos métodos das ciências físicas, pois essas alcançaram sucesso e do positivismo, em geral, buscando legitimação seguindo a metodologia que caracterizou as ciências duras e experimentais. Conforme dito anteriormente, as premissas da existência de uma realidade que independe de nossa vontade, preconizadas pelo método científico, pareciam incontestáveis. Para uma compreensão da realidade e suas leis, o investigador precisa manter-se distante do fenômeno investigado para não o

influenciar e nem ter seu juízo de valor influenciado. No entanto, a natureza é ruidosa e confusa naturalmente e precisa ser controlada para evitar a confusão dos resultados do estudo. Nesse caso, o investigador necessita controlar o fenômeno, o que certamente redundará em resultados falsos. A grande maioria dos modelos de avaliação da primeira, segunda e terceira gerações utiliza o paradigma científico para orientar seu trabalho e essa dependência em relação aos métodos da ciência produziu resultados insatisfatórios.

Feitas as abordagens em relação às gerações anteriores à avaliação, bem como a alguns de seus problemas, passamos a nos dedicar ao aprofundamento da avaliação de quarta geração que tem como um de seus princípios estruturantes o cuidado com o ser humano, que pode estar envolvido no processo como cliente, como parte de um grupo de interesse, como fonte de informação ou de outra forma. Nessa abordagem, é atribuída ao avaliador a responsabilidade de interagir com esses seres humanos, respeitando sua dignidade, integridade e privacidade, permitindo a esse uma participação de forma efetiva de todo o processo. Os grupos de interesse ou outros que participarem da avaliação devem ser acolhidos como parceiros equitativos em todos os aspectos e etapas do projeto, recebendo uma medida de paridade e controle político e de paridade conceitual. É necessário, portanto, encontrar uma forma e medida que dê conta de toda essa demanda. De acordo com Guba e Lincoln (2011):

A avaliação de quarta geração é um modelo de avaliação em que as reivindicações, preocupações e questões dos grupos de interesse ou interessados (stakeholders) servem como enfoques organizacionais (princípio para determinar quais informações são essenciais), que são implementados de acordo com os preceitos metodológicos do paradigma de investigação construtivista. (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 59).

A avaliação de quarta geração baseia-se, principalmente, em duas diretrizes. A primeira é o enfoque responsivo, que determina que tanto as perguntas a serem colocadas, quanto as informações a serem coletadas devem basear-se nas informações fornecidas pelos grupos de interesse. A utilização do termo responsiva enfatiza o fato de que todos os grupos de interesse envolvidos em uma avaliação são colocados em risco por esse processo e têm o direito de apresentar suas reivindicações, preocupações e questões para que sejam consideradas, independente de seus sistemas de valores. As reivindicações são alegações apresentadas por um interessado (*stakeholder*) que seja favorável ao objeto de

avaliação. Preocupações são afirmações desfavoráveis ao objeto de avaliação, enquanto as questões dizem respeito a situações em que não há consensualidade.

A segunda diretriz refere-se à metodologia construtivista, que sugere a condução do processo de investigação como um processo social construído com a participação pessoal e ativa dos grupos de interesse. O termo construtivista é usado para designar a metodologia de fato empregada na condução da avaliação. Suas raízes encontram-se no paradigma de investigação, que é uma alternativa ao paradigma científico. No passado, a metodologia aplicada em avaliação era quase exclusivamente científica, fundamentada no princípio da existência de uma realidade objetiva regida por leis naturais imutáveis e na dualidade entre observador e observado, que possibilita a observação sem que ocorram influências de um no outro. Partindo desse princípio, o resultado da observação representa a realidade tal qual ela é, sem a possibilidade de influência por parte do avaliador, cliente ou outro interessado.

A avaliação de quarta geração não compartilha do princípio de que a realidade já está posta e acontece de forma alheia. Contrariamente, ela é construída coletivamente pelas pessoas a partir de suas relações, sendo influenciada diretamente por fatores sociais e culturais. No paradigma positivista, as construções socialmente compartilhadas não equivalem à realidade, pois o processo de investigação está livre de valores e, como tal, o investigador pode assumir uma posição neutra, de independência, na medida em que este se situa externamente à investigação e os sujeitos são encarados como meros objetos de investigação. No entanto, as realidades socialmente construídas além de não serem independentes do observador, dependem dele para sua própria existência. A metodologia de avaliação que contempla essa visão deve estar fundamentada em um paradigma de investigação distinto do positivismo científico. Nessa perspectiva, ela baseia-se no chamado paradigma construtivista, interpretativo ou hermenêutico, no qual os valores do investigador exercem influência no processo, tendo em conta que existe dependência derivada do inter-relacionamento sujeito/objeto e, como tal, existe risco de subjetividade.

Os grupos de interesse nem sempre percebem que uma avaliação que os interessa está em andamento, que informações importantes para eles podem estar sendo omitidas, ou ainda, que apenas questões de grupos concorrentes ao seu estão sendo de fato tratadas. Muitas vezes, esses grupos não têm ideia do papel que podem

exercer em determinado processo avaliativo ou mesmo de seu direito legítimo de participação. Existem vários e diferentes grupos de interesse que podem ser distribuídos em classes. A primeira delas é a dos representantes, que são as pessoas envolvidas na produção, utilização e implementação do objeto de avaliação. Estão entre eles os desenvolvedores do objeto de avaliação, patrocinadores locais, tomadores de decisão que resolveram aplicar o objeto de avaliação, fornecedores, o cliente da avaliação e os envolvidos na implementação do objeto de avaliação. A segunda classe, abrange os beneficiários, que são as pessoas que, de alguma forma, tiram algum proveito do objeto de avaliação, ou seja, os beneficiários diretos ou público alvo para quem o objeto de avaliação foi criado, os beneficiários indiretos e as pessoas que ganham com a aplicação do objeto de avaliação. A terceira e última classe é a das vítimas, que são as pessoas afetadas negativamente pelo objeto de avaliação. Entre elas, podemos citar os grupos excluídos do uso do objeto de avaliação, os grupos que sofrem efeitos colaterais negativos e os politicamente desfavorecidos pelo uso do objeto de avaliação.

Diferentes grupos de interesse defendem diferentes construções em relação a reivindicações, a preocupações ou a questões em particular. Cabe ao avaliador conduzir o processo de modo que cada grupo receba as contribuições dos outros, num processo hermenêutico-dialético. Várias situações podem ser resolvidas sem recorrer a novas informações. Como todos os grupos lidam com as construções uns dos outros, as construções de cada grupo podem alterar-se por estar mais fortemente fundamentadas. A avaliação responsiva procura obter o consenso, mas como isso é raramente possível, os conflitos restantes dependerão da introdução de novas informações que caberá ao avaliador obtê-las. De posse dessas informações, ele deverá elaborar uma agenda de negociações atuando como moderador. Representantes de todos os grupos juntam-se ao avaliador para resolverem a questão em pauta. As conclusões são alcançadas em conjunto e não são responsabilidade apenas do avaliador ou do cliente. Os pontos não resolvidos mantêm-se como pontos de discussão, porém, os interessados conhecerão o conflito e as posturas dos outros grupos.

Estas considerações revelam a necessidade da avaliação, a importância de sua correta elaboração e aplicação e os benefícios de seus resultados. Na vida dos estudantes, por exemplo, a avaliação é tão importante que suas consequências não

se restringem ao período escolar; elas os acompanham ao longo de suas vidas. De acordo com Afonso (2009):

A relação professor-alunos, enquanto relação avaliador-avaliado, é vista como uma relação de poder na medida em que a avaliação é compulsória, tem consequências importantes para a vida escolar e pós escolar dos alunos e impõe unilateralmente uma determinada grelha de interpretação da realidade que faz com que a relação entre o avaliador e avaliado seja vivida como uma relação de dominação. (AFONSO, 2009, p. 20).

A avaliação, sendo uma ferramenta tão presente e constante na vida escolar, contribui de tal modo com a socialização dos sujeitos que, durante o período escolar, não apenas aceitam ser objeto de avaliação, como, assim, desejam. Esta concepção é de tal forma interiorizada que, mesmo após esse período escolar, ao longo de suas vidas, no âmbito profissional ou não, alguma forma de avaliação continua sendo aceita e, até mesmo, aguardada pelos indivíduos em determinadas situações como instrumento de validação, por meio de uma promoção profissional ou conquista de vaga de emprego, por exemplo. Ao aguardar por esse momento, de certa forma, o indivíduo está constantemente se preparando para, de alguma forma, em algum momento ser avaliado.

Eis outra importância da avaliação para os estudantes, a de reforçar a conexão entre o modo como a escola socializa os jovens com as exigências futuras que eles encontrarão na vida profissional, pois a escola é o primeiro agente de socialização, em que as crianças experimentam, pela primeira vez, um sistema que se baseia, principalmente, na realização individual, como, na maioria das vezes, a própria avaliação, procurando incutir nelas a aceitação das regras de competição próprias da estrutura social e econômica.

Embora devam ser criticamente analisadas as afirmações que sugerem uma correspondência linear e funcional entre as formas de avaliação escolar, enquanto mecanismos de socialização, e as necessidades dos contextos de trabalho – sobretudo porque, em decorrência da sua relativa autonomia, a educação escolar não é sempre funcional para o sistema econômico e político, podendo mesmo contribuir para introduzir contradições importantes nestes sistemas - , não é possível deixar de considerar que os processos decorrentes de determinadas práticas avaliativas têm algumas implicações importantes fora da escola. (AFONSO, 2009, p. 25).

Considerando as etapas avaliativas como validação de todo processo, reconhecemos a importância de seu papel no processo de socialização. Diferentes

modalidades de avaliação terão diferentes impactos na socialização dos indivíduos em escolarização e nem todas serão igualmente funcionais no mercado de trabalho.

2.5.2 Avaliação de impacto

Nessa proposta, a avaliação se dá pela importância de se conhecer os retornos de um “negócio social”, que estão associados à sua própria identidade. O que diferencia um negócio tradicional de um negócio social são seus resultados: no primeiro caso, um retorno financeiro; no segundo, um impacto social positivo. De acordo com Brandão, Cruz e Arida (2014), dois grandes conceitos são importantes para se definir negócio social:

Primeiro: de acordo com a proposta de Muhamed Yunnus, prêmio Nobel da Paz e fundador do Grammen Bank, iniciativa pioneira de investimentos dessa natureza, os negócios sociais devem gerar impacto para populações de baixa renda, e excedentes financeiros (dividendos) reinvestidos na organização, sem possibilidade de distribuição de lucros para os sócios. Segundo: outro segmento dos fundos de investimento de impacto defende que os dividendos podem ser remetidos para os responsáveis pela iniciativa. Entende-se que articular apenas uma definição para negócios sociais não se torna uma barreira para o desenvolvimento desse campo. Entretanto, é importante construir mecanismos capazes de informar o impacto social gerado. (BRANDÃO, CRUZ, ARIDA, 2014, p.5)

Em negócios tradicionais, são consideradas as variáveis retorno e risco, no entanto, quando se trata de negócio social, deve-se considerar, também, a variável impacto. Nessa perspectiva, a avaliação do impacto é de suma importância para a manutenção das propostas do negócio, bem como de sua própria essência.

Impactos sociais nem sempre são facilmente mensurados dado seu caráter subjetivo; entretanto, apesar das dificuldades e dos custos envolvidos nesse processo, a avaliação do impacto favorece a elaboração de intervenções mais efetivas. Sobre a importância dessa avaliação, Fabiani, Rebehy, Camelo, Vicente e Mosaner (2018) afirmam:

Entretanto, avaliar é uma condição indispensável para o gerenciamento de projetos e negócios sociais, pois fornece dados para a verificação da efetividade das estratégias escolhidas, do impacto gerado, e permite o aprimoramento contínuo, além de reforçar a legitimidade das intervenções. (FABIANI, REBEHY, CAMELO, VICENTE, MOSANER, 2018, p.4)

Essa avaliação, portanto, se propõe a evidenciar os impactos produzidos ou os que se esperam produzir para comprovar o quanto dele foi resultante da ação

proposta. Ela busca estabelecer relação entre a causa (intervenção) e o efeito (impacto) e é chamada de interferência causal ou laços de causalidade.

O termo impacto é empregado em diferentes contextos e, sendo assim, pode apresentar diferentes concepções. De acordo com Brandão, Cruz e Arida (2014),

Avaliação do impacto social associa-se à ocorrência de mudanças em uma comunidade, população ou território a partir da inserção de uma variável conhecida no sistema (um projeto, programa ou negócio social) em uma relação causal observada entre a mudança e a variável. O conceito de impacto social guarda diferentes definições que se apoiam em atributos metodológicos, temporais ou de território. (BRANDÃO, CRUZ, ARIDA, 2014, p.6)

Para ilustrar essas diferentes concepções, na sequência, são apresentadas outras definições de avaliação de impacto social:

Avaliações de impacto procuram responder a questões de causa e efeito. Em outras palavras, buscam mudanças nos resultados (*outcomes*) que são diretamente atribuídas ao programa” (Gertler et al., 2000, World Bank Training Series)

A próxima definição apresenta uma avaliação de impacto ancorada em uma metodologia que considera a utilização de estudos com grupos de controles aleatórios, identificados pela sigla em inglês RCTs (*Randomized Control Trials*). Esses grupos são compostos por um conjunto de indivíduos não participantes da iniciativa em questão, mas que guardam semelhanças com o grupo de participantes, chamado grupo de tratamento.

Avaliações de impacto comparam os *outcomes* de um programa contra um contrafactual que mostra o que teria acontecido com os beneficiários se o programa não tivesse existido. Distinto de outras formas de avaliação, o estudo de impacto permite atribuir as mudanças ao programa em avaliação por seguir desenhos experimentais e quasi-experimentais (World Bank DIME Initiative – Development Impact Evaluation)

Embora não exista consenso a respeito dessa concepção, e essa questão gere discussões nas perspectivas metodológica e epistemológica, esses diferentes conceitos convivem e se aplicam em diferentes contextos. As definições apresentadas, a seguir, permitem novas interpretações para o tema:

Análises que medem a mudança líquida (*net change*) nos *outcomes* de um grupo particular de pessoas que podem ser atribuídas a um programa específico usando as melhores metodologias disponíveis, viáveis e

apropriadas para responder à pergunta avaliativa investigada e ao contexto específico (International Initiative for Impact Evaluation – 3ie, 2008)

Ou ainda, uma definição mais genérica da questão:

Avaliação que considera todas as intervenções realizadas dentro de uma determinada área geográfica (World Bank – Independent Evaluation Group – IEG).

Durante o ciclo do negócio, diferentes instrumentos avaliativos podem ser aplicados em diferentes estágios do processo a fim de se avaliar as transformações sociais promovidas. A literatura sobre as métricas de negócios sociais tem apresentado textos marcantes produzidos por importantes atores como a Rockefeller Foundation (2018) e o J. P. Morgan (2012), por exemplo. Essas produções defendem três pontos que devem guiar esses estudos. O primeiro aponta que os negócios sociais devem construir antecipadamente sua teoria de mudança social, explicitando claramente quais as mudanças pretendidas e como deverão acontecer. O segundo está relacionado à metodologia, afirmando a necessidade do uso de RCTs (grupos de controle) para se conhecer o impacto. No entanto, existem situações que inviabilizam a utilização desses grupos, por exemplo, os elevados custos ou, até mesmo, preocupações éticas ao excluir um grupo do universo da intervenção para que ele sirva de controle. Um estudo de White, H. e Bamberg, M. (2007) aponta que são diversas as restrições práticas que a aplicação desses grupos encontra na prática e estima que no campo da cooperação internacional, apenas 5% dos investimentos possuem as características necessárias para realizar acompanhamento desses grupos. A partir dessa constatação, o terceiro ponto observa que pesquisadores provam, por meio de estudos experimentais, quais ações que causam impacto para que possam ser feitos os investimentos. No entanto, os estudos sobre ações de transformação social com propósito de investimento devem ser avaliados cuidadosamente, pois quanto maior a produção científica a esse respeito, maior será a chance de os negócios sociais se tornarem eficientes.

No processo de avaliação de impacto, é importante ressaltar o papel da Teoria de Mudança. Abordagem metodológica utilizada, principalmente, no campo da avaliação a partir da construção de uma síntese de todo o processo, no qual são associados os objetivos de longo prazo do programa, os impactos que contribuem para o alcance desses objetivos e as atividades realizadas para atingir as condições

necessárias. Ela apresenta a forma como as atividades propostas por uma intervenção geram uma série de resultados que, por sua vez, produzem impactos. Sua elaboração contribui tanto para a identificação de lacunas na proposta (considerando os resultados que se pretende obter), quanto no levantamento dos impactos. A cadeia de valores de impacto ou teoria linear de mudança é apresentada na figura abaixo:

Figura 1 - Cadeia de valores de impacto



Fonte: Métricas e – Cadeia de valores de impacto em negócios de impacto social, 2014.

A teoria da mudança não garante o impacto, ela apenas propõe uma lógica que pode se confirmar caso as condições necessárias sejam cumpridas, portanto, deve ser associada a outras estratégias de avaliação de negócio social.

Conforme dito anteriormente, um importante elemento em vários métodos de Avaliação de Impacto é o chamado grupo de controle. A forma como esses grupos são criados categoriza o método em uma das três classes: métodos experimentais, métodos quase experimentais e métodos não experimentais. Os métodos experimentais e quase experimentais caracterizam-se pelo uso dos grupos de comparação que não participam de intervenção, guardam características semelhantes às do grupo de tratamento e que, no contexto do estudo, atuam contra o fato. A diferença entre os dois métodos consiste no fato de que, no método experimental, os grupos de tratamento e controle são definidos aleatoriamente, enquanto no método quase experimental, essa definição não é aleatória. No método não experimental não é considerado o elemento contra factual. Ele é utilizado quando não for possível utilizar os métodos experimental e quase experimental ou quando eles não são desejáveis. Isso ocorre, por exemplo, quando a proposta de intervenção atinge a totalidade do público alvo, ou seja, toda população irá compor o grupo de tratamento, não restando ninguém para o grupo de controle; ou ainda, quando este grupo for muito disperso.

Existem diversas ferramentas para orientar o levantamento das informações para realização da avaliação de impacto. Elas são importantes por constituírem um instrumento objetivo que auxilia o trabalho de investidores no acompanhamento da

performance dos negócios e por permitirem comparações de desempenho de diferentes iniciativas, o que não é uma tarefa simples. Segundo Brandão, Cruz e Arida (2014),

O campo das métricas de impacto de negócios sociais já produziu um expressivo conjunto de ferramentas. A compilação realizada por Galimi e Olsen, (2008) traz 20 diferentes instrumentos utilizados para a medição do impacto de negócios. Diante dessa diversidade de ofertas, as referências predominantes entre investidores de impacto e empreendedores são restritas, com amplo destaque para a taxonomia IRIS e as ferramentas GIIRS e SROI, ressaltando-se o estímulo para a adoção de teses de mudança. A condução de estudos de caso de natureza qualitativa é também considerada como mecanismo que permite entender a complexidade e as particularidades dos resultados de negócios sociais (BRANDÃO, CRUZ ARIDA, 2014, p.12).

No presente trabalho será detalhada a ferramenta SROI (*Social Return on Investment*), utilizada na avaliação de impacto pela ETE FMC em seu público. Essa ferramenta pertence à classe dos métodos não experimentais e possibilita a avaliação de um impacto social de uma iniciativa, a partir da utilização de *proxys* para conversão de resultados das atividades em dados financeiros, ou seja, verifica se há uma relação positiva entre os valores do investimento e do impacto social resultante. Para aplicação dessa ferramenta é de primordial necessidade o entendimento da mudança produzida pela iniciativa em seu público, a partir de diálogos com os *stakeholders*, o que implica em seu envolvimento. A partir do entendimento das mudanças, é necessário conhecer e articular valores, objetivos, stakeholders e demais informações sobre a organização a fim de se definir o que deve ser considerado no SROI. Com essas informações, a valorização dos itens relevantes é feita com o uso de proxies financeiras de modo que os indicadores apresentem valores que representem a prática do mercado. Nesse processo, deve ser incluído apenas o que é material e, por isso, é necessário um bom entendimento sobre como as atividades geram mudanças e, para isso, deve-se confirmá-las por meio de evidências recolhidas. Na sequência, são realizadas as atribuições, momento em que é necessário cuidado para fazer as comparações entre performance e impacto, utilizando o padrão externo apropriado. Essa etapa deve ser realizada de forma transparente, e as bases das informações produzidas devem ser apresentadas e discutidas com os *stakeholders*. Finalmente, são verificados os resultados, que devem ser gerados de forma imparcial. De forma simplificada, podemos descrever o processo SROI em quatro etapas distintas: definição do escopo de análise, identificação de indicadores, atribuição de valores e

geração de valores. Evidencia-se, a partir dessa descrição, que esse método demanda da organização e da disponibilização de profissional da área financeira para realizar os cálculos de forma fidedigna.

Como já ressaltado, esse trabalho tem como objetivo geral discutir em que medida a proposta de formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da ETE FMC. Esse objetivo geral sustenta-se em quatro objetivos específicos que tratam: a da apresentação da proposta formativa da ETE FMC, da identificação de elementos dos projetos desenvolvidos na ETE FMC que se vinculam à proposta de formação integral, da avaliação de impacto social na vida dos estudantes dos cursos técnicos a partir de pesquisa realizada e da construção de proposições com base na análise dos dados e resultados obtidos nesses estudos.

Como visto anteriormente, para uma correta avaliação de impactos, é condição elementar que se conheça as entradas e as atividades desenvolvidas ao longo do processo. Essa necessidade é apresentada nos dois primeiros objetivos específicos que tratam da descrição da proposta de formação integral da Companhia de Jesus e da identificação de elementos presentes na proposta formativa da ETE FMC que possibilitam essa formação. O primeiro tópico da fundamentação teórica: “A formação integral à luz da Companhia de Jesus”, apresenta uma perspectiva dessa questão, ancorado em documentos da própria Companhia. Os tópicos seguintes: “Educação, trabalho e educação vocacional”, “Os ensinos médio e técnico no Brasil” e “Juventude e educação” seguem a elucidação e a complementação dessa questão.

O primeiro deles refere-se ao desenvolvimento da ciência e de como essa passa a interferir no processo produtivo. Por conseguinte, refere-se, ainda, ao processo de industrialização, ao desenvolvimento do sistema escolar, ao aperfeiçoamento do processo produtivo, às relações entre educação e trabalho e entre cursos vocacionais e ao mercado de trabalho. O segundo, apresenta o histórico de organização dos ensinos médio e técnico no Brasil, dada a complexidade em relação a sua estruturação e organização. Entre outras questões, essa complexidade reside, por exemplo, em definir se esta educação deve privilegiar a continuidade dos estudos ou a preparação para o mercado de trabalho, ou seja, a dualidade educação geral e educação específica. O terceiro, refere-se ao sujeito aprendente. Aborda particularidades e fragilidades dos jovens, bem como a necessidade das políticas públicas que os atendam na totalidade de suas carências, desde as necessidades elementares de suas famílias, até o acesso a uma educação de qualidade. A política

de educação profissionalizante é ferramenta de transformação social. Dessa forma, esses três tópicos não apenas complementam o primeiro, mas, juntos com ele, dão sustentação ao primeiro e ao segundo objetivos específicos apresentados nessa proposta de trabalho.

O último tópico da fundamentação teórica é intitulado: “A natureza da avaliação” e, de acordo com Scriven (2018), avaliação de impacto é uma avaliação focada nos desfechos ou na recompensa, em vez de fazer a avaliação de processos, da entrega ou da implementação. Essa avaliação, portanto, tem como proposta evidenciar os impactos produzidos ou os que se espera produzir para comprovar o quanto dele foi resultante da ação proposta. Ela busca estabelecer relação entre a causa (intervenção) e efeito (impacto), que é chamada de interferência causal ou laços de causalidade. Com isso, atendemos a questão levantada no terceiro objetivo específico, que se trata da avaliação do impacto social na vida dos estudantes dos cursos técnicos da ETE FMC.

Os impactos sociais nem sempre são facilmente mensurados, dado seu caráter subjetivo, entretanto, apesar das dificuldades e dos custos envolvidos nesse processo, a avaliação do impacto favorece a elaboração de intervenções mais efetivas. Essa avaliação é parte dos subsídios necessários ao atendimento do quarto objetivo específico, que busca construir proposições com base na análise desses e de outros dados para promoção de avanços curriculares e de formação, conforme descrito no percurso metodológico.

3 ESTADO DA ARTE

Neste capítulo, descrevo o processo de elaboração do estado da arte, que se destina a verificar e apresentar o que já foi produzido nesse campo de estudo e a justificar as possibilidades de acréscimos deste trabalho ao que se conhece atualmente. Ele permite, ainda, a percepção dos conceitos que são utilizados para a compreensão da temática proposta por este estudo e possibilita uma abordagem do tema em questão sob diferentes e atuais perspectivas.

Romanowski (2006) aponta a importância dos estados da arte.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKY, 2016, pág 39)

Para esse levantamento, optei por realizar buscas nos bancos de dados virtuais brasileiros: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Periódicos da CAPES, utilizando descritores alinhados com o tema da minha pesquisa: A formação integral proposta pela Companhia de Jesus e seu impacto social na vida dos estudantes dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa.

Os descritores escolhidos foram: “Formação Integral”; “Impacto social”; “Acompanhamento de egressos”; Egressos; todos conjugados com “Ensino Técnico”. Estabeleceu-se, ainda, o boleano AND e um corte temporal na análise, entre os anos 2016 a 2019, inclusive. A conjugação dos demais descritores com “Ensino Técnico” foi necessária para manter a aproximação com a natureza da pesquisa e da instituição investigada.

Na base do BDTD, utilizando os descritores “Ensino Técnico” e “Formação Integral”, foram encontrados sete títulos, sendo duas teses e cinco dissertações. Uma tese foi selecionada para leitura atenta, enquanto a outra tese e as cinco dissertações foram eliminadas por terem o foco ou tema distantes da presente pesquisa.

Quando utilizadas as conjugações dos descritores: “Ensino Técnico” e “Impacto Social”, “Ensino Técnico” e “Acompanhamento de egressos”, não foram encontrados resultados.

Com os descritores “Ensino Técnico” e “Egressos”, foram encontrados 29 títulos, sendo seis teses e 23 dissertações. Desse total, cinco títulos foram selecionados para uma leitura na íntegra (duas teses e três dissertações) e 24 títulos (quatro teses e vinte dissertações) foram eliminados.

Dos títulos eliminados com os descritores “Ensino técnico” e “Formação integral”, um foi por ter foco em práticas pedagógicas; um por ter foco em avaliação; dois por tratarem de política educacional; um por ser sobre levantamento de dados e um por ter foco em gestão educacional. Nos descritores “Ensino técnico” e “Impacto social” e “Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”, não foram encontrados nenhum título. Nos descritores “Ensino técnico” e “egressos”, um título foi eliminado por ter foco em perfil de egressos; cinco por apresentar foco em política educacional; um por ter foco em formação docente; um pelo foco em projeto pedagógico; 13 pelo foco em política pública; um por tratar de práticas metodológicas; um por ser de curso superior e um por focar em práticas de mídia.

As justificativas para eliminação dos títulos da base BDTD podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1 – Títulos eliminados no BDTD

Descritores	Justificativa da eliminação
“Ensino técnico” e “Formação integral”	1 Foco em práticas pedagógicas; 1 Foco em avaliação; 2 Foco em política educacional; 1 Foco em levantamento de dados; 1 Foco em gestão educacional.
“Ensino técnico” e “Impacto social”	---
“Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”	---
“Ensino técnico” e “egressos”	1 Foco em perfil de egressos; 5 Foco em política educacional 1 Foco em formação docente 1 Foco em projeto pedagógico 13 Foco em política pública 1 Foco em práticas metodológicas 1 Foco em curso superior 1 Foco em práticas de mídia

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos títulos encontrados no BDTD, nos descritores “Ensino técnico” e “Formação integral” foi selecionado o título: “A relação entre a educação e o trabalho na educação profissional técnica de nível médio do IFG – campus Goiânia: contradições, impasses e perspectivas”, de 2017 da Universidade Federal de Goiás.

Nos descritores “Ensino técnico” e “Impacto social” e “Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”, não foi selecionado nenhum título. Nos descritores “Ensino técnico” e “egressos” foram selecionados os títulos: “Entre diálogos e reflexões: o que os egressos do curso médio-técnico em Geologia têm a dizer sobre formação humana?”, 2018, da Universidade Federal da Bahia; “Empregabilidade dos egressos: a educação profissional integrada ao ensino médio no extremo norte da Amazônia”, 2018, da Universidade Federal do Amazonas; “Ensino técnico e emprego: Uma análise dos egressos do curso técnico em petroquímica do Instituto Federal do Ceará – Campus Caucaia”, 2016, da Universidade Estadual do Ceará; “Ensino técnico profissionalizante, mercado de trabalho e renda: a experiência do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília”, 2018, da Universidade de Brasília e “A formação profissional na perspectiva de estudantes do ensino médio profissionalizante”, 2017, da Universidade Nove de Julho, que podem ser observados no quadro 2.

Quadro 2 – Títulos selecionados no BDTD

Descritores	Títulos encontrados	Ano	Instituição
“Ensino técnico” e “Formação integral”	A relação entre a educação e o trabalho na educação profissional técnica de nível médio do IFG – campus Goiânia: contradições, impasses e perspectivas	2017	Universidade Federal de Goiás
“Ensino técnico” e “Impacto social”	–	–	–
“Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”	–	–	–
“Ensino técnico” e “egressos”	Entre diálogos e reflexões: o que os egressos do curso médio-técnico em Geologia têm a dizer sobre formação humana?	2018	Universidade Federal da Bahia
	Empregabilidade dos egressos: a educação profissional integrada ao ensino médio no extremo norte da Amazônia	2018	Universidade Federal do Amazonas
	Ensino técnico e emprego: Uma análise dos egressos do curso técnico em petroquímica do Instituto Federal do Ceará – Campus Caucaia	2016	Universidade Estadual do Ceará
	Ensino técnico profissionalizante, mercado de trabalho e renda: a experiência do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília	2018	Universidade de Brasília
	A formação profissional na perspectiva de estudantes do ensino médio profissionalizante	2017	Universidade Nove de Julho

Fonte: Elaborado pelo autor

No portal de periódicos da CAPES, utilizando os descritores “Ensino Técnico” e “Formação Integral”, foram encontrados treze títulos. Desse total, um foi selecionado para uma leitura mais atenta e doze foram eliminados por focarem ou tratarem de temas distantes deste trabalho.

Ao se conjugar os descritores “Ensino Técnico” e “Impacto Social” um título foi encontrado, porém, ele foi eliminado por focar em políticas públicas, o que foge ao presente estudo.

Utilizando a conjugação dos descritores “Ensino Técnico” e “Acompanhamento de Egressos”, nenhum resultado foi encontrado.

Finalmente, ao se utilizar os descritores “Ensino Técnico” e “Egressos”, foram encontrados dezesseis títulos os quais um foi selecionado para uma leitura mais atenta e quinze eliminados por terem focos ou tratarem de questões alheias ao presente trabalho.

As eliminações dos títulos dos descritores “Ensino técnico” e “Formação integral” se deram por um ter foco em metodologia, cinco terem foco em política educacional, dois terem foco em formação docente, um ter foco em currículo, um ter foco em assistência social, um em qualidade na educação e um em avaliação institucional. Nos descritores “Ensino técnico” e “Impacto social”, um título foi eliminado por ter foco em políticas públicas. Nos descritores “Ensino técnico” e “egressos”, um foi eliminado por ter sido analisado enquanto dissertação, quatro por foco em formação docente, cinco por terem foco em política educacional, dois por foco em políticas públicas, um por foco em educação política, um por foco em política internacional, um por foco em pesquisas. Os resultados da eliminação podem ser obtidos no quadro 3.

Quadro 3 – Títulos eliminados no portal de periódicos da CAPES

Descritores	Justificativa da eliminação
“Ensino técnico” e “Formação integral”	1 Foco em metodologia; 5 Foco em política educacional; 2 Foco em formação docente; 1 Foco em currículo; 1 Foco em assistência social; 1 Foco em qualidade na educação; 1 Foco em avaliação institucional.
“Ensino técnico” e “Impacto social”	1 Foco em políticas públicas.
“Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”	- - -

“Ensino técnico” e “egressos”	1 Analisado enquanto dissertação; 4 Foco em formação docente; 5 Foco em política educacional; 2 Foco em políticas públicas; 1 Foco em educação política; 1 Foco em política internacional; 1 Foco em pesquisas.
--------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor

No portal CAPES, foi selecionado o título “A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica”, 2016, da Universidade Federal Fluminense nos descritores “Ensino técnico” e “Formação integral” e o título “Inserção dos egressos do ensino técnico ao mercado de trabalho do setor moveleiro”, 2016, da Universidade Vale do Rio Verde nos descritores “Ensino técnico” e “egressos”. Nos descritores “Ensino técnico” e “Impacto social” e “Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”, nenhum título foi selecionado. Os resultados podem ser observados no quadro 4.

Quadro 4 – Títulos selecionados no portal de periódicos da CAPES

Descritores	Títulos encontrados	Ano	Instituição
“Ensino técnico” e “Formação integral”	A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica	2016	Universidade Federal Fluminense
“Ensino técnico” e “Impacto social”	–	–	–
“Ensino técnico” e “Acompanhamento de egressos”	–	–	–
“Ensino técnico” e “egressos”	Inserção dos egressos do ensino técnico ao mercado de trabalho do setor moveleiro	2016	Universidade Vale do Rio Verde

Fonte: Elaborado pelo autor

3.1 Análise dos textos selecionados

A tese “A relação entre a educação e o trabalho na educação profissional técnica de nível médio do IFG – campus Goiânia: contradições, impasses e perspectivas”, de Gilda Guimarães (2017), retomou a trajetória de atuação da Instituição no ensino técnico e médio entre os anos de 1986 a 2015 com o objetivo de compreender a dinâmica, as características e os processos determinantes da

educação profissional no IFG – Campus Goiânia, indagando se a Instituição se constituiu e se permanece como possibilidade de formação integral dos jovens e dos jovens e adultos trabalhadores da EJA para além da funcionalidade da preparação imediata para o mercado de trabalho. Metodologicamente, configurou-se como pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de caso a partir da realização de entrevistas com professores do próprio campus, desenvolvida no âmbito da linha *Educação, Trabalho e Movimentos Sociais* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Os principais autores utilizados foram: Marx (1996a e 1996b), Gramsci (2011), Harvey (1993), Santos (1998), Mészáros (2008), Fernandes (1976), Cunha (2005), Germano (1990). Esse trabalho foi selecionado por investigar se a instituição promove a formação integral dos jovens. Essa tese contribui com este projeto por também tratar sobre a temática de formação integral e pela proposta de investigação e apresentação dos dados da instituição investigada.

A tese "Entre diálogos e reflexões: o que os egressos do curso médio-técnico em Geologia têm a dizer sobre formação humana?", de Alberto Álvares Vasconcelos Leal Neto (2018), buscou compreender, a partir da narrativa dos egressos, a formação humana obtida durante o período em que pertenceram ao curso médio-técnico em Geologia do IFBA Campus Salvador. Utilizando abordagem qualitativa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: estudo de caso e grupo secreto em rede social. Nesse trabalho, foram situados dois pontos de vista acerca da formação humana: a perspectiva hegemônica, materializada nos escritos de Castro (2005; 2008) e Schwartzman (2011; 2016) e a perspectiva contra-hegemônica, defendida por Saviani (2003; 2007), Moura (2010) e Ramos (2008). Essa tese contribui com esta pesquisa por tratar sobre a formação humana, questão relevante nesta proposta. Essa tese contribui, também, com autores que tratam sobre a formação humana Frigotto (2009), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Ferretti (2014), Marx (1976), Gramsci (1979) e legislações pertinentes.

A última tese selecionada "Empregabilidade dos egressos: a educação profissional integrada ao ensino médio no extremo norte da Amazônia", de Pierre Pinto Cardoso (2018), discutiu os resultados da formação técnica integrada ao ensino médio do Campus Boa Vista por meio da empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR (Eletrônica, Eletrotécnica, Informática, Edificações e Secretariado). No delineamento da pesquisa qualitativa, foram definidos

os seguintes procedimentos para a base empírica: análise de documentos oficiais (nacionais e institucionais), entrevistas e formulário para os egressos. A tese contribui para este trabalho, pois investiga um impacto esperado pelos estudantes: a empregabilidade. Contribui, também, ao apresentar reflexões aportadas teoricamente em documentos oficiais e pesquisadores como Mandel (1980), Antunes (2005), Cunha (1977, 2000), Ciavatta (2005), Frigotto (1999, 2001, 2003, 2005, 2006, 2009, 2010), Ramos (2011), Saviani (2005).

A dissertação “Ensino Técnico e Emprego: Uma análise dos egressos do curso técnico em petroquímica do Instituto Federal do Ceará – Campus Caucaia”, de Paulo Cícero Souza (2016), analisou os impactos sociais e de inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso técnico em Petroquímica do Instituto Federal do Ceará, campus Caucaia. Especificamente, esse trabalho buscou verificar possíveis mudanças de ordem social e econômica para esses egressos, caracterizando as dificuldades/facilidades de inserção no mercado de trabalho, bem como identificando o grau de satisfação desses sujeitos com o curso. A pesquisa descritiva foi realizada na forma de Estudo de Caso. Foram aplicados questionários junto a 64 egressos do curso técnico em petroquímica. A dissertação contribui com este trabalho por, também, analisar impactos sociais e de inserção no mercado de trabalho dos egressos.

A dissertação “Ensino Técnico Profissionalizante, Mercado de Trabalho e Renda: a experiência do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília”, de Nancy da Luz Davidis (2018), identificou e analisou o impacto do ensino profissionalizante de nível técnico, ofertado pelo Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília - IFB, sobre a probabilidade de inserção no mundo do trabalho e sobre a renda dos egressos formados entre 2016 e 2017 nos cursos - Técnico em Equipamentos Biomédicos e Técnico em Segurança do Trabalho. A proposta metodológica foi a aplicação de questionário entre os egressos desses cursos e os parâmetros para o modelo econométrico foram estimados pela regressão *probit*. Essa dissertação contribui com este trabalho, pois trabalha com conceitos econométricos e analisa o retorno do investimento feito em educação sob a perspectiva do investimento individual, abordando o conceito do capital humano, no qual a educação é tida como um investimento.

A dissertação “A formação profissional na perspectiva de estudantes do ensino médio profissionalizante”, de Vítor Neves Barbosa (2017), investigou o grau de

satisfação dos alunos com relação à sua futura inserção profissional. A proposta metodológica configurou-se com entrevistas estruturadas em formato de questionário. Essa dissertação contribui com este trabalho, pois avalia a satisfação e as perspectivas dos estudantes, além de considerar contribuições de pesquisadores como Adorno (1985, 2002), Bauman (2010), Kuenzer (1995).

O artigo “A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica”, de M. Ciavatta (2016), reflete sobre a construção do conhecimento na configuração do campo da educação profissional e tecnológica. Esse artigo contribui com este trabalho, pois discorre sobre as ciências humanas e sociais aplicadas à educação.

O artigo “Inserção dos egressos do ensino técnico ao mercado de trabalho do setor moveleiro”, de Paulo Roberto Spinato, Sylvia Messer e Claudionor Guedes Laimer (2016), analisa a inserção dos egressos do ensino técnico ao mercado de trabalho, a partir do sistema de avaliação implantado com a reforma curricular. A proposta metodológica configurou-se em uma pesquisa exploratória, com base em um estudo de caso. Esse artigo contribui com este trabalho pela aproximação de suas propostas.

Durante o desenvolvimento da dissertação e durante o processo de análise dos dados encontrados pela pesquisa, a intenção é retomar os estudos aqui selecionados, resgatando seus conceitos e seus resultados na medida em que eles se aproximem da investigação proposta e possibilitem compreensões ampliadas do que está sendo estudado.

4 METODOLOGIA

De acordo com Fonseca (2002, p. 11) “o conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico, tem a sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica” e conforme Gil (2002, p. 17) “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos” a investigação requer, entre outras coisas, rigor metodológico.

Este capítulo descreve o procedimento metodológico empregado no trabalho de pesquisa por meio dos instrumentos e da forma em analisar os dados. Conforme apresentado por Gil (2002, p. 162), “a metodologia descreve os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa e sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa” e se dá como meio e não um fim em si mesma a partir das estratégias que são por ela desenvolvidas, o que garante o rigor científico.

Em termos de posicionamento do pesquisador, existe a compreensão desse estudo como eminentemente qualitativo, posto que utiliza dados advindos de levantamentos quantitativos com a finalidade de robustecer o campo empírico estudado, extrapolando os números e congregando ainda mais elementos para a análise qualitativa pretendida, com base na questão central de pesquisa e nos objetivos geral e específicos previamente traçados. Com isso, buscou-se verificar em que medida a proposta de formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos estudantes egressos dos cursos técnicos da ETE FMC.

De acordo com Fonseca (2002),

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, p. 20)

Nessa pesquisa, essa abordagem foi feita, considerando dois importantes aspectos ressaltados por Gatti (2004),

[...] primeiro, que os números, frequências, medidas, têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer, ou seja, da qualidade teórica e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações. (GATTI, 2004, p. 13)

A abordagem quantitativa empregada nessa pesquisa, de acordo com Ortigão e Pereira (2016), possibilitou:

[...] responder a questionamentos que passam por conhecer o grau e a abrangência de determinados traços em uma população, esta também é uma forma de estar sensível aos problemas sociais. Há, nesse tipo de pesquisa, um caráter mais ou menos generalizador; contudo a preocupação em relacionar a pesquisa aos contextos enriquece o trabalho. (ORTIGÃO e PEREIRA, 2016, p. 69)

Em relação à abordagem qualitativa, Minayo (2002) afirma

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21 e 22)

Dessa forma, a abordagem qualitativa nessa pesquisa preocupa-se mais com o processo do que com o produto. De acordo com Lüdke e André (2000, p.12), “o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. ”

Na abordagem qualitativa, a fonte dos dados é o ambiente natural e o significado é de suma importância. Bogdan e Biklen (1994, p. 51) afirmam que “o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes serem abordados por aqueles de uma forma neutra. ”

A combinação de dados oriundos das abordagens quantitativa e qualitativa, contribuíram na compreensão dos processos por serem complementares. De acordo com Fonseca (2002, p. 20), “a utilização conjunta da pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Gatti (2004) discorre sobre o uso das abordagens quantitativa e qualitativa:

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais

ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (GATTI, 2004, p.13)

Em relação aos seus objetivos, esta pesquisa se classificou como exploratória, pois, de acordo com Gil (2002),

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

Como evidenciado no estado da arte aqui apresentado, poucas obras têm proximidade com o tema proposto neste trabalho de pesquisa. A socialização do conhecimento após a finalização deste trabalho será significativa diante de escassez de pesquisas em aproximação com o tema e com objetivos propostos e poderá, então, contribuir com o espaço empírico e com o meio acadêmico.

Quanto ao delineamento adotado para realização desta pesquisa, foi adotado o estudo de caso, que de acordo com Fonseca (2002):

[...] pode ser caracterizado de acordo como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supões ser única em muitos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico. O fato de selecionarmos somente um objeto permite obter a seu respeito, grande quantidade de informações. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto, mas revelá-la tal como ele o percebe. O estudo de caso apresenta deste modo, uma forte tendência descritiva. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p.33 e 34)

Como o campo empírico para realização desta pesquisa foi a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC, o estudo de caso mostrou-se o procedimento de pesquisa mais adequado para o seu desenvolvimento:

Segundo Yin (2001) apud Gil (2002), o estudo de caso:

Hoje, porém, é encarado como o delineamento mais adequado para investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. [...] (YIN, 2001 apud GIL, 2002, p. 54).

O alcance do objetivo proposto baseou-se, em parte, na utilização de dados secundários, que foram obtidos a partir de pesquisa realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), contratada pela mantenedora da ETE FMC e aplicada na instituição.

O referido instituto realizou, no segundo semestre de 2019, o levantamento do Retorno Social sobre o Investimento (SROI), que tem como diferenciais: o foco na percepção dos impactos pelos beneficiários do programa e não por seus proponentes, a integração entre informações qualitativas e quantitativas e a monetização do impacto social para comparação com o valor investido no programa.

A pesquisa realizada pelo IDIS tinha caráter quantitativo, com aplicação de questionários em alunos, ex-alunos e professores da instituição, realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2019 e o recorte temporal dos estudantes na pesquisa do IDIS é de 2015 a 2019 para alunos e ex-alunos.

Sendo integrante do corpo diretivo da Instituição, participei da oficina de elaboração das questões dos questionários e tive, ainda, total acesso aos resultados obtidos por meio desse instrumento. Tais questões foram elaboradas seguindo os seguintes eixos de investigação: quanto à forma de relacionar com os outros, quanto à construção da trajetória de vida do estudante e quanto ao potencial para alcançar conquistas profissionais e/ou acadêmicas.

Os eixos foram propostos para que fossem refletidos a partir da contribuição da instituição para cada afirmativa relacionada aos eixos, uma vez que o objeto de investigação é o impacto que a instituição promove/promoveu na vida dos estudantes.

Ainda compõe a pesquisa a verificação de outros espaços e atividades que possam ter influenciado a formação para se obter o contrafactual, além de verificar o tempo estimado dos impactos na vida dos participantes.

Sendo “um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”, em que as “respostas são transformadas em estatísticas e os dados são coletados por unidade.” (VIEIRA, 2009, p. 16), o questionário permitiu categorizar as respostas por curso realizado, idade, beneficiário de bolsa de estudos, ano de ingresso e demais respostas, uma vez que foram solicitados dados cadastrais que possibilitaram essa análise, mesmo sendo o questionário anônimo.

Como participante do desenvolvimento da pesquisa do IDIS, elaborei, junto a minha orientadora, professora Dra. Ana Cristina Ghisleni, quatro questões que foram aceitas e inclusas no instrumento aplicado pela empresa e, desta forma, contribuíram com a minha pesquisa.

As questões inclusas, a partir da minha sugestão, objetivavam verificar: motivos que levaram os estudantes a buscar a instituição; quais eram os planos ao concluir o curso; qual a condição trabalhista e/ou acadêmica que se encontram atualmente (após ter passado pela ETE FMC) e a percepção quanto ao diferencial a partir da formação integral recebida na ETE FMC em relação aos colegas de trabalho e/ou acadêmicos que não frequentaram a instituição.

Para esta pesquisa, além dos dados quantitativos referentes a egressos levantados pelo IDIS com recorte temporal de 2015 a 2019, foram utilizados dados para análise qualitativa, por meio de análise textual discursiva.

O processo de análise de dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente. (GIL, 2002, pág 125)

Como mencionado, foi realizado, também, o aprofundamento dos resultados apresentados pelo IDIS através de entrevista semiestruturada aplicada a alunos egressos dos cursos diurno e noturno, formados nos anos de 2015, 2016 e 2017, totalizando seis entrevistas. Embora a pesquisa contemple alunos formados desde 2015 até 2019, esse recorte foi proposto no intuito de alcançar aqueles que já tinham tido tempo de melhor se beneficiar desses impactos investigados. A seleção desses ex-alunos foi feita de forma aleatória, com o uso do aplicativo *miniwebtool*. Foram sorteados cinco alunos egressos dos cursos diurnos e cinco dos cursos noturnos dos anos de 2015 a 2017, totalizando trinta ex-alunos. Em seguida, foram consultados sobre o interesse em participar da pesquisa. Essa consulta entre os cinco egressos de cada ano/turma não foi aleatória, pois foi direcionada pela busca da representação de diferentes públicos, a saber: homem e mulher, branco e negro, bolsista e não bolsista.

O processo de consentimento dos egressos foi realizado após apresentação dos objetivos da pesquisa e antes do início da entrevista por meio do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes egressos formados entre 2015 a 2017, por meio físico.

O tempo empregado com os entrevistados para explicitação dos objetivos da pesquisa e realização da entrevista foi em média de, aproximadamente, 25 minutos

A respeito de entrevista semiestruturada, Flick (2004) aponta que a vantagem em utilizar,

[...] é que o uso consistente de um guia da entrevista aumenta a comparabilidade dos dados, e sua estruturação é intensificada como resultado das questões do guia. [...] Se o curso de um caso único e do contexto de experiências for o objetivo central da pesquisa, narrativas sobre o desenvolvimento de experiências devem ser consideradas como a alternativa preferível. (FLICK, 2004, p. 107)

O resultado da entrevista semiestruturada contribuiu para validar os dados levantados na pesquisa quantitativa e esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir a partir da interpretação dos dados da pesquisa.

A análise de dados se dará através de análise textual discursiva, que segundo Moraes (1999),

[...] constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p.2)

A análise de todos os dados levantados possibilitará responder o problema de pesquisa e atingir os objetivos e, a partir daí, devolver à instituição um documento que valide a formação proporcionada por ela, que hoje só se conhece pelos sentimentos e percepções não sistemáticas, além de apontar pontos que possam reforçar que os objetivos propostos para a formação dos estudantes sejam alcançados.

Os objetivos específicos: apresentar a proposta formativa da ETE FMC e Identificar elementos dos projetos desenvolvidos na ETE FM, verificando em que medida eles se vinculam à proposta de formação integral foram verificados a partir de análise documental e validados a partir dos resultados apresentados pela pesquisa contratada e das entrevistas realizadas.

Foram analisados os documentos: Planos dos cursos técnicos, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, no intuito de apresentá-los verificar sua

conformidade com a legislação atual e com os princípios formativos propostos pela Companhia de Jesus. Estas análises estão descritas no tópico a seguir.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme apresentado nos objetivos, este trabalho propõe avaliar em que medida a formação integral proposta pela Companhia de Jesus impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. Embora tenhamos indícios de que esse impacto seja positivo nas vidas desses estudantes e na comunidade como um todo, essas informações não estão sistematizadas. Daí a proposta de realização dessa investigação: sistematização desses resultados e levantamento de proposições visando reforçar os objetivos para a formação integral dos estudantes.

Essa proposta se baseia na análise de dados levantados em pesquisa feita por empresa contratada, na qual foram inseridas questões específicas elaboradas pelo pesquisador. Essa análise foi complementada por entrevista semiestruturada aplicada a um grupo de egressos, no intuito de validar as informações levantadas até esse ponto e esclarecer eventuais desvios.

Essa reflexão se dará à luz da retomada de diversos conceitos apresentados ao longo da pesquisa. Desse modo, nos capítulos anteriores, foram apresentados tópicos discorrendo sobre a proposta de formação integral da Companhia de Jesus, sobre a questão da educação vocacional, sobre a estruturação dos ensinos médio e técnico no Brasil, sobre o sujeito aprendiz e o contexto atual e, finalmente, um tópico abordando a questão da avaliação.

Este capítulo tem o intuito apresentar os dados do estudo realizado, através de uma leitura comparativa entre o conteúdo levantado em pesquisa bibliográfica, os dados levantados na pesquisa contratada e aqueles emergentes durante a realização das entrevistas, sempre à luz do referencial teórico apresentado e do desenho metodológico escolhido. Desse modo, proponho sua divisão em 4 seções secundárias. A seção 5.1, trata da análise documental. Na seção 5.2 apresento os participantes e um breve resumo de cada entrevista. Essas entrevistas constituem-se como ponto de partida para análise, por revelarem aspectos importantes da trajetória de cada participante, necessários para compreensão de todo o processo. Em seguida, são elaboradas as seções 5.3 com os resultados da pesquisa contratada e a 5.4, que trata da avaliação de impactos.

5.1 A análise documental

Além da pesquisa contratada e das entrevistas realizadas, a análise de documentos institucionais se fez necessária para o cumprimento dos objetivos propostos nesse trabalho.

5.1.1 Planos de curso

Os planos de cursos da ETE FMC, submetidos e aprovados pelos órgãos competentes, apresentam informações sobre a justificativa e objetivos do curso, requisitos de acesso, perfil profissional de conclusão, organização curricular, critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, critérios de avaliação da aprendizagem, instalações e equipamentos, pessoal docente e técnico envolvido no curso, certificados e diplomas. Este documento explica porque e como tais cursos são oferecidos pela instituição, nessa localidade. Informações sobre a criação da escola já foram apresentadas anteriormente, no entanto, a justificativas para manutenção dos cursos em tecnologias permanece atual. O avanço e a integração das tecnologias implicam na formação de profissionais preparados. Essa tendência é mais evidente em nossa região, devido a maior proximidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, grandes polos industriais do Brasil.

Os objetivos dos cursos técnicos listados nesses documentos são alinhados aos requisitos da legislação vigente, permitindo aos egressos o desempenho das atividades profissionais em suas áreas de atuação. No entanto, esses objetivos extrapolam essa dimensão e estabelecem, entre outros, a necessidade de desenvolver a capacidade de enfrentar e resolver problemas, tomar decisões, comunicar ideias, respeitar as regras de convivência social, perceber a necessidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades, construir seus itinerários formativos para elevação de suas competências profissionais e mobilizar seus conhecimentos e habilidades em diferentes contextos. De igual modo, no perfil profissional de conclusão dos cursos técnicos, estão listadas tanto competências e habilidades de caráter específico dos profissionais das diferentes áreas de formação, como também de competências pessoais, a saber: relacionamento interpessoal, responsabilidade, organização, liderança, comunicação, ética, autocontrole, trabalho em equipe.

A organização curricular dos cursos técnicos é estruturada em módulos articulados, visando a qualificação técnica identificada pelo mercado de trabalho. Essa estrutura proporciona maior flexibilidade no atendimento das necessidades dos trabalhadores, empresas e sociedade, permitindo que os cursos sejam atualizados permanentemente, de acordo com as necessidades observadas. Para cada módulo são definidas as competências e habilidades a ser desenvolvidas, que servirão de base para seleção dos conteúdos a serem trabalhados, as atividades e estratégias pedagógicas que as viabilizarão e a estimativa de carga horária.

Os planos de curso apresentam que a boa formação deve proporcionar ao jovem e ao trabalhador a possibilidade de adquirir conhecimentos e habilidades que garantam seu reconhecimento do mundo do trabalho. Desse modo, os processos metodológicos devem ser elaborados de modo a preparar os estudantes para um processo de educação permanente, propiciando-lhes a capacidade de aprender a aprender, nos aspectos pessoal, social e profissional. Desse modo, as atividades planejadas devem possibilitar aos estudantes que construam seu conhecimento; apropriem-se das informações e conceitos científicos, tecnológicos e culturais; dominem habilidades específicas para execução das atividades profissionais; desenvolvam espírito empreendedor e capacitem para a gestão; reconheçam e organizem novas fontes de trabalho e geração de renda; ampliem suas condições de empregabilidade adequando-se ao novo; saibam trabalhar em equipe; posicionem-se eticamente e optem por caminhos e soluções que valorizem a vida, a natureza, a saúde, a paz, e a dignidade humana em todos os seus aspectos.

Sendo assim, a proposta curricular objetiva trabalhar de forma integrada conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, visando oferecer uma educação profissional sólida e eficaz.

Com o objetivo de complementar as atividades práticas laboratoriais, consolidar as competências e habilidades previstas nos planos de curso e proporcionar ao estudante a oportunidade de vivência no mundo do trabalho, está prevista, ainda, a realização de estágio supervisionado, com carga horária mínima de 400 horas, sendo que parte dessas podem ser cumpridas durante o último ano do curso e o restante somente após o seu término.

Em relação aos processos avaliativos, são compreendidos como parte integrante e intrínseca ao processo educacional, devem ocorrer sistematicamente durante todo o processo e não apenas após a conclusão das etapas, oferecendo

possibilidade de ajustes a qualquer momento. O processo avaliativo ocorre por meio de observação sistemática dos alunos, autoavaliação, análise das produções dos alunos e atividades específicas de avaliação. Ao estudante que apresenta dificuldades de aprendizagem é oferecida a oportunidade de recuperação, que se constitui de atividades, recursos e metodologias diferenciadas com orientação de aprendizagem individualizada. O conselho de classe é instituído para acompanhamento de todo o processo e se reúne ao longo do ano para esta finalidade.

5.1.2 Projeto Político Pedagógico

O projeto político pedagógico é o documento que contém todas as diretrizes para a ação educativa escolar, que explicita ainda a identidade institucional bem como suas opções e forma de organização para garantia de seus objetivos. Como este documento é atualizado periodicamente e o recorte temporal dos egressos entrevistados pelo pesquisador compreende o período de 2015 a 2017, verificou-se a necessidade de retomar os documentos que estiveram em vigor durante a passagem desses estudantes pela escola, ou seja, foram analisados os projetos dos anos de 2012 a 2016. Naturalmente, o projeto político pedagógico atual apresenta diferenças em relação aos que foram analisados. No entanto, de forma, geral o documento apresenta informações sobre a identificação, missão e finalidades educacionais, organização e estrutura curricular, tempo escolar, proposta pedagógica, admissão de alunos e matrícula, verificação do rendimento escolar, regime escolar, recursos humanos e documentos de referência. A seguir, são apresentados alguns pontos tratados no documento, relevantes na condução desse trabalho.

Embora esse documento seja dinâmico e deva ser sempre atualizado, as informações extraídas do projeto para composição desse trabalho permaneceram inalteradas durante os anos aqui abordados. A missão institucional e os objetivos educacionais da ETE FMC são descritos a seguir:

Missão: Proporcionar ao educando formação integral, competência técnica e visão cristã de um mundo sustentável.

Objetivos educacionais: Além do determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e da fidelidade ao Paradigma Pedagógico Inaciano, a ETE FMC pretende que seus alunos, ao final do curso, sejam competentes técnicos nos módulos que escolheram, sejam além disso, criativos, abertos às novas descobertas da ciência, capazes de partilhar seu saber com os demais, sensíveis aos anseios da sociedade, especialmente dos mais pobres, abertos à dimensão religiosa do ser humano. (ETE FMC, 2016)

Os projetos analisados apresentam o mesmo requisito quanto ao perfil do estudante formado, que se caracteriza pelo profissionalismo competente, cidadania comprometida e abertura para aprendizagens. Ainda são descritas como características desejáveis para os egressos a iniciativa, criatividade, espírito inventivo, sensibilidade, religiosidade, solidariedade, fraternidade autonomia e organização.

Em relação a proposta pedagógica da ETE FMC, o projeto assume como ação o pleno desenvolvimento do educando, a sua educação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o exercício profissional, considerando ainda:

- a) a Educação como processo permanente de formação e desenvolvimento do aluno "guiado por seus pais e acompanhado por seus professores na descoberta progressiva da criação de Deus na interação com as demais pessoas enriquecidas pelo saber acumulado na humanidade.
- b) o conhecimento é produzido, reelaborado e assimilado através de processos contínuos, dinâmicos e interativos;
- c) o processo ensino-aprendizagem se inicia onde o aluno está e é um processo durante o qual "o ritmo pessoal, as necessidades e o respeito às diferenças são observados;
- d) o aluno é o centro da prática educativa institucional e o responsável pela sua aprendizagem, orientado pelo professor;
- e) o professor é o orientador da aprendizagem que acompanha e avalia criticamente, estabelecendo com o aluno uma relação de parceria. (ETE FMC, 2016)

As práticas docentes e discentes, são apresentadas no projeto como elementos de sustentação e meios da ação pedagógica, no processo ensino aprendizagem. A abordagem metodológica é geradora de ações estratégicas e operacionais que devem fazer com que os currículos extrapolem o âmbito das salas de aula e contemple as experiências individuais, situem os estudantes como sujeitos de seu desenvolvimento, integrem as disciplinas e os conhecimentos e privilegiem a partilha de aprendizagem pelos estudantes.

O projeto político pedagógico da ETE FMC estabelece que a avaliação do processo ensino aprendizagem deve ultrapassar a verificação e quantificação de aprendizagens dos estudantes. Antes, ela deve dar conta de identificar os progressos e as lacunas ao longo do processo. Desse modo, além de avaliar o trabalho, as atitudes, as competências e habilidades alcançadas pelos estudantes, juntamente com a avaliação da prática docente, ela subsidiar o aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem. Para tal, estão estabelecidos no projeto os critérios e os mecanismos para verificação de aprendizagens, a saber: observação permanente do aluno, realização de atividades individuais de pesquisa, desenvolvimento de trabalhos

de equipe, utilização de pesquisa com trabalhos de campo e/ou experimentais, realização de atividades práticas de laboratórios, aplicação de provas, aplicação de testes, anotação e acompanhamento do desempenho nas atividades de estágio.

Nos tópicos abordados, as diferentes versões analisadas não sofreram alterações.

5.1.3 Regimento escolar

Este documento contém as regras de funcionamento da instituição e regulamenta o trabalho pedagógico, administrativo e disciplinar da escola. Tal como o Projeto Político Pedagógico, esse documento é atualizado sempre que necessário. Semelhantemente, foram analisados os documentos vigentes nos anos em que os estudantes entrevistados estiveram na instituição. Certamente, o regimento em vigor atualmente, é diferente dos analisados para esse trabalho. De forma geral, o regimento é composto pelos seguintes tópicos: disposições preliminares, princípios e fins da ETE FMC, organização administrativa, técnica e pedagógica, instituições auxiliares, organização geral dos cursos e do processo educativo, critérios de organização e composição curriculares, projeto pedagógico, regime escolar, acompanhamento do desempenho, frequência e da progressão do aluno ao longo do ensino médio e da educação profissional, organização do pessoal técnico administrativo, docente e discente e disposições gerais. Os documentos analisados, sofreram atualizações ao longo dos anos e apresentam diferenças entre si. No entanto, em relação às questões descritas a seguir e que são pertinentes a essa pesquisa, as versões não apresentam diferenças.

Em relação aos princípios e fins da ETE FMC as versões analisadas apresentam:

A ETE FMC, instituição católica, tem por finalidades:

1° capacitar o educando para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

2° desenvolver no educando aptidões para a cidadania e constituir-se em agente de produção, difusão e transmissão cultural, científica, tecnológica e desportiva.

3° proporcionar ao educando oportunidades para formação permanente dentro do espírito cristão e democrático. (ETE FMC, 2016)

Em relação à organização administrativa, o regimento atribui à diretoria pedagógica a organização, execução e controle de todas as atividades pedagógicas

dos cursos médio, técnico e concomitante. De igual modo, atribui à diretoria de formação cristã e comunitária, a promoção, organização, execução e controle de todas as atividades de formação religiosa e pastoral.

Entre as instituições auxiliares estabelecidas na ETE FMC, vale destacar a existência do grêmio escolar, que é um órgão de coordenação e representação dos alunos com objetivos que visam à integração da comunidade escolar e tem como objetivos, entre outros, a promoção da união e do espírito de solidariedade entre os estudantes, com vistas ao desenvolvimento do civismo, cooperação, disciplina, trabalho, iniciativa e liderança, garantindo aos estudantes espaço e oportunidade de atuação que lhes permitam o aprimoramento pessoal e da comunidade.

A educação profissional e do ensino médio ministradas na ETE FMC tem por objetivos capacitar o estudante com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades profissionais visando melhor desempenho da cidadania, aprimorá-lo como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A verificação do rendimento escolar é realizada de acordo com critérios estabelecidos pela legislação vigente. A avaliação acontece de forma contínua e cumulativa, por meio de instrumentos diversificados. Os instrumentos avaliativos possibilitam a observação de aspectos qualitativos da aprendizagem, devendo esses prevalecer sobre os aspectos quantitativos.

Em relação ao regimento escolar, é válido registrar ainda que, em relação aos pais e responsáveis, ele apresenta como direitos: ser informados sobre o projeto pedagógico da instituição, receber relatórios sobre frequência e rendimento dos estudantes, participar da instituição que os representa e recorrer sobre resultados de avaliação do rendimento do aluno; e como deveres: comparecer às reuniões, responsabilizar-se por danos causados pelos estudantes, colaborar no desenvolvimento das atividades propostas e acompanhar durante o ano a frequência e o rendimento.

5.2 As entrevistas

Conforme citado anteriormente, a análise dos dados emergentes das entrevistas se deu com abordagem qualitativa através de análise textual discursiva. Em relação a essa abordagem, Moraes (2003) afirma

[...] a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão. (MORAES, 2003, p. 191)

Desse modo, na análise foram contempladas as etapas preconizadas por Moraes, a saber: unitarização, categorização, captação do emergente e auto-organização. Na etapa da unitarização, o texto foi desconstruído, fragmentado, de modo que as ideias sobre os temas investigados pudessem ser tratadas isoladamente. Essa foi a etapa inicial de construção de significados a partir do olhar do pesquisador.

Unitarizar é interpretar e isolar ideias elementares de sentido sobre os temas investigados. Constitui leitura cuidadosa de vozes de outros sujeitos, processo no qual o pesquisador não pode deixar de assumir suas interpretações. Ao expressar múltiplas vozes, o processo consiste em um diálogo com interlocutores em que participam diversificados pontos de vista, sempre expressos na voz do pesquisador. Na unitarização os textos submetidos à análise são recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador. Nisso fica presente sua autoria, ao mesmo tempo que seu limite. (MORAES, 2006, p. 123)

A etapa seguinte, de categorização, consistiu na associação das unidades que se assemelharam ou tiveram alguma aproximação entre si e na classificação desses novos conjuntos que começaram a se formar. Por se tratar de um processo dinâmico, essa construção foi se transformando à medida em que as categorias surgiam. A categorização é uma nova construção de significados, diferente de sua proposta inicial.

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos ou podem ser fundadas em critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem. Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios. (MORAES, 1999, p. 7-32)

A etapa seguinte, de captação do emergente, apenas foi possível após profunda análise nos materiais coletados e submetidos às etapas anteriores. Somente após esse aprofundamento, começaram a surgir novas compreensões.

Ao mesmo tempo em que se envolve na explicitação de suas compreensões e construções iniciais e parciais em relação a cada uma das categorias de análise, o pesquisador pode desafiar-se a conseguir construir “argumentos centralizadores” ou “teses parciais” para cada uma das categorias, ao mesmo tempo em que exercita a elaboração de um “argumento central” ou “tese” para sua análise como um todo. (MORAES, 2003, p. 202-203)

Finalmente, a etapa de auto-organização consistiu em apresentar os resultados dessa análise, para que pudessem ser comparados com outros elementos dessa pesquisa.

Para preservar a identidade dos participantes, foram usados pseudônimos, que se referem a traços marcantes observados a partir de suas entrevistas que, de alguma forma, tornaram-se significativos na formação desses estudantes. Assim sendo, após um pequeno trecho de cada entrevista, segue uma breve síntese dela.

Foi um lugar assim, que sinceramente eu tenho que agradecer bastante, ehh, foi um lugar assim, de grande aprendizado e tudo o que o pessoal me falava, eu pude provar, eu pude vivenciar no meu dia a dia que foi duas vezes mais do que o pessoal falava. (GRATIDÃO, 2021)

GRATIDÃO é um ex-aluno que concluiu o curso técnico noturno em 2015. Em sua entrevista, diz que conheceu a ETE FMC através de um primo, com quem combinou tentarem o curso juntos. Foi bem acolhido em sua entrada na instituição e encontrou todo suporte necessário. Estudou na instituição por recomendação de um familiar e devido à boa reputação acadêmica da ETE FMC. Suas boas expectativas iniciais foram, inclusive, superadas após sua passagem pela escola. Após a conclusão do curso, trabalhou na área por dez meses em uma empresa em Santa Rita do Sapucaí, até que, devido a uma crise econômica, perdeu o emprego e regressou para sua cidade. Hoje atua em outra área. Tinha como meta, após conclusão do curso, atuar na área de formação, porém devido à crise, ao perder o emprego, relata ter tido medo de buscar outra vaga em outras empresas e localidades, uma vez que em sua cidade não tem oferta de trabalho na área. GRATIDÃO relatou ainda ter desenvolvido a empatia e essa característica, o auxilia hoje nas relações profissionais.

... não é só o ensino técnico que a gente vê na prática ali, você consegue ter outra dimensão ali de como é a vida neh, tipo assim, ser uma pessoa, como é que eu posso dizer? Mais tolerante, neh, mais, como é que fala? Uma pessoa ter mais, ter empatia pelos outros, acredito que você consegue ter uma, ver um horizonte maior e mais longe neh, de como é a vida mesmo. (EMPATIA, 2021)

EMPATIA é egresso do curso noturno e concluiu seu curso em 2016. A visão que tinha da ETE FMC era a de colegas de trabalho que tinham cursado e despertado nele o interesse de estudar na escola. Foi motivado a entrar na instituição pela possibilidade de bolsa de estudos e de trabalhar na área, podendo assim melhorar sua renda. Tinha como objetivo atuar na área que se formou, mas mudou-se de cidade e hoje atua em outra área. Relata que ter no currículo o curso técnico pode auxiliá-lo a ter melhores chances de vagas como técnico ou até mesmo como auxiliar. Relata que a formação na ETE FMC o auxiliou na formação de caráter e no desenvolvimento da empatia. Recomenda que a instituição realize mais atividades sociais com os estudantes fora da instituição.

Bom, o meu plano sempre foi seguir a carreira de exatas, neh, de Engenharia, então, depois que eu fiz a ETE FMC eu segui estudando porque eu sabia que teria uma bagagem muito boa, então, eu já iria ter uma alavancagem ali pra estudar a Engenharia e foi justamente o que aconteceu... (QUALIFICAÇÃO, 2021)

QUALIFICAÇÃO é uma aluna egressa do curso técnico diurno, que concluiu o curso em 2015. Reconhecia a boa reputação da escola, tanto no ensino técnico, quanto no ensino médio, e em sua entrada na escola, relata ter recebido todo apoio que necessitou. Relata que ingressou na escola devido à influência de familiares, pelo reconhecimento na qualidade do ensino ofertado pela instituição e pela possibilidade de estudar com bolsa. Em sua entrevista, ela diz que confirma as impressões que tinha antes de sua entrada, pois após sua passagem pela ETE FMC, outros familiares seguiram seu exemplo. Em sua entrevista, destacou a excelente vivência com os professores e a estrutura oferecida pela escola, como fatores que favoreceram sua aprendizagem. Ressaltou a importância da bolsa de estudos e outros benefícios que recebeu durante sua passagem pela escola. Quando entrou na ETE FMC, tinha como planos continuar estudando e atuando na área. Hoje, concluiu o curso superior e atua como profissional em uma multinacional. Relata ainda que, em relação a colegas com quem conviveu na faculdade e no ambiente de trabalho, estava melhor preparada cognitivamente e psicologicamente, devido à formação recebida na ETE FMC. Sugeriu que a escola promova mais eventos e atividades relacionados às dimensões socioemocional e espiritual religiosa.

Eu pretendia, ehh, ter um emprego melhor, neh, ter uma chance de ser um técnico eletrônico em uma empresa que eu sempre trabalhei na produção,

então, eu me formei pra aquilo e graças a Deus acabou acontecendo sabe?
(REALIZAÇÃO, 2021)

REALIZAÇÃO é egresso do curso técnico noturno, concluído em 2017. Através de exemplos de familiares e amigos, reconhecia a boa reputação da instituição. Ao iniciar seus estudos na ETE FMC sentiu-se bem acolhido classificou a equipe como generosa. Sua entrada na escola deu-se, então, pelos exemplos citados, pelo reconhecimento da instituição e por cobrança de sua mãe, pois, segundo ela, precisava de um diploma. Em sua entrevista, relata que a escola é sensacional e destaca o apoio recebido dos professores. REALIZAÇÃO tinha como meta continuar atuando na área, ingressou na ETE FMC para alcançar o cargo que almejava e o conquistou. Hoje, continua exercendo esse cargo e diz que a ETE FMC o ajudou a se tornar um ser humano melhor.

Eu confesso que eu fiquei um pouco até surpreendido porque eu pensava que ela ia ser muito focada na parte que era técnica, não que não seja, mas não é o principal, não é o único foco dela. Ela tem o foco de fazer você ser bom naquilo que faz, tanto tecnicamente, quanto pessoalmente, neh?
(SATISFAÇÃO, 2021)

SATISFAÇÃO é egresso do curso técnico diurno, concluído em 2017. Mesmo não sendo da região de Santa Rita do Sapucaí, relata que já reconhecia a seriedade e qualidade da instituição mesmo antes de iniciar seus estudos. Relata, ainda, que se surpreendeu logo ao chegar, pois percebeu que a formação não se restringiria à dimensão cognitiva. Optou pela ETE FMC por influência de amigos e familiares que passaram pela escola, por ser reconhecida nacional e até internacionalmente e porque sempre teve um interesse por tecnologia. Em sua entrevista, manifestou um diferencial em sua formação, que o destacou em um processo de seleção de emprego. Declarou ainda que a formação na ETE FMC auxilia o estudante no processo de autoconhecimento e o tornou um profissional melhor, mais completo. Em sua passagem pela escola, ao participar do programa de monitoria, sentiu-se interessado pela docência, em poder auxiliar na aprendizagem de outras pessoas compartilhando com elas o seu conhecimento. Enfatizou sua percepção sobre o cuidado dos professores com os estudantes logo no primeiro ano. Hoje ele está próximo de concluir seu curso superior. Refletiu, ainda, sobre o processo de distribuição de bolsas de estudos da escola, ponderando que os estudantes de outras regiões, deveriam ter as mesmas chances que os estudantes locais.

... após a ETE, neh, eu precisava fazer o estágio. Vocês divulgavam as empresas, colocavam no mural, eu fiz processos seletivos em três empresas, e cheguei a passar nos três... precisava escolher, neh... tive que passar a vaga mesmo sem saber se eu ia ser aceito. A (escolhida) foi a última que me deu o resultado, mas pelo conhecimento que eu tive na ETE FMC eu estava confiante... (CONFIANÇA, 2021)

CONFIANÇA é egresso do curso técnico diurno, tendo concluído seu curso em 2016. Relata que sua visão da ETE FMC era a do sucesso de familiares que estudaram aqui e de excelência no ensino dessa escola. Via, na escola, a possibilidade de aprofundar em uma área que sempre gostou e que tinha contato desde criança. Optou pela ETE FMC pela oportunidade de uma formação de qualidade nos ensinos médio e técnico, pela diversidade na formação proporcionada pela escola e pela conseqüente possibilidade de crescimento pessoal. Ao concluir o curso, tinha planos de iniciar o ensino superior, porém, uma excelente oportunidade de trabalho fez com que adiasse um pouco seus planos. CONFIANÇA relatou que a passagem pela ETE FMC confirmou seu interesse pela área técnica e forneceu uma base sólida tanto no ensino médio quanto no técnico, que possibilitou o ingresso no curso de engenharia, onde está hoje. Declarou, ainda, que o curso técnico na ETE FMC contribuiu com sua formação tornando-o mais maduro, disciplinado e sabendo conviver melhor com outras pessoas. Sugeriu que sejam promovidas, na ETE FMC, mais atividades de inserção social para os estudantes, mais oportunidades de conversa com os Padres da instituição e maior participação das empresas dentro da escola para encaminhamento dos estágios.

5.3 A pesquisa contratada

A referida pesquisa, realizada no segundo semestre de 2019, foi contratada com o intuito de compreender o impacto da ETE FMC na vida dos egressos dos cursos técnicos, através de estudo avaliativo que demonstra a efetividade dos investimentos realizados, visando apoiar o planejamento estratégico, os processos de tomadas de decisões e identificar pontos que possam ser aprimorados e/ou potencializados. Parte dos dados levantados pela pesquisa são utilizados como dados secundários na análise aqui proposta. O resultado da pesquisa revelou em que medida as intervenções são eficientes sob o ponto de vista do grupo de interesse. Através de um processo avaliativo que combina métodos de pesquisa quantitativo e

qualitativo, foram levantados fatores que dificultam ou potencializam os impactos esperados.

Foi empregada na pesquisa a metodologia do Retorno Social do Investimento, que é um tipo de análise de custo-benefício. De acordo com IDIS, 2020 este protocolo auxilia organizações a avaliar aspectos difíceis de ser mensurados em suas propostas que, embora sejam reais, normalmente não são considerados dada a dificuldade de sua medida. Este protocolo, além de focar nos custos do investimento, contabiliza todos os impactos considerados significativos, sob a ótica dos diferentes grupos de interesse. O estudo avaliativo realizou coletou dados junto alunos, ex-alunos, familiares, professores, equipe técnica da escola e empresas locais que conheceram e vivenciaram, direta e indiretamente as experiências da ETE FMC entre os anos de 2015 a 2019 e que compartilharam suas percepções sobre os impactos produzidos nos egressos pela instituição.

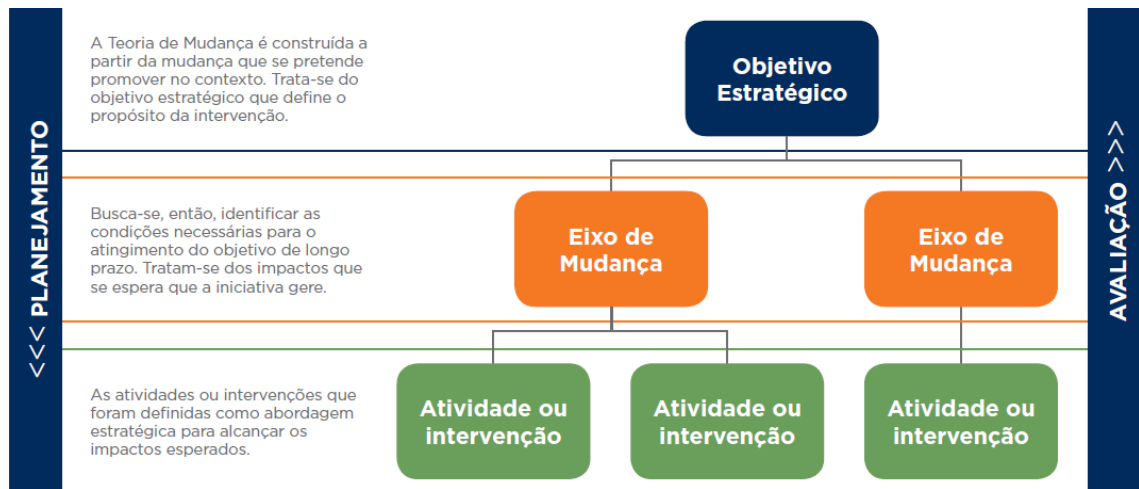
Para a aplicação da metodologia, foram realizadas as seguintes etapas: Estabelecimento de escopo e identificação dos grupos de interesse, mapeamento dos resultados, evidenciação de resultados e atribuição de valores a cada um deles, estabelecimento de impacto após a coleta de evidências sobre os resultados, o cálculo do Retorno Social do Investimento e finalmente o compartilhamento dos resultados e conclusões.

Para delimitação do escopo a ser aplicado no estudo, foram entrevistadas nove pessoas indicadas pela organização, a saber: diretor de formação cristã coordenador pedagógico, professora de português, professora de formação cristã, aluno do 3º ano, ex-aluno, mãe de aluna e dois profissionais de empresas contratantes de egressos, sendo um gestor de recursos humanos e um coordenador de produção.

Para esta avaliação, foi priorizada a análise de grupos de interesse significativamente afetados pelas atividades da ETE FMC: alunos, ex-alunos e professores. Os métodos aplicados para envolvimento desses grupos de foram entrevistas, grupos focais e aplicação de questionários quantitativos.

A pesquisa é realizada a partir da Teoria da Mudança, que é uma síntese sobre o impacto que se deseja promover e as estratégias propostas para que ela aconteça.

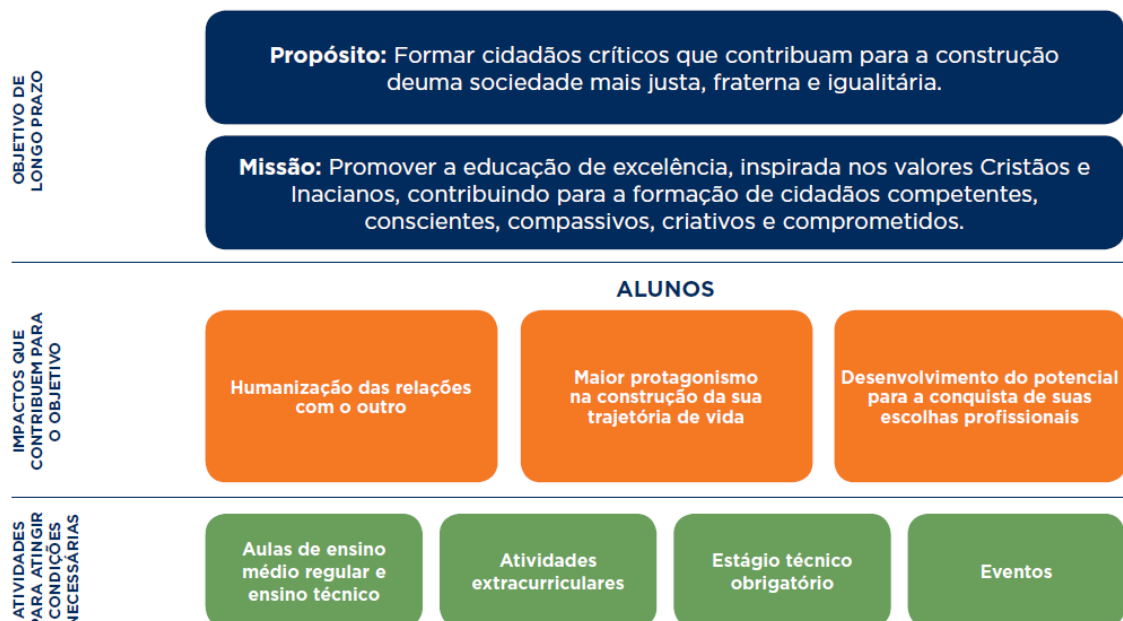
Figura 2 – Estrutura da Teoria da Mudança



Fonte: IDIS 2020

A Teoria da Mudança da ETE FMC foi construída em um exercício realizado pela contratante, com o apoio da contratada em 10 de outubro de 2019, para identificar as principais mudanças geradas nos públicos focos do estudo: alunos, ex-alunos e professores. O mapeamento dos resultados é baseado na Teoria da Mudança, que é elaborada a partir de um objetivo claro, que expressa com clareza os resultados esperados. Por meio dela, foi elaborado um modelo teórico, que explica como se dá esse processo, ou seja, como as mudanças acontecem na vida dos alunos e ex-alunos por meio da ETE FMC.

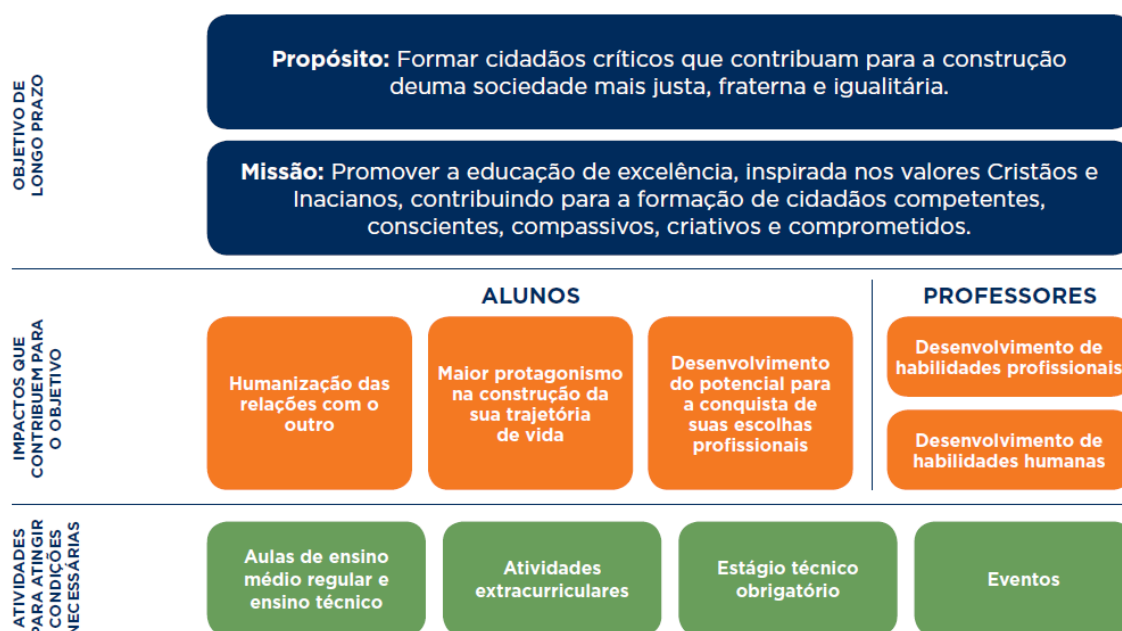
Figura 3 – Teoria da Mudança da ETE FMC – 1ª versão



Fonte: IDIS 2020

Este diagrama apresenta uma primeira versão do resumo das mudanças que ocorrem como resultados das ações promovidas pela ETE FMC, a partir da percepção da equipe de contratantes que participou de sua elaboração. No entanto, como parte do processo, essa teoria foi posteriormente testada e validada por beneficiários nos grupos focais e chegou-se à seguinte versão revisada:

Figura 4 – Teoria da Mudança da ETE FMC – 2ª versão



Fonte: IDIS 2020

Como evidenciado nos diagramas anteriores, o resultado esperado é “Formar cidadãos críticos que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária” com a missão de “Promover a educação de excelência, inspirada nos valores Cristãos e Inacianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos e comprometidos”.

Fica explicitado, então, que os resultados esperados, apresentados nos objetivos de longo prazo, além da qualificação profissional, abrangem foco no desenvolvimento pessoal e espiritual dos estudantes da ETE FMC, que se tornam mais confiantes em relação às próprias capacidades, aprendem a lidar e enfrentar desafios, apresentam desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aprimoram a capacidade de comunicação, cidadania, organização e disciplina, espiritualidade e outras competências que compõem a formação integral dos indivíduos.

A partir dessa premissa, foram identificados três eixos distintos cujos impactos contribuem para o alcance dos resultados esperados: humanização das relações com o outro, maior protagonismo na construção de sua trajetória de vida e desenvolvimento do potencial para a conquista de suas escolhas.

Finalmente, foram identificadas para os estudantes, as mudanças esperadas para cada eixo de transformação:

Figura 5 – Impacto nos alunos

EIXOS DE TRANSFORMAÇÃO	MUDANÇAS
<p>Humanização das relações com o outro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma postura mais sociável, fazendo com que passem a sentir maior facilidade em fazer amigos e construam relações mais sólidas, duradouras e com maior nível de confiança. • Desenvolvimento de uma postura mais empática e solidária, com um olhar atento para as necessidades dos outros e disposição para ajudar sempre que possível. • Consolidação de valores éticos e de uma postura respeitosa e responsável na convivência com as pessoas ao seu redor, seja por meio do desenvolvimento da espiritualidade ou por uma maior consciência e reflexão sobre como as suas atitudes interferem no mundo e nos outros. • Aumento do respeito e da valorização da diversidade. • Aumento da consciência sobre os problemas sociais do país e maior disposição para buscar oportunidades de contribuir para transformações positivas.
<p>Maior protagonismo na construção da sua trajetória de vida</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de comportamento mais proativo, com demonstrações de um maior nível de iniciativa e autonomia para solucionar problemas e perseguir seus objetivos. • Aumento da resiliência para enfrentar desafios, fazendo com que se mantenham pacientes e persistentes na busca de suas conquistas e aprendam a lidar de forma positiva diante de erros, frustrações e dificuldades. • Aumento da capacidade de lidar com opiniões diferentes das suas e dialogar de forma construtiva para solucionar impasses ou conflitos. • Ampliação do autoconhecimento, proporcionando maior entendimento sobre suas emoções, sonhos, qualidades, fragilidades e também favorecendo decisões mais conscientes sobre seus caminhos de vida. • Aumento da autoconfiança, fazendo com que valorizem mais aquilo que já são capazes de fazer e acreditem em seu próprio potencial de aprender e se desenvolver cada vez mais. • Desenvolvimento de habilidades de planejamento e execução de metas pessoais e profissionais, tirando os planos do 'papel' e perseguindo-os com foco e empenho até a sua conclusão.
<p>Desenvolvimento do potencial para a conquista de suas escolhas profissionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior senso de responsabilidade no cumprimento de suas tarefas e atribuições, seja nos estudos ou no trabalho. • Consolidação de formação técnica profissional, com conhecimentos teóricos e práticos valorizados pelo mercado. • Maior clareza no direcionamento de carreira, por meio da compreensão do amplo leque de possibilidades de atuação profissional e escolha consciente a respeito de seus interesses e objetivos. • Melhora na capacidade de trabalhar em equipe, com maior facilidade para agir de forma colaborativa, coordenar papéis e responsabilidades, tomar decisões coletivas e administrar os conflitos. • Melhoria na capacidade de expressar suas ideias, argumentar, defender seus pontos de vista e ouvir com atenção. • Desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade de pensar de forma estruturada para analisar situações e tomar decisões embasadas. • Desenvolvimento de habilidades de liderança. • Desenvolvimento de uma postura mais empreendedora e inovadora.

Fonte: IDIS 2020

Para alcance dos impactos esperados, há uma série de atividades essenciais que precisam ser executadas. Durante o exercício de construção da Teoria de Mudança da ETE FMC, foram mapeadas atividades de diferentes naturezas, como as aulas de ensino médio regular e ensino técnico e as atividades extracurriculares, que podem ser obrigatórias ou não. As obrigatórias são aquelas disciplinas/atividades que têm carga horária definida e constam na grade curricular. As não obrigatórias ou facultativas correspondem às atividades oferecidas no contraturno escolar - todas objetivando contribuição para a formação dos estudantes em uma ou mais dimensões de aprendizagem: cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa.

São exemplos de atividades extracurriculares obrigatórias as Atividades Práticas Programadas, que são interativas, acontecem em modalidade presencial ou remota, exploram debates, atividades práticas, pesquisas; abordam temas diferenciados como empreendedorismo, ética empresarial, tecnologias da comunicação, metodologia científica, sustentabilidade, entre outros temas pertinentes. Essa disciplina também oferece módulos em parceria com instituições de ensino e/ou empresas parceiras e possibilita que o estudante valide sua participação em atividades externas. Outros exemplos dessas atividades são Laboratório de Projetos, onde os estudantes, sob orientação dos professores, propõem e desenvolvem projetos tecnológicos; Fundamentos de Cidadania e Educação Religiosa.

Também foram mapeadas diversas atividades extracurriculares eletivas, a saber: Teatro de arte da Escola Técnica, Oficinas culturais, Clubes de cultura, Cineclube, Rodas de bate papo que tratam de temas transversais ligados a cultura geral, tecnologia e religião, com encontros mensais com o intuito de aproximar a comunidade local da ETE FMC bem como de aprofundar temas de interesses dos discentes com profissionais das áreas citadas. Além dessas, podem ser citadas: Atividades esportivas, Grêmios estudantis, Catequese de eucaristia e crisma, Formação de liderança, Via Sacra e Monitorias por e para estudantes para auxiliar na aprendizagem.

Para obtenção do diploma de técnico, os estudantes necessitam cumprir uma carga horária de estágio supervisionado em empresa de direito público ou privado, com o objetivo de proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho.

Além das atividades, foram mapeados eventos que acontecem na escola: Semana da Eletrônica, PROJETE, Semana Santa Jovem, Retiros, Semana Inaciana e Missas comemorativas.

Construída a Teoria da Mudança, procedeu-se a coleta de dados junto aos grupos de interesse impactados pelo processo, pois são aqueles que terão mais informações a compartilhar sobre as mudanças ocorridas. Foram coletados dados qualitativos por meio de grupos focais e quantitativos através da aplicação de questionários.

De acordo com IDIS, 2020, a aplicação do protocolo do Retorno Social do Investimento para medir o impacto social, consiste em uma série de passos, descritos a seguir: 1 - mensurar a intensidade que cada mudança ocorreu considerando a cobertura da população em foco e a intensidade que a mudança ocorreu para aqueles que a experimentaram; 2 - Ajustar a incidência do resultado verificado para evitar que se considere como impacto da intervenção resultados que não poderiam ser atribuídos a ela; 3 – Atribuir valor monetário ao impacto, uma vez que a mudança foi efetivamente medida; 4 – Definir o período do benefício, pois os resultados associados a intervenção podem durar por um longo tempo, reduzindo gradualmente seu impacto até seu desaparecimento; 5 – Ajustar os valores dos benefícios e custos para representar seu valor na data atual.

Para medição dos resultados, foram definidos indicadores capazes de mostrar essa mudança. A principal fonte de informação para definição dos indicadores foram os grupos focais, nos quais os próprios beneficiários descreveram as mudanças percebidas. Os três eixos de transformação foram decompostos em diversos indicadores.

Figura 6 – Indicadores aplicados aos alunos e ex-alunos da ETE FMC

Humanização das relações com o outro
Sinto mais facilidade em construir amizades sólidas e relações de confiança.
Presto mais atenção nas necessidades dos outros e ajudo sempre que possível.
Percebo que fortaleci meus valores éticos e busco refletir sobre como minhas atitudes interferem no mundo e nas outras pessoas.
Percebo que o desenvolvimento da espiritualidade contribuiu para a minha formação humana e percepção do outro.
Passei a respeitar e valorizar mais a diversidade.
Aumentei minha consciência sobre os problemas sociais da minha comunidade, e me preocupo em buscar transformações positivas.
Maior protagonismo na construção da sua trajetória de vida
Tenho mais iniciativa e autonomia para solucionar meus problemas e buscar meus objetivos.
Passei a me manter mais persistente diante das dificuldades, frustrações e a aprender com os erros.
Lido melhor com opiniões diferentes das minhas e dialogo para resolver conflitos.
Me conheci melhor e tomo decisões mais conscientes sobre a minha vida.
Confio mais em mim mesmo e sei que posso aprender coisas novas e me desenvolver.
Me sinto melhor preparado para 'tirar os planos do papel' e conquistar minhas metas pessoais e profissionais.
Desenvolvimento do potencial para a conquista de suas escolhas profissionais
Tornei-me mais responsável com as minhas tarefas e nos estudos e/ou no trabalho.
Ao fazer o curso técnico, sinto que a formação teórica e prática que adquiri na minha formação me torna um profissional valorizado no mercado.
Sinto que a minha formação na ETE contribuiu para o início da minha vida universitária.
Entendi melhor as diversas possibilidades de atuação profissional e tomei decisões mais conscientes sobre a minha carreira.
Apreendi a trabalhar melhor em equipe.
Expresso melhor minhas ideias, argumentando com clareza e ouvindo os outros com atenção.
Melhorei meu raciocínio lógico e minha capacidade de pensar de forma estruturada para tomar decisões.
Desenvolvi habilidades de liderança.
Passei a ter uma postura mais inovadora e empreendedora.

Fonte: IDIS 2020

Dentre o público-alvo de alunos e ex-alunos, foi coletada uma amostra de 300 respostas. O questionário aplicado solicitava que expressassem sua percepção sobre a contribuição da ETE FMC para uma eventual mudança em cada um dos indicadores em uma escala de 0 a 5 em que:

Figura 7 – Escala de intensidade

	Nenhuma contribuição	Contribuição muito baixa	Contribuição baixa	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta
ESCALA DE INTENSIDADE	0	1	2	3	4	5

Fonte: IDIS 2020

A seguir, são apresentados os resultados para cada variável e a média geral para cada eixo de mudança, com base nas respostas obtidas nos questionários quantitativos:

Figura 8 – Humanização das relações com o outro

Humanização das relações com o outro	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Sinto mais facilidade em construir amizades sólidas e relações de confiança.	3,58	3,73
Presto mais atenção nas necessidades dos outros e ajudo sempre que possível.	3,75	
Percebo que fortaleci meus valores éticos e busco refletir sobre como minhas atitudes interferem no mundo e nas outras pessoas.	3,88	
Percebo que o desenvolvimento da espiritualidade contribuiu para a minha formação humana e percepção do outro.	3,35	
Passei a respeitar e valorizar mais a diversidade.	4,04	
Aumentei minha consciência sobre os problemas sociais da minha comunidade, e me preocupo em buscar transformações positivas.	3,77	

Fonte: IDIS 2020

Figura 9 – Maior protagonismo na construção da sua trajetória de vida

Maior protagonismo na construção da sua trajetória de vida	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Tenho mais iniciativa e autonomia para solucionar meus problemas e buscar meus objetivos.	3,99	3,85
Passei a me manter mais persistente diante das dificuldades, frustrações e a aprender com os erros.	3,92	
Lido melhor com opiniões diferentes das minhas e dialogo para resolver conflitos.	3,89	
Me conheci melhor e tomo decisões mais conscientes sobre a minha vida.	3,82	
Confio mais em mim mesmo e sei que posso aprender coisas novas e me desenvolver.	3,85	
Me sinto melhor preparado para 'tirar os plano do papel' e conquistar minhas metas pessoais e profissionais.	3,66	

Fonte: IDIS 2020

Figura 10 – Desenvolvimento do potencial para conquista de suas escolhas profissionais

Desenvolvimento do potencial para a conquista de suas escolhas profissionais	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Tornei-me mais responsável com as minhas tarefas e nos estudos e/ou no trabalho.	3,84	3,77
Ao fazer o curso técnico, sinto que a formação teórica e prática que adquiri na minha formação me torna um profissional valorizado no mercado.	3,72	
Sinto que a minha formação na ETE contribuiu para o início da minha vida universitária.	3,94	
Entendi melhor as diversas possibilidades de atuação profissional e tomei decisões mais conscientes sobre a minha carreira.	3,71	
Apreendi a trabalhar melhor em equipe.	3,83	
Expresso melhor minhas ideias, argumentando com clareza e ouvindo os outros com atenção.	3,76	
Melhorei meu raciocínio lógico e minha capacidade de pensar de forma estruturada para tomar decisões.	3,94	
Desenvolvi habilidades de liderança.	3,65	
Passei a ter uma postura mais inovadora e empreendedora.	3,52	

Fonte: IDIS 2020

Além desses dados consolidados, o relatório apresenta o percentual de respondentes que optaram por cada uma das seis opções em cada uma das vinte e uma variáveis distribuídas nos três eixos de mudança. O relatório apresenta ainda análises segmentadas contendo comparações entre grupos de alunos que se diferenciam por determinados critérios. Os dados levantados em relação aos professores, que também fazem parte do público-alvo do estudo realizado pela empresa contratada, não serão utilizados nessa pesquisa porque seu objetivo é conhecer os impactos na vida dos egressos.

5.4 Avaliação dos impactos

Este tópico é iniciado, com a retomada das perspectivas da educação a partir do Projeto Educativo Comum:

A educação que oferecemos será inclusiva, pautada em valores éticos e cristãos, uma vez que acreditamos ser possível educar crianças, adolescentes e jovens para que sejam conscientes, competentes, compassivos e comprometidos na construção de um mundo mais justo, fraterno, solidário, inclusivo e cristão. (RJE, 2016, p. 15)

5.4.1 Princípios da educação integral

As reflexões iniciais se darão em torno os 4 C's (consciência, competência, compaixão e compromisso) que identificam os princípios fundamentais na perspectiva de educação integral. A sequência de apresentação de cada um deles, foi definida apenas por questões didáticas sem nenhuma intencionalidade de priorizar um ou outro sobre os demais.

O Projeto Educativo Comum, define “Competentes: Profissionalmente falando, têm uma formação acadêmica que lhes permite conhecer, com rigor, os avanços da tecnologia e da ciência.” (RJE, 2016, p. 30). Desse modo, o primeiro princípio a ser analisado nesse trabalho é a competência, que nesse contexto, refere-se ao saber fazer, o que demanda conhecimentos teóricos e práticos, que devem ser oferecidos pela escola.

Conforme tratado anteriormente, quanto mais a ciência se desenvolve, mais ela se expande e passa a interferir tanto no dia a dia dos indivíduos quanto nos processos produtivos. Esse aperfeiçoamento do processo produtivo requer trabalhadores cada vez melhor preparados e com maior capacidade intelectual, o que apenas é alcançado com uma boa formação.

Dessa forma, esse processo de desenvolvimento influencia diretamente a estrutura escolar e sugere-se “a necessidade de uma escola que seja também ela de cultura como o era a escola clássica, mas de uma cultura nova e diferente, ligada à vida produtiva” (MANACORDA, 1990, p.153). Nessa perspectiva, a escola deve dar conta das demandas do setor produtivo, tratando da cultura e de trabalho, desenvolvendo nos estudantes as capacidades de saber pensar o porquê e como fazer, de modo que o indivíduo se sinta integrado ao contexto onde se insere.

A competência relaciona-se com a dimensão cognitiva de aprendizagem à medida que esta trata de aprender, refletir, experimentar e criar e aprender a aprender. Relaciona-se também com a dimensão socioemocional, à medida que a aprendizagem envolve emoção, motivação, contextualização e socialização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9394, em seu artigo 39, determina que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, logo ela deve favorecer o ingresso no mercado de trabalho.

Em relação a esse princípio, a análise documental realizada neste mesmo capítulo demonstra o alinhamento e conformidade dos documentos institucionais em relação ao referencial teórico apresentado. Os documentos institucionais apontam que os cursos técnicos oferecidos pela ETE FMC devem conceder aos egressos competência técnico para o desempenho de atividades profissionais em suas áreas de atuação. Nesses documentos, estão listadas as competências e habilidades de caráter específicos desses profissionais, aos quais também são fornecidos meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A análise documental realizada neste capítulo demonstra o alinhamento dos documentos institucionais em relação ao referencial teórico apresentado. O princípio da competência com todos os seus desdobramentos foi seguramente evidenciado tanto nas entrevistas realizadas pelo pesquisador quanto na pesquisa contratada, conforme apresentado a seguir:

“...então, eu consegui ficar dez meses na Clear, fazendo a parte de suporte técnico lá, eh, não só fazendo a parte de suporte técnico, mas também ajudando na manutenção de câmeras e em DVR's, então, para mim, foi muito bom a ETE, assim, me abriu uma porta muito grande nessa parte.” (GRATIDÃO)

“... que realmente os professores são exigentes, são professores que entendem do assunto que estão falando neh.” (GRATIDÃO)

“... experiência prática no dia a dia.” (EMPATIA)

“... aprendi muito, tive muita dificuldade, neh, porque eu tinha me formado no colegial antes, neh, estava um tempo fora da escola... Faria tudo de novo.” (REALIZAÇÃO)

“... estar cursando um ensino de qualidade, neh, que eu vinha, na verdade, também pensando, claro, no ensino técnico, mas também no Ensino Médio porque ah, a gente ter uma formação integrada, neh, quando você tem o Ensino Médio e o ensino técnico você mescla ali as duas coisas, você vai sair no terceiro ano sendo um técnico eletrônico, mas, sem dúvida, você fez também, um Ensino Médio que também é diferenciado, assim.” (SATISFAÇÃO)

Os relatos das entrevistas evidenciam que o ensino profissionalizante agregado à proposta de formação integral da ETE FMC atendem às demandas de educação e

inserção dos egressos no mercado de trabalho ao formar cidadãos cientes do sistema capitalista e industrial.

“Eh, professor, minha vida melhorou cem por cento, sabe? Eh, profissionalmente, eu trabalhava em empresas pequenas neh, não tive tanta oportunidade de crescer, igual eu entrei na empresa que eu estou hoje, na EMPRESA X, eu entrei como estagiário, no call center e continuei me formando na ETE, neh, fiz o primeiro e o segundo ano, fiquei algum tempo de estagiário, após isso eu fui contratado para a produção, montador, me formei, fiz estágio, eh, hoje sou um técnico de processo industrial na empresa. Eh, minha trajetória foi assim, gratificante sabe? Com a minha formação na ETE.” (REALIZAÇÃO)

“... como se comportar porque a ETE tinha me preparado, eu sabia, ao mesmo tempo que eu estava com um certo receio eu estava tranquilo porque eu sabia que tudo que fosse me pedido no âmbito profissional eu estaria capacitado para poder fazer...” (SATISFAÇÃO)

“... eu sempre quis, neh, claro e formando na ETE eu consegui ter o cargo de técnico eletrônico, de aprender... ...e foi muito gratificante cara, eh, sensacional.” (REALIZAÇÃO)

“... como eu tive a formação completa eu pude já ser selecionado a dedo porque eu já tinha alguma característica que ela, no caso, na época, os recrutadores já viram que já me diferenciava dos demais.” (SATISFAÇÃO)

“... eu fiz uns seis meses mais ou menos de estágio e logo fui contratado, isso todos os meus colegas que foram juntos comigo aí da ETE também aconteceu isso com eles. Eles gostam bastante do pessoal da ETE, pela criatividade, pela dedicação, eles falam que a gente trabalha bem tanto pelo conhecimento, quanto pela parte profissional neh, de relações com as pessoas.” (CONFIANÇA)

“... o fato de eu ter saído da ETE e logo em seguida que eu formei já ter conseguido emprego foi minha conclusão que foi bom, neh, não me arrependo disso...” (CONFIANÇA)

“...eu decidi que eu queria já, procurar uma experiência um pouco mais voltado para o ramo do qual eu estou fazendo, que é de Engenharia de Controle da Automação e agora estou, eu consegui, neh, o emprego numa empresa do ramo de automação...” (SATISFAÇÃO)

Os relatos permitem observar ainda, que o ensino profissionalizante agregado à proposta de formação integral da ETE FMC atende à demanda de preparar os jovens para cursos superiores, permitindo-lhes o aprofundamento de seus conhecimentos

em determinada área de conhecimento, de acordo com suas aptidões e suas individualidades.

“... porque eu sabia que a ETE já teria me dado uma bagagem muito boa, então, eu já iria ter uma alavancagem ali pra estudar a Engenharia e foi justamente o que aconteceu, eu não tive tantas dificuldades no começo da Engenharia.” (QUALIFICAÇÃO)

“Me deu uma base muito boa, muito sólidas, várias, várias matérias da faculdade eu lembrava do que já tinha estudado na ETE...” (QUALIFICAÇÃO)

“... tem matérias que você só pega e vai que você já tem a bagagem que a ETE já trouxe... tem matérias aí que a gente aprende mais profundamente do que eu aprendi no INATEL semestre passado.” (SATISFAÇÃO)

“... quando eu saí da ETE tive a experiência profissional eu pude confirmar que a parte técnica, a parte de Engenharia, que foi a base que a ETE me deu, era o que eu queria continuar trabalhando, neh? Queria aprofundar meus conhecimentos nisso e foi, foi a base sim.” (CONFIANÇA)

“... eu tive o interesse de continuar estudando e de buscar ficar um pouco mais especialista no ramo da eletrônica, de seguir pegando mais conhecimento, sempre ficando melhor naquilo que a gente faz...” (SATISFAÇÃO)

O próximo princípio a ser analisado é o da consciência, que é apresentado no Projeto Educativo Comum como:

Conscientes: Além de conhecerem-se a si mesmos, graças ao desenvolvimento da capacidade de interiorização e ao cultivo da vida espiritual, têm um consistente conhecimento e experiência da sociedade e de seus desequilíbrios. (RJE, 2016, p. 30).

Esse princípio, relaciona-se com todas as dimensões de aprendizagem: cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa. Conforme dito anteriormente, ele relaciona-se com a dimensão cognitiva, pois aprendizagem envolve emoção, motivação, contextualização. Com as dimensões socioemocional e espiritual religiosa, relaciona-se à medida que estas implicam no relacionamento do indivíduo consigo mesmo, nas dinâmicas envolvidas com relação ao próximo, com o mundo e com Deus.

Relações estas que, no decorrer da existência humana, devem ser articuladas de maneira satisfatória a fim da promoção da formação integral.

Prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e no Plano Nacional de Educação, de 2014, a BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos.

O volume *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*, publicado em 2007 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, utiliza o termo “juventudes”, no plural, para contemplar todos os grupos que podem ser considerados. Diante da diversidade de realidades em que se encontram os jovens, emerge o grande desafio para a escola que é conscientizá-los de sua situação, seus desafios e seu potencial, tornando-os agentes transformadores da sociedade, que compreendem todos os aspectos de sua formação como fundamentais para a sua relação com o mundo e com as pessoas. Essas diferentes realidades podem ser verificadas na ETE FMC, inclusive no público participante dessa pesquisa, que foi composto por homens e mulheres, brancos e negros, oriundos de diferentes localidades e de famílias com diferentes condições socioeconômicas, daí a participação de bolsistas e não bolsistas, estudantes que ingressaram na ETE logo após a conclusão do ensino fundamental e outros anos após ter concluído o ensino médio; sem considerar as individualidades e históricos de vida de cada um.

Novaes (2003) afirma que as políticas públicas para a juventude devem atender, principalmente, jovens das classes populares que vivem à margem da sociedade e presenciam um alto nível de exclusão social através da escolaridade, dos altos índices de desemprego e violência e da ausência e/ou ineficácia dos aparatos sociais como creches, postos de saúde, escolas, áreas de estímulo à cultura, etc. Nessa perspectiva, plano nacional de educação, estabelece metas que visam a redução das desigualdades, a valorização da diversidade, a educação inclusiva, entre outros. A elaboração deste plano contempla os princípios de respeito aos direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental e a valorização da diversidade e da inclusão.

Para dar conta de toda essa diversidade e das novas demandas do setor produtivo, que é cada vez mais impactado pelo avanço das tecnologias, a escola

precisa se renovar e se manter atualizada, abordando questões sobre cultura e trabalho, visando desenvolver nos estudantes a capacidade de pensar e de saber o porquê e como fazer, de modo a fazer com que se sintam integrados no contexto onde estão inseridos.

Quanto ao princípio da consciência, a análise documental, realizada no sub tópico 5.1, revela as devidas atenção e dedicação da instituição com essa questão. No entanto, a realização das entrevistas e os resultados da pesquisa contratada apontam indícios de que alguns aspectos dentro desse princípio requerem atenção. A seguir, são apresentados relatos que confirmam, de forma geral, o atendimento da instituição a esse princípio.

“E, realmente, assim, no primeiro momento falei não, eh aqui é um lugar diferente é um lugar que se eu busquei a estar aqui eu vou ter que dar o meu máximo, eu vou ter que procurar grupos de estudo, vou ter que fazer de alguma forma para poder realmente engajar, conseguir englobar tudo, todo o conhecimento e não deixar ele ficar perdido. ” (GRATIDÃO)

“... conviver com pessoas, poder participar de feiras, neh? Ter um contato com o público, neh, hoje eu tenho mais contato com o público, neh, acredito que foi isso que me moldou, aconteceu. ” (EMPATIA)

“Então, acho que a ETE me possibilitou em vários âmbitos, neh, não só a parte de conhecimento que eu adquiri, como também redes de contatos e material. ” (QUALIFICAÇÃO)

“Ah, eu acho que quem faz ETE sai ali da ETE, querendo ou não, um pouco mais maduro do que os outros, do que os outros estudantes da mesma faixa etária, do que os outros colegas. A gente está mais maduro para as dificuldades que a gente vai enfrentar nesse âmbito, está mais maduro na forma de conhecimento. A gente está mais maduro também para trabalho em equipe, para tudo sabe? ” (QUALIFICAÇÃO)

“... que a ETE me despertou interesse neh, nos projetos em equipe porque eu fazia muito projeto em equipe na ETE, desculpa, que a ETE me despertou esse interesse...” (QUALIFICAÇÃO)

“... a gente trabalhava muito clara a parte cognitiva, neh, mas também tinha muito apoio da parte de formação cristã, como se diz, da parte com o psicólogo, pessoal do SOE, se não me engano o nome, que tinha o pessoal que nos apoiava, então, eu vivia conversando com eles. E, isso me ajudou muito porque eu estava não só com meu conhecimento, mas também estava com a parte emocional para enfrentar os problemas...” (QUALIFICAÇÃO)

“... a minha vivência hoje, ela melhorou bastante depois de eu ter formado na ETE e tal, eh foi muito legal cara, sensacional. ” (REALIZAÇÃO)

“E quando eu ingressei na ETE eu não tinha a percepção de que ela faria, faria o que fez comigo e com os outros meus colegas também. ” (SATISFAÇÃO)

“Você, como diz, você vai ser bom para a sociedade e vai ser bom na empresa que você vai trabalhar. ” (SATISFAÇÃO)

“Então, quando eu entrei na ETE eu tinha o objetivo de apenas cursar o técnico e já sair trabalhando depois do terceiro ano, mas no decorrer do tempo eu pude perceber que, às vezes, eu tinha certas habilidades que a ETE me ajudou a me mostrar que eu tinha ela, que antes eu não ia poder perceber neh. ” (SATISFAÇÃO)

“... a formação completa que a ETE nos proporciona ela ajuda também o aluno a saber detectar, a fazer um autoconhecimento dele para saber detectar outras capacidades que ele tem...” (SATISFAÇÃO)

“... alguns comportamentos mesmo de postura, de você falar, participar de uma reunião, você saber opinar, de você ter a hora de fazer seu trabalho, ter a hora da descontração... a ETE faz você saber...” (SATISFAÇÃO)

“... tentar ser o mais o mais emocional possível e o mais profissional possível, fazer, mesclar isso... a ETE faz um exercício com seus alunos para tornar isso menos difícil...” (SATISFAÇÃO)

“Então, a ETE, no fundo, ela ajuda você a ter um autoconhecimento de si mesmo e ajuda você a se gerenciar e fazer com que outras pessoas passem a gerenciar elas mesmas. ” (SATISFAÇÃO)

“Então, eu saí da ETE e já estava preparado para ir pruma graduação também, tanto se eu fosse trabalhar, ou se eu fosse para uma graduação isso aí já estava feito assim, em mim, eu já, como eu fiz o curso bem feito já estava pronto. ” (CONFIANÇA)

“... me ajudou a questão da maturidade, e assim, o convívio neh, de por exemplo, como eu morava fora eu tinha que pegar van, acordar cedo, tinha que ter essa disciplina, então, isso aí foi um diferencial. ” (CONFIANÇA)

Embora os estudantes tivessem que responder a algumas perguntas durante a entrevista, eles tinham total liberdade para se manifestarem e apresentar seu ponto de vista sobre as questões abordadas. Ainda que em uma abordagem inicial e antes de iniciarmos cada entrevista tenha sido explicado a todos os participantes que essa

entrevista faz parte de uma pesquisa científica, percebi em vários momentos que os participantes não se reportavam a mim como um pesquisador e, por diversas vezes, percebi certo cuidado por parte dos entrevistados, por estarem falando com o Professor, Coordenador ou representante da ETE FMC. Desse modo, notei uma certa preocupação dos entrevistados em sempre apresentar a “resposta certa” ou a “resposta que eles imaginavam que eu gostaria de ouvir”. Desse modo, somente após a tomada de consciência dessa situação, pude chegar a certas conclusões, inferências ou possibilidades de compreensão frente às manifestações dos entrevistados, que passo a compartilhar.

No trecho apresentado a seguir, um dos entrevistados relata que o medo de buscar novas experiências pode tê-lo prejudicado a alcançar seus objetivos após a conclusão do curso. Esta é uma clara manifestação da situação apresentada acima, na qual o entrevistado, na tentativa de proteger a instituição diante de seu representante, assume a culpa por determinada demanda que não foi alcançada.

“Sim, o curso, o curso da ETE sim, porém o, assim, acho que, igual, estava conversando com minha mãe agora, há pouco, um pouco do meu, do meu medo, até mesmo também, de correr atrás de outras cidades, de outras áreas, assim, de outras empresas, até mesmo fora da cidade da ETE, ou até mesmo de ir pra São Paulo eu acho que me atrapalhou um pouco, neh?” (GRATIDÃO)

Essa situação refere-se diretamente ao não conhecimento de si mesmo e de suas potencialidades, conforme evidenciado na descrição do princípio da consciência. Esta premissa está diretamente relacionada às questões socioemocionais, afetivas, de como se posicionar diante dos dilemas do mundo, que são diretrizes tratadas pela dimensão da formação integral.

Ao preparar os estudantes, para melhor embasamento do conhecimento e para a formação de um ser humano mais completo, capaz de se tornar um agente transformador da sociedade, a escola deve, por seu processo formativo e pelo acompanhamento que faz dos estudantes, encontrar as melhores formas de oferecer esse suporte em todas as dimensões.

Um pouco mais adiante na entrevista, o entrevistado faz questão de isentar a escola por esse insucesso e acaba por evidenciar ainda mais seu despreparo emocional para enfrentamento de novos desafios.

“Em nenhum momento que a ETE em todos os pontos que eu precisei assim, eh, por não ter entendido uma área, ou até mesmo por conhecimento em algumas outras áreas abrangentes à parte da eletrônica a ETE sempre à disposição pra poder nos ensinar sabe? Até mesmo como entrar no mercado de trabalho, eh de como agente deveria se comportar no mercado de trabalho, a ETE sempre nos ajudou, sabe? Então, a ETE em si, não tem problema, não tem culpa nenhuma da não realização do meu objetivo. ” (GRATIDÃO)

Em dado momento, outro entrevistado, mesmo reconhecendo a qualidade do ensino recebido, não se mostra consciente de que está apto a desempenhar a função de técnico para a qual se preparou e, de forma sutil, fala sobre a possibilidade de atuar apenas como auxiliar técnico. Mais uma vez fica evidente o despreparo de egressos frente a dilemas do princípio da consciência, contemplada na dimensão da formação integral. O acanhamento evidenciado nessa afirmação revela uma possível incompreensão ou falta de percepção do significado de sua formação no mercado de trabalho e no contexto social. Este relato demonstra não compreensão de que durante o processo formativo foram desenvolvidas competências técnicas para desempenho das atividades profissionais e pessoais, como relacionamento interpessoal, responsabilidade, organização, liderança, comunicação, ética, autocontrole, trabalho em equipe, que o qualificam para o exercício de sua profissão.

“... o curso técnico acredito que me ajuda bastante a ter as melhores chances em vagas melhores neh, se precisaria de um emprego como técnico, ou até de auxiliar mesmo, eu já conseguiria ter uma chance maior, neh? ” (EMPATIA)

“... eu acho que essa parte mais emocional acho que ela podia ser um pouco mais trabalhada...” (CONFIANÇA)

Esses relatos chamam a atenção, pois a escola deve prever essas e outras questões dentro do processo de acompanhamento discente. Vale a pena a verificar a melhor forma de se atender a essa demanda, ou como a escola estabelece interlocuções com determinadas precariedades ou insuficiências que os estudantes apresentam e que vão para além da técnica.

A seguir, são apresentados relatos obtidos na pesquisa realizada pela empresa contratada que evidenciam outro ponto que merecer ser discutido e tratado: a recorrência de uma associação equivocada feita pelos participantes entre excelência e exigência.

“Agradeço pelos aprendizados. A estrutura da escola é excelente. Uma sugestão: Trabalhar melhor o emocional do aluno.” (IDIS)

“A ETE FMC é uma escola ótima, porém o aluno é muito é muito sobrecarregado e por conta disso acaba mexendo muito com o psicológico das pessoas.” (IDIS)

“Eu amo essa escola, mas ela psicologicamente me destrói.” (IDIS)

É aceitável que os estudantes façam a associação entre qualidade e nível de cobrança e até mesmo valorizem esse suposto posicionamento da escola. No entanto, a escola não pode dar guarida justamente para uma lógica na qual a excelência vira sinônimo de uma exigência, por vezes, excessiva que chega a ser prejudicial aos estudantes. É inconcebível que em uma instituição que se propõe a promover uma formação diferenciada, baseada em outra lógica pedagógica, numa perspectiva de formação integral, esse sentimento possa ser tão comum. Foram encontrados muitos relatos dessa natureza no relatório final da pesquisa contratada. Como os participantes dessa pesquisa foram, em sua maioria alunos e ex-alunos, esse sentimento foi evidenciado a partir das relações cotidianas, que em uma instituição de ensino se estabelecem nos planejamentos, nas lógicas avaliativas e nas próprias relações dos estudantes com os professores, com seus colegas e com a própria instituição. É natural que em algum momento os estudantes tenham essa impressão, mas a escola reforçá-la revela um desajuste.

Naturalmente, essa percepção não é gratuita e provavelmente teve origem em algum momento durante a trajetória escolar de cada desses participantes. Essas manifestações podem estar fortemente vinculadas a experiências negativas que impactaram os estudantes e/ou professores de alguma forma e em alguma medida, dando origem a esses relatos. A existência dessas manifestações em certa quantidade revela uma situação que, no mínimo, requer maior atenção da escola com as relações estabelecidas e com as circunstâncias que favorecem tais situações.

Os objetivos dos cursos técnicos vão para além da técnica e contemplam outras habilidades como a capacidade de enfrentar e resolver problemas, tomar decisões, comunicar ideias, respeitar as regras de convivência social, mobilizar seus conhecimentos e habilidades em diferentes contextos, capacidade de relacionamento interpessoal, ética, autocontrole, trabalho em equipe, entre outros que são contrários a essa associação indevida.

A seguir, são apresentados outros relatos que evidenciam esses aspectos negativos que, segundo os entrevistados, são decorrentes do processo formativo da ETE FMC.

“Buscar dar auxílio para quem possui ansiedade e depressão, pois conheço alunos que desenvolveram essas doenças após entrarem aqui.” (IDIS)

“Sugestão: foquem no psicológico dos alunos, pois muitos saem da instituição e entram em depressão ou desenvolvem durante os períodos letivos.” (IDIS)

Os próximos princípios a serem analisados relacionam-se diretamente e são apresentados no Projeto Educativo Comum da seguinte forma:

Compassivos: São capazes de abrir seu coração para serem solidários e assumirem o sofrimento que outros vivem.

Comprometidos: Sendo compassivos, empenham-se honestamente e desde a fé, e com meios pacíficos, na transformação social e política de seus países e das estruturas sociais para alcançar a justiça. (RJE, 2016, p. 30).

Esses princípios, tão importantes quanto os anteriores, também se relacionam com todas as dimensões de aprendizagem. Relacionam-se com a dimensão cognitiva, pois, ao aprender, experimentar e criar, o indivíduo pode empenhar esforços para agir de forma crítica, compassiva e competente sobre um problema que não seja necessariamente seu. Ele pode exercer sua compassividade e comprometimento, empregando sua criatividade e seus conhecimentos, partilhando seu saber com os demais, estando atento às reais necessidades dos desfavorecidos e da sociedade.

Esses princípios relacionam-se com a dimensão socioemocional, pois, ao conviver com sua família, com seus pares, com a comunidade escolar, com a comunidade externa e com o novo, o indivíduo pode desenvolver a empatia abrindo seu coração e posicionando-se em favor dos injustiçados e dos mais necessitados.

A discussão sobre a relação entre humanismo e tecnologia, já presente no parecer 45/72 do CFE, já ressaltava há 50 anos atrás que estas abordagens não se excluem, mas se complementam. Essa relação aponta para discussões mais contemporâneas presentes em outras diretrizes legais que reforçam essa premissa, porém, com uma construção mais ampliada em termos de formação mais humana.

A Base Nacional Comum Curricular, orientada por princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica,

direciona a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Algumas das competências gerais previstas pela Base Nacional Comum Curricular, relacionam-se diretamente com esses princípios.

Autoconhecimento e autocuidado para cuidar de sua saúde física e emocional, sabendo reconhecer não apenas suas emoções, mas também as dos outros, com capacidade de lidar com elas.

Empatia e cooperação são outras competências esperadas para que o indivíduo possa fazer-se respeitar e promover o respeito em relação ao próximo e aos direitos de todos, reconhecendo as diferenças e sem qualquer tipo de preconceito.

Responsabilidade e cidadania são competências necessárias para que o indivíduo possa tomar decisões de forma responsável, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Em relação aos princípios da compassividade e comprometimento, a análise documental evidencia que são devidamente tratados. As entrevistas e os resultados da pesquisa contratada também mostram, de forma geral, um resultado positivo nesse sentido. Os relatos apresentados a seguir confirmam a percepção, por parte dos entrevistados, das competências citadas acima.

“Então, assim, para mim, nossa foi muito interessante, foi muito bom, eh acaba que muita gente tem um preconceito com morador de rua, a gente não sabe da história dele, não sabe como é, e aí você poder ter esse contato com eles assim, sabe? Conhecer um pouquinho da história deles, poder conhece o dia a dia deles, sabe? O desejo de mudança que muitos têm, neh, que muitas vezes não tem a cooperação do, a nossa cooperação, neh, da sociedade. ” (GRATIDÃO)

“Ahh, a gente tem que tentar ser empático, neh, tentar por no lugar do outro... Tem que tentar estar no sapato da pessoa, mas questão de empatia, ajudar o próximo, neh? ” (EMPATIA)

“Professor, ehh, me ajudou muito, pessoalmente, que a gente falava sempre em Deus, neh, e a escola me ajudou a seguir o bom caminho da vida, ser um ser humano melhor sabe? Com as aulas que a gente tinha, ehh, ser uma pessoa melhor, um profissional melhor, ehh ser melhor, eu acredito...” (REALIZAÇÃO)

“ ..., mas pelo menos mais essa convivência interpessoal neh, que assim, conviver melhor com pessoas neh? ” (EMPATIA)

“... a ETE me deu isso, que foi assim, no segundo ano e no terceiro ano eu pude prestar uma monitoria de forma voluntária onde eu ajudava os meus colegas de, de, de sala e quem quisesse participar também da monitoria sempre na semana de prova ali a gente tinha reunia a fazia os resumos, eu fazia um resumo antes e passava pra eles, agente resolvia exercícios, então, eh depois que eu no terceiro ano, no terceiro ano eu queria na verdade cursar uma escola de Ensino Superior neh, pra poder fazer com que depois aquela escola de Ensino Superior pudesse, às vezes, futuramente, me tornasse um profissional do ramo da educação também, eu, que eu gostei bastante quando eu, quando eu pude ajudar os colegas dando essa monitoria neh, que eu dei no segundo, terceiro ano.”
(SATISFAÇÃO)

“... além de ter me ajudado a ser melhor como pessoa e tal, a lidar com mais, com mais gente” (EMPATIA)

“... eu um dia talvez, vou poder realizar esse sonho aí de talvez, estar podendo dar aula e poder contribuir para a formação de mais alunos que sempre a ETE mantendo o padrão de qualidade dela, neh, podendo, talvez cada vez mais gente podendo despertar em outras pessoas o que alguns professores, inclusive você, despertaram em mim, durante o período que eu passei na ETE. ” (SATISFAÇÃO)

“... você desempenha algum papel ali, da própria monitoria, ou você ajuda em outras partes, por exemplo, eu lembro de eu ir e poder contribuir também na, na, nas celebrações que tinham nos domingos. ”
(SATISFAÇÃO)

“A questão do conhecimento técnico eu pude ensinar alguns, outras pessoas que entraram na graduação, que não tinham técnico, pude ensinar eles, passar um pouco a visão, a experiência, a prática também. ”
(CONFIANÇA)

Alguns entrevistados acreditam que os princípios da compassividade e compaixão possam ser melhor trabalhados e apontam algumas sugestões nesse sentido.

“...talvez, mais coisa prática neh, ir poder visitar um asilo, vamos dizer assim, como dizer, tentar tocar bastante o coração dos alunos, como ser mais, como é que eu vou dizer, ter mais atividades sem ser dentro de sala neh? Acredito que ter bastante assim, oh, vamos mostrar a realidade como que é fora daqui e tal, porque lá fora é um pouquinho mais complicado. ”
(EMPATIA)

Outra sugestão sobre necessidade de reforçar esses princípios no processo formativo.

“... a minha professora Carmem, o dia que a gente formou ela falou assim, ohh gente cuidado com o profissional que vocês vão se tornar, não pise em ninguém, ninguém é melhor que ninguém, segue o caminho de vocês ehh, do bem, do correto que a vida de vocês vai ser sucesso. Eu acho que poderia bater mais nessa tecla, sabe? Que ajudaria bastante as pessoas a ver o mundo lá fora, a ver como tratar as pessoas lá fora, que ninguém é melhor que ninguém, eu acho que é isso.” (REALIZAÇÃO)

“... esses movimentos sociais de ir em outras escolas, por exemplo, de ensino público e conversar com alunos eu acho que isso aí seria uma boa também para entender a realidade...” (CONFIANÇA)

Um entrevistado apresentou, ainda, uma sugestão de os estudantes terem momentos junto com os Padres para complementação da formação.

“A questão religiosa também, é questão mais assim, de espiritualidade, neh, podia ter mais assunto sobre isso aí também, mais debates... os padres lá da ETE que eu não lembro o nome de quando eu estava lá, a gente, às vezes, tinha alguma missa, alguma coisa que a gente ia e encontrava eles, mas não tinha uma relação assim, de conversa sabe?... Um bate papo com os padres, então, acho que isso aí seria legal também...” (CONFIANÇA)

A ocorrência de relatos dessa natureza também na pesquisa contratada, sugere que este seja um aspecto que possa ser melhor explorado, e, portanto, mereça maior atenção por parte da instituição.

“Minha sugestão é que a ETE invista mais em trabalhos de formação cristã, pois o potencial que a instituição possui, por ser uma escola jesuíta, é muito grande e não se pode desperdiçar esse diferencial.” (IDIS)

5.4.2 Participação e envolvimento da família

A participação e envolvimento das famílias no processo ensino aprendizagem, bem como sua proximidade com a escola, são tão importantes que no regimento escolar tem-se um capítulo com o título: dos pais e responsáveis.

No entanto, durante a realização das entrevistas e até mesmo na pesquisa contratada, muito pouco foi apresentado a esse respeito.

Embora não houvesse uma pergunta focando exatamente esse tema durante a entrevista, em certo momento, os participantes tinham a liberdade para abordar qualquer questão que julgassem relevante. Nenhum deles abordou a questão da

participação das famílias, de forma positiva ou negativa. Um dos entrevistados, porém, citou a mãe para dizer que uma de suas motivações a estudar na ETE FMC foi a cobrança da mãe por uma formação direcionada a ele.

“Então? Primeiro motivo, eh tenho vários amigos que se formaram aí, eh, parentes que se deram, vamos dizer assim, bem na vida formando na ETE. Eh, sempre ouvi falar que era uma, uma escola muito boa e tive que entrar para pagar para ver, sabe? E não me arrependo um minuto de ter entrado para mim cursar o Técnico em Eletrônica. Segundo motivo, minha mãe me cobrava muito, eh a respeito de ter um curso técnico, uma faculdade e fui adquirir isso aí, depois de uma certa idade que a gente fica mais maduro, família e a gente quer um futuro melhor. Corri atrás e graças a Deus consegui.” (REALIZAÇÃO)

Para assegurar as aprendizagens definidas em cada etapa da educação, a Base Nacional Comum Curricular necessita ser adequada à realidade local. Esse processo de adequação, que considera a autonomia das redes de ensino, das instituições escolares, o contexto e a realidade dos estudantes, é resultante do envolvimento e participação das famílias e da comunidade nos processos de contextualização dos conteúdos curriculares bem como na forma de apresenta-los, de modo a torná-los significativos e contextualizados com a realidade dos estudantes, na decisão sobre as formas de organização e distribuição dos componentes curriculares, na seleção de metodologias e estratégias pedagógicas que contemplem as diferentes necessidades e considerem as diversidades, na construção e aplicação de procedimentos avaliativos que considerem os diferentes contextos e condições de aprendizagem, na seleção, produção e avaliação de recursos didáticos que apoiem o processo ensino aprendizagem, entre outros.

De acordo com o regimento escolar, a família deve conhecer a proposta pedagógica da escola, seus princípios educativos e deve colaborar tanto nas atividades formativas da escola, quanto na sua articulação com a comunidade. Os responsáveis têm ainda os deveres de comparecer às reuniões e convocações da escola e acompanhar durante o período letivo a frequência e o desempenho dos estudantes.

Alguns fatores podem aumentar ou diminuir a influência das escolas nos desempenhos dos estudantes: a qualidade do professor, as possibilidades da escola em selecionar professores e das famílias em escolher as escolas e, finalmente, o

reconhecimento por parte de diretores, professores, alunos e famílias, dos objetivos a serem alcançados.

O ponto de cuidado apontado, nesse caso, não se dará pela recorrência de relatos indicativos dessa necessidade. Pelo contrário, a recomendação nesse caso se dará devido à escassez de citações ou referências à participação das famílias, tanto nas entrevistas quanto na pesquisa encomendada e, considerando o prejuízo na aprendizagem e preparação para a vida dos estudantes pela não sistematização desse envolvimento das famílias no processo educativo, penso que este seja outro ponto que possa ser revisto e melhor explorado pela escola.

5.4.3 O papel da avaliação

Conforme visto no referencial teórico, etapa avaliativa é um momento importante no processo ensino e aprendizagem. Ela reforça a conexão entre o modo como a escola socializa os jovens com as exigências que serão encontradas na vida profissional, sendo a escola, então, o primeiro agente de socialização. De acordo com Afonso “não é possível deixar de considerar que os processos decorrentes de determinadas práticas avaliativas têm algumas implicações importantes fora da escola.” (AFONSO, 2009, p. 25).

Este processo é tão importante que, durante o período escolar, os estudantes não apenas aceitam ser avaliados, como também o desejam. Esta concepção é de tal forma acolhida que, ao longo de suas vidas, no âmbito acadêmico, profissional ou outro, a avaliação é aguardada como instrumento de validação.

No regimento escolar, a perspectiva de formação integral é apresentada logo no início do documento, quando são enunciados os princípios e fins da ETE FMC. O documento segue descrevendo sobre a organização administrativa, técnica e pedagógica da escola e suas respectivas responsabilidades. Nesse ponto, ficam definidos os responsáveis pela organização, superintendência, execução e controle de todas as atividades pedagógicas e de apoio pedagógico, bem como as atividades de formação religiosa e atividades pastorais, sendo ainda perceptível a intencionalidade com a formação integral. Embora o documento no tópico referente aos processos avaliativos aponte que os instrumentos de avaliação possibilitam a observação de aspectos qualitativos e quantitativos de aprendizagem e que são assegurados aos estudantes mecanismos para recuperação de aprendizagens;

quando se trata de avaliação de aprendizagem perde-se um pouco da visão da integralidade na formação.

Não podemos desconsiderar a existência de instrumentos avaliativos, sobretudo em uma escola técnica, que objetiva preparar os estudantes para o mercado de trabalho e para continuidade da vida acadêmica. No entanto, uma escola que preza pela formação integral, preocupando-se com o “tipo” de profissional que vai ingressar no mercado de trabalho ou com o universitário que vai ocupar um espaço no curso superior, não pode deixar de avaliar seus estudantes em outras dimensões que vão para além da técnica. Os processos avaliativos têm uma perspectiva formativa?

A escola se organiza, planeja, prepara, se estrutura para oferecer uma formação integral, compreendendo todos os aspectos de formação como fundamentais para a relação dos egressos consigo, com as pessoas e com o mundo, mas na hora da avaliação o que temos? Uma prova que tem que valer 10? Esse resultado pode representar a formação integral proposta pela escola? O processo avaliativo tem uma perspectiva formativa?

Durante a realização das entrevistas, essa questão não foi abordada por nenhum dos entrevistados, embora tivessem tido liberdade para tratá-la. No entanto, a partir da pesquisa contratada, temos vários relatos, muito mais do que aqui apresentado, que evidenciam que essa questão mereça ser revisitada.

Em primeiro lugar, as questões colocadas pelos participantes revelam uma dificuldade em conseguir se posicionar sobre a questão da avaliação de uma forma mais ampliada e menos restrita, o que nos faz pensar se eles realmente compreendem sobre o processo formativo do qual participam/participaram. Essa incompreensão do processo de formação e de sua intencionalidade por parte dos estudantes, revela certa insuficiência do trabalho realizado pela escola, pois seus alunos compreendem que seu processo formativo possa ser avaliado tão somente a partir de um resultado ou tão somente a partir de uma perspectiva somativa. Muitos relatos discorriam apenas sobre uma alteração de uma avaliação substitutiva no terceiro trimestre ou sobre a aplicação de simulado. Esses relatos demonstram uma percepção equivocada, pois a avaliação supera questões dessa natureza. Esses relatos, revelam uma perspectiva tímida e precária dos participantes sobre essa questão.

Outra observação a partir dos relatos, é que, ao falarem sobre avaliação, os participantes não se reconhecem como sujeitos dessa avaliação e tampouco se

percebem observados em outras dimensões para além da técnica, ou seja, existe um hiato entre o que a escola pretende com seu projeto educativo e o que realmente está atingindo os estudantes.

“A prova substitutiva ser tirada do terceiro trimestre não foi uma boa ideia.” (IDIS)

“Acho que poderia haver outro sistema de notas quanto ao simulado.” (IDIS)

“Mudar o método de distribuição de nota nas avaliações. Avaliar melhor o raciocínio utilizado nas questões.” (IDIS)

“As notas das provas do técnico poderiam valer menos pontos para que seja possível recuperar a nota do trimestre sem fazer recuperação.” (IDIS)

6 COMPREENDENDO O CASO ESTUDADO E ESTABELECENDO PONTOS PARA UMA INTERVENÇÃO

Conforme apresentado ao longo da pesquisa, este trabalho propõe avaliar em que medida a formação integral proposta pela Companhia de Jesus impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. Embora tenhamos conhecimento de que esse impacto é positivo nas vidas desses estudantes e na comunidade como um todo, ele não é sistematizado. Daí a proposta de realização dessa investigação: sistematização desses resultados para levantamento de proposições visando reforçar os objetivos para a formação integral dos estudantes.

Essa proposta foi baseada na análise de dados levantados em pesquisa feita por empresa contratada, na qual foram inseridas questões específicas elaboradas pelo pesquisador. Em seguida, essa análise foi complementada por entrevista semiestruturada aplicada a um grupo de egressos, no intuito de validar as informações levantadas e esclarecer eventuais desvios. Essa análise foi complementada com a revisão dos documentos institucionais que orientam a prática da escola.

Essa reflexão se deu à luz da retomada de diversos conceitos teóricos apresentados nesse estudo que trataram sobre a proposta de formação integral da Companhia de Jesus, sobre a questão da educação vocacional, sobre a estruturação dos ensinos médio e técnico no Brasil, sobre o sujeito aprendiz e o contexto no qual ele se insere e, finalmente, um tópico abordando a questão da avaliação.

O último objetivo específico dessa pesquisa refere-se à apresentação de uma proposta de intervenção, com vistas ao realinhamento de práticas e ações a partir da análise realizada.

A questão problematizadora propõe reflexão sobre a medida em que a proposta de formação integral da ETE FMC impacta na vida dos egressos dos cursos técnicos. A partir do levantamento de dados realizado neste estudo de caso, observa-se que o referencial teórico, a revisão documental, a pesquisa contratada e as entrevistas realizadas pelo pesquisador demonstram alinhamento.

Em relação aos princípios da educação integral apresentados pelo Projeto Educativo Comum: consciência, competência, compaixão e compromisso, ficou evidente nas ações educativas da instituição que todos são contemplados, no entanto alguns são tratados mais fortemente e de maneira mais incisiva, de modo que são

facilmente identificados pelos egressos, enquanto outros, talvez por serem trabalhados de forma mais tímida ou por se acreditar estarem subentendidos, não são tão facilmente percebidos.

De acordo com a pesquisa e as entrevistas realizadas, o princípio da competência é claramente compreendido e percebido pelos egressos. De uma forma geral, os egressos sentem-se realizados nesse sentido, pois conseguiram ou estão caminhando de acordo com seus planejamentos de ingressar ou ascender no mercado de trabalho ou dar continuidade em seus estudos. Esse princípio é tão reconhecido que, conforme apresentado na pesquisa contratada e explicitado nesse projeto, alguns egressos citam e de certo modo até justificam o rigor com que a escola se aplica no cumprimento desse princípio, para deixar de lado outro princípio, o da consciência, como será tratado a seguir.

Em relação ao princípio da consciência, de uma forma geral, os participantes também reconhecem o cuidado da instituição no seu cumprimento. No entanto, como mostrado anteriormente, alguns aspectos podem ser melhor trabalhados dentro desse princípio. Considerando que a escola deve preparar os jovens, teoricamente, para que tenham condições de dar continuidade nos estudos e, na prática, para seu melhor embasamento e formação de um ser humano completo, capaz de se relacionar e promover transformação no meio onde se insere, vale a pena refletir se a instituição e suas estratégias pedagógicas tem dado conta dessa demanda.

A pesquisa aponta algumas lacunas que podem ser melhor trabalhadas nessa perspectiva. Insegurança e despreparo emocional para encarar desafios profissionais; problemas com autoestima ou não tomada de consciência ao não se reconhecerem como profissionais competentes em que se tornaram; percepção equivocada do seu potencial e do valor que sua formação significa para o mercado de trabalho; aceitação e até mesmo validação por parte de alguns, de um suposto modelo de relação estabelecido na escola, onde a excelência justifica uma exigência considerada exagerada e abusiva.

Essas percepções por parte dos egressos são preocupantes, sobretudo em uma instituição que se propõe a oferecer uma formação diferenciada. No entanto, esses sentimentos foram alimentados por se evidenciarem nas relações cotidianas e revelam um certo desajuste. Naturalmente, não se trata de algo generalizado, mas em algum momento e com alguma intensidade foi percebido. É de suma importância que a escola esteja mais atenta às relações estabelecidas em diferentes níveis.

Quanto aos princípios da consciência e compromisso, de forma geral são reconhecidos positivamente. As entrevistas realizadas apresentam sugestões de possíveis pontos de melhoria. Alguns entrevistados sugerem que esses princípios sejam melhor trabalhados internamente e com atividades de campo. Outros sugeriram, ainda, que a presença dos Padres Jesuítas na instituição possibilita grande potencial de trabalho nessa dimensão a ser desenvolvido com os estudantes.

Embora sejam previstas disciplinas como Ensino Religioso e Fundamentos de cidadania e sejam realizadas atividades em campo, ainda assim os entrevistados insistem nesse ponto. Vale refletir se tais atividades têm impactado os estudantes e em que medida isso acontece.

Em relação à participação das famílias na escola, o que chamou a atenção foi a escassez de relatos dessa natureza que revelam uma participação tímida, que poderia ser potencializada e revertida em favor da formação integral. A escola estimula as famílias a participarem da vida acadêmica dos estudantes através da participação em reuniões informativas e formativas, em momentos de confraternizações, em eventos acadêmicos ou quando chamados pela escola para tratar sobre questões mais pontuais. No entanto, de acordo com os referenciais teóricos apresentados nessa pesquisa e também com as recomendações da Base Nacional Comum Curricular, essa participação poderia ser mais efetiva, o que a tornaria também mais significativa.

Finalmente, no que diz respeito aos processos avaliativos, a pesquisa evidencia aspectos que podem ser melhorados. Os relatos dos participantes evidenciam uma visão equivocada sobre os objetivos da avaliação e suas possibilidades de realização. O não reconhecimento como sujeitos dessa avaliação mostram, ainda, que não se enxergam avaliados em todas as dimensões de aprendizagem.

Quando se fala em avaliação, é comum que ela seja relacionada a provas que classificam os alunos por meio de números e de médias. Contudo, a avaliação deve ir além dessa simples verificação da eficácia da transmissão e da absorção dos conteúdos pelos alunos. Ela deve ser uma oportunidade de proporcionar o crescimento do aluno e o seu engajamento com o aprendizado.

Levantadas essas questões, são apresentadas a seguir breves propostas de intervenção, que consideram a situação atual da escola e não mais o contexto apresentado nos relatos dos participantes da pesquisa, que se referiam ao tempo em que frequentaram a escola. Essa ponderação é necessária, pois a escola é dinâmica

e se transforma continuamente, de modo que os pontos levantados como passíveis de intervenção a partir do relato dos entrevistados podem já ter sido contemplados em outras medidas, uma vez que o processo de melhorias acontece continuamente, de forma cíclica.

6.1 Princípio da consciência: Dimensão Socioemocional

Considerando a diversidade dos ingressos na instituição a cada ano, constitui-se um desafio situá-los no contexto da sociedade contemporânea, abordando questões como novas configurações parentais, a influência da mídia na definição de novos padrões culturais e sociais, novas configurações de tempo e espaço escolares e a formação de subjetividade, novas tecnologias e extensão dos meios de comunicação através das redes sociais, questões referentes a consumo, entre outras. Todas essas questões, motivadas por um processo de transformação social crescente, acabam interferindo na formação da identidade dos jovens que ingressam atualmente na ETE FMC.

Dessa forma, ao implantar o Sistema de Qualidade na Gestão Escolar elaborado pela FLACSI – Federação Latino Americana de Colégios Jesuítas, a ETE FMC assumiu como plano de melhoria a construção de um Mapa de Aprendizagens. Esse documento, que está quase finalizado, foi construído coletivamente e propõe um caminho para promoção da aprendizagem integral dos estudantes. Nele estão relatadas as intenções educativas, pois relaciona cada conteúdo a ser estudado com a(s) abordagem(s) metodológica(s) a ser trabalhada(s), estabelecendo as aprendizagens esperadas em cada uma das dimensões (cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa) bem como as formas de avaliá-las, relacionando-as inclusive com as competências e habilidades previstas na BNCC, além de apresentar possibilidades de trabalhos inter e trans disciplinares.

Uma vez estabelecidas as aprendizagens esperadas na dimensão socioemocional, de que se trata esse tópico, penso ser importante que os professores sejam capacitados a adequar suas práticas, que normalmente contemplam apenas aprendizagens na dimensão cognitiva, para que contemplem as demais dimensões de aprendizagem. Essa capacitação deve incluir práticas metodológicas visando desenvolver nos estudantes competências e habilidades esperadas na dimensão socioemocional e ferramentas de verificação dessas aprendizagens. Proponho que a

escola busque essa capacitação com seus parceiros ou com outra unidade, pois ambos, seguramente, têm condições de apoiá-la nesse sentido.

Além da capacitação dos professores, é necessário que essas aprendizagens sejam sistematizadas, tal como acontece com as aprendizagens na dimensão cognitiva. Há de se planejar, estabelecer propostas e objetivos específicos para o desenvolvimento de tais competências e habilidades, contabilizando tempos de aula, metodologias e formas de verificação de tais aprendizagens.

6.2 Princípios do compromisso e compassividade: Dimensão Espiritual Religiosa

O Projeto Educativo Comum – PEC expressa o posicionamento da Rede Jesuíta de Educação quanto à formação de Lideranças, que encara como aprendizado e vivência diária do serviço, vivido na rotina escolar, bem como na vivência do aluno como cidadão e cristão. É comum associar liderança somente a posições específicas. Na formação jesuíta, porém, a liderança não se restringe apenas a alguns, mas considera-se que cada pessoa tem uma contribuição única a fazer e precisa desenvolver suas próprias habilidades. Deste modo, cada pessoa, não apenas aqueles no topo da hierarquia, é um líder.

O projeto Liderança, implantado há alguns anos nos quais vem sendo aperfeiçoado, se propõe a desenvolver atividades, de maneira conjunta, nas dimensões: cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa. Este projeto tem como objetivo geral desenvolver a capacidade de liderança nos estudantes da ETE FMC, através da realização de atividades que compreendem o exercício de humanização, cidadania e inclusão. São também objetivos desse projeto conceituar e diferenciar os perfis de lideranças, trabalhar as relações intra e interpessoais, ilustrar de forma dinâmica e criativa as seguintes dimensões humanística, cidadã e inclusiva da liderança, apresentar aos alunos problemas enfrentados na sociedade local e incentivar o desenvolvimento de ações sociais que minimizem esses e seus efeitos e estimular os alunos a serem protagonistas em sua comunidade.

Atualmente, esse projeto está estruturado de forma que os estudantes do primeiro ano trabalhem com os idosos do Asilo local, os estudantes do segundo ano com adolescentes da rede pública de educação e os do terceiro ano com crianças da APAE de Santa Rita do Sapucaí. Os alunos do primeiro e terceiro anos são

capacitados a desenvolverem algum tipo de atividade com os idosos e crianças com necessidades especiais, respectivamente; enquanto os estudantes do segundo ano ensinam algum conteúdo aprendido para os colegas da rede pública de educação. Nas três abordagens, são realizados momentos de preparação, de imersão e finalmente de avaliação e partilha. Cada estudante participa dessa experiência uma vez a cada ano.

Para a dimensão espiritual religiosa, tratada neste tópico, sugiro que essa atividade seja intensificada, proporcionando aos estudantes maior possibilidade de aprofundamento nessas experiências, seja na quantidade ou tempo de imersão, ou ainda nas reflexões sobre tais experiências. Proponho, ainda, que sejam realizadas atividades dessa natureza junto a outros públicos que possam inclusive ser apontados pelos estudantes. Finalmente, sugiro que a escola encontre uma forma de implantar esse projeto em todos os cursos e séries, visto que hoje ele se restringe aos três anos do ensino médio técnico e parte do ensino médio.

6.3 Participação de pais e responsáveis

O maior envolvimento das famílias no dia a dia escolar fortalece a proposta educativa e potencializa o alcance dos objetivos pedagógicos. Considerando os avanços que podem ser alcançados a partir da formalização da parceria família-escola, proponho, neste tópico, a formalização de uma representatividade dos pais e responsáveis.

Como membro da instituição, sei e reconheço o esforço, a preocupação e atenção da escola em atender as necessidades e anseios desse público. No entanto, acredito que o estabelecimento de uma agenda, com pautas a ser discutidas ao longo do ano letivo com uma representatividade dos pais, beneficiariam a todos os atores do processo.

Naturalmente, não devem ser trazidos a esse fórum questões de natureza administrativa, gerencial ou estratégica da escola. A proposta é que sejam discutidas questões que possam impactar na aprendizagem dos estudantes e, portanto, promover maior interesse das famílias pela vida escolar dos estudantes que, por sua vez, se sentirão apoiados e, por isso, mais motivados em suas aprendizagens.

Essa proposta se refere à criação de conselho de pais, formação de grupo de apoio à escola ou formação de comitês para discussão e acompanhamento de temas

específicos. A escola precisa se abrir à comunidade, sem, no entanto, perder seu foco na aprendizagem dos seus estudantes, permitindo aos pais uma participação mais efetiva no processo educativo de seus filhos.

6.4 Processo avaliativo

Minha proposta de intervenção para essa questão recorre uma vez mais aos Mapas de Aprendizagens, já citados anteriormente. Sua devida divulgação e apropriação por todos proporcionaria à comunidade melhor compreensão de todas as etapas do processo, especialmente a etapa avaliativa, que, muitas vezes, é insuficientemente interpretada. Este documento contém todas as aprendizagens esperadas pelos estudantes em todas as dimensões de aprendizagem.

Mesmo na dimensão cognitiva, na qual os professores transitam com mais naturalidade, proponho a realização de uma capacitação complementar, no sentido de orientá-los a revisitarem seus planos e utilizarem outros tipos de avaliação para além da avaliação somativa. Por mais que existam diferentes tipos de processos avaliativos, a própria dinâmica escolar condiciona a avaliação para caminhos de maior verificação e de menor compreensão, consagrando uma dimensão somativa. Avaliar o desempenho escolar dos estudantes não é uma tarefa simples. É importante elaborar métodos avaliativos que verifiquem não apenas o rendimento do aluno, mas também a adequação das abordagens educativas elaboradas. Diante disso, a melhor forma de se ampliar as perspectivas em relação ao processo avaliativo é, cada vez mais, colocar em pauta discussões acerca da questão a fim de que, aos poucos, a cultura da educação seja efetivamente modificada no que tange ao assunto, sem deixar de considerar, as demais dimensões de aprendizagem

Tal como anteriormente, sugiro que a escola busque junto aos parceiros ou outra unidade da rede, capacitação para os professores no que diz respeito à construção e avaliação de aprendizagens nas dimensões socioemocional e espiritual religiosa. Embora essas aprendizagens estejam definidas no Mapa de Aprendizagem, penso que ainda temos muito a avançar nas ferramentas para sua verificação.

7 CONCLUSÃO

Se a formação integral, contemplando as dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa é compromisso da ETE FMC para com seus estudantes, um dos grandes desafios atuais na reestruturação de práticas educativas é criar caminhos para unir os valores e princípios presentes na proposta educativa jesuítica, às exigências do mercado e às orientações presentes nos documentos educacionais legais, dentro de um cenário que priorize a centralidade do aluno no processo e sua formação integral.

Esse desafio torna-se ainda maior quando consideramos a ETE FMC, que possui características próprias que a diferenciam da maioria das outras escolas. Essas diferenças se iniciam com as naturezas dos cursos ofertados: ensino médio e ensino técnico (com diferentes ênfases) concomitantemente com o médio ou subsequentemente a este. Outra característica marcante da escola é a diversidade cultural, social e econômica dos seus estudantes.

Muitos estudantes ingressam na ETE FMC com o objetivo de ascender socialmente, seja através da busca de melhor qualificação para o mercado de trabalho com o título profissional conferido pela escola ou, ainda, utilizando-se deste para acessar o ensino superior. Uma parcela significativa dos estudantes da instituição provém de núcleos familiares com situação econômica menos favorecida. Alguns chegam à instituição trazendo em suas bagagens existenciais altas expectativas de protagonismo social e muitas lacunas de formação em todas as dimensões de aprendizagem.

Sendo assim, esse trabalho se propôs a investigar em que medida a formação integral proposta pela Companhia de Jesus impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da ETE FMC, adotando como procedimento o estudo de caso.

Para responder a essa questão problematizadora, foram estabelecidos quatro objetivos específicos: apresentar a proposta formativa da ETE FMC, identificar elementos dos projetos desenvolvidos na ETE FMC, avaliar o impacto social da formação integral na vida dos estudantes dos cursos técnicos da ETEFMC e construir proposições, com base na análise dos dados e resultados obtidos, para avanços curriculares e de formação.

Os dois primeiros objetivos específicos foram apresentados ao longo da proposta, mais especificamente no capítulo de fundamentação teórica, no tópico que

se refere à formação integral à luz da Companhia de Jesus e no capítulo de análise dos resultados, no tópico de revisão documental. As propostas formativas da ETE FMC, bem como os elementos de projetos desenvolvidos por ela, estão em conformidade com os documentos institucionais, com a legislação vigente e são evidenciados na pesquisa realizada.

A avaliação do impacto social da formação integral na vida dos estudantes dos cursos técnicos da ETEFMC, foi verificada a partir de pesquisa realizada pela empresa contratada pela escola e da realização de entrevista com egressos pelo pesquisador. As questões presentes na pesquisa contratada, foram elaboradas de acordo com os seguintes eixos de investigação: quanto à forma de relacionar com os outros, quanto à construção da trajetória de vida do estudante e quanto ao potencial para alcançar conquistas profissionais e/ou acadêmicas. Esses três eixos foram decompostos em vinte e um indicadores, que foram respondidos pelos participantes. Os impactos nos três eixos investigados, foram percebidos pelos participantes em sua maioria com intensidade “alta” e “muito alta”.

Nas entrevistas realizadas com egressos, foram verificados os princípios da formação integral estabelecidos no PEC: competência, consciência, compromisso e compassividade.

A partir do referencial teórico proposto, da análise dos resultados da pesquisa contratada, das entrevistas e da análise documental realizadas, conforme já era previsto, ficou evidenciado que a ETE FMC impacta positivamente na vida dos egressos. O estudo comprovou o alcance do propósito de formar cidadãos críticos que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária; e da missão de promover a educação de excelência, inspirada nos valores Cristãos e Inacianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos.

Esses princípios verificados nos documentos institucionais estão em conformidade com a legislação vigente e são reconhecidos pelos participantes da pesquisa contratada e das entrevistas. No entanto, ao longo do processo foi evidenciado que o princípio da consciência necessita ser melhor trabalhado, visto que não foram evidenciadas algumas competências e habilidades inerentes a esse princípio por alguns dos participantes da pesquisa ou entrevista. Em relação aos princípios da compassividade e compromisso, o processo apontou possibilidades de melhoria.

Embora não fossem focos da pesquisa, outros aspectos foram evidenciados durante sua execução: baixa participação dos pais e responsáveis na vida escolar e necessidade de revisão dos processos avaliativos.

No entanto, alguns desses pontos percebidos como possibilidades de melhorias podem já estar sendo tratados pela escola, pois o recorte temporal dessa pesquisa abrange o período de 2015 a 2019. A mesma inquietação que me impeliu como pesquisador a conhecer mais dos impactos causados pela ETE FMC na vida dos egressos e propor essa pesquisa, levou-me como coordenador dos cursos técnicos da instituição, mesmo antes da finalização desse trabalho, a propor e avaliar medidas que os possibilitassem ou os potencializassem.

Ainda assim, em cumprimento ao último objetivo específico dessa pesquisa, foi proposto um plano de ações, com base na análise de dados e resultados obtidos. Esse plano propõe revisões no processo, especificamente nos pontos identificados como passíveis de melhorias para avanços curriculares e de formação.

Desse modo, os resultados e proposições deste trabalho podem confirmar as ações que já vem sendo tomadas nesse sentido, ou até mesmo retificá-las.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rita Kullberg et al. **Investing in technical & vocational education and training**: does it yield large economic returns in Brazil? Washington: The World Bank, 2015.
- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BAMBERGER, M. and WHITE, H. **Using Strong Evaluation Designs in Developing Countries**: Experience and Challenges, Journal of MultiDisciplinary Evaluation. 2007, Volume 4, Number 8, 58-73.
- BARBOSA, C. S.; DELUIZ, N. **Juventude, Trabalho e Educação Profissional**: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em discussão. In: 31 Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2008, Caxambu - MG. 31 Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2008.
- BARBOSA, Vitor Neves. **A formação profissional na perspectiva de estudantes do ensino médio profissionalizante**, 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, 2017. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1671>. Acesso em: 26 out. 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BÍBLIA. 2 Timóteo 3-16,17. Português. In: **Bíblia sagrada**: novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Knopp Sari. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **“A juventude é apenas uma palavra”**. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, D.; CRUZ, C.; ARIDA, A. L. **Métricas em Negócios de Impacto Social**: Fundamentos. São Paulo: ICE/MOVE, 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: Presidência da República, 1909. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/589450/publicacao/15626779>. Acesso em: 20 de jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 20 de jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.154%20DE%2023,nacional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 22 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953.** Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Brasília, DF: Presidência da República, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-norma-366631-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2222, de 27 de agosto de 1957.** Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3252.htm. Acesso em: 14 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 18 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 18 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7044 de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em: 06 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 de jan. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.—Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2014.

CARDOSO, Pierre Pinto. **Empregabilidade dos egressos:** a educação profissional integrada ao ensino médio no extremo norte da Amazônia. 2018. Tese (Doutorado em

Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6767>. Acesso em: 26 out. 2009.

CIVIATTA, Maria. **A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica**, 2016 - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013/1567>. Acesso em: 01 nov. 2019.

COLEMAN, James S. **Equality of educational opportunity**. Washington: Department of Health, Education, and Welfare, 1966.

_____. Pisa - **Low Performance Students** - Why They Fall Behind and How to Help Them Succeed. Paris: OCDE, 2016b.

DAVIDIS, Nancy da Luz. **Ensino técnico profissionalizante, mercado de trabalho e renda** : a experiência do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília, 2018. Dissertação (Mestre em Economia) - Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34696>. Acesso em: 26 out. 2009.

FABIANI, P.; REBEHY, S.; CAMELO, R.; VICENTE, F. J.; MOSANER, M. **Avaliação de Impacto**: Social metodologias e reflexões. IDIS, 2018.

FLICK, UWE. **Uma introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; trad. Sandra Netz. – 2 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa São Paulo: Paz e Terra; 1996.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GERTLER, P. Final Report: The Impact of PROGRESA on Health. International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

GUIMARÃES, G. **A relação entre a educação e o trabalho na educação profissional técnica de nível médio do IFG – câmpus Goiânia**: contradições, impasses e perspectivas. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017 Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7635>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ICAJE (Comissão Internacional do Apostolado de Educação Jesuíta). **Colégio Jesuítas**: Uma tradição viva no século XXI. [s.n] . Roma, 2019.

IDIS, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Org). **Avaliação de Impacto Social** – metodologias e reflexões. 2018.

International Initiative for Impact Evaluation (3ie), **Principles for Impact Evaluation**. <http://www.3ieimpact.org/media/filer/2012/04/20/principles-for-impactevaluation.pdf> - Acesso em 23 de abr. de 2020.

Juventudes: outros olhares sobre a diversidade / organização, Miriam Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil Esteves. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LEAL NETO, A. A. V. **Entre diálogos e reflexões**: o que os egressos do curso médio-técnico em Geologia têm a dizer sobre formação humana?. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25950>. Acesso em: 02 nov. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: EPU, 2007.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. Edição Eletrônica (e-book). Campinas, SP: Navegando, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 45, 12 de janeiro de 1972. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB33_2000.pdf. Acesso em: 22 de jan. 2020.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*: Bauru, SP, v.9, n.2, p.191-210, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva**: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*: Bauru, SP, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

NOVAES, R. C. R. **Juventude, exclusão e inclusão social**: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: Maria Virgínia de Freitas; Fernanda de Carvalho Papa. (Org.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 121-142.

OLSEN , S. & Galimidi , B. Catalog of Approaches to Impact Measurement: Assessing Social Impact in Private Ventures. The Rockefeller Foundation, 2008.

ORTIGÃO, M. I. P. e PEREIRA, G. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 66-79, jan./jun. 2016.

RJE, Rede Jesuíta de Educação. **Projeto Educativo Comum – PEC**. Rede Jesuíta de Educação. Rio de Janeiro: Ed. Edições Loyola, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação média profissional no Brasil**: situação e caminhos. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SCRIVEN, Michael. **Avaliação: Um Guia de Conceitos**. São Paulo: Arte e Paz, 2018.

SILVA, Joana; Almeida, Rita; Strokova, Victoria. **Sustentando melhorias no emprego e nos salários no Brasil**: uma agenda de competências e empregos. Washington: The World Bank, 2015.

SOSA, Geral Arturo. **Discurso no JESEDU** – Congresso Internacional de los Delegados de Educación de la Compañia de Jesús. 2017.

SOUZA, Mauro Araujo de. O perspectivismo nietzschiano e sua aplicação no ensino tecnológico. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 65-78, jul./dez. 2013.

SOUSA, P. C. **Ensino Técnico e Emprego**: uma análise dos egressos do curso técnico em petroquímica do Instituto Federal do Ceará - Campos Caucaia. Dissertação (Mestrado em Planejamento de políticas públicas) 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/article>. Acesso em 02 nov. 2019.

SPINATO, Paulo Roberto. Messer, Sylvia. Laimer, Claudionor Guedes. Inserção dos egressos do ensino técnico ao mercado de trabalho do setor moveleiro. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 875-886, ago./dez. 2016. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2776/pdf_580. Acesso em: 01 nov. 2019.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. Atlas. São Paulo, 2009.

WORLD BANK (N.D.) **The Development Impact Evaluation (DIME) Initiative**, Project Document, World Bank, Washington, D. C, 2000.

APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Alexandre Loures Barbosa, Diretor Geral da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, declaro estar ciente de que Eduardo Abranches Silva Lopes efetuará pesquisa nesta instituição com os seguintes objetivos: a) Avaliar em que medida a proposta de formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos estudantes dos cursos técnicos da ETE FMC; b) Descrever a formação integral proposta pela Companhia de Jesus; c) Identificar elementos dos projetos desenvolvidos atualmente na ETE FMC que demonstrem a proposta de formação integral; d) Avaliar a partir de pesquisa realizada pela IDIS, o impacto social da formação integral na vida dos estudantes dos cursos técnicos da ETEFMC; e) Construir proposições, com base na análise dos dados e resultados obtidos, de avanços curriculares e de formação.

A metodologia prevista consiste numa abordagem qualitativa, exploratória com delineamento de estudo de caso. Conta ainda com aplicação de entrevista semiestruturada aos egressos da instituição.

A contribuição dos participantes será voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. O pesquisador assegura ainda, que será garantido sigilo e confidencialidade das informações prestadas.

Os procedimentos utilizados obedecerão aos critérios da ética na pesquisa com seres humanos conforme resolução nº 510/2016 o Conselho Nacional de Saúde e nenhum procedimento realizado oferece risco à dignidade dos participantes.

Estando esta instituição em condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Santa Rita do Sapucaí, 6 de julho de 2020.



Alexandre Loures Barbosa

Diretor Geral

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ESTUDANTES

Caro(a) estudante,

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa “A formação integral proposta pela Companhia de Jesus e seu impacto social na vida dos estudantes dos cursos técnicos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa.”, sob a responsabilidade do pesquisador Eduardo Abranches Silva Lopes, mestrando do programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Gestão Educacional, e orientado pela Professora Dra. Ana Cristina Ghisleni. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar em que medida a proposta de formação integral jesuítica impacta socialmente na vida dos egressos dos cursos técnicos da ETE FMC.

A metodologia adotada para este estudo envolve dados quantitativos e entrevista com egressos, como você, que estudou na Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. Não identificamos riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, respondendo a uma entrevista. Participando desta pesquisa você contribuirá para a pesquisa acadêmica, que devolverá as percepções para a instituição logo, contribuir com a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Sua participação é voluntária e ao concordar, deverá assinar o termo e responder o questionário. Poderá ainda desistir de participar, retirando seu consentimento a qualquer momento, independente do motivo e sem nenhum prejuízo para você.

Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de investigação. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, com a identidade do participante preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os/as envolvidos/as na pesquisa, sendo garantido total sigilo.

Para qualquer outra informação ou esclarecimentos, você poderá entrar em contato com o pesquisador, pelo telefone (35) 98423-1134 ou pelo e-mail edu_abranches@yahoo.com.br

Sua participação é extremamente importante. Então, se você concorda em participar, colaborando com suas informações, assine o termo em duas vias, assegurando uma cópia e responda as questões da entrevista.

Atenciosamente,

Eduardo Abranches Silva Lopes (Mestrando)

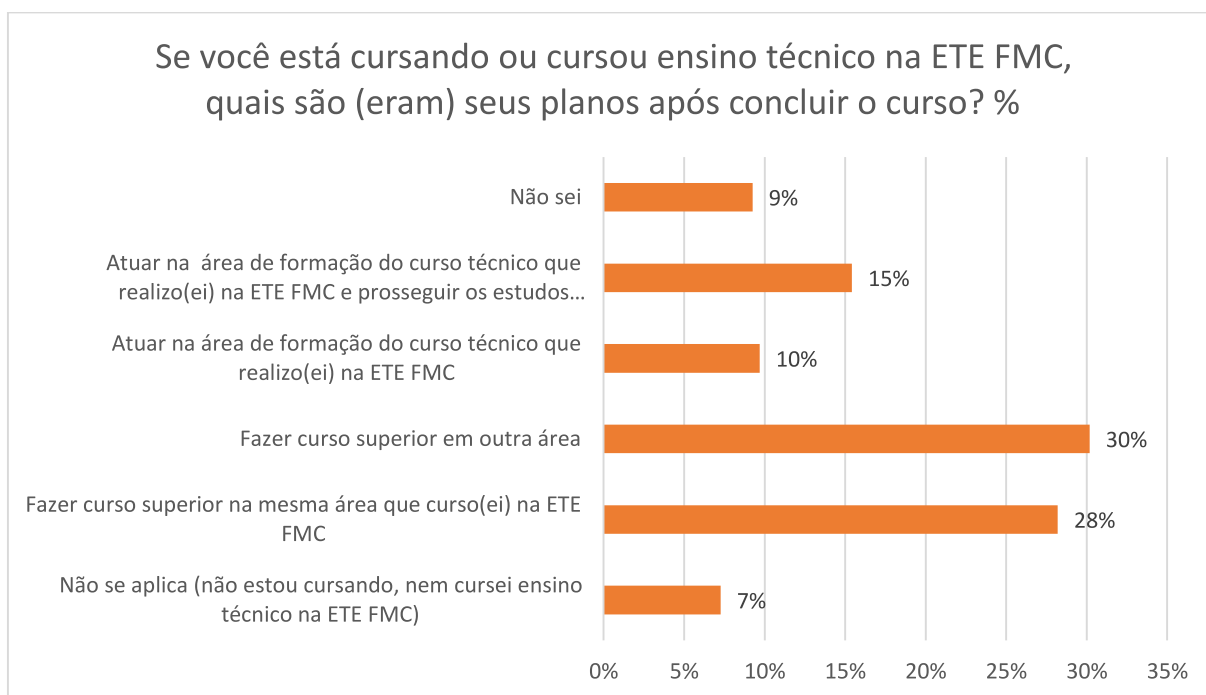
Coordenador de ensino – ETE FMC

Local e data

Assinatura do entrevistado

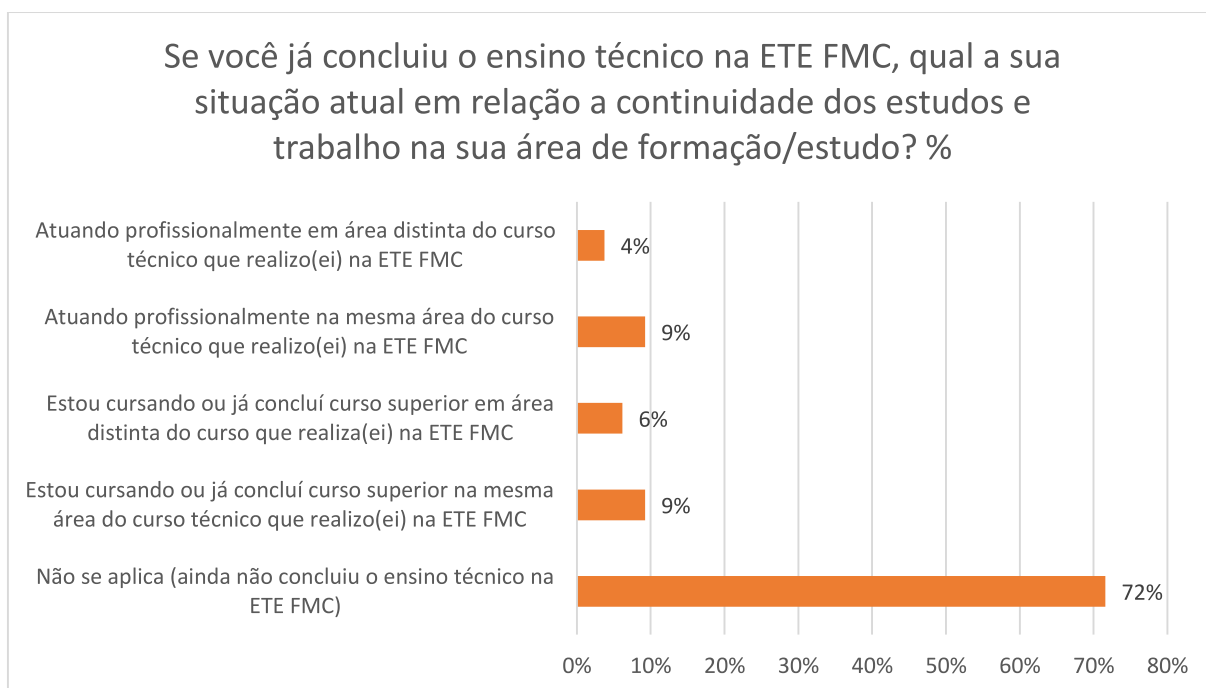
APÊNDICE C – PERGUNTAS INSERIDAS NO QUESTIONÁRIO PELO PESQUISADOR

Gráfico 1 – Pergunta 1



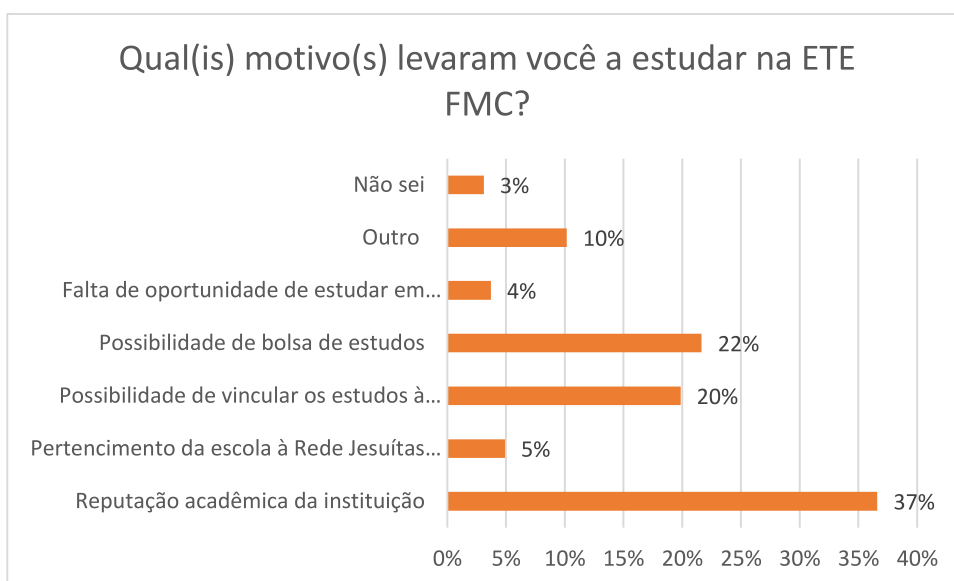
FONTE: IDIS/2020

Gráfico 2 – Pergunta 2



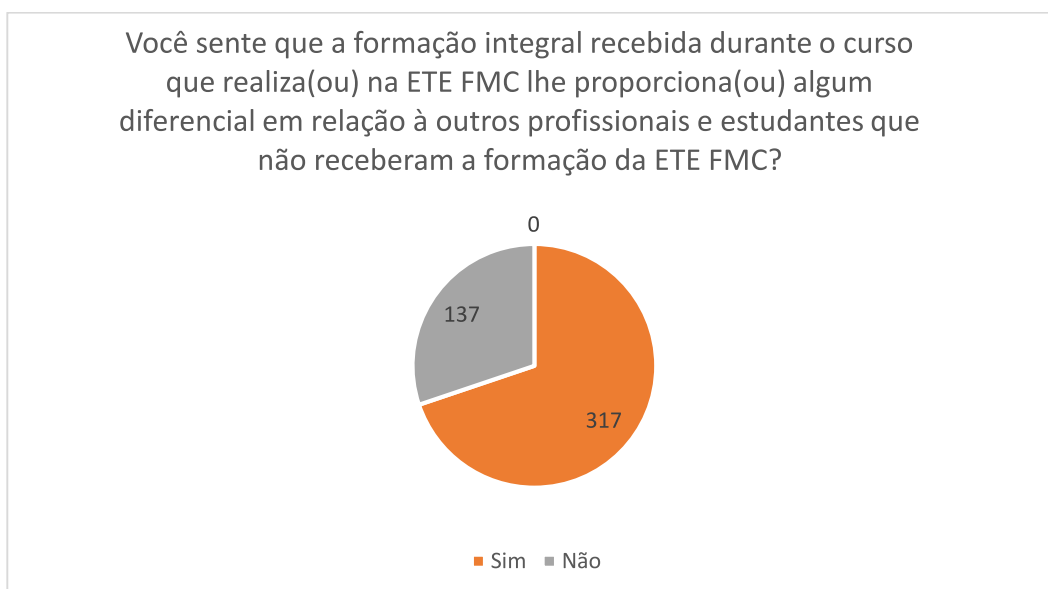
FONTE: IDIS/2020

Gráfico 3 – Pergunta 3



FONTE: IDIS/2020

Gráfico 4 – Pergunta 4



FONTE: IDIS/2020

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

FICHA COLETA DADOS DOS ESTUDANTES

1. Nome: _____
2. Data de nascimento ___/___/___
3. Idade atual: _____ anos
4. Sexo: () Masculino () Feminino
5. Ano da formatura:

() 2015 () 2016 () 2017

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

AQUECIMENTO

- Sobre o período pré ETE FMC:
 - Como via a ETE antes de entrar nela
 - Conte como foi a sua chegada à ETE (acolhimento)
- Fale um pouco sobre sua trajetória pós ETE FMC
 - Continuou estudando
 - Começou a trabalhar
 - Continuou trabalhando e continuou estudando

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

- Dentre os motivos abaixo, escolha dois que levaram você a estudar na ETE FMC e justifique sua escolha:
 - Reputação acadêmica da instituição
 - Pertencimento da escola à Rede Jesuítas de Educação
 - Possibilidade de vincular os estudos à outra(s) atividade(s)
 - Possibilidade de bolsa de estudos
 - Falta de oportunidade de estudar em outras instituições
 - Outro
- Ao passar pela ETE FMC, você confirmou esse(s) motivo(s)?
- Quais eram seus planos após concluir o curso?
 - Fazer curso superior na mesma área
 - Fazer curso superior em outra área

- Atuar na área que me formei
- Atuar na área que me formei e prosseguir os estudos
- Não sei
- O curso técnico na ETE FMC, possibilitou a concretização de seus planos?
 - Se sim, como isso se deu? Qual o papel da ETE FMC nesse processo?
 - Se não, por quê? A ETE FMC é responsável pela não concretização de seus planos?
- Você sente que a formação integral (dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa) recebida durante o curso que realiza(ou) na ETE FMC lhe proporciona(ou) algum diferencial em relação à outros profissionais e estudantes que não receberam a formação da ETE FMC?
 - Se sim, como você percebe? Com que intensidade?
 - Se não, por quê?

OUTROS ELEMENTOS

- Você tem alguma sugestão sobre como a ETE FMC pode potencializar os impactos da formação integral na vida de seus alunos?

ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2016

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA
"FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"*****PROJETO PEDAGÓGICO***

SANTA RITA DO SAPUCAÍ - MG
2016

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812
DATA: 29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

ÍNDICE

1	IDENTIFICAÇÃO	2
1.1	Denominação	2
1.2	Localização	2
1.3	Atos Legais	2
1.4	Entidade Mantenedora	2
1.5	Natureza Jurídica e Finalidades	2
1.6	Cursos oferecidos	2
1.7	Pessoas a serem atendidas	2
1.8	Breve Histórico	3
2	MISSÃO E FINALIDADES EDUCACIONAIS	4
2.1	Missão institucional	4
2.2	Objetivos Educacionais da ETE	4
3	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ETE	5
3.1	Perfil Desejável do Aluno Ingressante	5
3.2	Perfil desejável do aluno Formado	5
3.3	Perfil do educador	5
4	ESTRUTURA CURRICULAR DA ETE-FMC	5
4.1	Ensino Médio	5
4.2	Ensino Técnico	5
5	TEMPO ESCOLAR	7
5.1	Ensino Médio:	7
5.2	Educação Profissional:	7
6	PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ETE	7
6.1	Linha Teórica da Ação Pedagógica	7
6.2	Linha Metodológica das Práticas Docente e Discente	7
6.3	Desenvolvimento da Proposta Pedagógica	8
7	ADMISSÃO DE ALUNOS E MATRÍCULA	8
7.1	Matrícula e admissão para os cursos da ETE	8
7.1.1	Inicial (alunos novos)	8
7.1.2	Renovação de Matrícula	8
7.1.3	Reclassificação	9
7.1.4	Pedidos de transferência de alunos da ETE FMC	9
7.1.5	Intercâmbio	9
8	VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR	10
8.1	Critérios de Avaliação:	10
8.2	Mecanismos de Verificação:	10
8.3	Avaliação do desenvolvimento curricular	10
8.4	Certificação de Estudos	11
8.5	Estudos de Recuperação; Critérios para Aproveitamento de Estudos, Promoção; Programação das Atividades Escolares; Escola e Comunidade; Meios que a Escola Utilizará para Informar os Pais ou Responsáveis, sobre Frequência e Desempenho dos Alunos	11
9	REGIME ESCOLAR	11
10	RECURSOS HUMANOS	11
11	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	11

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
 POUSO ALEGRE / MG
 SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812
 DATA: 29 / 01 / 2016



ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Denominação

"Escola Técnica de Eletrônica - "Francisco Moreira da Costa"

1.2 Localização

Av. Sinhá Moreira, 350 – Centro - CEP 37.540.000 – Santa Rita do Sapucaí – MG.

1.3 Atos Legais

Criada com base no Decreto Federal n.º 44.490, de 17 de setembro de 1958, Fundada em 1º de março de 1959. Inscrita sob o n.º 86 no cadastro dos Estabelecimentos de ensino técnico industrial. Autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura através do Ofício DEI-MEC n.º 528, de 27 de agosto de 1959. Reconhecida pela Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais pela Resolução n.º 615/74.

Registrada sob o n.º 25 no Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Santa Rita do Sapucaí em 06 de novembro de 1959. Declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 445 de 30 de dezembro de 1958, pelo Decreto do Governo Estadual n.º 6.423 de 07 de fevereiro de 1961 e pelo Decreto Federal n.º 55.614 de 21 de janeiro de 1955. Registrada sob o n.º 1.722 no Conselho Nacional de Assistência Social e pelo mesmo declarado.

1.4 Entidade Mantenedora

"Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira", considerada de utilidade pública (Federal) através do Decreto 55614 de 21/01/1965.

1.5 Natureza Jurídica e Finalidades

Sociedade jurídica de direito privado de fins educacionais.

1.6 Cursos oferecidos

1. Ensino Médio
2. Educação Profissional
 - Eixo Tecnológico do Controle e Processos Industriais: Técnico em Eletrônica
 - Eixo Tecnológico da Informação e Comunicação: Técnico em Telecomunicações
 - Eixo Tecnológico da Informação e Comunicação: Técnico em Informática
 - Eixo Tecnológico do Ambiente e Saúde: Técnico em Equipamentos Biomédico

1.7 Pessoas a serem atendidas

- Ensino Médio: jovens egressos do ensino fundamental.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
 POUSO ALEGRE / MG
 SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812
 DATA: 29 / 03 / 2016



ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA" PROJETO PEDAGÓGICO

- Educação Profissional: jovens e adultos egressos do ensino fundamental e matriculados ou egressos do ensino médio.

1.8 Breve Histórico

A **Escola Técnica de Eletrônica "Francisco Moreira da Costa", ETE-FMC**, fundada em 1959 é pioneira no Brasil para o ensino especializado de eletrônica em nível médio. Idealizada por Dona Luzia Rennó Moreira, Dona Sinhá, por sua vontade expressa teve a direção confiada aos religiosos da Companhia de Jesus (Jesuítas).

A ETE integra-se, portanto na rede educacional da Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola, em 1540.

Data de 1599 o primeiro regulamento de educação da Ordem dos Jesuítas, o "Ratio Studiorum"¹. Este atravessou séculos ficando, a partir do século XX, superado por conta do avanço das ciências do comportamento.

Hoje, no Brasil, a Ordem jesuíta dirige 14 grandes colégios, três Universidades, três Faculdades, além de 4 Escolas Técnicas, e uma dezena de Escolas Fe e Alegria, de Educação Popular.

Em 1965 terminava o Concílio Vaticano II que renovou as diretrizes da Igreja e consequentemente os procedimentos da educação jesuíta, culminando nas Características da Educação Jesuíta.

O final da década de 70 marca o surgimento do processo de integração Escola-Empresa. Dentro da ETE é criada e incubada a primeira Empresa de base tecnológica de Santa Rita do Sapucaí, seguida da criação e instalação de outras pequenas e micro Empresas com atuação nas áreas de eletrônica, informática e telecomunicações.

Em 1980, é implantada a Feira de Projetos da ETE - PROJETE. Concebida como uma atividade acadêmica integrante do quadro curricular da Escola, desenvolvida nos Laboratórios das três séries do curso, a PROJETE culmina cada ano, com a apresentação de projetos elaborados sob a orientação dos professores. Vários desses projetos são selecionados e apresentados ao público.

Hoje, através da Projete, da sua Incubadora de Empresas e do seu Centro de Desenvolvimento, a ETE busca aprender a melhor forma de integração Escola-Empresa, num esforço educativo de contextualização da educação profissional e cidadã dos seus alunos

Na mesma década de 80 o município de Santa Rita do Sapucaí vive um momento importante de desenvolvimento social e econômico com a criação do Pólo Tecnológico local, um empreendimento para a industrialização do município nascido da iniciativa do poder público municipal com o decisivo apoio das Escolas locais de formação profissional e de algumas poucas indústrias já existentes.

Na década de 90, o setor educativo da Ordem elaborou uma edição reformada do método de ensino que deu origem ao Paradigma Pedagógico Inaciano, documento inspirador da educação para as mais de 2.000 Escolas jesuítas no Mundo inteiro.

A partir desse trabalho conduzido pela sua Diretoria Pedagógica, a Escola discute, reflete e produz alterações de forma e de conteúdo na sua estrutura curricular.

¹ Primeiro tratado mundial de educação.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"

PROJETO PEDAGÓGICO

Em 1994, criou-se na ETE o setor de Pastoral e Comunitário, compondo com a Orientação Educacional, o quadro de educadores especializados para a formação dos alunos.

Em 1996 a ETE se integrou à Associação dos Colégios Jesuítas (ACOJE) que coordena o trabalho educacional das Escolas e Colégios Jesuítas no Brasil.

Em 2002, as Fundações Mindoca Rennó Moreira (ETE-FMC), Educandário Santarritense e Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) deram início ao projeto de Engenharia Biomédica.

Sensível ao futuro desta área de Engenharia Biomédica, a ETE implementa o curso de Técnico para manutenção de aparelhos biomédicos.

O Projeto de Engenharia Biomédica do Vale da Eletrônica teve seu início oficial em 5 de agosto de 2002. Neste dia, para desenvolver a engenharia biomédica, foi criado por três fundações (Fundação Mindoca Rennó Moreira, Fundação Educandário Santarritense e Inatel)

Em 2006, criou-se o Arranjo Produtivo Local (APL) que tem em Santa Rita do Sapucaí seu maior modelo.

Nos tempos atuais, a ETE, após sua atualização e adaptação à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), sente-se confirmada em sua proposta educacional, de suas normas internas e de sua estrutura organizacional.

O presente Projeto Pedagógico é a consolidação dessas discussões e reflexões e se torna a orientação para a prática educativa da ETE.

Incentiva a parceria escola-indústria para que boas idéias que tornem-se bons projetos, bons produtos e enfim boas empresas para a cidade.

Em 2006, o Deputado Estadual Dalmo Ribeiro, cria a lei das APL (Arranjo Produtivo Local) que tem em Santa Rita do Sapucaí seu maior modelo.

Nos tempos atuais, a ETE, após sua atualização e adaptação à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), sente-se confirmada em sua proposta educacional, de suas normas internas e de sua estrutura organizacional.

O presente Projeto Pedagógico é a consolidação dessas discussões e reflexões e se torna o rumo e a orientação para a prática educativa da ETE.

2 MISSÃO E FINALIDADES EDUCACIONAIS

2.1 Missão institucional

"Proporcionar ao educando formação integral, competência técnica e visão cristã de um mundo sustentável".

2.2 Objetivos Educacionais da ETE

Além do determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e da fidelidade ao Paradigma Pedagógico Inaciano, a ETE FMC pretende que seus alunos, ao final do curso, sejam competentes técnicos nos módulos que escolheram, sejam além disso, criativos, abertos às novas descobertas da ciência, capazes de partilhar seu saber com os demais, sensíveis aos anseios da sociedade, especialmente dos mais pobres, abertos à dimensão religiosa do ser humano.

A abertura para estas qualidades já devem ser pressuposto para ingressar na Escola, e um dos critérios para contínua avaliação de desempenho no decorrer dos cursos.

REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 852 DATA: 29 / 01 / 2016

4

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"

PROJETO PEDAGÓGICO

3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ETE

3.1 Perfil Desejável do Aluno Ingressante

O candidato a aluno da ETE deve apresentar as seguintes características:

- *abertura à proposta educativa;*
- *capacidade intelectual;*
- *capacidade relativa às aptidões e conhecimentos indispensáveis para a série a cursar;*
- *equilíbrio psico-afetivo-social;*
- *abertura aos valores humanos e evangélicos;*
- *estilo de vida sensível à solidariedade e à sobriedade;*
- *motivação para a formação integral e/ou profissional.*

3.2 Perfil desejável do aluno Formado

O aluno formado se caracteriza por profissionalismo competente, cidadania comprometida e abertura para formação continuada.

Desse modo o aluno concluinte apresenta as características de: *iniciativa, criatividade, espírito inventivo, sensibilidade, religiosidade, solidariedade, fraternidade, autonomia e organização.*

3.3 Perfil do educador

Para implementar esta Proposta Pedagógica são observadas as seguintes características: capacidade intelectual; equilíbrio psico-afetivo-social; competência profissional; abertura aos valores humanos cristãos; motivação para colaborar na formação integral dos educandos; afinidade com a proposta educativa da escola; abertura para a formação permanente, em suas dimensões pedagógicas, espiritual e pessoal; estilo de vida sensível à cidadania e à solidariedade

4 ESTRUTURA CURRICULAR DA ETE-FMC

4.1 Ensino Médio

A ETE-FMC oferece o Ensino Médio, respeitando os prescritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, expressos na Resolução CEB N° 3, de 26 de junho de 1998.

4.2 Ensino Técnico

A ETE-FMC adota o sistema de modulação que visa definir competências que correspondam a uma ou várias profissões, permitindo a organização de conhecimentos e habilidades provenientes de distintos campos disciplinares e, por intermédio de atividades formativas teóricas e práticas, desenvolvam capacidades profissionais.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

A estrutura curricular modular flexível aplicada pela ETE-FMC contribui para a ampliação e agilização do atendimento aos fins profissionais da formação de nível Técnico.

Assim, os cursos e os programas são atualizados e constantemente adaptados à realidade mercadológica, pela consideração às mutabilidades requeridas no mundo do trabalho.

O primeiro e o segundo módulo são comuns, nos cursos de três módulos, para as três Eixos Tecnológicos.

Os objetivos gerais da parte comum são a formação e o desenvolvimento dos alunos visando as competências e habilidades para:

- a aplicação de habilidades matemáticas no estudo dos fenômenos naturais;
- a análise física de fenômenos naturais, aplicados a essa área de estudo;
- a compreensão das ciências aplicadas à Eletrônica;
- a análise qualitativa e quantitativa de sistemas elétricos, eletrônicos e telecomunicações;
- a obtenção de resultados experimentais para a análise de desempenho de sistemas elétricos e eletrônicos e de telecomunicações.

Os objetivos gerais do **Eixo Tecnológico do Controle e Processos Industriais** são a formação e o desenvolvimento de competências e habilidades para:

- o entendimento dos processos de automação e controle industrial;
- a aplicação dos conhecimentos de Eletrônica na solução de problemas relativos ao controle industrial;
- análise crítica de tecnologias e sistemas de controle industrial;
- análise do impacto da automação na sociedade.

Os objetivos do **Eixo Tecnológico Informação e Comunicação** são a formação e o desenvolvimento de competências e habilidades para o **Técnico em Telecomunicação**:

- a compreensão dos mecanismos de processamento e transmissão da informação;
- análise dos tipos de sistemas de telecomunicações;
- entendimento e aplicação das normas reguladoras de sistemas de telecomunicações;
- análise do impacto das Telecomunicações na sociedade.

Os objetivos gerais do **Eixo Tecnológico Informação e Comunicação** são a formação e o desenvolvimento de competências e habilidades para o **Técnico em Informática**:

- conceber, especificar, projetar, implantar e avaliar sistemas de tecnologias de processamento e transmissão de dados e informações.
- a aplicação de hardware, software na produção de bens, serviços e conhecimentos.

Os objetivos gerais do **Eixo Tecnológico do Ambiente e Saúde** são a formação e o desenvolvimento de competências e habilidades para:

- Planejar e executar a instalação de equipamentos biomédicos.
- Executar montagem, medições e testes em equipamentos biomédicos.
- Realizar manutenção preventiva, preditiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares.
- Atuar na administração e comercialização de equipamentos biomédicos.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812
DATA: 29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"

PROJETO PEDAGÓGICO

5 TEMPO ESCOLAR

5.1 Ensino Médio:

A ETE-FMC, oferece o Ensino Médio em regime seriado, regular, anual, durante 3 (três) anos consecutivos, de no mínimo, 200 dias letivos conforme o calendário Escolar.

A carga horária mínima exigida para conclusão do Ensino Médio é de 2.400 h de efetivo trabalho Escolar.

5.2 Educação Profissional:

A Educação Profissional é oferecida em regime modulado, de maneira que o aluno tem o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) anos para obtenção da habilitação do nível Técnico do curso escolhido, cumpridas as exigências legais de carga horária e dias letivos, conforme os Planos de Curso correspondentes.

O Currículo de cada habilitação profissional é executado em módulos de 40 semanas cada, prevendo o mínimo de 600h e o máximo de 1.300h por módulo.

A organização curricular para as Habilitações profissionais de nível Técnico é estruturada em módulos articulados, com terminalidades correspondentes às qualificações identificadas no mercado de trabalho.

6 PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ETE

6.1 Linha Teórica da Ação Pedagógica

Ao assumir como linha teórica da sua ação pedagógica "**o pleno desenvolvimento do educando, a sua educação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o exercício profissional**" (Acoje, 1998; p.41), a partir da visão inacioniana de Homem e de Mundo e das categorias pedagógicas do PPI, a ETE assume:

- a) *a Educação como processo permanente de formação e desenvolvimento do aluno "guiado por seus pais e acompanhado por seus professores na descoberta progressiva da criação de Deus na interação com as demais pessoas enriquecido pelo saber acumulado na humanidade.*
- b) *o conhecimento é produzido, reelaborado e assimilado através de processos contínuos, dinâmicos e interativos;*
- c) *o processo ensino-aprendizagem se inicia onde o aluno está e é um processo durante o qual "o ritmo pessoal, as necessidades e o respeito às diferenças são observados;*
- d) *o aluno é o centro da prática educativa institucional e o responsável pela sua aprendizagem, orientado pelo professor;*
- e) *o professor é o orientador da aprendizagem que acompanha e avalia criticamente, estabelecendo com o aluno uma relação de parceria.*

6.2 Linha Metodológica das Práticas Docente e Discente

Na instituição escolar, a prática discente é, em grande parte, determinada pela prática docente. Ambas, no entanto, são elementos de sustentação e meios da ação pedagógica da instituição, no processo ensino-aprendizagem.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"

PROJETO PEDAGÓGICO

Na referência do PPI, a abordagem metodológica do processo ensino-aprendizagem segue a metodologia da Educação Personalizada e Comunitária, gerando ações estratégicas e operacionais que:

- *façam o currículo formal transcender o âmbito das salas de aula e incluam as experiências de vida dos educandos e educadores;*
- *situem os educandos como sujeitos do seu desenvolvimento e aprendizado sob a orientação dos professores;*
- *integrem as disciplinas, os conhecimentos elaborados e as práticas desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem;*
- *privilegiem a partilha da aprendizagem pelos alunos como exercício de discussão e comunicação de resultados, de trabalhos em equipe e de valorização social do trabalho escolar dos alunos.*

A abordagem metodológica do processo ensino-aprendizagem, com a utilização dos mais variados recursos disponíveis na instituição, pressupõe atitudes e procedimentos de planejamento e avaliação incorporados à vida escolar tais como: planejamento partilhado de disciplinas e atividades de ensino; planejamento comunitário de atividades extra-classe; planejamento comunitário de processos e procedimentos de avaliação da atividade discente e da prática docente; elaboração de programas integrados de estudo extra-classe para alunos com dificuldades de aprendizagem.

6.3 Desenvolvimento da Proposta Pedagógica

O desenvolvimento da Proposta Pedagógica da ETE-FMC se dá, na sua essência, pela ação pedagógica da sua Comunidade Educativa e compreende a sua implantação, a sua realização contínua e a avaliação dessa realização.

A dinâmica dessas fases exige ações e mecanismos de pessoas e órgãos para acompanhar o desenvolvimento da proposta.

Em harmonia com o que o Regimento Escolar da ETE-FMC prevê, cabe ao Diretor Geral da ETE-FMC, coordenar a implantação e o desenvolvimento dessa Proposta Pedagógica e aos demais Diretores, a sua implantação e desenvolvimento.

O Diretor Pedagógico e os Assessores de Educação, com o Diretor Geral da ETE, acompanham o Processo Pedagógico da Instituição e estabelecem planos para a sua atualização e desenvolvimento.

7 ADMISSÃO DE ALUNOS E MATRÍCULA

7.1 Matrícula e admissão para os cursos da ETE

A matrícula será feita da seguinte forma, para os cursos oferecidos pela ETE:

7.1.1 Inicial (alunos novos)

Para a primeira matrícula do educando o candidato deverá se submeter ao processo seletivo para os Cursos Técnicos Subsequentes e para o Ensino Médio em Concomitância com os Cursos Técnicos Oferecidos.

Para o Ensino Médio Regular os pais ou responsáveis deverão inscrever o candidato para reserva de vaga.

7.1.2 Renovação de Matrícula

São condições para matrícula no Ensino Médio aos alunos que desejam voltar a frequentar a escola após um intervalo de um período letivo ou para prosseguir estudos interrompidos:

SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 852

DATA: 29 / 01 / 2016

8

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

- I. Entrevista anterior dos pais ou responsáveis com a Diretoria Acadêmica, explicando o motivo da ausência e o desejo de retornar ao colégio.
- II. Contato com a Secretaria Acadêmica da ETE, solicitando reserva de vaga e orientações quanto aos trâmites legais para documentação necessária.

7.1.3 Reclassificação

Os processos de reclassificação são realizados apenas em casos de transferência para alunos do 1º e 2º anos do Ensino Médio Regular ou alunos que se encontrarem na situação prevista no Decreto-Lei 1044/69, comprovado por laudo médico. Quando se tratar de candidato proveniente de escola do País ou exterior cujo regime seja diverso daquele adotado pela ETE-FMC, a Diretora da instituição poderá constituir comissão para avaliar a possibilidade de reclassificação do educando. A comissão, presidida pelo Diretor Geral e constituída pelo Diretor Acadêmico e mais dois membros indicados pelo Diretor Geral, se encarregará de avaliar e emitir parecer indicando o ano/série mais adequado(a) para o educando, de acordo com a faixa etária, a maturidade, a experiência, o nível de desempenho e conhecimento e tendo por fundamento o seguinte processo:

- I. entrevista do aluno com educadores da ETE, por meio da qual serão avaliadas sua maturidade e experiência;
- II. provas referentes aos componentes curriculares da Base Nacional Comum, ou seja, disciplinas básicas da série/segmento, por meio das quais serão avaliadas as competências, as habilidades e o nível de desempenho do aluno;
- III. assinatura, por parte dos pais ou responsáveis, do "Termo de Aceitação", explicitando que estão cientes e concordam com esses critérios.

7.1.4 Pedidos de transferência de alunos da ETE FMC

Os documentos escolares acompanharão o aluno em caso de transferência e devem conter, de forma sucinta, os registros extraídos do Boletim Escolar do aluno, relativos à frequência, com dias letivos e carga horária cumpridos, aos conteúdos curriculares ministrados e aos resultados alcançados. Em caso de transferência da ETE FMC para outro estabelecimento de ensino, se a ETE FMC não puder fornecer, de imediato, ao interessado os documentos definitivos, fornecer-lhe-á a declaração provisória, com validade de 30 dias, contendo os dados necessários para orientar o estabelecimento de ensino de destino. As transferências da ETE FMC para outro estabelecimento de ensino e de outra instituição para a ETE FMC poderão ser efetuadas em qualquer época do ano. Entretanto, a transferência de outro estabelecimento de ensino para a ETE FMC nos três últimos meses do ano letivo é considerada inconveniente ao processo educativo e só é admissível em condições e por motivos excepcionais, ficando, portanto, sua concessão a critério e sob a responsabilidade da Diretor Geral da ETE FMC.

7.1.5 Intercâmbio

O Intercâmbio é considerado pela ETE FMC uma experiência enriquecedora para os alunos. Por esse motivo, a Escola admite a possibilidade da matrícula por **CLASSIFICAÇÃO** de aluno veterano intercambista para a série seguinte à qual estava cursando. Nesse caso, a efetivação da matrícula está condicionada à aprovação do **REQUERIMENTO** feito pela família à Diretoria Geral da ETE FMC. Critérios para que o Requerimento de Matrícula por **CLASSIFICAÇÃO** possa ser analisado pela Direção Geral da ETE FMC:

- a experiência de intercâmbio aconteça no 2º semestre da 1ª ou 2ª Séries do Ensino Médio;
- o aluno comprove êxito pleno nos estudos regularmente feitos no exterior;
- o aluno obtenha aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) nos instrumentos de avaliação de **CLASSIFICAÇÃO**;
- a documentação dos estudos feitos no exterior tenha validação oficial pelo Consulado Brasileiro no país de origem do intercâmbio;
- a documentação de retorno seja apresentada com tradução juramentada;
- a família ou responsável pelo aluno intercambista preencha o **REQUERIMENTO** formal de matrícula para análise da Direção Geral da Escola e apresente documentação validada e traduzida;

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

Mesmo preenchendo os requisitos citados, o pedido de matrícula de retorno pode ser indeferido pela Escola caso não haja vagas na série solicitada.

8 VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

A avaliação do processo ensino-aprendizagem ultrapassa a verificação e a quantificação da aprendizagem por meio de testes escolares. Ela deve identificar progressos e lacunas da aprendizagem, ao longo do processo, avaliando o trabalho, as atitudes, as competências e as habilidades do aluno, buscando, juntamente com a avaliação da prática docente, o aperfeiçoamento do próprio processo ensino-aprendizagem.

Comprometendo-se com esses princípios norteadores da atividade de verificação do rendimento escolar, a ETE estabelece para essa atividade normas e critérios em seu Regimento Escolar que é parte integrante deste Projeto Pedagógico.

A verificação do rendimento Escolar do aluno compreende a avaliação do aproveitamento dos estudos realizados, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos

8.1 Critérios de Avaliação:

Na avaliação das disciplinas, além do referido no artigo anterior, leva-se em conta:

- a participação e à aplicação ao trabalho, o senso de responsabilidade, a ordem e a limpeza no desempenho das tarefas;
- a realização satisfatória dos trabalhos práticos;
- a demonstração de senso realístico, de conhecimentos teóricos, de espírito de observação e de iniciativa, de senso de economia na realização das tarefas.

8.2 Mecanismos de Verificação:

- observação permanente do aluno;
- realização de atividades individuais de pesquisa;
- desenvolvimento de trabalhos de equipe;
- utilização de pesquisas com trabalhos de campo e/ou experimentais;
- realização de atividades práticas de laboratórios;
- aplicação de provas;
- aplicação de testes;
- anotação e acompanhamento do desempenho nas atividades de estágio.

8.3 Avaliação do desenvolvimento curricular

A avaliação do desenvolvimento curricular é realizada ao final de cada período letivo, levando-se em conta os resultados do processo ensino-aprendizagem, o número de alunos aprovados, o número de alunos evadidos, o número de professores que se mantêm no quadro docente e o atendimento da demanda comunitária nos aspectos que indiquem a qualidade do ensino ministrado, tais como o número de alunos que:

- prosseguem estudos no nível superior.
- são engajados no mercado de trabalho.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 852 10

DATA: 29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"

PROJETO PEDAGÓGICO

- são objeto de elogios unânimes dos professores por sua postura e valores

Outros indicativos são considerados ao longo do ano, voltados para o aperfeiçoamento das relações interpessoais, para o aumento do nível de satisfação da clientela da Escola, para redução do índice de indisciplina, para o pleno desenvolvimento curricular.

Por meio dos registros de ocorrências, diários de classe, projetos pedagógicos, planejamentos de ensino e registros administrativos, atas e comunicados, são computados os ganhos e formada a memória de qualificação dos trabalhos desenvolvidos.

8.4 Certificação de Estudos

A ETE-FMC concede, nos termos da legislação em vigor:

- Certificado de Conclusão de Estudos aos alunos que concluem a carga horária, com êxito do Ensino Médio, prevista na matriz Curricular.
- Certificado de Conclusão de Estudos Parciais, aos alunos que concluem, com êxito, os estudos e a carga horária dos módulos básicos, da Educação Profissional, prevista na Matriz Curricular, a título de Qualificação Profissional
- Diploma de Técnico, aos alunos que concluem, com êxito, os estudos e a carga horária de todos os módulos previstos na Matriz Curricular da Educação Profissional. Constando as respectivas qualificações e habilitação profissional obtida.

8.5 Estudos de Recuperação; Critérios para Aproveitamento de Estudos, Promoção; Programação das Atividades Escolares; Escola e Comunidade; Meios que a Escola Utilizará para Informar os Pais ou Responsáveis, sobre Frequência e Desempenho dos Alunos.

Conforme estabelecido no Regimento Escolar

9 REGIME ESCOLAR

Todas as normas e disposições referentes ao regime escolar da ETE-FMC, com relação aos educadores, docentes e não docentes ou aos seus responsáveis, são dispositivos regimentais integrantes desta Proposta Pedagógica.

10 RECURSOS HUMANOS

São os seguintes os profissionais:

- *Diretor Geral*
- *Diretor Administrativo*
- *Diretor Pedagógico*
- *Diretor de Formação Cristã e Comunitária*
- *Professores*
- *Orientadores Educacionais*
- *Assessores*
- *Pessoal Técnico Administrativo e de Apoio*

11 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. ACOJE : Associação dos Colégios Jesuitas. *Projeto Educativo*. São Paulo: Ed. Loyola,

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

1996.

2. CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS. *Educação SJ, Subsídios*. São Paulo: Ed. Loyola (Col. Documenta SJ, 4), 1991.
3. CNE: Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº. 3 de 26.06.98*. Brasília, 1998.
4. ETE: Escola Técnica de Eletrônica "Francisco Moreira da Costa". *Regimento Escolar*. Santa Rita do Sapucaí (MG): 1998
6. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei nº. 9394 de 20.12.96*. Brasília, 1996.
7. PEDAGOGIA INACIANA. *Uma proposta prática*. São Paulo: Ed. Loyola (Col. Documenta SJ, 12), 1994.
8. Referências curriculares nacionais da Educação de nível técnico (MEC)
9. Referências curriculares nacionais do Ensino Médio (MEC)
10. Sobre a Pedagogia Jesuítica em Geral

* Livros e Teses:

A PEDAGOGIA Inaciana rumo ao século XXI. 2o. Congresso Inaciano de Educação. São Paulo, Ed. Loyola (Col. Documenta,14), 1998. 422 p.

ACHAERANDIO ZUAZO, Luis. *Características de la universidad inspirada por el carisma propio de la Compañía de Jesus*. Guatemala, Universidad Rafael Landívar, 1994. 130 p.

AIZPURU, Pilar Gonzalbo. *La educación popular de los jesuitas*. Mexico, Universidad Iberoamericana, 1989. 247 p.

BARBOSA, Ma. de Fátima Medeiros. Princípio e Fundamento da Pedagogia Inaciana. In: *Letras do Espírito. O aprendizado da alteridade na formação histórica brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 152-89, 1995.

BERTRAN CUERA, Miguel. *Ideas pedagógicas en la parte IV de las Constituciones de San Ignacio de Loyola*. San Cugat del Vallés-Barcelona, Facultad de Filosofía S. Francisco de Borja, 1967, 64 p.

_____. *La Pedagogía de los jesuitas en la Ratio Studiorum. La fundación de colegios. Orígenes, autores y evolución histórica de la Ratio. Análisis de la educación religiosa, caracterológica e intelectual*. Caracas, Venezuela, Ed.Arte,1984. 907p.

_____. *Los principios de la primera pedagogía de los jesuitas*. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1967. 30 p.

POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812

DATA: 29 / 01 / 2016

12

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

CHARMOT, François, *La pédagogie des jésuites*. Paris, Ed. Spes, 1951, 573 p.

CODINA MIR, Gabriel, *Aux sources de la pédagogie des jésuites*. Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1968, 370 p.

DONOHUE, John. *Jesuit education. An essay on the foundation of this idea*. New York. Fordham University Press, 1962. 212 p.

DUFFY KEVIN, Peter. *A model staff development program for promoting the Jesuit vision of education among student personnel administrators in Jesuit higher education*. Dissertation at the Boston College, Mass., 1983.

DUMINUCO, Vincent. *The prelection in Jesuit education, its sources, development, and a modern application*. Dissertation at Stanford University, 1969.

FARRELL, Allan (1938), *The Jesuit code of liberal education. Development and scope of the Ratio Studiorum*. Milwaukee, The Bruce Publishing Company.

FRANCA, Leonel, *O Método Pedagógico dos jesuítas. O "Ratio Studiorum": Introdução e tradução*. Rio de Janeiro, Ed. Agir. 236 p., 1952.

GANSS, George, *Universidad y educación jesuíticas ideadas por San Ignacio. Estudio histórico de la educación católica*. La Habana, Ediciones y Publicaciones Antillenses, 1958, 442 p.

GIARD, Luce (dir.). *Les jésuites et la Renaissance. Système éducatif et production du savoir*. Paris, Presses Universitaires de France, 1995. 336 p.

GIL, Eusébio (org.), *El sistema educativo de la Compañía de Jesús. a Ratio Studiorum*. Madrid, Universidad Pontificia de Comillas. 317 p., 1992.

GOMES, Manuel Pereira, *Sto. Inácio e a fundação de colégios*. Caidas da Saúde (Portugal), Instituto Nun'Alvares e Gracos, 1996. 194 p.

GUERELLO, F. & SCHIAVONE, P. *La Pedagogia della Compagnia di Gesù*. Atti del Convegno Internazionale Messina 14-16.11.1991. Messina, E.S.U.R. Ignatianum, 1992. 609 p.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

HERMAN, Jean-Baptiste. *La pédagogie des jésuites au XVI siècle. Ses sources, ses caractéristiques*. Bruxelles, Dewit & Paris, A. Picard. 1914. 336 p.

JORNADA Latinoamericana sobre as Características da educação da Companhia de Jesus. Santiago do Chile, 5 a 9 de janeiro de 1988 (1989). São Paulo, Ed. Loyola (Coleção Documenta SJ, 7) 134 p.

KLEIN, Luiz Fernando. *O atual paradigma pedagógico dos jesuitas e a proposta de Pierre Faure: educação personalizada e solidariedade*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (S.P.). 1997, 382 p.

_____. *Atualidade da pedagogia jesuítica*. São Paulo, Ed. Loyola, 171 p.

_____. *Índice analítico das Características da Educação da Companhia de Jesus*. São Paulo, Ed. Loyola, 1991. 61 p.

KURIMAY, Michael David. *The teacher in the Jesuit Educational tradition: an ideal type analysis*. Dissertation at the University of San Francisco, Cal., 1988.

LA ESPIRITUALIDAD Ignaciana ante el siglo XXI. México, Universidad Iberoamericana, 1993. 334 p.

LOPES, José Manuel Martins. *'Ad maiorem Dei gloriam': a alma do projecto educativo das escolas da Companhia de Jesus*. Tese de licenciatura. Università Pontificia Salesiana. Roma, 1996, 256 p.

_____. *Projecto educativo dos colégios da Companhia de Jesus. Fundamento e finalidade: AMDG- a maior glória de Deus*. Braga, Editorial A.O. & Caldas da Saúde, INA, 1997. 196 p.

LUKÁCS, Ladislau. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1540-1586). Edidit ex integro refecit novisque textibus auxit*. Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica S.I., 92), v.I, 1965. 683 p.

_____. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1557-1572)*. Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica S.I., 107), v.II, 1974. 1037 p.

_____. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1557-1572)*. Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica S.I., 108), v.III, 1974. 694 p.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
 POUSO ALEGRE / MG
 SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812
 DATA: 29 / 01 / 2016

14

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

_____. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1573-1580). Penitus retractada multisque textibus aucta edidit.* Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica S.I., 124), v.IV, 1981. 887 p.

_____. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1586-1591-1599). Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu.* Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica S.I., 129), v.V, 1986, 470 p.

_____. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1582-1587).* Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica SI,140), v.VI, 1992. 533 p.

_____. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu (1588-1616). Colletanea de Ratione Studiorum Societatis Iesu.* Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (Monumenta Historica S.I., 141), v.VII, 1992. 712 p.

MISSION, J. *Les idées pédagogiques de Saint Ignace de Loyola.* Paris, Lethielleux, 1932.

NAIK, Gregory (Ed.), *Jesuit Education in India.* Anand, Gujarat Sahitya Prakash, 1987.

O'BRIEN, William (ed.), *Let justice roll down like waters. Jesuit education and faith that does justice.* Washington, Georgetown University Press, 1993, 128 p.

O'CONNELL, Joseph. *Ignatian Leadership in Jesuit Schools. Resources for reflection and evaluation.* Washington, Jesuit Secondary Education Association, 1995. 100 p. Brochure.

OSOWSKI, Cecilia Irene & BECKER, Lia Bergamo (Org.). *Visão Inaciana da educação. Desafios hoje.* São Leopoldo, Ed.Unisinos, 1997. 170 p.

PRIMEIRO CONGRESSO inaciano de educação. São Paulo, Ed.Loyola (Coleção Documenta SJ, 9), 1991, 340 p.

RAFFO, Giuliano, *La Ratio Studiorum. Il metodo degli studi umanistici nei collegi dei gesuiti alla fine del secolo XVI.* Roma, La Civiltà Cattolica, 1989, 331p.

SAURAS, Francisco. *La educación religiosa en los colegios de la Compañía de Jesús según los documentos oficiales de la misma.* Madrid, Imprenta Blass, 1919. 200 p.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
PROJETO PEDAGÓGICO

SCHMITZ, Eglidio, *Os jesuitas e a educação. A filosofia educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1994, 254 p.

SCHWICKERATH, Robert. *Jesuit Education. Its history and principles viewed in the light of modern educational problems*. St.Louis, Mo., Herder, 1903. 687 p.

STARRAT, Robert. *Lançando sementes de fé e de justiça (s/d)*, São Paulo, Ed.Loyola (Coleção Ignatiana, 24), 39 p.

SUBSÍDIOS para a pedagogia ignaciana. São Paulo, Ed. Loyola (Col. Ignatiana, 39), 1997. 102 p.

TANZOLA, Rosanne Mary, *Sensitizing students to injustice using Ignatian process of education*. Dissertation at Drew University. Madison, New Jersey, 1984. 92 p.

THE JESUIT Educational Tradition: The Philippine Experience. Manila, Ateneo de Manila University, 1988.

THE JESUIT Tradition in education and missions. A 450 - year perspective. Scranton, University Press, 1993. 290 p.

VÁSQUEZ TAPIA, Alberto (Org.), *Dez anos das Características da educação jesuita*. Trad. Andrea Cecilia Ramal. São Leopoldo, Ed.Unisinos, 1998. 168 p.

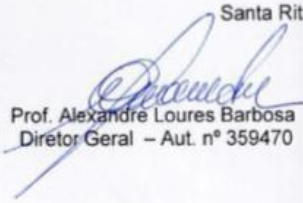
_____. (Coord.), *Reflexiones para un modelo educativo universitario ignaciano*. Guadalajara, ITESO (Colección Pedagogia Ignaciana, 5), 1998. 298 p.

VELEZ ESCOBAR, Alvaro. *In-Service education programs in the Jesuit schools in Colombia*. Tese de doutorado, Saint Louis University, 1973. 236 p.

WHOLIHAN, John (ed.), *The first world forum of Jesuit business deans and directors*. Los Angeles (California), Loyola Marymount University, 1993. 154 p.

WILLOT, A. *Éducateurs chrétiens à travers l'histoire. Dimensions spirituelles de l'éducation*. Paris, Centre d'Études Pédagogiques, 1968. 288 p.

Santa Rita do Sapucaí, 18 de dezembro de 2015.


Prof. Alexandre Loures Barbosa
Diretor Geral – Aut. nº 359470

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº 812 16
DATA: 29 / 01 / 2016

ANEXO B – REGIMENTO ESCOLAR - 2016



Rede Jesuíta de Educação

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA
"FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"*****REGIMENTO ESCOLAR***SANTA RITA DO SAPUCAÍ - MG
2016SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLONº 811
DATA: 29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

ÍNDICE

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	3
CAPÍTULO I - IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	3
TÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E FINS DA ETEFMC.....	3
TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E PEDAGÓGICA.....	3
CAPÍTULO I - DA DIRETORIA.....	3
SEÇÃO II - DA DIRETORIA GERAL.....	4
SEÇÃO III - DA DIRETORIA PEDAGÓGICA.....	4
SEÇÃO IV - DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA.....	4
SEÇÃO V - DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO CRISTÃ E COMUNITÁRIA.....	4
CAPÍTULO II - DOS COORDENADORES.....	5
CAPÍTULO III - SUPERVISOR DE ESTÁGIO.....	5
CAPÍTULO IV - DO PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE APOIO.....	5
CAPÍTULO V - DAS COMPETÊNCIAS DOS DIRETORES, COORDENADORES, SUPERVISOR DE ESTÁGIO, PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE APOIO.....	5
CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	9
SEÇÃO I - DO CONSELHO DE CLASSE.....	9
SEÇÃO II - DO CONSELHO ESCOLAR.....	10
CAPÍTULO VII - DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES.....	11
SEÇÃO I - DO CENTRO DE ESTUDOS.....	11
SEÇÃO II - DA INFORMÁTICA EDUCACIONAL.....	11
SEÇÃO III - DA SECRETARIA ACADÊMICA.....	11
SEÇÃO IV - DO APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO.....	11
SEÇÃO V - DO APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL.....	12
CAPÍTULO VIII - DA ÁREA DE FORMAÇÃO CRISTÃ E COMUNITÁRIA.....	12
CAPÍTULO IX - DA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ESCOLAR.....	12
TÍTULO IV - DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES.....	12
CAPÍTULO I - DA CIPA.....	13
CAPÍTULO II - GRÊMIO ESCOLAR.....	13
CAPÍTULO III - ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS.....	13
CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	13
TÍTULO V - DA ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CURSOS E DO PROCESSO EDUCATIVO.....	13
CAPÍTULO I - NÍVEIS, MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO.....	13
SEÇÃO I - DA ESTRUTURA DO ENSINO.....	13
CAPÍTULO II - FINS E OBJETIVOS DOS CURSOS.....	14
TÍTULO VI - DOS CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO CURRICULARES.....	14
CAPÍTULO I - DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO.....	14
CAPÍTULO II - DO CURRÍCULO DOS CURSOS TÉCNICOS.....	15
CAPÍTULO III - DO CURRÍCULO DOS CURSOS DE CURTA DURAÇÃO.....	15
CAPÍTULO IV - DO ESTÁGIO CURRICULAR.....	15
TÍTULO VII - DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	15
CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR.....	15
SEÇÃO I - DOS PROGRAMAS.....	15
CAPÍTULO II - DOS PLANOS DE ENSINO.....	16
CAPÍTULO III - DO CALENDÁRIO ESCOLAR.....	16
TÍTULO VIII - DO REGIME ESCOLAR.....	16
CAPÍTULO I - SISTEMA DE ADMISSÃO DE ALUNOS, MATRÍCULA E CLASSIFICAÇÃO.....	16
SEÇÃO I - DO SISTEMA DE ADMISSÃO DE ALUNOS.....	16
SEÇÃO II - DA MATRÍCULA.....	17
SEÇÃO III - DA CLASSIFICAÇÃO.....	19
SEÇÃO IV - DA RECLASSIFICAÇÃO.....	19
CAPÍTULO II - DO AGRUPAMENTO DOS ALUNOS.....	19
CAPÍTULO III - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	19
CAPÍTULO IV - DAS TRANSFERÊNCIAS.....	19
CAPÍTULO V - EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS.....	20

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

TÍTULO IX - DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO, DA FREQUÊNCIA E DA PROGRESSÃO DO ALUNO AO LONGO DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	20
CAPÍTULO I - DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.....	20
SEÇÃO I - DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	20
CAPÍTULO II - DA MÉDIA ANUAL.....	21
CAPÍTULO III - DA RECUPERAÇÃO PARALELA	21
CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO FINAL.....	22
CAPÍTULO V - DA PROMOÇÃO, RETENÇÃO E FREQUÊNCIA	22
CAPÍTULO VI - PROVA SUBSTITUTIVA.....	23
TÍTULO X - DA ORGANIZAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO, DOCENTE, DISCENTE	23
CAPÍTULO I - DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	23
CAPÍTULO II - DO CORPO DOCENTE	24
SEÇÃO I - DOS DIREITOS	24
SEÇÃO II - DOS DEVERES	24
SEÇÃO III - DAS PROIBIÇÕES.....	25
SEÇÃO IV - DAS SANÇÕES	26
CAPÍTULO III - DO CORPO DISCENTE	26
SEÇÃO I - DOS DIREITOS.....	26
SEÇÃO II - DEVERES	26
SEÇÃO III - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ATO INFRACIONAL	27
SEÇÃO IV - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS E MEDIDAS DISCIPLINARES	27
CAPÍTULO IV - DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.....	29
SEÇÃO I - DOS DIREITOS.....	29
SEÇÃO II - DOS DEVERES	29
TÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I - IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- Art. 1º.** A ETE Escola Técnica de Eletrônica "Francisco Moreira da Costa" – ETE FMC, situada à Avenida Sinhá Moreira, 350 em Santa Rita do Sapucaí, **iniciou suas atividades no ano de 1959**, a partir do Decreto Federal nº 44.490 de 17 de setembro de 1958. A ETE FMC foi inscrita sob o nº 86 no cadastro dos estabelecimentos de ensino técnico industrial e oficialmente autorizada a funcionar pelo Ministério da Educação e Cultura por intermédio do Ofício DEI-MEC nº 528, de 27 de agosto de 1959. Em 1974 foi reconhecida pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais pela Resolução nº 615/74.
- Art. 2º.** A ETE FMC é mantida pela Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – **FDMRM** -, registrada sob o nº 25 no Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Santa Rita do Sapucaí em 06 de novembro de 1959, e declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 445 de 30 de dezembro de 1958, pelo Decreto do Governo Estadual nº 6.423 de 07 de fevereiro de 1961 e pelo Decreto Federal nº 55.614 de 21 de janeiro de 1965, registrada sob o nº 1.722 no Conselho Nacional de Serviço Social e pelo mesmo declarada Entidade de Fins Filantrópicos.
- Art. 3º.** A ETE FMC foi confiada, por vontade explícita da Fundadora, conforme registro em seu Testamento, aos **Religiosos da Companhia de Jesus (Jesuítas)** e por isso faz parte da rede dos colégios jesuítas do Brasil.
- Art. 4º.** A ETE FMC rege-se pelo presente Regimento e pelos **princípios educativos da Companhia de Jesus** expressos nos seus Documentos¹.

TÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E FINS DA ETEFMC

- Art. 5º.** A ETE FMC, instituição católica, **tem por finalidades:**
- § 1º capacitar o educando para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- § 2º desenvolver no educando aptidões para a cidadania e constituir-se em agente de produção, difusão e transmissão cultural, científica, tecnológica e desportiva
- § 3º proporcionar ao educando oportunidades para formação permanente dentro do espírito cristão e democrático.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E PEDAGÓGICA
CAPÍTULO I - DA DIRETORIA

- Art. 6º.** A Diretoria da Escola Técnica de Eletrônica "Francisco Moreira da Costa" está constituída por:
- I - Diretor Geral;
II - Diretor Pedagógico;
III - Diretor Administrativo / Financeiro;
IV - Diretor de Formação Cristã e Comunitária²

¹ "Características da Educação da Companhia de Jesus" e "Projeto Pedagógico Inaciano" (PPI).

² Redação dada pela Resolução do Conselho Escolar 001/2012

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

SEÇÃO I - DA DIRETORIA GERAL

- Art. 7º.** O **Diretor Geral** é nomeado pelo Presidente da Fundação por um período de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.
- Art. 8º.** O **Diretor Geral** é sempre um educador qualificado para o exercício da função, de acordo com as exigências legais.
- Art. 9º.** As **funções** dos **Diretores** Administrativo, Pedagógico, de Formação Cristã e Comunitária, são exercidas por educadores nomeados pelo **Diretor Geral** e aprovados pela Fundação e pela Companhia de Jesus.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA PEDAGÓGICA

- Art. 10º.** A Diretoria Pedagógica da ETE FMC é o núcleo executivo que organiza, superintende, executa e controla todas as atividades pedagógicas e de apoio pedagógico, auxiliado por supervisores de ensino dos cursos médio, técnico, e concomitante desenvolvidas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.
- Art. 12.** A Diretoria Pedagógica será exercida por um educador qualificado para a função e se subordina à Diretoria Geral, por ela nomeada, suposta a anuência da Companhia de Jesus.
- Art. 13.** O Diretor Pedagógico está imbuído das normas que traduzem os ensinamentos contidos na "Carta de Princípios" e nas "Características da Educação dos Colégios Jesuítas", para melhor orientar e acompanhar o trabalho dos funcionários ligados ao seu setor.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

- Art. 14.** A Diretoria Administrativa da ETE FMC é o órgão que organiza, superintende, executa e controla todas as atividades administrativas e de apoio desenvolvidas no âmbito da unidade escolar e subordina-se à Diretoria Geral, por ela nomeada e por anuência da Companhia de Jesus.
- Art. 15.** A Diretoria Administrativa é exercida por profissional qualificado, habilitado de acordo com a legislação vigente.
- Art. 16.** O Diretor Administrativo está imbuído das normas que traduzem os ensinamentos contidos na "Carta de Princípios" e nas "Características da Educação dos Colégios Jesuítas", para melhor orientar e acompanhar o trabalho dos funcionários ligados ao seu setor.

SEÇÃO IV - DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO CRISTÃ E COMUNITÁRIA

- Art. 17.** A Diretoria de Formação Cristã e Comunitária da ETE FMC promove, organiza, superintende, executa e controla todas as atividades de formação religiosa e de atividades pastorais em toda a comunidade escolar.
- Art. 18.** A Diretoria de Formação Cristã e Comunitária se subordina à Diretoria Geral por ela nomeada, por anuência da Companhia de Jesus.

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR**

Art. 19. A Diretoria de Formação Cristã e Comunitária é exercida por profissional qualificado, habilitado de acordo com os documentos da Companhia de Jesus.

CAPÍTULO II - DOS COORDENADORES

Art. 20. As Coordenações dos Cursos Técnicos e Ensino Médio, supervisionam e avaliam a estrutura, organização e funcionamento dos respectivos cursos nas respectivas Áreas de conhecimento, de modo a fazer cumprir os objetivos expressos na Proposta Pedagógica e neste Regimento.

Art. 21. Os Coordenadores são nomeados pelo Diretor e serão sempre pessoas idôneas e profissionais devidamente qualificados para o exercício da respectiva função.

Art. 22. Os Coordenadores prestam apoio, no processo educativo, às respectivas equipes de professores, estando permanentemente atualizados quanto aos enfoques pedagógicos e às inovações metodológicas referentes às suas áreas de conhecimento.

CAPÍTULO III - SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 23. A Supervisão de Estágio dos Cursos Técnicos, órgão que coordena, supervisiona, orienta e avalia os estagiários dos cursos da ETE, de modo a fazer cumprir os objetivos expressos na Proposta Pedagógica, no Regulamento de Estágio e neste Regimento.

Art. 24. O Supervisor de Estágio é nomeado pelo Diretor Pedagógico e é sempre uma pessoa idônea e profissional devidamente qualificado para o exercício da respectiva função.

CAPÍTULO IV - DO PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE APOIO

Art. 25. Na ETE FMC, tanto o pessoal técnico administrativo quanto o de apoio são corresponsáveis pela efetivação da Proposta Pedagógica da ETE FMC e colaboradores da Companhia de Jesus na consecução da sua tradicional missão educativa.

Art. 26. As funções técnicas e administrativas serão exercidas por pessoas habilitadas e qualificadas, em obediência às normas legais aplicáveis.

Art. 27. O pessoal técnico e administrativo será contratado pelo Diretor Geral após o processo de seleção estabelecido na ETE FMC.

CAPÍTULO V - DAS COMPETÊNCIAS DOS DIRETORES, COORDENADORES, SUPERVISOR DE ESTÁGIO, PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE APOIO

Art. 28. As competências dos cargos de Coordenadores, Supervisor de Estágio, Pessoal Técnico, Administrativo e de Apoio estão estabelecidas no documento Manual de Cargos e Funções e dos diretores nos parágrafos seguintes:

§ 1º - Compete ao Reitor:

- I. Garantir a identidade inaciana e a pertença da instituição à Companhia de Jesus;
- II. Representar oficialmente a escola diante da Companhia de Jesus, dos Bispos, dos pais de alunos, das autoridades governamentais e demais entidades externas;
- III. Presidir as reuniões da Direção, sempre que presente na escola, mantendo-se informado de tudo que acontece na escola;

SRS 12/2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO
POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Página 5

Nº 811
DATA 29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA" **REGIMENTO ESCOLAR**

- IV. Supervisionar o Diretor Geral quanto as suas atribuições;
- V. Supervisionar a implementação dos projetos e normas emanados pela Companhia de Jesus através das instâncias referentes ao projeto de Educação;
- VI. Decidir, em nome da FDMRM, a respeito de assuntos reservados a ela dentro dos limites constantes na procuração que dela recebe;
- VII. Alienar e adquirir bens móveis e imóveis, sempre que necessário, dentro dos limites estabelecidos pelo modo de administrar da Companhia de Jesus e nos termos do Estatuto da FDMRM;
- VIII. Manter-se atualizado sobre as notícias da região e acompanhar as ações das escolas da Companhia de Jesus e os critérios de pastoral da Diocese;
- IX. Estabelecer e manter um bom relacionamento com os sindicatos, MEC e representantes da sociedade e do governo;
- X. Apoiar e estimular a realização de retiros espirituais, para todos os segmentos da Escola;
- XI. Conhecer, cumprir e zelar pelo cumprimento dos valores e princípios da FDMRM.

§ 2º - Compete ao Diretor Geral:

- I. Representar oficialmente a escola diante da Companhia de Jesus, dos Bispos, dos pais de alunos, das autoridades governamentais e demais entidades externas na ausência do Reitor;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Direção, decidindo os assuntos da escola, a fim de garantir que as estratégias e políticas da instituição assegurem os propósitos da atividade educativa e administrativa de acordo com as normas emanadas pelo Conselho da FDMRM e pela Companhia de Jesus;
- III. Supervisionar os membros da Diretoria quanto ao grau com que assumem as orientações do projeto educativo da Companhia de Jesus, assim como o projeto educativo da Escola e os Estatutos da FDMRM, a eficiência com que coordenam as relações interpessoais e as estratégias e critérios aplicados frente a situações específicas ou gerais;
- IV. Participar da elaboração e implementação dos projetos e normas emanados pela Companhia de Jesus através das instâncias referentes ao projeto de Educação;
- V. Promover a participação organizada de todos os responsáveis pelo processo educacional, delegando as responsabilidades e cobrando resultados de acordo com as particularidades de cada cargo;
- VI. Manter-se informado a respeito do funcionamento de todos os setores da instituição;
- VII. Incentivar a formação de uma sólida comunidade escolar, estimulando a participação de todos: Diretores, professores, funcionários, alunos, ex-alunos e pais de alunos;
- VIII. Decidir, em última instância, a seleção, contratação e demissão de colaboradores;
- IX. Aprovar as concessões de gratuidade ou bolsa de estudo;
- X. Avaliar e aprovar os procedimentos, critérios e resoluções adotados para a admissão de alunos;
- XI. Aprovar, em última instância, os projetos acadêmicos pastorais e administrativos da escola;
- XII. Analisar e aprovar os orçamentos anuais e os valores das mensalidades apresentados pela Diretoria Administrativo-Financeira, conforme os critérios e prioridades do Projeto Pedagógico;
- XIII. Avaliar, autorizar e/ou reprovar os programas e iniciativas que englobem custos;
- XIV. Analisar e aprovar os balanços anuais, os balancetes mensais e demais demonstrativos financeiros;
- XV. Aprovar os salários dos funcionários da escola, zelando para que os níveis salariais sigam os acordos sindicais, os critérios da justiça cristã e as orientações da Companhia de Jesus e da FDMRM;
- XVI. Garantir que as famílias, em especial dos alunos novos, conheçam os objetivos gerais da Educação Jesuíta;
- XVII. Propor ao Conselho Fiscal da FDMRM e à Administração da Província Jesuíta o Plano Anual e o Relatório das atividades realizadas no período;

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

- XVIII. Nomear, conforme o Regimento aprovado, o Conselho Escolar, providenciando para que este cumpra com suas competências;
- XIX. Manter-se atualizado sobre as notícias da região e acompanhar as ações das escolas da Companhia de Jesus e o movimento pastoral da Diocese;
- XX. Estabelecer e manter um bom relacionamento com os sindicatos, MEC e representantes da sociedade e do governo;
- XXI. Apoiar e estimular a realização de retiros espirituais, para todos os segmentos da Escola;
- XXII. Conhecer, cumprir e zelar pelo cumprimento dos valores e princípios da ETE.

§ 3º - Compete ao Diretor Pedagógico:

- I. Coordenar as atividades de todas as modalidades de ensino oferecidas pela escola, planejando e avaliando as ações pedagógicas por meio da elaboração anual, juntamente com os coordenadores de curso, do projeto pedagógico;
- II. Participar da fixação de estratégias e políticas para a escola e responsabilizar-se pela implementação na sua área de atuação;
- III. Contribuir na elaboração do Projeto Pedagógico da escola e coordenar, sob supervisão do Diretor Geral, a sua implementação;
- IV. Participar da elaboração de programas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, planejando eventos com os professores e oferecendo auxílio para a realização de cursos;
- V. Responsabilizar-se pelo processo de seleção de profissionais docentes de acordo com os critérios estabelecidos no projeto pedagógico;
- VI. Supervisionar e avaliar os profissionais ligados à área Pedagógica quanto ao grau com que assumem as orientações da Companhia de Jesus para o setor educacional, de acordo com os documentos gerais e o Projeto Educativo da Província Jesuíta;
- VII. Avaliar o desempenho pessoal dos profissionais da área Pedagógica, observando o nível de resultados e o cumprimento das tarefas, conforme planejamento inicial;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir o regimento Escolar e o Projeto Pedagógico;
- IX. Incentivar o desempenho técnico-pedagógico dos professores de acordo com os procedimentos da Companhia de Jesus e estimular a participação nos encontros promovidos pela associação;
- X. Orientar a elaboração do processo de avaliação dos alunos;
- XI. Acompanhar, junto com os responsáveis, o processo de concessão de bolsas de estudo, filantrópicas ou não;
- XII. Responsabilizar-se pelos trabalhos do Serviço de Orientação Educacional e da Coordenação dos Cursos;
- XIII. Coordenar as atividades da Secretaria Acadêmica e do CEETE, assim como a atualização do acervo deste último, de acordo com a avaliação das orientações da Supervisora do CEETE;
- XIV. Organizar e coordenar o processo de seleção de alunos novatos em acordo com os demais Diretores, determinando o número de vagas e o estilo de prova a ser aplicada;
- XV. Coordenar a implementação e a implantação de novos cursos na Escola de acordo com os Estatutos da FDMRM, realizando pesquisas interna e de mercado que viabilizem o novo curso;
- XVI. Propor estudos sobre metodologias e técnicas de ensino aos orientadores e professores, incentivando o uso de metodologias inovadoras e formas alternativas de avaliação dos alunos, visando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem;
- XVII. Coordenar a elaboração do Calendário Escolar e do Horário das Aulas;
- XVIII. Coordenar as reuniões de formação permanente do corpo docente e as reuniões pedagógicas, definindo as pautas a serem discutidas juntamente com os coordenadores de curso;
- XIX. Conhecer, cumprir e zelar pelo cumprimento dos valores e princípios da ETE.

§ 4º - Compete ao Diretor Administrativo/Financeiro:

SRS 12/2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO

POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Página 7

Nº

811

DATA:

29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

- I. Participar ativamente da definição de estratégias e políticas da ETE FMC, colaborando com a Diretoria Geral para administração eficiente da instituição;
- II. Planejar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos diversos setores sob sua responsabilidade, zelando pelos cumprimentos de prazos estipulados pela legislação e pelo constante aperfeiçoamento dos sistemas administrativos e gerenciais da Escola;
- III. Seguir as instruções geradas pela companhia de Jesus, as leis vigentes no país e os pareceres da FDMRM, no que diz respeito à administração de pessoal, do patrimônio físico e às finanças da instituição;
- IV. Coordenar a elaboração, implantação e acompanhamento da utilização do orçamento da instituição, visando manter a saúde financeira da instituição;
- V. Supervisionar e avaliar, como animador do processo, os membros sob sua responsabilidade quanto à conduta no ambiente de trabalho, resultados apresentados e o grau com que assumem a espiritualidade Inaciana e orientações da Companhia de Jesus para o setor educacional, conforme os Documentos gerais e o Projeto Educativo da Província Jesuíta;
- VI. Subsidiar a Diretoria Geral para que se aplique sempre uma política salarial justa e atualizada;
- VII. Aprovar as compras da Escola, mediante avaliação de necessidades e de disponibilidade de recursos financeiros, assessorando a Diretoria Geral para tomada de decisões estratégicas;
- VIII. Coordenar o processo de Concessão de Bolsas de Estudos de acordo com os critérios estabelecidos pela Diretoria e pela FDMRM;
- IX. Supervisionar e/ou aprovar os sistemas associados à administração de recursos humanos, com especial atenção para as necessidades de treinamento, assim como para o preenchimento adequado de cargos e funções e avaliação de desempenho;
- X. Analisar e propor à Diretoria Geral necessidades de contratação e demissão de sua área, assim como participar do processo de seleção e contratação de pessoal das áreas Administrativa, Pedagógica e de Formação Cristã/ Comunitária;
- XI. Coordenar a aplicação de normas e procedimentos legais e contábeis da Escola, de acordo com a legislação vigente;
- XII. Coordenar o planejamento, execução e acompanhamento das obras da Escola, seguindo as normas estabelecidas pelo órgão responsável;
- XIII. Administrar as equipes de trabalho, orientando, acompanhando e gerenciando as atividades, fazendo cumprir os procedimentos organizacionais, bem como treinando, incentivando e motivando seus subordinados, a fim de que participem dos processos de aprimoramento contínuo e dos objetivos propostos pela Escola;
- XIV. Incentivar a participação dos profissionais alocados em sua área em atividades da Formação Permanente, demonstrando sua importância;
- XV. Responder eticamente pelos serviços que compõem a sua diretoria e promover ações voltadas ao autodesenvolvimento da equipe, acompanhando a implementação dos Programas de Desenvolvimento e Cursos de Aperfeiçoamento;
- XVI. Acompanhar o desenvolvimento dos processos de sua diretoria propondo ações de otimização e padronização que garantam a eficiência e eficácia;
- XVII. Analisar sistematicamente os resultados através de relatórios; analisar criticamente as informações financeiras, administrativas e contábeis para subsidiar a tomada de decisão;
- XVIII. Garantir o cumprimento e desenvolvimento de políticas de contenção de despesas, bem como das políticas inerentes a sua diretoria e dos processos organizacionais, com vistas ao fortalecimento da cultura organizacional, adequada aos valores e objetivos estratégicos da instituição;
- XIX. Zelar em conjunto com os demais diretores, pela qualidade do ambiente de trabalho, propondo medidas para a sua constante melhoria;
- XX. Conhecer, cumprir e zelar pelo cumprimento dos valores e princípios da ETE.

§ 5º.- Compete ao Diretor de Formação Cristã e Comunitária:

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR**

- I. Implantar projetos de formação cristã e de ação pastoral na comunidade educativa, zelando, juntamente com o Diretor Geral, para que o processo de evangelização siga a espiritualidade Inaciana;
- II. Coordenar os trabalhos dos professores de ensino religioso, dos assessores e agentes de formação cristã e comunitária, a fim de garantir que o trabalho destes esteja dentro dos objetivos propostos pela Companhia de Jesus;
- III. Supervisionar e avaliar, como animador do processo, os membros ligados sob sua responsabilidade com relação ao grau com que assumem a espiritualidade Inaciana e as orientações da Companhia de Jesus para o setor educacional de acordo com os documentos gerais e o Projeto Educativo da Província Jesuíta, à capacidade de condução e organização do setor para o bom cumprimento de suas tarefas, ao desempenho pessoal e relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho e à iniciativa de persistir com as decisões tomadas e o modo de serem implementadas;
- IV. Orientar os professores de ensino religioso com relação ao conteúdo das aulas, garantindo que estes sigam os princípios Inacianos;
- V. Responsabilizar-se pela Formação Cristã dos funcionários da escola;
- VI. Colaborar na elaboração do Calendário Escolar, determinando as datas referentes às atividades de Formação Cristã e Comunitária;
- VII. Planejar e executar, juntamente com os demais Diretores, os momentos de celebração da Comunidade Escolar;
- VIII. Acompanhar o trabalho desenvolvido pelas áreas de ensino, incentivando a interdisciplinaridade;
- IX. Participar da equipe responsável pela Formação Permanente da Escola e dos integrantes de sua área;
- X. Participar, juntamente com os demais Diretores, do processo de seleção, contratação e demissão de docentes e funcionários da instituição;
- XI. Planejar e acompanhar o Agente de Formação Cristã no processo de formação pastoral dos alunos;
- XII. Autorizar a aquisição de materiais para atuação específica da área de Formação Cristã e Comunitária, dentro dos limites de autonomia definidos pelo Diretor Administrativo Financeiro;
- XIII. Planejar e acompanhar as atividades extracurriculares da instituição;
- XIV. Realizar as entrevistas de admissão dos alunos candidatos a ingressarem no Ensino Médio da escola;
- XV. Colaborar e interagir com as áreas Pedagógica e Administrativa da escola;
- XVI. Conhecer, cumprir e zelar pelo cumprimento dos valores e princípios da ETE.³

CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 29. São órgãos colegiados da ETE-FMC:

- § 1º Conselho de Classe;
- § 2º Conselho Escolar.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 30. O Conselho de Classe é o fórum colegiado de discussão e planejamento de projetos coletivos de ensino e atividades, formas de acompanhamento e critérios para apreciação do desempenho atitudinal e pedagógico de cada aluno em seu processo nas etapas escolares.

³ Artigo 27, seus parágrafos e incisos introduzidos pelo Conselho Escolar através da Resolução 001/2012.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

Art. 31. O Conselho de Classe tem por finalidade:

- § 1º Fazer o acompanhamento didático-pedagógico e disciplinar dos alunos;
- § 2º Decidir sobre a aprovação de alunos, em situações limítrofes.

Art. 32. O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor Geral que o preside, pelo Diretor Pedagógico, pelos Coordenadores de Cursos e pelos professores da classe.

- § 1º O Diretor Geral pode delegar a presidência do Conselho a algum dos Diretores.
- § 2º As decisões são tomadas por maioria simples.
- § 3º Terão direito a voto apenas os professores da classe, cabendo, a quem preside, o voto de desempate.
- § 4º As decisões do Conselho de Classe são lavradas em Ata e arquivadas.

Art. 33. O Conselho de Classe reunir-se-á por convocação do Diretor da ETE FMC para análise da conduta do aluno, o que pode resultar em:

- § 1º carta de elogio;
- § 2º comprometimento de orientação.

Art. 34. As deliberações do Conselho de Classe são soberanas em primeira instância, condicionadas à homologação do Diretor Acadêmico.

SEÇÃO II - DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 35. O Conselho Escolar é constituído pelos:

- § 1º membros da Diretoria.
- § 2º por 1 (um) professor em exercício na ETE FMC, de livre escolha do **Diretor Geral**.
- § 3º por 1 (um) professor em exercício na ETE FMC, eleito entre seus pares.
- § 4º por 1 (um) funcionário, eleito entre seus pares.
- § 5º por 1 (um) representante de alunos do curso diurno, eleito entre os representantes de turma.
- § 6º por 1 (um) representante dos alunos do curso noturno, eleito entre os representantes de turma.

Art. 36. Dos mandatos e da frequência:

- § 1º o mandato dos professores e dos funcionários no Conselho Escolar será de 2 (dois) anos.
- § 2º o mandato dos representantes dos alunos no Conselho Escolar será de 1 (um) ano.
- § 3º o Conselho Escolar da ETE FMC reuni-se ordinariamente no início do primeiro bimestre, e no fim do quarto bimestre, ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor.
 - I. Por razões especiais, o Conselho Escolar pode convidar a participar de suas reuniões, com direito a voz e não a voto, algum membro do Corpo Docente, Discente ou Administrativo da ETE-FMC.
 - II. O Conselho Escolar da ETE FMC só pode decidir, mediante aprovação da maioria dos presentes

Art. 37. Compete ao Conselho Escolar da ETE FMC:

- § 1º conhecer o andamento da vida Escolar e suas implicações.
- § 2º propor sugestões para o aprimoramento do ensino e da convivência social da ETE FMC.
- § 3º aprovar, por maioria de votos dos presentes:
 - I. as modificações no Regimento Escolar;

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR**

- II. os planos de ensino e suas alterações;
 - III. as alterações do currículo;
 - IV. os Estatutos das Associações ligadas à Escola (cfr artigos 128º a 132º deste regimento);
 - V. a proposta do Calendário a ser adotado para o ano seguinte;
 - VI. as normas de procedimento escolar.
- § 4º acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico.

CAPÍTULO VII - DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

SEÇÃO I - DO CENTRO DE ESTUDOS

Art. 38. A ETE FMC mantém o Centro de Estudos (Biblioteca), visando oferecer aos estudantes e educadores um ambiente de pesquisa.

Parágrafo único - a ETE FMC mantém convênio e permuta de material de apoio de Ensino Aprendizagem com outras Escolas ou Faculdades.

Art. 39. Cada um de seus membros realiza seu trabalho conforme previsto no **Manual de Cargos e Funções**.

SEÇÃO II - DA INFORMÁTICA EDUCACIONAL

Art. 40. A Informática Educacional acompanha e estimula os alunos e os professores para o correto uso da ferramenta dos computadores, estando sob a coordenação de profissional habilitado escolhido pelo Diretor Pedagógico.

SEÇÃO III - DA SECRETARIA ACADÊMICA

Art. 41. A Secretaria é o órgão diretamente ligado ao Diretor Pedagógico para escrituração escolar e arquivamento da documentação de alunos e professores.

Art. 42. O Secretário é um profissional legalmente habilitado, indicado pelo Diretor, e autorizado pelo órgão competente.

Parágrafo único: O Secretário Acadêmico desempenha suas funções conforme previsto no **Manual de Cargos e Funções**.

SEÇÃO IV - DO APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

Art. 43. Compete à Assessoria Técnico-Pedagógica, apoiar a Diretoria Pedagógica colaborando para a dinâmica de ensino-aprendizagem, e promovendo a Proposta Pedagógica da Escola, acompanhando o processo educativo e garantindo a adequada utilização de meios e recursos didáticos.

Parágrafo Único - O Assessor Técnico-Pedagógico desempenha suas funções conforme previsto no **Manual de Cargos e Funções**.



ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

SEÇÃO V - DO APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL

Art. 44. A ETE FMC organiza, durante o ano letivo, momentos sistemáticos de reflexão sobre aspectos pedagógicos do processo educativo e atualização dos educadores, implementando formação continuada.

Art. 45. A reflexão pedagógica dos educadores e funcionários visa à mobilização para a construção de um estilo de docência inaciano, à reformulação de projetos específicos para o alcance das metas e estará sempre articulada com a melhoria da qualidade do ensino e a excelência na formação humana e cristã no desenvolvimento do trabalho na Escola.

Parágrafo único – A disponibilidade para participar dos momentos formais de reflexão pedagógica é condição essencial para a permanência do professor na Escola.

CAPÍTULO VIII - DA ÁREA DE FORMAÇÃO CRISTÃ E COMUNITÁRIA

Art. 46. A Área de Formação Cristã é a instância responsável pela Identidade Cristã Inaciana, pelo processo de educação da fé na Comunidade Educativa e pela infraestrutura e logística dos eventos internos e externos da instituição Escolar.

Art. 47. A Área de Formação Cristã e Comunitária desenvolve a sua ação segundo as diretrizes da Proposta Pedagógica da Escola, e cada um de seus membros realiza seu trabalho conforme previsto no **Manual de Cargos e Funções**.

CAPÍTULO IX - DA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ESCOLAR

Art. 48. A participação de todos os membros da Comunidade Educativa se dá nos níveis, possibilidades e funções de cada um, podendo as formas variar, segundo as finalidades específicas, desde que venham a contribuir positivamente com as diretrizes educacionais expressas na Proposta Pedagógica.

Parágrafo Único - A Comunidade Educativa é constituída de docentes, não docentes, discentes, pais de alunos e ex-alunos, podendo os mesmos associar-se em órgãos representativos.

TÍTULO IV - DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES

Art. 49. As instituições auxiliares terão como objetivo colaborar no aprimoramento do processo educacional e terão seus próprios instrumentos, elaborados nos termos da legislação em vigor e aprovados pelo Conselho Escolar e pelo Conselho Diretor da Fundação. São Instituições Auxiliares:

§ 1º CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

§ 2º GEETE (Grêmio Estudantil da ETE FMC).

§ 3º Associação de Antigos Alunos.

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR**

CAPÍTULO I - DA CIPA

- Art. 50.** A ETE FMC manterá uma comissão composta por representantes dos empregados eleita pelos seus pares, e tem como missão a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores e de todos aqueles que interagem com a Escola.

CAPÍTULO II - GRÊMIO ESCOLAR

- Art. 51.** O GEETE é o órgão de coordenação e representação dos alunos com objetivos voltados à integração da comunidade Escolar e tem por finalidades:

§ 1º defender os interesses coletivos e as aspirações de seus associados.

colaborar com a ETE na formação física, cívica, moral e intelectual dos alunos.

§ 2º promover a união dos alunos e o espírito de solidariedade, desenvolvendo neles os hábitos de civismo, cooperação, disciplina, trabalho, iniciativa e liderança.

§ 3º garantir aos associados espaços e oportunidades de atuação que lhes permitam o aprimoramento de sua pessoa e do meio onde se inserem.

CAPÍTULO III - ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS

- Art. 52.** A ETE FMC apoia o Núcleo de Ex-Alunos da Escola, com a finalidade de que os mesmos interajam com a Escola e mantenham os vínculos de amizade contraídos durante os anos de colégio.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Art. 53.** O valor das anuidades da ETE FMC é determinado em planilha orçamentária conforme determina a Lei nº 9870 de 23 de novembro de 1999 e devidamente comunicada aos pais e responsáveis.

TÍTULO V - DA ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CURSOS E DO PROCESSO EDUCATIVO

CAPÍTULO I - NÍVEIS, MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

SEÇÃO I - DA ESTRUTURA DO ENSINO

- Art. 54.** A organização pedagógica obedece às instruções baixadas pela Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação e constante no Projeto Pedagógico.
- Art. 55.** A ETE FMC mantém educação a nível de Ensino Médio e educação profissional Técnica de Nível Médio, com os cursos Técnico em Eletrônica, Técnico em Telecomunicações e Técnico em Equipamentos Biomédicos.
- Art. 56.** A ETE FMC poderá ainda oferecer, conforme suas disponibilidades e finalidades específicas, **cursos presenciais ou à distância:**
- § 1º especialização e aperfeiçoamento para egressos de nível técnico.
- § 2º capacitação de professores e demais servidores.
- § 3º outros, de interesse da Sociedade, aprovados pela FDMRM.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA" **REGIMENTO ESCOLAR**

- Art. 57.** Além dos cursos previstos nos artigos anteriores, a ETE FMC poderá, complementarmente, contando ou não com a participação de alunos, desenvolver atividades referentes a:
- § 1º prestação de serviços à comunidade local.
 - § 2º pesquisas científicas e tecnológicas, de interesse do ensino e da comunidade local, e até da Região e do País.
 - § 3º organização de eventos de difusão cultural, religiosa, desportiva, científica e tecnológica, de interesse dos cursos mantidos ou da comunidade local.
- Art. 58.** A instalação de **novos cursos** está sujeita à prévia aprovação da FDMRM e dos órgãos competentes do Sistema de Ensino.
- Art. 59.** O ensino da ETE FMC, observadas a legislação e as normas regimentais, possui estruturas curriculares, só modificáveis em consonância com as necessidades e possibilidades de ordem didática, pedagógica legal e administrativa.
- Parágrafo Único** – Estas modificações só podem entrar em vigor no ano letivo seguinte, cabendo ao Estabelecimento resguardar os direitos dos alunos matriculados no ano em curso.
- Art. 60.** As turmas são organizadas em conformidade com as conveniências didático-pedagógicas.
- Art. 61.** O período letivo se encerra conforme a legislação em vigor.

CAPÍTULO II - FINS E OBJETIVOS DOS CURSOS

- Art. 62.** A **Educação Profissional** ministrada na ETE FMC tem por objetivos:
- § 1º promover a transição entre a Escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas.
 - § 2º proporcionar a formação de profissionais de nível Médio.
 - § 3º qualificar, atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção ou melhor desempenho no exercício do trabalho e da cidadania, através de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.
- Art. 63.** A Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o Ensino Médio ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada.
- Art. 64.** **Parágrafo único** - Os cursos de nível técnico destinam-se a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados no **Ensino Médio** ou dele egressos.
- Art. 65.** O **Ensino Médio** ministrado na ETE-FMC tem por objetivos:
- § 1º a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
 - § 2º A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo.
 - § 3º o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
 - § 4º a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e a prática, no desenvolvimento de cada disciplina e projeto.

TÍTULO VI - DOS CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO CURRICULARES **CAPÍTULO I - DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO**

- Art. 66.** O currículo do Ensino Médio é estruturado em séries anuais de acordo com a legislação vigente.

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR**

- Art. 67.** A sequência e a carga horária dos componentes curriculares serão explicitadas na organização curricular do Projeto Pedagógico e dos planos curriculares sendo que currículo compreenderá:
- § 1º componentes curriculares que integram a base nacional comum e contribuem para consolidar a formação global, de acordo com a legislação em vigor.
 - § 2º componentes curriculares da parte diversificada, conforme dispuser a legislação federal e/ou estadual.

CAPÍTULO II - DO CURRÍCULO DOS CURSOS TÉCNICOS

- Art. 68.** A educação profissional técnica tem organização curricular própria.
- Art. 69.** Os componentes curriculares de cada habilitação terão sua própria carga horária segundo a legislação específica em vigor.
- Parágrafo único** - O aluno conclui o curso técnico quando tiver **concluído o Ensino Médio** e cumprido com êxito a carga horária e os estudos estabelecidos na organização curricular respectiva, incluindo o estágio supervisionado.
- Art. 70.** Os cursos técnicos serão organizados em módulos que poderão ter caráter de terminalidade para efeito de certificação.
- Parágrafo único** - A sequência dos módulos e a carga horária dos componentes curriculares constarão nos Planos de Curso, obedecendo ao Projeto Pedagógico.

CAPÍTULO III - DO CURRÍCULO DOS CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

- Art. 71.** Os cursos de educação profissional para formação inicial e continuada de trabalhadores, se houver demanda suficiente, terão duração variável.

CAPÍTULO IV - DO ESTÁGIO CURRICULAR

- Art. 72.** O estágio curricular é obrigatório para finalização do Curso Técnico e deve ser realizado na comunidade em geral, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, é supervisionado pela Escola, e tem por objetivo proporcionar ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.
- Art. 73.** O estágio curricular pode ser realizado no ambiente da própria ETE FMC, em consonância com o Regulamento de Estágio.
- Art. 74.** O Plano de Curso de cada habilitação indica o módulo escolar a partir do qual o aluno poderá iniciar o estágio, bem como sua duração e carga horária.

**TÍTULO VII - DO PROJETO PEDAGÓGICO
CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR
SEÇÃO I - DOS PROGRAMAS**

- Art. 75.** O programa de cada componente curricular, área de estudo e atividades são elaborados e organizados pelos professores em consonância com a legislação vigente e o Projeto Pedagógico da ETE FMC.

SRS 12/2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

Página 15

Nº

811

DATA:

29 / 01 / 2016

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

Art. 67. A sequência e a carga horária dos componentes curriculares serão explicitadas na organização curricular do Projeto Pedagógico e dos planos curriculares sendo que currículo compreenderá:

§ 1º componentes curriculares que integram a base nacional comum e contribuem para consolidar a formação global, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º componentes curriculares da parte diversificada, conforme dispuser a legislação federal e/ou estadual.

CAPÍTULO II - DO CURRÍCULO DOS CURSOS TÉCNICOS

Art. 68. A educação profissional técnica tem organização curricular própria.

Art. 69. Os componentes curriculares de cada habilitação terão sua própria carga horária segundo a legislação específica em vigor.

Parágrafo único - O aluno conclui o curso técnico quando tiver **concluído o Ensino Médio** e cumprido com êxito a carga horária e os estudos estabelecidos na organização curricular respectiva, incluindo o estágio supervisionado.

Art. 70. Os cursos técnicos serão organizados em módulos que poderão ter caráter de terminalidade para efeito de certificação.

Parágrafo único - A sequência dos módulos e a carga horária dos componentes curriculares constarão nos Planos de Curso, obedecendo ao Projeto Pedagógico.

CAPÍTULO III - DO CURRÍCULO DOS CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

Art. 71. Os cursos de educação profissional para formação inicial e continuada de trabalhadores, se houver demanda suficiente, terão duração variável.

CAPÍTULO IV - DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 72. O estágio curricular é obrigatório para finalização do Curso Técnico e deve ser realizado na comunidade em geral, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, é supervisionado pela Escola, e tem por objetivo proporcionar ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.

Art. 73. O estágio curricular pode ser realizado no ambiente da própria ETE FMC, em consonância com o Regulamento de Estágio.

Art. 74. O Plano de Curso de cada habilitação indica o módulo escolar a partir do qual o aluno poderá iniciar o estágio, bem como sua duração e carga horária.

TÍTULO VII - DO PROJETO PEDAGÓGICO
CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR
SEÇÃO I - DOS PROGRAMAS

Art. 75. O programa de cada componente curricular, área de estudo e atividades são elaborados e organizados pelos professores em consonância com a legislação vigente e o Projeto Pedagógico da ETE FMC.

SRS 12/2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

POUSO ALEGRE / MG
 SERVIÇO DE PROTOCOLO

Página 15

Nº 811
 DATA: 29 / 01 / 2016



ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

Art. 76. Atendendo as conveniências didático-pedagógicas, podem os programas em sua aplicação sofrer adequação para que sejam aplicáveis ao nível de desenvolvimento de cada turma.

CAPÍTULO II - DOS PLANOS DE ENSINO

Art. 77. Os Planos de Ensino são elaborados em conformidade com o Projeto Pedagógico da ETE FMC e atendem aos objetivos dos componentes curriculares.

Art. 78. Na elaboração dos Planos de Ensino, são fixados para cada componente curricular e curso:

- § 1º competências, habilidades e bases tecnológicas.
- § 2º metodologia de ensino-aprendizagem e atividades.
- § 3º critérios e instrumentos de avaliação e da recuperação.
- § 4º recursos didáticos.
- § 5º bibliografia.

CAPÍTULO III - DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 79. A ETE FMC adota regime anual, considerando assim, ano letivo aquele em que se realizam as aulas e demais atividades escolares.

Art. 80. O ano letivo é dividido em quatro períodos de avaliação que são fixados no calendário escolar elaborado pelo Diretor Pedagógico, em conformidade com as instruções legais e aprovadas pelo Conselho Escolar.

§ 1º são marcados no Calendário Escolar, as datas de início e fim de cada período letivo, os feriados escolares, as férias dos docentes e o planejamento.

§ 2º o ano letivo, do Ensino Médio, tem uma duração mínima de 200 (duzentos) dias e 800 (oitocentas) horas de trabalho escolar efetivo.

§ 3º O ano letivo, dos Cursos Técnicos, tem uma duração mínima conforme a legislação em vigor.

§ 4º a prorrogação do ano letivo verificar-se-á por turno, série ou curso, e ocorrerá todas as vezes que, por motivo de extrema necessidade a carga horária e os dias letivos não forem cumpridos dentro do período fixado pelo Calendário.

Art. 81. As férias escolares são concedidas aos professores e funcionários na forma da Lei Trabalhista e conforme os Acordos Sindicais.

TÍTULO VIII - DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I - SISTEMA DE ADMISSÃO DE ALUNOS, MATRÍCULA E CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO I - DO SISTEMA DE ADMISSÃO DE ALUNOS

Art. 82. A ETE FMC promoverá o processo de seleção e admissão de alunos de acordo com as necessidades e/ou decisões estabelecidas pela Diretoria e firmadas no Edital do Processo Seletivo.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

- Art. 83.** O processo de admissão e seleção inclui uma série de etapas previstas na Proposta Pedagógica da ETE FMC e terá como fim verificar a sintonia e a adequação do candidato e de sua família com a filosofia da ETE FMC.
- Art. 84.** A abertura das inscrições é divulgada, em tempo hábil, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo.

SEÇÃO II - DA MATRÍCULA

- Art. 85.** A matrícula implica a aceitação integral, por parte da família e do aluno, da Proposta Pedagógica da ETE FMC, dos seus princípios educativos, das disposições deste Regimento Escolar e dos compromissos previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar.
- Art. 86.** A matrícula é efetuada mediante assinatura pelo pai ou responsável, se menor de idade, do **Requerimento de Matrícula** e do **Contrato de Prestação de Serviços Educacionais**, antes do início do ano ou período letivo, conforme indicado no calendário Escolar e após deferimento do Diretor Geral.
- Parágrafo único** - consta do requerimento a concordância expressa a este Regimento e, às outras normas em vigor na ETE FMC, e ao Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.
- Art. 87.** A matrícula é deferida ou não no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do início das aulas.
- Art. 88.** O processo de matrícula fora do prazo e das condições supra indicadas é decidido pela Diretoria mediante requerimento à Secretaria Acadêmica.
- Art. 89.** No ato da matrícula, o candidato deve apresentar os documentos exigidos pela ETE FMC.
- Art. 90.** Os candidatos procedentes de sistemas estrangeiros de ensino são submetidos às normas legais vigentes.
- Art. 91.** A ETE FMC não se responsabiliza pela reserva de vagas aos alunos que, matriculados no ano letivo anterior, não tenham renovado suas matrículas no prazo fixado.
- Art. 92.** Será nula, sem qualquer responsabilidade para a Escola, a matrícula que se fizer com documento comprovadamente falso ou adulterado.
- Art. 93.** Só é aceita a matrícula do Ensino Médio em Concomitância no mesmo módulo que o aluno esteja matriculado no curso Técnico.
- Art. 94.** A matrícula pode ser cancelada em qualquer época do ano letivo:
- § 1º pelo aluno, quando maior de idade, ou pelo pai ou responsável, quando menor.
- § 2º pela Direção da ETE FMC, por motivo disciplinar, por ausência às aulas e às atividades educacionais previstas no Planejamento do Ano Escolar, por não comparecimento às aulas de recuperação quando nesta situação, por falsidade documental ou por desrespeito às normas contidas no Regimento Escolar.
- I. No caso de cancelamento compulsório de matrícula, será imediatamente expedida a transferência, sem constar a causa que a motivou, desde que o aluno esteja em dia com toda documentação de seu processo de matrícula.
- II. Não atendendo às exigências do item I, o aluno receberá a documentação de transferência, em qualquer época, tão logo regularize sua situação.
- Art. 95.** Poderá perder o direito à renovação da matrícula os alunos que:
- § 1º não a tiverem requerido em tempo hábil.
- § 2º por motivos disciplinares, conforme decisão do Conselho Escolar, tendo o aluno direito a ampla defesa;
- § 3º por ausência às aulas e às atividades educacionais previstas no Planejamento do Ano Escolar;

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

§ 4º por não comparecimento às aulas de recuperação quando nesta situação;

§ 5º por desrespeito às normas contidas no Regimento Escolar;

§ 6º por falsidade documental.

Art. 96. O aluno reprovado em algum componente curricular deve matricular-se novamente em todos os componentes curriculares da série ou do módulo em que foi reprovado.

Art. 97. A ETE FMC não aceita a matrícula de aluno reprovado mais de uma vez na mesma série, módulo ou estágio dos cursos oferecidos no período noturno, médio concomitante, técnico diurno e médio regular.

Parágrafo único – Configura-se como reprovação, matrículas canceladas depois do término do 3º bimestre.

Art. 98. O aluno da segunda e terceira série ou segundo e terceiro módulo e do estágio pode requerer o trancamento da matrícula pelo prazo de um ano, renovável uma só vez.

Parágrafo único – O trancamento da matrícula permite ao aluno matricular-se no ano seguinte na mesma série ou no mesmo módulo, submetendo-se às mudanças curriculares.

Art. 99. Não é permitido o trancamento da matrícula ao aluno da 1ª série ou 1º módulo.

Art. 100. A desistência de qualquer série ou módulo, de acordo com o estabelecido em Contrato, deve ser apresentada à Secretaria Acadêmica, por quem de direito e em formulário próprio.

Art. 101. A ETE FMC não recusa matrícula, nem dá tratamento desigual aos alunos, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como por quaisquer preconceitos de classe ou de etnias.

Art. 102. A matrícula pode ser indeferida se o aluno:

§ 1º tiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco) em algum componente curricular da série ou módulo anterior sem justificativa reconhecida pela Direção.

§ 2º apresentar inadequação com relação à Proposta Pedagógica da ETE FMC, questões de inadaptação relativas ao desempenho acadêmico e/ou atitudes esperadas dos alunos ou às previstas neste Regimento Escolar.

Obs.: Para ambos os casos requer-se aprovação do Conselho Escolar.

§ 3º O aluno com matrícula indeferida receberá transferência compulsória.

Art. 103. São condições para matrícula, na educação profissional:

§ 1º no módulo inicial do Curso Técnico Concomitante com o Ensino Médio do período diurno, ter concluído o Ensino Fundamental e idade máxima de 17 anos.

§ 2º no módulo inicial do Curso Técnico do período Noturno:

I. Ter concluído o Ensino Médio.

II. Estar matriculado na 2ª ou 3ª série do Ensino Médio na ETE FMC ou em outro estabelecimento de ensino, conforme a legislação em vigor e este Regimento.

§ 3º nas demais séries ou módulos: se tiver aproveitamento suficiente no módulo anterior e conforme este Regimento.

Art. 104. São condições para matrícula no Ensino Médio:

Parágrafo único - Para a primeira série, ter concluído o Ensino Fundamental e idade máxima de 17 anos, e para as demais ter sido aprovado nas séries anteriores e idade máxima de 18 anos.

Art. 105. A critério do Diretor Geral, havendo vaga, a ETE FMC poderá aceitar ingresso de alunos estrangeiros, a título de intercâmbio cultural.

Parágrafo único - O aluno admitido em regime de intercâmbio cultural não estará sujeito à realização de avaliações e obtenção de aproveitamento escolar para aprovação, e não fará jus à emissão de Declaração de Escolaridade e/ou Histórico Escolar.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

SEÇÃO III - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 106. Para candidato procedente de outra escola situada no exterior que não puder comprovar escolarização anterior, ele deverá protocolar na Secretaria Acadêmica da ETE FMC um requerimento assinado pelo interessado ou, se menor, por seu responsável, com expressa indicação da série em que pretende ser classificado.

SEÇÃO IV - DA RECLASSIFICAÇÃO

Art. 107. Para candidato egresso de uma escola cujo regime seja diverso daquele adotado pela ETE FMC; nesse caso, o mesmo deverá submeter-se a diagnóstico realizado pela ETE, de acordo com o disposto previsto na Proposta Pedagógica da ETE FMC.

CAPÍTULO II - DO AGRUPAMENTO DOS ALUNOS

Art. 108. A composição das classes e de turmas especiais é determinada a partir de critérios pedagógicos.

Art. 109. O número de alunos por classe poderá ser de no máximo 45 (quarenta e cinco), observada a área mínima de 1,4 m² por aluno por sala de aula e de 2,0 m² para salas-ambientes.

Art. 110. Nas salas-ambientes, as turmas são agrupadas ou divididas para atender às peculiaridades de cada atividade, às instalações e equipamentos disponíveis e às normas de segurança pessoal e coletiva.

CAPÍTULO III - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 111. A escola pode aproveitar conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.

Art. 112. Pode haver aproveitamento de componentes curriculares para obtenção de habilitação diversa.

Art. 113. O aproveitamento de estudos da educação básica para a educação profissional técnica é feito mediante avaliação das competências adquiridas, a ser realizada pela ETE FMC.

Art. 114. O aproveitamento das competências adquiridas no trabalho, para a dispensa de componentes curriculares dos cursos de qualificação básica e de ensino técnico, é feito mediante avaliação a realizada por Comissão de Professores composta pela Direção da Escola.

Art. 115. Os componentes curriculares cursados na própria ETE FMC ou em outras Escolas, concluídos com êxito e devidamente comprovados, poderão ser aproveitados total ou parcialmente, mediante análise e avaliação do conteúdo e da carga horária praticadas.

CAPÍTULO IV - DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 116. Com aprovação do Diretor Geral é permitida a transferência de aluno proveniente de outro estabelecimento de Ensino.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

§1º não é admitida transferência com dependência em componentes curriculares.

§2º no caso de cursos realizados no estrangeiro, dever-se-á cumprir as normas da legislação respectiva.

Art. 117. Com aprovação do Diretor Geral é permitida a transferência de aluno entre os cursos ministrados na ETE FMC, desde que o pedido seja realizado até o término do 1º (semestre).

§1º quando houver incompatibilidade de disciplinas e ou carga horária o aluno deve submeter-se a adaptação através de Plano Especial de Adaptação.

Art. 118. O requerimento de transferência para a ETE FMC é examinado quanto:

§ 1º à compatibilidade de carga horária e de conteúdo dos componentes curriculares numa e noutra escola.

§ 2º ao rendimento obtido pelo aluno nos componentes curriculares.

§ 3º a critério da Diretoria, tendo em vista o bom aproveitamento do aluno requerente.

Parágrafo único – Se for julgado conveniente, o aluno deve submeter-se a adaptação através de Plano Especial de Adaptação.

Art. 119. Quando o aluno que realizou intercâmbio cultural ou estudos no exterior deseja, ao retornar, prosseguir seus estudos na ETE FMC, sua matrícula está condicionada à existência de vaga na série pleiteada e apresentação de documentação comprobatória dos estudos realizados com êxito no exterior, autenticada com o selo consular e devidamente traduzida por tradutor juramentado, a fim de obter a equivalência dos mesmos através do aproveitamento dos resultados obtidos ou do ajustamento pedagógico.

CAPÍTULO V - EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 120. Ao aluno concluinte é concedido diploma ou certificado correspondente e um certificado do histórico social.

Art. 121. A ETE FMC pode expedir declaração correspondente aos componentes curriculares cursados com êxito, para fins de aproveitamento de estudos.

**TÍTULO IX - DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO, DA FREQUÊNCIA E DA PROGRESSÃO DO
ALUNO AO LONGO DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**
CAPÍTULO I - DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR
SEÇÃO I - DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 122. A verificação do rendimento escolar compreende a avaliação do aproveitamento, observados os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 123. A avaliação do aproveitamento é contínua e cumulativa no decorrer do módulo ou série, por meio de instrumentos diversificados, elaborados pelo professor, com o acompanhamento da Diretoria Pedagógica.

§ 1º a avaliação do aluno é processual e versa sobre todas as atividades realizadas no período.

I. O resultado da avaliação deriva do somatório dos trabalhos realizados no bimestre escolar e refletirá na média do mesmo.

II. Os bimestres têm pesos iguais.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

§ 2º os instrumentos de avaliação possibilitam a observação de aspectos qualitativos da aprendizagem, de forma a garantir sua preponderância sobre os aspectos quantitativos.

- I. a operacionalização da sistemática de avaliação, em cada componente curricular, deve traduzir o estabelecido no Projeto Pedagógico.
- II. os alunos são informados pelo professor, no início do módulo, quanto à sistemática de avaliação em cada componente curricular.

Art. 124. Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas bimestrais que vão de zero à 100 (cem), excluídas as frações, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Escolar.

Art. 125. Compete ao professor elaborar, aplicar e julgar os testes e demais processos de avaliação, registrar as notas e frequências no diário de classe juntamente com o conteúdo lecionado e entregá-los à Secretaria na data estipulada.

Parágrafo único - Há, pelo menos, 2 (duas) avaliações específicas em cada bimestre.

Art. 126. É atribuída nota zero à prova se comprovada atuação fraudulenta.

Art. 127. Para portadores de necessidades especiais, pré-existentes ou supervenientes, caso identifique a necessidade, a ETE FMC poderá orientar os responsáveis para o acompanhamento do aluno por profissionais especializados, condicionando esta assistência como essencial para a matrícula do mesmo no ano letivo seguinte e/ou para sua permanência na Instituição, através do prévio comunicado à família.

CAPÍTULO II - DA MÉDIA ANUAL

Art. 128. O ano letivo está dividido em 4 (quatro) bimestres, sendo 60 (sessenta) pontos a média final para aprovação em cada componente curricular.

Art. 129. A média anual do componente curricular (MA) será dada pela média simples entre as 4 (quatro) notas bimestrais da mesma ou seja $MA = (NB1 + NB2 + NB3 + NB4) / 4$.

CAPÍTULO III - DA RECUPERAÇÃO PARALELA

Art. 130. A recuperação Paralela, concomitante ao processo ensino e aprendizagem ao longo dos quatro bimestres, busca suprir as deficiências que forem detectadas na aprendizagem.

Art. 131. A recuperação paralela destina-se ao educando com aproveitamento insuficiente, e se processa de forma obrigatória após a apuração de cada avaliação escolar.

Art. 132. A recuperação paralela será desenvolvida sob a forma de revisões, pesquisas, resolução de exercícios e outras atividades onde são estudadas as partes principais dos programas nos quais o aluno obteve pouco rendimento escolar, sem limite de componente curricular.

Art. 133. Os resultados obtidos pelo aluno nos estudos de recuperação paralela integra as sínteses de aproveitamento da série seguindo o seguinte critério:

§ 1º a nota do primeiro bimestre é obtida pela média aritmética entre as notas do primeiro e segundo bimestres. A nota do segundo é obtida pela média aritmética entre as notas do segundo e terceiro bimestres. O processo análogo é aplicado para a recuperação do terceiro bimestre.

§ 2º é substituída apenas a nota do bimestre em questão, se o resultado final for maior que o conseguido antes da recuperação.

§ 3º se a nota recuperada for maior que 60 (sessenta) é registrada a nota 60 (sessenta).

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO FINAL

Art. 134. O aluno que não obtiver ao longo do ano, após estudos de recuperação paralela, média anual igual ou superior a sessenta por cento, será submetido a avaliação final no valor de 100 (cem) pontos.

Art. 135. Obter-se-á a média final do aluno em avaliação final pela média aritmética ponderada, atribuindo-se peso 2 (dois) à sua média anual e peso 1(um) à sua nota de recuperação final.

$$MF = 2 \times MA + NF$$

MF = média do aluno em avaliação final.

MA = média anual.

NF = nota da avaliação final.

Parágrafo único – A nota de aprovação após avaliação final será 50 (cinquenta). Se o aluno obtiver aproveitamento superior a 50 (cinquenta) será registrada média anual 50 (cinquenta).

Art. 136. É permitida a recuperação final em 3 (três) disciplinas de cada curso respectivamente para:

§ 1º Ensino Médio em concomitância.

§ 2º Cursos Técnicos.

Art. 137. Para o **Ensino Médio** é permitida a avaliação final em 5 (cinco) disciplinas.

Art. 138. Terá direito à avaliação final o aluno que obtiver média anual maior ou igual a 30.

Art. 139. O aluno estará reprovado quando:

§ 1º obtiver média anual inferior a 30 (trinta);

§ 2º obtiver frequência inferior a 75% do total de aulas dadas.

CAPÍTULO V - DA PROMOÇÃO, RETENÇÃO e FREQUÊNCIA

Art. 140. Para fins de promoção ou retenção, a frequência é apurada independente do aproveitamento.

Art. 141. Será considerado concluinte ou promovido para o módulo ou série seguinte o aluno que tenha obtido:

§ 1º **frequência** igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas letivas anuais; e

§ 2º 60% (sessenta por cento) de **aproveitamento** do conteúdo previsto em cada componente curricular;

§ 3º **média anual** de 50% dos pontos distribuídos em cada componente curricular, após os estudos de Avaliação Final.

Art. 142. Aos alunos que se encontrarem na situação prevista no Decreto-Lei 1.044/69, comprovado por laudo médico, será permitido o atendimento especial por meio de:

§ 1º dispensa de frequência, enquanto perdurar, comprovadamente, a situação excepcional;

§ 2º atribuição de exercícios, provas, testes, trabalhos e tarefas para elaboração e execução, de acordo com as possibilidades da ETE FMC.

Obs.: O tratamento previsto neste artigo não poderá ser aplicado se a situação excepcional do aluno perdurar por mais de um bimestre, bem como durante a avaliação final, podendo neste caso, a situação ser analisada a critério da Direção Geral, de acordo com a Proposta Pedagógica da ETE FMC.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

CAPÍTULO VI - PROVA SUBSTITUTIVA

- Art. 143.** O aluno que perder alguma prova Bimestral, marcada em calendário, pode requerer prova substitutiva.
- Art. 144.** Não há prova substitutiva da avaliação final.
- Art. 145.** A prova substitutiva de qualquer avaliação bimestral é aplicada no período marcado em calendário escolar, compreendendo toda a matéria ministrada no bimestre.
- Art. 146.** Só é aceito um pedido de prova substitutiva, por componente curricular, por bimestre.
- Art. 147.** O impedimento deve ser comunicado ao Serviço de Orientação Educacional, para os cursos do período diurno, e à Coordenação Pedagógica, para os cursos do período noturno que, além de conferir o documento necessário, comunicará à Tesouraria para a cobrança da taxa estipulada.
- Art. 148.** O prazo para o preenchimento do requerimento será de 01(um) dia útil para as provas que ocorrerem na última semana de prova do 4º bimestre e para os demais 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de realização da prova perdida.
- Art. 149.** O aluno tem direito à prova substitutiva somente nos casos previstos abaixo:
- § 1º por razões de luto, conforme a Lei.
 - § 2º por motivo de convocação oficial.
 - § 3º quando em atividades militares e no exercício efetivo de funções.
 - § 4º quando afastado das atividades escolares por recomendação médica e comprovado atestado.
 - § 5º quando em atividades promovidas pela escola.

TÍTULO X - DA ORGANIZAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO, DOCENTE, DISCENTE.
CAPÍTULO I - DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

- Art. 150.** O quadro de pessoal técnico-administrativo da ETE FMC e seus procedimentos correspondentes são fixados em Manual de Cargos e Funções, em anexo.
- Art. 151.** As exigências de habilitação ou qualificação do pessoal técnico e administrativo são as fixadas em legislação específica.
- Parágrafo único** - Os especialistas em educação seguirão a legislação de ensino.
- Art. 152.** O recrutamento de pessoal técnico e administrativo será precedido de processo de seleção, conforme dispuser a Legislação e os Estatutos da Fundação.
- Art. 153.** As atribuições dos órgãos e as competências de seus responsáveis, não explicitadas neste Regimento, são objeto de regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Escolar.
- Art. 154.** O horário de trabalho dos funcionários da ETE FMC, observadas a legislação em vigor, será fixado de acordo com as necessidades do ensino, atendidas as peculiaridades da ETE FMC.
- Art. 155.** As penas disciplinares, bem como as competências para a sua aplicação, são as estabelecidas pela Fundação em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho.
- Art. 156.** Aos integrantes do Corpo Administrativo cabe o direito de defesa perante o órgão competente, respeitada a decisão da Direção quanto a sua permanência no quadro de pessoal do Estabelecimento.

SRS 12/2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO

POUSO ALEGRE / MG
SERVIÇO DE PROTOCOLO

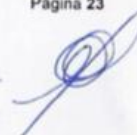
Página 23

Nº

811

DATA:

29 / 03 / 2016



ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

CAPÍTULO II - DO CORPO DOCENTE

Art. 157. O Corpo Docente é constituído de professores devidamente qualificados, habilitados ou autorizados de acordo com a legislação em vigor sendo corresponsáveis pela efetivação da Proposta Pedagógica e colaboradores da Companhia de Jesus na consecução da missão educativa.

Art. 158. Ao se apresentarem no Estabelecimento, os professores tomarão conhecimento das disposições deste Regimento Escolar.

Art. 159. A contratação de docentes seguirá a legislação vigente, e as normas próprias da Companhia de Jesus e da FDMRM, quanto:

§ 1º exigências de habilitação e qualificação.

§ 2º formas de recrutamento e contratação.

§ 3º fixação da jornada de trabalho e o sistema de remuneração.

Obs.: Ao ser admitido, o profissional docente tomará conhecimento da Proposta Pedagógica da ETE FMC e deste Regimento Escolar e das atribuições do cargo, sabendo que sua vinculação contratual implica a aceitação deste Regimento Escolar e do processo de avaliação permanente do seu desempenho.

Art. 160. O pessoal docente está subordinado, funcionalmente, ao Coordenador Pedagógico do Curso.

SEÇÃO I - DOS DIREITOS

Art. 161. São direitos dos professores:

§ 1º receber remuneração condizente com a atividade do magistério.

§ 2º dispor dos recursos e apoios didáticos e administrativos necessários ao desenvolvimento regular de suas atividades.

§ 3º participar de eventos de atualização e aperfeiçoamento dentro da área de sua atuação docente.

§ 4º ser votado para representante em órgãos colegiados.

§ 5º ter representação junto ao Conselho Escolar.

SEÇÃO II - DOS DEVERES

Art. 162. São deveres dos professores:

§ 1º conhecer e praticar os objetivos educacionais da Companhia de Jesus, conforme documentos específicos.

§ 2º elaborar e preparar as aulas para cumprimento do plano de trabalho, segundo o Projeto Pedagógico da ETE FMC.

§ 3º estar em constante diálogo com a Orientação Educacional.

§ 4º observar os requisitos de boa convivência escolar conforme as Normas de Convivência Escolar.

§ 5º estabelecer estratégias, junto com a direção pedagógica, de recuperação paralela para alunos que apresentam menor rendimento.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

- § 6º participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- § 7º ministrar pontualmente as aulas.
- § 8º colaborar nas atividades de articulação da ETE FMC com as famílias e a comunidade.
- § 9º comparecer às atividades e reuniões, quando convocados.
- § 10º preparar as aulas e material didático de apoio e as atividades de recuperação paralela.
- § 11º manter em dia os registros escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento à secretaria.
- § 12º colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.
- § 13º zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais.
- § 14º prevenir, em tempo hábil, a direção do estabelecimento de suas eventuais ausências.
- § 15º participar das reuniões pedagógicas de aperfeiçoamento e atualização, visando à educação permanente.
- § 16º elaborar o planejamento de ensino de acordo com orientações pré-estabelecidas e entregá-lo, em prazo determinado, ao diretor pedagógico.
- § 17º comentar com o aluno o resultado dos trabalhos e avaliações, esclarecendo-lhe os erros cometidos.
- § 18º devolver as avaliações corrigidas ao aluno.

SEÇÃO III - DAS PROIBIÇÕES

Art. 163. É vetado aos professores:

- § 1º durante as aulas ocupar-se de assuntos ou utilizar materiais e equipamentos alheios ao processo ensino-aprendizagem.
- § 2º dar conhecimento aos alunos de informações que não lhes compita.
- § 3º estimular nos alunos atitudes ou comportamentos atentatórios à moral e à disciplina conforme as normas disciplinares dos alunos.
- § 4º dar aulas particulares a alunos da ETE FMC.
- § 5º fumar no recinto da ETE FMC.
- § 6º desrespeitar o aluno, no que diz respeito às suas convicções políticas, religiosas, suas condições sociais, econômicas, sua nacionalidade, seus defeitos físicos, características étnicas, individuais e intelectuais.
- § 7º apresentar posturas ou vestuário não condizentes com sua condição de referencial.
- § 8º suspender as aulas ou dispensar os alunos antes do seu término assim como atrasar-se para seu início.
- § 9º retirar e utilizar equipamentos e materiais da ETE FMC sem autorização do responsável.
- § 10º aplicar penalidades aos alunos que não sejam as de advertências e repreensão.
- § 11º combinar substituto em suas faltas ou ausências sem autorização do diretor pedagógico.
- § 12º debater assuntos com finalidade de fortalecer ou trazer vantagens para grupos políticos ou interesses partidários.
- § 13º estabelecer qualquer discriminação de raça, cor, credo ou convicção política.
- § 14º autorizar aluno, sem motivo sério, a sair da aula.
- § 15º os professores serão periodicamente avaliados de seu desempenho, conforme respectivo manual de procedimento.

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

SEÇÃO IV - DAS SANÇÕES

Art. 164. A inobservância de deveres e exigências comunitárias sujeita o profissional a sanções gradativas, sendo elas advertências verbais, advertências escritas, suspensões por tempo determinado e a demissão, observadas sempre as leis trabalhistas e o direito ao contraditório.

CAPÍTULO III - DO CORPO DISCENTE

Art. 165. O Corpo Discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados na ETE FMC.

SEÇÃO I - DOS DIREITOS

Art. 166. São direitos dos alunos:

- § 1º ser representado junto à comunidade escolar, por seu representante de turma, eleito por seus pares.
- § 2º Ser informado dos objetivos e das competências de cada componente curricular.
- § 3º receber orientação tanto educacional como pedagógica, individualmente ou em grupo.
- § 4º ser respeitado e valorizado em sua individualidade, sem comparações ou preferências.
- § 5º ser ouvido em suas reclamações e pedidos.
- § 6º justificar suas faltas de acordo com a legislação.
- § 7º concorrer à representação nos órgãos colegiados, nas instituições auxiliares e no órgão representativo dos alunos.
- § 8º recorrer do resultado das avaliações de desempenho, no prazo máximo de 2 dias após a publicação da nota.
- § 9º Perderá tais direitos o aluno que estiver sob penalidade disciplinar ou não cumprir as obrigações assumidas.

Obs.: A Escola mantém um sistema de vigilância à distância nas áreas de livre circulação dos alunos, de modo a preservar os direitos e liberdades de todo frequentador do campus.

SEÇÃO II - DEVERES

Art. 167. São deveres dos alunos:

- § 1º conhecer, cumprir e fazer cumprir este regimento e outras normas e regulamentos vigentes na ETE-FMC;
- § 2º comparecer uniformizados, pontualmente e assiduamente, às aulas e atividades escolares programadas, trazendo o material didático necessário, e empenhando-se no êxito de sua execução;
- § 3º respeitar os colegas, professores e funcionários da ETE FMC;
- § 4º cooperar e zelar na conservação do patrimônio da ETE FMC, concorrendo também para que se mantenha a higiene e limpeza em todas as dependências;
- § 5º indenizar prejuízo causado, comprovada a culpa, por danos às instalações, ou perda de qualquer material da propriedade da ETE FMC ou dos colegas;
- § 6º apresentar conduta, asseio pessoal e vocabulário que correspondam aos princípios de higiene e educação;
- § 7º não portar qualquer material que represente perigo para sua saúde, sua segurança e sua integridade física e moral ou de outros;
- § 8º Não portar e fazer uso de substâncias que causem dependência física e ou psíquica tais como bebidas alcoólicas, cigarros entre outros, e ou apresentar-se sob efeito de tais substâncias;

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

§ 9º fazer chegar às mãos dos pais ou responsáveis as circulares, comunicados e informativos encaminhados pela escola;

§ 10º acatar as Normas de Convivência da ETE FMC, as disposições deste Regimento Escolar e da Proposta Pedagógica da ETE FMC;

§ 11º permanecer no recinto escolar e dele não se ausentar antes do término da última aula ou trabalho, sem autorização da direção.

SEÇÃO III - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ATO INFRACIONAL

Art. 168. Em conformidade com as garantias e as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/88 e as orientações do Ministério Público da Infância e da Adolescência em Minas Gerais, a ETE FMC dá os seguintes encaminhamentos para tratamento de ato infracional:

§ 1º – Todo ato infracional cometido por aluno da ETE FMC será registrado em livro próprio, aberto para esse fim, e no dossiê individual do aluno.

§ 3º – O adolescente – *pessoa entre doze e dezoito anos de idade* – será encaminhado à Delegacia de Orientação e Proteção à Criança para lavratura de boletim de ocorrência e será também oficiada a Promotoria da Infância e da Juventude.

§ 4º – Os procedimentos de natureza pública acima enumerados não trarão prejuízo à aplicação das medidas internas enumeradas na seção a seguir.

SEÇÃO IV - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS E MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 169. A ETE FMC atuará no sentido de fazer intervenções educativas que ajudem o aluno a assumir, corrigir e superar suas faltas, omissões e transgressões quanto a atitudes, postura e conduta, considerando a gravidade das mesmas e tendo como critério o bem de toda comunidade.

§ 1º – A inobservância de deveres e exigências comunitárias sujeita o aluno às sanções gradativas a seguir enumeradas, tendo elas como ponto de partida a notificação verbal e a notificação escrita para o aluno e sua família, sempre priorizando a adoção de sanções formadoras do caráter e da índole, em detrimento das meramente punitivas, observando os critérios da proporcionalidade e da legalidade.

§ 2º – As sanções serão, em princípio, gradativas e de acordo com os seguintes passos:

- I. encaminhamento formal do aluno ao Serviço de Orientação Educacional para os Cursos ministrados no período diurno e para a Coordenação Pedagógica os Cursos ministrados no período noturno, por qualquer educador da Escola, quando constatada a negligência ou a transgressão dos deveres do aluno, tanto no espaço convencional das atividades de sala de aula quanto nas demais dependências e durante as atividades da Escola, e que extrapolem o nível de uma intervenção oral imediata, cabendo ao Serviço de Orientação Educacional e/ou Coordenação Pedagógica a consequente intervenção junto ao aluno e a produção do devido registro e comunicado escrito à família;
- II. quando a conduta do aluno configurar Ato Infracional e o autor for adolescente o fato será comunicado, simultaneamente, à Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Juizado da Infância e da Juventude por meio do Ministério Público desse Juizado pela Direção da Escola;
- III. a reincidência do aluno em assumir uma conduta que contrarie a melhor condição de trabalho ou a postura mais adequada ao ambiente escolar provocará a convocação da família pelo Serviço de Orientação Educacional e/ou Coordenação Pedagógica,

ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR

em que é recomendável a presença do aluno em questão, sempre que for adequado; desse atendimento será lavrado o devido registro firmado com a assinatura dos responsáveis, quando serão indicadas as próximas medidas disciplinares;

- IV. nova reincidência do aluno em assumir uma conduta que contrarie a melhor condição de trabalho ou a postura mais adequada ao ambiente escolar resultará no afastamento das atividades escolares regulares, por períodos determinados, sucessivos e progressivos de um, dois e três dias, até o limite máximo de três suspensões por aluno ao longo de seu currículo escolar na Escola;
- V. a recorrência do aluno implicará a avaliação, pelo Conselho Escolar, da possibilidade de desligamento do aluno, submetida à consequente deliberação do Diretor Geral;
- VI. impossibilidade da renovação de matrícula (assinatura de novo Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar), deliberada na avaliação do Conselho Escolar do fechamento do ano letivo.

§ 3º – O procedimento administrativo disciplinar interno observará a seguinte hierarquia de instâncias:

- I. as sanções 1 e 2 aplicar-se-ão aos alunos cujas faltas configurem descumprimento dos deveres do discente expressos neste Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica;
- II. as sanções 3, 4 e 5 aplicar-se-ão aos casos de reincidência do aluno nas sanções 1 e 2 e nos casos de descumprimento dos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar;
- III. A instância de tratamento das sanções 1, 2 e 3 é o Serviço de Orientação Educacional e/ou Coordenação Pedagógica;
- IV. nos casos de aplicação da sanção 3, caberá recurso à Direção Acadêmica;
- V. nos casos de aplicação das sanções 4 e 5, caberá recurso à Direção Geral;
- VI. a sanção 6 será aplicada a alunos que já tenham sido acompanhados durante o ano letivo e, sem resposta efetiva do aluno e da família, a escola considere prejudicial ao próprio aluno, bem como aos demais estudantes, a permanência dele na escola; nos casos da aplicação desta sanção, caberá recurso à Diretoria Geral.

§ 4º – Circunstâncias atenuantes na aplicação da pena:

- I. primariedade do agente infrator;
- II. bom comportamento escolar;
- III. confissão espontânea;
- IV. o agente infrator ser menor de 18 anos.

§ 5º – Circunstâncias agravantes na aplicação da pena:

- I. reincidência do agente infrator;
- II. quando ato infracionário é praticado por motivo fútil;
- III. desrespeito à autoridade do diretor, do professor e ou funcionário;
- IV. para assegurar vantagem ou ocultação de outra infração;
- V. dolo do agente infrator;
- VI. depor falsamente sobre fato ocorrido;
- VII. o agente infrator ser maior de 18 anos.

§ 6º – Disposições gerais a respeito:

- I. o aluno suspenso terá seu pedido de prova substitutiva indeferido;
- II. quando a falta cometida ofender a dignidade da pessoa ou, por analogia, da Instituição Educacional, receberá tratamento de falta grave e estará submetida à gradação das sanções 3, 4 e 5 do § 2º deste artigo;

**ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA "FRANCISCO MOREIRA DA COSTA"
REGIMENTO ESCOLAR**

- III. aluno suspenso não terá direito a participar de qualquer atividade escolar no período do afastamento;
- IV. as suspensões aplicadas sempre serão cumpridas a partir do momento da notificação da ocorrência e no(s) dia(s) útil(is) subsequente(s), mesmo que afetem dias de avaliação da aprendizagem;
- V. quando a ofensa for proferida pela internet, seja contra a escola, direção, professores, alunos ou funcionários, estarão passíveis de exclusão imediata do aluno responsável.

**CAPÍTULO IV - DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS
SEÇÃO I - DOS DIREITOS**

Art. 170. São direitos dos pais ou responsáveis:

- § 1º ser informados sobre o Projeto Pedagógico da ETE FMC.
- § 2º receber os relatórios sobre a frequência e rendimento dos alunos, incluindo as propostas de recuperação quando o aluno apresentar rendimento insatisfatório.
- § 3º participar da instituição que representa os pais.
- § 4º recorrer sobre resultados de avaliação do rendimento do aluno, conforme disposto neste Regimento e na Legislação vigente.

SEÇÃO II - DOS DEVERES

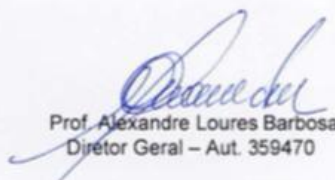
Art. 171. São deveres dos pais ou responsáveis:

- § 1º comparecer às reuniões programadas pela ETE FMC.
- § 2º responsabilizar-se por danos ao patrimônio, causados pelo aluno do qual são responsáveis.
- § 3º colaborar no desenvolvimento das atividades de recuperação propostas pelos professores.
- § 4º acompanhar, durante o período letivo, a frequência e rendimento dos alunos pelos quais são responsáveis.
- § 5º atender às convocações da Diretoria da ETE FMC.

TÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 172.** Este regimento é aprovado pelo Conselho Escolar da ETE FMC e estará sujeito a revisões periódicas, ad referendum da Superintendência Regional de Ensino.
- Art. 173.** Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Escolar da ETE FMC, registrados em anexos, ad referendum da Superintendência Regional de Ensino.
- Art. 174.** Este Regimento poderá ser alterado sempre que as conveniências didático-pedagógicas, ou de ordem disciplinar ou administrativa, assim o indicarem.

Santa Rita do Sapucaí, 18 dezembro de 2015.


Prof. Alexandre Loures Barbosa
Diretor Geral – Aut. 359470

ANEXO C – PESQUISA CONTRATADA – EXTRATOS DO RELATÓRIO IDIS

Avaliando o impacto social da

ESCOLA TÉCNICA
DE ELETRÔNICA
**FRANCISCO
MOREIRA
DA COSTA**



Rede Jesuíta
de Educação

Análise do Retorno Social do Investimento - SROI



Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

INFORMAÇÕES SOBRE O ESTUDO

Avaliação do Retorno Social do Investimento para o ETE FMC.

Publicado em abril de 2020 pelo IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social.

www.idis.org.br

EQUIPE

Paula Fabiani

Diretora-presidente do IDIS. Foi diretora financeira da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e *Controller* do Instituto Akatu. Trabalhou no *Private Equity* do Grupo Votorantim, e nos bancos BankBoston e Lloyds Bank. É economista formada pela FEA-USP com MBA na NYU - *Stern School of Business*. Paula Fabiani é a única brasileira certificada pela *Social Value* na metodologia SROI.

Raquel Altemani

Gerente de Projetos do IDIS. Atuou durante três anos na Nielsen Brasil. Antes disso, atuou na área de Processos e Qualidade em instituições financeiras, incluindo o Banco Ibi, Banco Votorantim e Banco CBSS. É formada em Administração pela FEA-USP com pós-graduação em Gestão Estratégica da Sustentabilidade pela FIA-USP.

Lais Faleiros

Coordenadora de projetos do IDIS. Anteriormente atuava como pesquisadora independente nas áreas de monitoramento e avaliação (M&A) e gestão de projetos socioambientais. Foi pesquisadora e gerente da área administrativo-financeira na Plan Avaliação. É mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

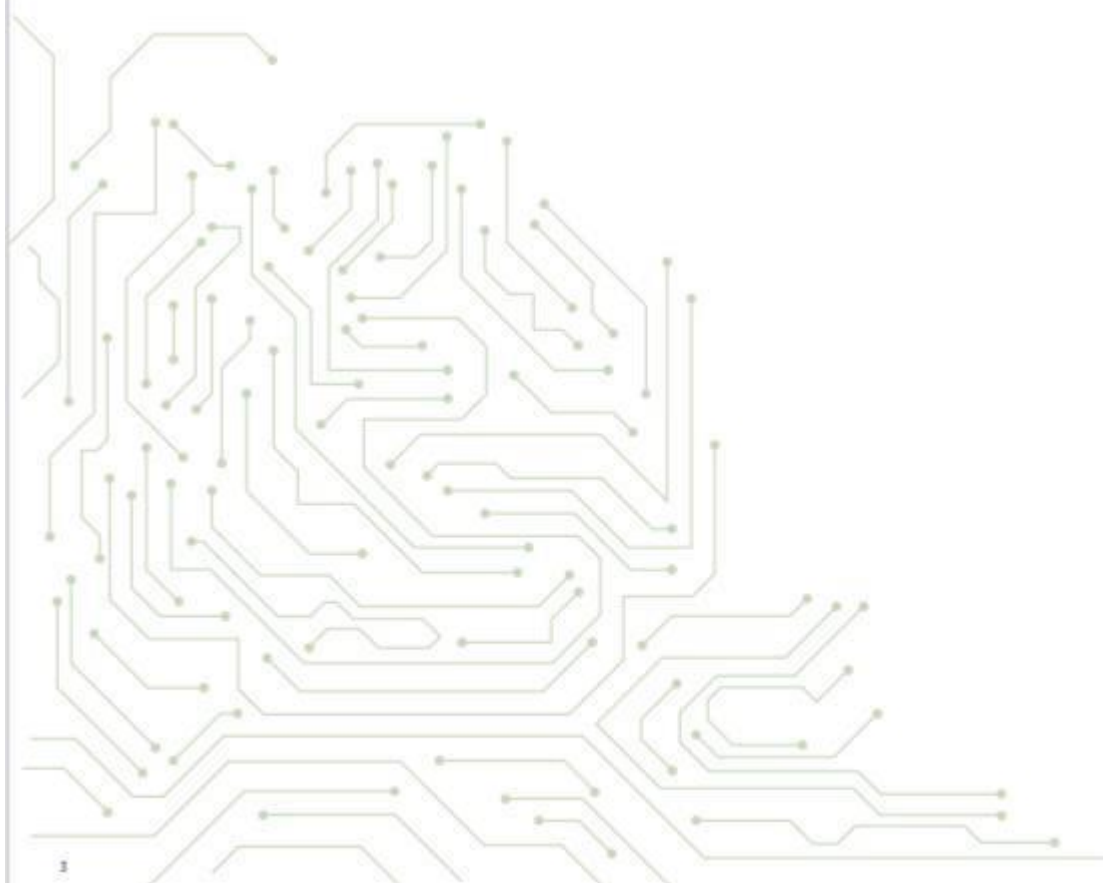
Ana Paula Lie Otani

Analista de projetos do IDIS. Internacionalista formada pela ESPM, realizou intercâmbio voluntário na Austrália e intercâmbio de curta duração na McGill University. Foi estagiária no Instituto Ayrton Senna.

AGRADECIMENTOS

O IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social gostaria de agradecer imensamente a todas as pessoas que dedicaram tempo e reflexão para contribuir com este estudo nas entrevistas, grupos focais e questionários, tornando possível a obtenção dos resultados aqui apresentados.

Adicionalmente, gostaríamos de agradecer a todas as equipes da Companhia de Jesus - Jesuítas Brasil e da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa por sua abertura, transparência, receptividade e colaboração ao longo do estudo.



SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
CAPÍTULO 1 - Introdução	9
1.1. A ETE FMC	10
1.2. Os objetivos desta avaliação	11
CAPÍTULO 2 - protocolo Social Return On Investment (SROI)	12
2.1. O diferencial da metodologia SROI	12
2.2. Os princípios da metodologia SROI	13
2.3. Os estágios da metodologia SROI	14
CAPÍTULO 3 - Estabelecendo o escopo e identificando os stakeholders-chave	15
3.1. Estabelecendo o escopo	15
3.2. Identificando os stakeholders	16
CAPÍTULO 4 - Como a ETE FMC gera mudanças?	18
4.1. O que é a Teoria de Mudança?	18
4.2. A Teoria de Mudança da ETE FMC	19
4.3. Testando a Teoria de Mudança para a avaliação SROI	27
CAPÍTULO 5 - Engajamento de stakeholders e coleta de dados	29
5.1. Coleta de dados qualitativos	29
5.2. Coleta de dados quantitativos	31
CAPÍTULO 6 - Construindo o modelo SROI	33
6.1. Processo de modelagem	33
6.2. Incidência dos resultados: o que mudou depois da ETE FMC?	36
6.3. O Impacto da ETE FMC: medindo a mudança causada exclusivamente pela Escola	54
6.4. Valorando os resultados através de <i>proxies</i> financeiras	60
6.5. Outros componentes do modelo de avaliação SROI	63
6.6. Resumo das variáveis adotadas e cálculo do valor social gerado	66
CAPÍTULO 7 - Resultados da avaliação SROI da ETE FMC	67
7.1. O retorno social do investimento na EMESP Tom Jobim	67
7.2. Distribuição dos valores entre os <i>stakeholders</i>	68
7.3. Análise de sensibilidade	69
7.4. Conclusões e recomendações	72
7.5. Considerações Finais	74
APÊNDICE 1 - Referências para saber mais sobre a metodologia SROI	75
APÊNDICE 2 - Roteiros das entrevistas de diagnóstico	76
APÊNDICE 3 - Roteiro e sistematização dos grupos focais	81
APÊNDICE 4 - Questionário e sistematização da coleta de dados quantitativos	92
APÊNDICE 5 - Cálculo das <i>proxies</i> financeiras	121
APÊNDICE 6 - Bibliografia	128
APÊNDICE 7 - Glossário	129

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO



Os Jesuitas Brasil entraram em contato com o IDIS para compartilhar seu interesse na adoção de práticas de avaliação de impacto de suas obras educacionais e centros sociais. Mais do que ter seu impacto social avaliado por uma organização externa, a organização desejava se apropriar de ferramentas de avaliação que pudessem ser aplicadas como forma de gestão de suas iniciativas. Para tanto, foi necessário preparar e capacitar sua equipe para que ela se familiarizasse com esse tipo de estudo e as diferentes técnicas que podem ser adotadas no processo de avaliação de impacto de projetos sociais. Por isso optaram por iniciar esse processo através da avaliação de uma de suas escolas apoiadas, a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE FMC).

A Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE FMC) iniciou suas atividades em 1959, sendo a primeira escola de eletrônica de nível médio da América Latina. A orientação e condução da instituição foi entregue aos Padres Jesuitas, que desde então realizam sua caminhada educativa em busca da excelência acadêmica e humana. A escola está localizada em Santa Rita do Sapucaí (Minas Gerais), município reconhecido como um polo de tecnologia e empreendedorismo. O município abriga hoje mais de 150 indústrias de base tecnológica e emprega aproximadamente 15 mil pessoas. Grande parte dessa característica da região se deve à atuação da ETE FMC, que foi pioneira em seus investimentos na área da eletrônica e, ao longo de sua história, converteu o foco econômico de Santa Rita do Sapucaí da agropecuária para a inovação tecnológica, até ser conhecida como o "Vale da Eletrônica".

Devido ao pioneirismo e excelência educacional a ETE FMC é promotora do desenvolvimento do arranjo produtivo local, promovendo, através de sua atuação institucional e de seus alunos, o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o incentivo à inovação.

SOBRE ESSE RELATÓRIO

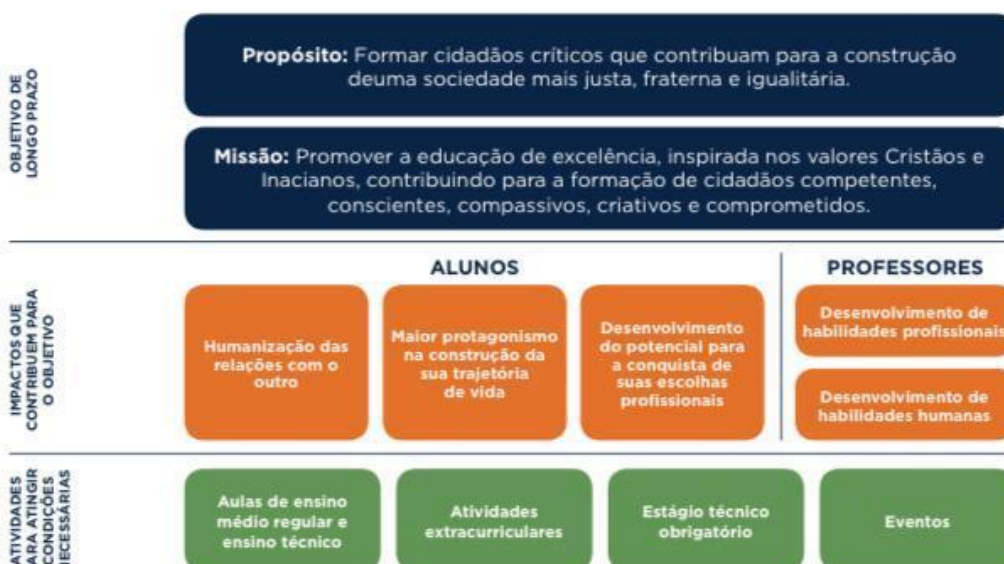
Este relatório apresenta os resultados da Avaliação do Retorno Social do Investimento para a **Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa** (ETE FMC), promovido pela Companhia de Jesus. A avaliação seguiu os preceitos do protocolo avaliativo SROI - *Social Return On Investment*, desenvolvida pela organização Social Value UK, e teve como intuito mensurar o impacto social gerado pela ETE FMC, que tem por objetivo "*Formar cidadãos críticos que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitário*", com a missão de "*promover a educação de excelência, inspirada nos valores Cristãos e Inacianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos*".

Os principais objetivos e motivadores desta avaliação são:

- Compreender o impacto da ETE FMC através de um estudo avaliativo que demonstre a efetividade do investimento da Companhia de Jesus;
- Apoiar o planejamento estratégico e o processo de tomada de decisões da Companhia de Jesus quanto à ETE FMC;
- Auxiliar a Companhia de Jesus a identificar potenciais pontos de aprimoramento e otimização do impacto gerado pela ETE FMC.

TEORIA DE MUDANÇA DA ETE FMC

A partir da interação com o grupo gestor da ETE FMC e a equipe da Companhia de Jesus, e da coleta de dados qualitativa e quantitativa com os alunos, ex-alunos e professores, chegou-se à Teoria de Mudança da ETE FMC. A Teoria de Mudança é uma síntese sobre o impacto que se objetiva atingir e a estratégia proposta para que as mudanças efetivamente aconteçam.



RESULTADOS OBTIDOS

A avaliação de Retorno Social do Investimento da ETE FMC evidencia que o Programa traz benefícios sociais relevantes para seus participantes e públicos envolvidos em todos os eixos de mudança pretendidos, que excedem em 2,92 vezes o investimento realizado. Isso significa que para cada R\$ 1,00 investido no Programa, são gerados R\$ 2,92 de benefícios sociais.

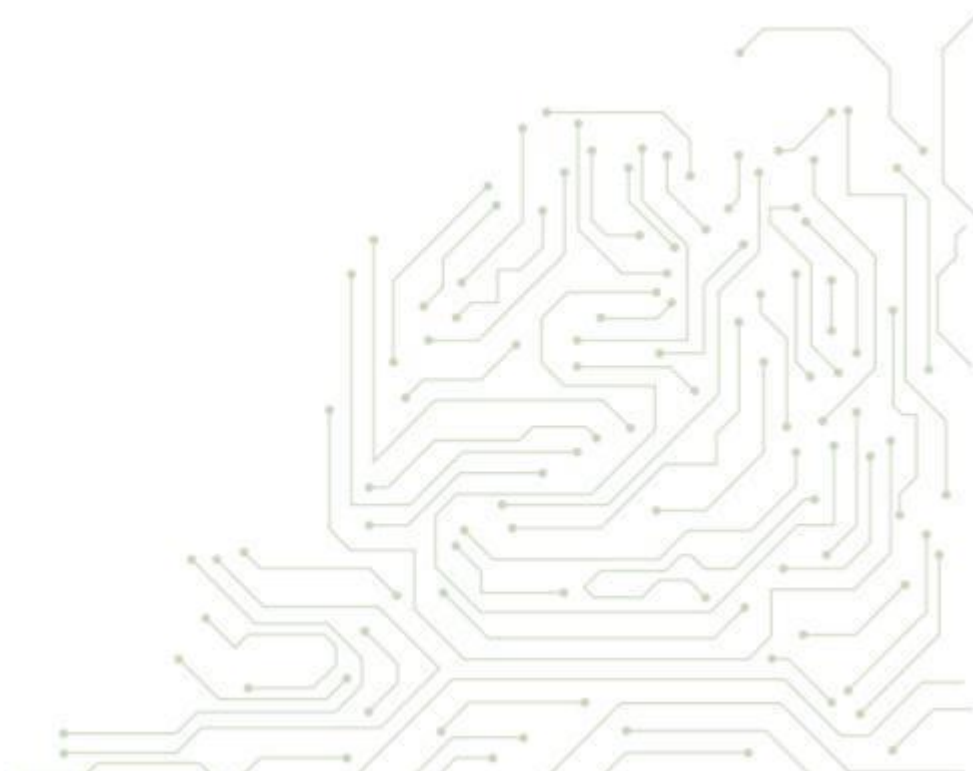
O Valor investido no programa (proporcionalmente à amostra estudada) entre 2015 e 2019 foi de R\$ 12.341.671.

	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Investimento na ETE FMC correspondente ao % de alunos considerados no universo	R\$ 1.753.013	R\$ 1.755.933	R\$ 2.314.214	R\$ 2.212.291	R\$ 4.306.220	R\$ 12.341.671

Já o valor presente do impacto gerado pela ETE FMC para o mesmo período foi de R\$ 36.027.601.

O SROI consiste na razão entre o valor presente do impacto gerado e o investimento para o mesmo período. Desta maneira resulta no índice de 2,92.

Valor do investimento	R\$ 12.341.671
Valor do presente do impacto	R\$ 36.027.601
Valor gerado	R\$ 23.685.930
Índice SROI	2,92



CONCLUSÕES

O estudo comprovou que a ETE FMC atinge seu propósito de **formar cidadãos críticos que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária**, e a sua missão de **promover a educação de excelência, inspirada nos valores Cristãos e Inacianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos**.

Os alunos são fortemente impactados, principalmente no eixo de **desenvolvimento do potencial para a conquista de suas escolhas profissionais**, sobre o qual apontaram maior capacidade de tomar decisões estruturadas, postura mais responsável nas tarefas pessoais e profissionais, e o sentimento de que a escola contribuiu muito para seu ingresso no ensino superior.

A experiência dos alunos também revelou uma melhora na **humanização das suas relações interpessoais**, no qual eles apontaram o fortalecimento de seus valores éticos, mais respeito com a diversidade e mais empatia e solidariedade com o próximo, além de sentirem maior facilidade em construir relações de confiança, e estarem mais atentos aos problemas sociais da comunidade.

Os alunos também expressaram como impacto o desenvolvimento de maior **protagonismo na construção da sua trajetória de vida**, onde apontaram maior iniciativa e autonomia para solucionar seus problemas, melhora na capacidade de lidar com frustrações e conflitos, aumento da autoconfiança e a percepção de que estão mais preparados para conquistar suas metas pessoais e profissionais.

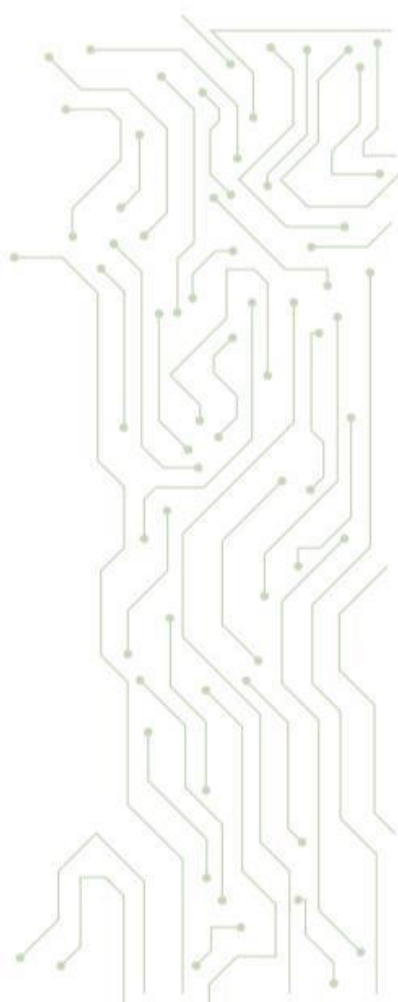
Os professores são impactados em seu **desenvolvimento humano e profissional**, com a ampliação da empatia em relação aos alunos, uma maior liberdade para desenvolver novas abordagens em sala de aula e o sentimento de reconhecimento e valorização por parte da organização e dos alunos.

O estudo demonstrou que o impacto da ETE FMC é muito significativo nos alunos e certamente contribui para uma mudança relevante na vida destes jovens. O compromisso dos gestores da escola com seus alunos e professores é destacado e merece ser reconhecido. É com grande satisfação que publicamos esse estudo que permitiu confirmar o impacto social da escola e apresentar as transformações duradouras e positivas que ela gera para seus beneficiários e para a sociedade.



1

INTRODUÇÃO



A Companhia de Jesus - Jesuítas Brasil é uma organização religiosa de alcance mundial fundada pelo basco Inácio de Loyola e aprovada oficialmente pelo Papa Paulo III em 1540. Com marcante influência histórica e social no Brasil, os Jesuítas estiveram à frente da fundação de inúmeras escolas, igrejas e obras sociais.

Hoje, são mais de 500 jesuítas atuando em todos os estados brasileiros, nas áreas da educação, serviço social, espiritualidade, serviço da fé e juventude. Dentre as missões assumidas pelos Jesuítas Brasil está a da educação de crianças e jovens, e desde 1548, quando fundaram as primeiras instituições de ensino, buscam formar de maneira integral os seus alunos. Segundo a instituição, a expressão 'formação integral' traduz a essência da missão das suas instituições educativas. A competência acadêmica, a formação da consciência, do afeto e da cidadania são valores primordiais de suas instituições.

Possuem uma rede nacional e internacional de ensino, a Rede Jesuíta de Educação, que é responsável por 17 escolas, 6 universidades no Brasil, além de ações de educação popular distribuídas em 14 estados brasileiros. O método de ensino das escolas da Rede Jesuíta de Educação é baseado na Pedagogia Inaciana que possui três dimensões básicas: filosófica, teológica e sociopolítica. Para concretizar esta Pedagogia, as escolas se utilizam do Paradigma Inaciano, que é centrado na experiência, na reflexão e na ação.

As escolas da rede também supõem a realização de uma gestão da qualidade integral, onde investe-se na formação de lideranças, em um direcionamento estratégico, na constante avaliação e melhoria contínua da excelência acadêmica, além da administração eficiente de seus bens.

A Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE FMC), objeto desta avaliação, é parte integrante da Rede Jesuíta de Educação e é mantida pela Associação pertencente à Companhia de Jesus, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência

Social - ANEAS, instituição de direito privado sem fins lucrativos, filantrópica, de natureza educativa, cultural, assistencial, beneficente, reconhecida como de utilidade pública.

1.1 A ETE FMC



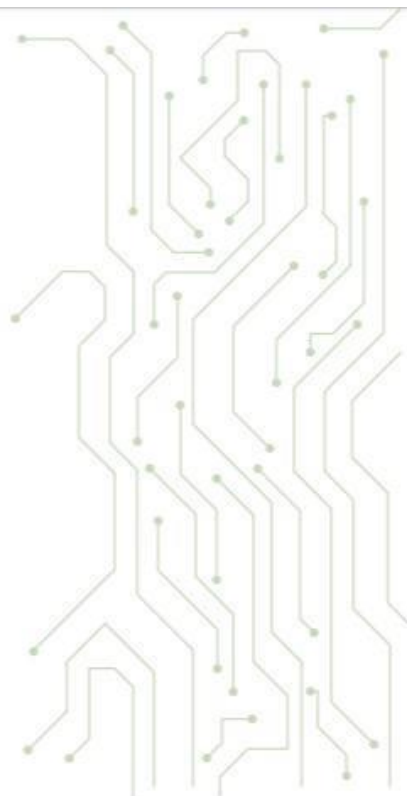
A Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE FMC) está localizada em Santa Rita do Sapucaí, conhecida também como "O Vale da Eletrônica". O município se tornou um polo tecnológico brasileiro a partir da influência da ETE FMC e hoje já conta com inúmeras startups, empresas e organizações de ensino voltadas para a tecnologia, inovação e empreendedorismo.

O Arranjo Produtivo Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí, segundo o Sindvel (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica), emprega aproximadamente 15 mil pessoas em suas 153 indústrias de base tecnológica e 31 startups em fase de incubação, as quais produzem principalmente para os setores: Eletroeletrônico, Telecomunicações, Segurança, Eletrônica, Informática, Produtos para Radiodifusão, Automação Industrial, Predial e Comercial, Tecnologia da Informação, Eletromédico, Insumos e Prestação de Serviços.

A ETE FMC é a primeira e uma das principais instituições que contribuíram e que ainda fomentam o desenvolvimento desse cenário, por meio da educação oferecida e do incentivo ao empreendedorismo e à inovação tecnológica. Muitos de seus ex-alunos tornaram-se empreendedores locais e desenvolveram empresas que impulsionam o desenvolvimento da região. A escola também sedia eventos de grande porte, de referência na área, como o HackTown, um festival anual de inovação que conta com mais de 600 palestras, showcases e workshops simultâneos durante 4 dias consecutivos.

A escola iniciou suas atividades em 1959, sendo a primeira escola de eletrônica de nível médio da América Latina. Foi fundada pela filantropa Sinhá Moreira e, posteriormente, a sua gestão foi concedida aos Padres Jesuítas, que a assumiram dentro das dimensões do Paradigma Inaciano, dando continuidade ao foco na excelência acadêmica e humana. Atualmente, oferece Ensino Médio regular, Ensino Médio e Técnico concomitante e Ensino Técnico em várias modalidades, incluindo Automação Industrial, Desenvolvimento de Games e Energias Renováveis. Além disso, a ETE FMC é polo de educação à distância da Unisinos - Universidade do Vale dos Sinos, que também faz parte da Rede Jesuíta de Educação.

Merece destaque a atuação da ETE FMC na área social: a Escola participou da fundação da SAAC Sociedade de Assistência à Criança Carente, dentre outras entidades assistenciais. Através do envolvimento de seus alunos, foi criada a SolidariETE, campanha social para arrecadação de mantimentos para comunidades carentes. Já no âmbito da saúde pública, desde 2009 a ETE FMC é



1.2 Os objetivos desta avaliação

incumbida da administração do Hospital Antônio Moreira da Costa, trazendo novos recursos, como a instalação do Centro de Diagnóstico por Imagem, e adquirindo modernos equipamentos.

Cabe mencionar também que toda a infraestrutura da ETE FMC foi pensada para atender à comunidade como um todo: a área esportiva é cenário de projetos como o Conexão Esportiva, que envolve cerca de 500 jovens; a Casa de Retiros Nossa Senhora da Paz oferece refúgios para o desenvolvimento espiritual; e seu auditório, com quase mil lugares, foi idealizado para receber eventos e manifestações culturais.

Em 2016, a Escola iniciou o processo de adaptação ao Projeto de Educativo Comum (PEC), um documento norteador que é resultado de uma ampla e intensa troca de saberes entre mais de 2.000 profissionais da Rede Jesuíta de Educação. O PEC evidencia a preocupação da Companhia de Jesus em formar pessoas capazes de responder às demandas da vida e do mundo com inovação, criatividade, responsabilidade e respeito.

Os principais objetivos e motivadores desta avaliação são:

- Compreender o impacto da ETE FMC através de um estudo avaliativo que demonstre a efetividade do investimento da Companhia de Jesus;
- Apoiar o planejamento estratégico e o processo de tomada de decisões da Companhia de Jesus quanto a ETE FMC;
- Auxiliar a Companhia de Jesus a identificar potenciais pontos de aprimoramento e otimização do impacto gerado pela ETE FMC.

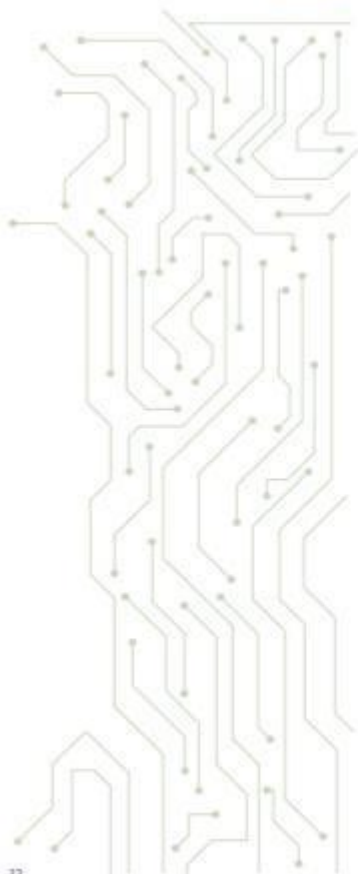
O protocolo SROI permite que os objetivos acima sejam atingidos, em função das seguintes características:

- Os resultados da avaliação SROI retratam em que medida as intervenções são eficientes e a forma como os resultados são percebidos pelos grupos de interesse (também chamados de *stakeholders* ou públicos-alvo);
- As informações geradas pela avaliação SROI podem auxiliar a Companhia de Jesus, maximizar o impacto de um determinado recurso (financeiro ou não-financeiro). De fato, por meio de um processo avaliativo que combina métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa, é possível analisar quais fatores, intrínsecos e extrínsecos a ETE FMC, estão dificultando ou potencializando o sucesso da Escola.

2

A METODOLOGIA SOCIAL RETURN ON INVESTMENT (SROI)

2.1 O diferencial da metodologia SROI



O *Social Return on Investment* (SROI) ou Retorno Social do Investimento é um tipo de análise de custo-benefício reconhecida pelo *Cabinet Office* do Reino Unido¹. O protocolo auxilia organizações a avaliar aspectos intangíveis de seus projetos ou programas, isto é, aspectos que criam um valor que é real, mas que, por ser difícil de medir, normalmente não é considerado.

Ao invés de simplesmente focar nos custos do investimento, o protocolo SROI contabiliza todos os impactos considerados como relevantes pelos diferentes grupos de interesse, ou seja, os diferentes *stakeholders*. O SROI vai além das avaliações convencionais, que costumam focar apenas nas intervenções e atividades realizadas pelo programa e nem sempre refletem as mudanças mais importantes. A riqueza do SROI está justamente em medir o impacto que foi vivenciado de fato pelos *stakeholders*. O SROI mede a mudança que é relevante para as pessoas ou organizações que experimentaram ou contribuíram para tal mudança.

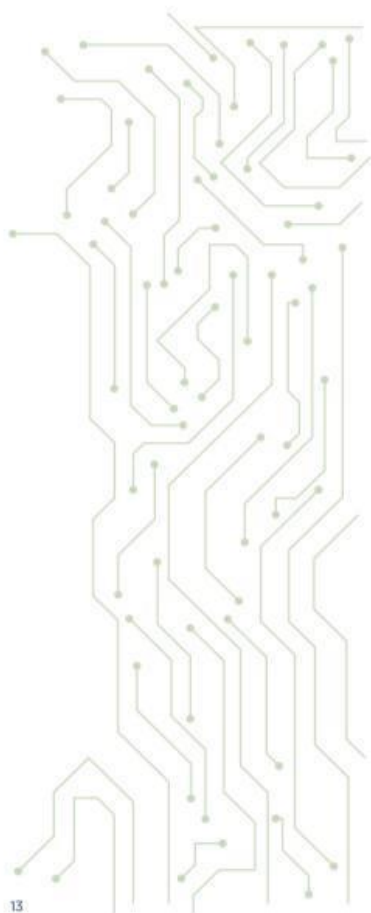
Uma vez que as mudanças principais são identificadas, valores são atribuídos através da definição de um equivalente monetário para cada benefício. Porém, é importante esclarecer que o SROI busca medir um valor que não é monetário. A avaliação SROI é muito mais do que um número, retrata a história da mudança e seu objetivo é gerar informações que apoiem decisões, incluindo dados qualitativos, quantitativos e financeiros. Em resumo, na busca pela história de como a mudança foi gerada, mede-se o impacto social, ambiental e econômico de um projeto, programa ou toda uma organização.

Há duas naturezas de avaliações pelo protocolo SROI:

- SROI de avaliação: conduzido retrospectivamente e baseado em resultados reais, que já tenham acontecido.
- SROI de previsão: prevê quanto valor social será criado caso as alternativas alcancem os resultados esperados.

¹ Mais informações sobre a metodologia SROI no Apêndice 1.

2.2 Os princípios do protocolo SROI



O estudo avaliativo realizado pelo IDIS junto a Companhia de Jesus caracteriza-se como um estudo de SROI de avaliação, já que sua estrutura de coleta de dados envolveu alunos, familiares, professores, equipe técnica da escola e empresas locais, que conheceram e vivenciaram, direta e indiretamente, as experiências da ETE FMC entre os anos de 2015 a 2019 e que, portanto, foram capazes de compartilhar suas percepções a respeito de impactos concretos decorrentes de seu envolvimento com a iniciativa.

As próximas duas seções desse capítulo baseiam-se no guia da metodologia SROI².

O SROI foi desenvolvido por meio de análises de contabilidade social e custo-benefício e tem como base sete princípios. Esses princípios, apresentados a seguir, sustentam como o SROI deve ser aplicado.

1. Envolver os *stakeholders*
2. Entender o que muda
3. Valorizar as coisas que importam
4. Incluir somente o que for material³
5. Não reivindicar em excesso
6. Ser transparente
7. Verificar o resultado

Como qualquer protocolo de pesquisa, o SROI requer discernimento durante toda a análise e não há substituto para o julgamento daquele que a põe em prática e que busca tomar as melhores e mais pertinentes decisões para os desafios que se apresentam ao longo do estudo.

² Este guia está disponível (em inglês) em: <http://socialvalueuk.org/what-is-sroi/the-sroi-guide>. O guia de 2009 foi escrito por Jeremy Nicholls, Ellis Lawlor, Eva Neitzert e Tim Goodspeed. Em 2015 foi traduzido para o português pelo IDIS e está disponível para download em: <http://www.idis.org.br/publicacoes/>.

³ O termo "material" não tem o sentido físico/concreto (de "matéria"), mas sim o sentido usualmente aplicado nas Ciências Contábeis, onde "material" significa "o que realmente importa, o que é relevante" e o que de fato afeta o desempenho de uma iniciativa.

2.3 Os estágios do protocolo SROI

Realizar uma análise de impacto social utilizando o SROI envolve seis etapas:

1. Estabelecer o escopo e identificar os *stakeholders*-chave - É importante ter limites claros em relação ao que sua análise SROI irá cobrir, quem estará envolvido no processo e de que forma esse envolvimento será conduzido.

2. Mapear resultados - Um mapa de impacto ou uma Teoria de Mudança serão desenvolvidos a partir de seu envolvimento com os *stakeholders*, e este documento demonstrará a relação entre entradas, saídas e resultados.

3. Evidenciar resultados e atribuir-lhes um valor - Esta etapa envolve encontrar dados para demonstrar se os resultados aconteceram e, então, atribuir-lhes um valor.

4. Estabelecer o impacto - Tendo coletado as evidências sobre os resultados e atribuído valor monetário a eles, os aspectos da mudança que teriam acontecido de qualquer maneira ou que sejam o resultado de outros fatores são eliminados da análise.

5. Calcular o SROI - Esta etapa envolve a soma de todos os benefícios, a subtração de qualquer impacto negativo e a comparação do resultado com o investimento. Este também é o ponto no qual a sensibilidade dos resultados pode ser testada.

6. Relatar, usar e incorporar as conclusões - Facilmente esquecida, esta última etapa é vital e envolve compartilhar os resultados com os *stakeholders*, e reagir a eles, incorporando processos com bons resultados.



3

ESTABELECENDO O ESCOPO E IDENTIFICANDO OS STAKEHOLDERS-CHAVE

3.1 Estabelecendo o escopo

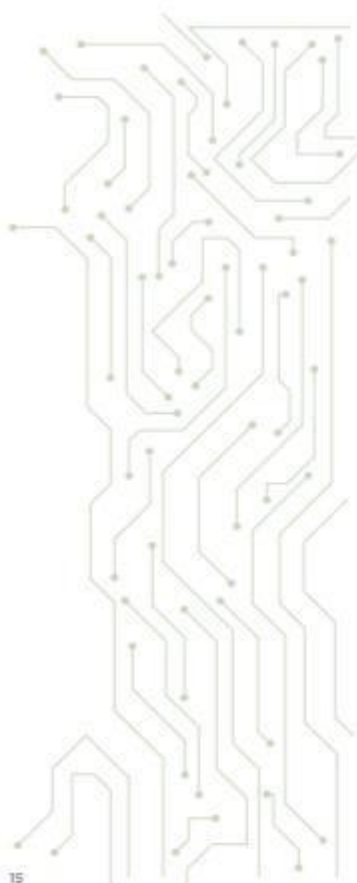
Com o objetivo de aumentar o entendimento da equipe do IDIS envolvida na avaliação da ETE FMC e delimitar claramente o escopo que seria aplicado no estudo, foram entrevistadas 9 pessoas indicadas pela própria organização, com diferentes visões a respeito da ETE FMC.

RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS INTRODUTÓRIAS REALIZADAS

ORGANIZAÇÃO	ENTREVISTADO
Equipe ETE Francisco Moreira da Costa	Diretor de Formação Cristã
	Professora de Português da ETE FMC
	Coordenador pedagógico da ETE FMC
	Professora de Formação Cristã da ETE FMC
Alunos	Aluno do 3º ano de automação
	Ex-Aluno
Familiares	Mãe de aluna
Empresas contratantes	Gestor de recursos humanos de empresa da região
	Coordenador de Produção de empresa da região

As entrevistas iniciais foram muito importantes para identificar os *stakeholders*, entender em detalhe as atividades pertencentes a ETE FMC, e para mapear as percepções e expectativas dos entrevistados em relação à escola.

Este estudo buscou refletir a opinião dos *stakeholders* envolvidos nas atividades educacionais da ETE FMC, englobando o Ensino Médio e o Ensino técnico em suas diferentes modalidades, tanto no turno diurno quanto noturno. No que tange ao escopo temporal, definiu-se junto à comissão de avaliação que o estudo englobaria o período referente aos anos de 2015 a 2019.

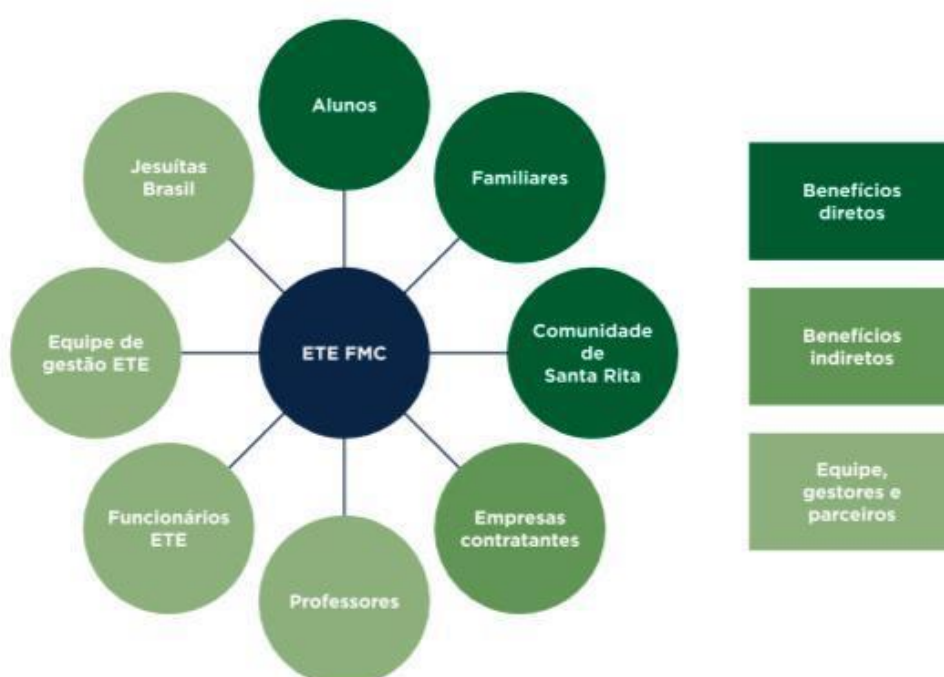


3.2 Identificando os stakeholders

Os *stakeholders* (ou grupos de interesse) são pessoas, organizações ou entidades que experimentam mudança, seja ela positiva ou negativa, intencional ou não, como resultado da intervenção de um Programa.

A identificação dos *stakeholders* da ETE FMC foi possível através da análise da documentação disponível acerca do Programa e das entrevistas iniciais com a equipe dos Jesuitas Brasil.

A figura a seguir apresenta os *stakeholders* que são influenciados pela ETE FMC ou que contribuem para a realização de suas atividades:



Segundo o protocolo SROI, deve-se incluir na avaliação somente os *stakeholders* que experimentam mudanças materiais como resultado das atividades do Programa em análise. Assim, para esta avaliação, foi priorizada a análise dos *stakeholders* significativamente afetados pelas atividades da ETE FMC: os alunos que frequentaram a ETE por ao menos um ano, ex-alunos e professores.

Quadro sumário dos *stakeholders* envolvidos e não envolvidos na análise

Stakeholder	Como foram afetados?	Razões para exclusão	Método de envolvimento
Alunos e Ex-alunos	Alunos e ex-alunos são/foram impactados diariamente pela metodologia da escola, impactando o seu ambiente de estudo, suas relações interpessoais e desenvolvendo novas competências socioemocionais.	-	Entrevista, grupo focal e aplicação de questionário quantitativo.
Familiares dos alunos	Interagem diretamente com os alunos e frequentemente estão em contato com a escola, seja de forma indireta por meio de seus filhos ou de forma direta por meio de reuniões e outras atividades nas escolas.	Apresenta contato pontual com as ações da ETE FMC para acompanhamento dos alunos, mas não foi identificado impacto relevante neste público-alvo.	Entrevista e grupo focal
Professores	Recebem incentivos para pós-graduação, participam de atividades extracurriculares para docentes, e vivenciam as políticas docentes da ETE FMC no dia-a-dia, alterando o modo como conduzem as suas aulas e abordam os conteúdos escolares, realizando as ações junto com os alunos, adquirindo novos conhecimentos e transformando suas relações interpessoais.	-	Entrevista, grupo focal e aplicação de questionário quantitativo
Comunidade de Santa Rita	Participa esporadicamente de atividades abertas ao público, e vivencia os impactos sociais e econômicos que a escola traz para o município.	A escola realiza diversas ações para a comunidade, porém, não sendo essa o público-alvo principal da escola, preferiu-se manter o foco do estudo e esforço de coleta de dados nos stakeholders com maior intensidade de impacto.	-
Empresas Contratantes	Absorve os alunos da ETE FMC como mão de obra qualificada e é beneficiado social e economicamente pela formação dos alunos e ex-alunos.	-	Entrevista
Funcionários da ETE	Realiza a gestão e manutenção da escola, sendo responsável pelo pleno funcionamento da instituição.	Os funcionários da ETE fazem parte da equipe que viabiliza o funcionamento da escola e, portanto, contribuem para o impacto gerado nos públicos-alvo. O enfoque do estudo restringiu-se ao grupo de professores, subsegmento do total de funcionários.	-
Equipe de gestão da ETE FMC	Realiza a gestão da escola, sendo responsável pelo planejamento operacional e pedagógico, processo de articulação com a Companhia Jesuítas do Brasil.	A equipe de gestão faz parte da equipe que viabiliza o funcionamento da escola e, portanto, contribui para o impacto gerado nos públicos-alvo.	Entrevista
Equipe dos Jesuítas Brasil	Realiza a gestão do investimento da ETE FMC e realiza o planejamento macro das instituições de ensino de toda a rede Jesuítas de Ensino.	Exercem papel de financiamento e gestão estratégica, não sendo parte integrante dos públicos para os quais se busca impacto social.	-